



Relatório Fundo Petrolífero

Ano Fiscal de 2024





FUNDO PETROLÍFERO DE TIMOR-LESTE

RELATÓRIO ANUAL
2024

Agosto 2025

Agradecimento

Agradecemos sinceramente ao Sr. Ferderick Nelson Mandela Lopes pela sua permissão para utilizar sua fotografia na capa do Relatório Anual do Fundo Petrolífero de 2024.

ÍNDICE

ÍNDICE	I
LISTA DE FIGURAS, TABELAS E CAIXAS	II
LISTA DE ACRÓNIMOS	IV
A MENSAGEM DA MINISTRA DAS FINANÇAS	V
UM RESUMO SOBRE O FUNDO PETROLÍFERO	VI
DESTAQUES DE INVESTIMENTO DO FUNDO PETROLÍFERO	VII
ALOCAÇÕES DE ATIVOS DO FUNDO PETROLÍFERO	VIII
A. SOBRE O FUNDO PETROLÍFERO	1
O enquadramento do Fundo Petrolífero	1
As instituições e o enquadramento de governação do Fundo Petrolífero	2
Regime fiscal do petróleo em Timor-Leste	4
B. SALDO E FLUXOS	6
Receitas petrolíferas	7
Levantamentos	8
Rendimentos e despesas de investimento	8
Fluxos desde a criação do Fundo	9
C. ESTRATÉGIA DE INVESTIMENTO	9
Investimentos no mercado financeiro	9
Investimento em operações petrolíferas	10
Segmentação à carteira de Liquidez e carteira de Crescimento	11
Carteiras e Participações	13
D. DESEMPENHO DO INVESTIMENTO EM 2024	17
Desenvolvimentos nos mercados financeiros em 2024	18
Evoluções no Instrumento de Dívida Privada	22
Desempenho dos investimentos em relação ao índice de referência	24
E. O ACONSELHAMENTO DO CAI E O FUTURO DO FUNDO	27
Assessoria do CAI	27
Reestruturação do mandato de liquidez	27
Imposto retido na fonte sobre os investimentos do Fundo	27
Trabalho do CAI em 2024	28
Olhando para o futuro	29
ANEXOS	30
Anexo I: Declaração da Diretora-Geral do Tesouro	31
Anexo II: Demonstrações Financeiras Auditadas	36
Anexo III: Declaração sobre as políticas contabilísticas do Fundo Petrolífero para o ano fiscal de 2024	84
Anexo IV: Comparação dos rendimentos derivados do investimento dos ativos do Fundo Petrolífero com os rendimentos dos três anos fiscais anteriores	86
Anexo V: Comparação do retorno nominal do investimento dos ativos do Fundo Petrolífero com os retornos reais após ajuste para a inflação	87
Anexo VI: Comparação do retorno nominal do investimento dos ativos do Fundo Petrolífero com o desempenho do índice de referência	88
Anexo VII: Comparação do Rendimento Sustentável Estimado para o ano fiscal de 2024 com a soma das transferências do Fundo Petrolífero para o mesmo ano	89
Anexo VIII: Declaração do Tesouro sobre empréstimos contraídos	90
Anexo IX: Lista de pessoas que exercem cargos relevantes para as operações e desempenho do Fundo Petrolífero	92
Anexo X: Declaração sobre o total dos levantamentos em comparação com o montante de dotação aprovado	95
Anexo XI: Relatório do Artigo 35 sobre as receitas do Fundo Petrolífero de Ernst & Young	96
Anexo XII: Pareceres prestados pelo Comité de Assessoria para o Investimento	102
Anexo XIII: Implementação dos Princípios de Santiago pelo FPTL	107

LISTA DE FIGURAS, TABELAS E CAIXAS

Lista de Figuras:

Figura 1 – Fundo Petrolífero e Orçamento Geral do Estado	1
Figura 2 – Estrutura de Governação do Fundo Petrolífero.....	3
Figura 3 – Mapa do Acordo de Fronteiras Marítimas de Timor-Leste	5
Figura 4 – Componentes das receitas petrolíferas da antiga ACDP desde 2005	6
Figura 5 – Movimento dos ativos líquido durante 2024.....	6
Figura 6 – O saldo do Fundo Petrolífero (\$m)	6
Figura 7 – Receitas anuais do petróleo (\$m).....	7
Figura 8 – Produção e Preços do Petróleo na ACDP	7
Figura 9 – Transferências para o Orçamento Geral do Estado (\$m)	8
Figura 10 – Fluxos acumulados para o Fundo (\$m).....	9
Figura 11 – Investimento do Fundo Petrolífero na Timor Gap E.P.	10
Figura 12 – A segmentação do Fundo Petrolífero em duas carteiras	12
Figura 13 – Previsões do Fundo Petrolífero no OGE para 2025 – trajetória atual das despesas	13
Figura 14 – Panorama geral dos investimentos do Fundo Petrolífero	14
Figura 15 – Alocações de ativos desde 2005	15
Figura 16 – Retornos anuais de investimento do Fundo Petrolífero	17
Figura 17 – Retornos anuais de títulos e ações	18
Figura 18 – Taxa de inflação.....	19
Figura 19 – Taxas de políticas monetárias dos bancos centrais	19
Figura 20 – Índice do rendimento dos títulos.....	20
Figura 21 – Total de retorno de ações em dólares americanos.....	21
Figura 22 – Ações dos 7 Magníficos vs. Grandes Empresas dos EUA, excluindo 7 Magníficos	21
Figura 23 – Dólar Americano em relação a outras moedas.....	22
Figura 24 – Retorno Mensal do Fundo Petrolífero (jan – dez 2024).....	88

Lista de Tabelas:

Tabela 1 – Membros do Comité de Assessoria para o Investimento.....	2
Tabela 2 – Membros do Conselho Consultivo do Fundo Petrolífero	2
Tabela 3 – Relatórios do Fundo Petrolífero	4
Tabela 4 – Propriedade do campo Greater Sunrise	5
Tabela 5 – Despesas de gestão (\$m)	9
Tabela 6 – Características dos fatores de ações	14
Tabela 7 – Mandatos dos Investimentos no Mercado Financeiro do Fundo em 31 de dezembro de 2024	16
Tabela 8 – Alocação do Fundo Petrolífero por países.....	17
Tabela 9 – Políticas dos bancos centrais e inflação.....	19
Tabela 10 – Índice do rendimento dos títulos e retorno anual (%).....	20
Tabela 11 – Os retornos totais do Índice do MSCI em USD (%)	21
Tabela 12 – Pressupostos de fluxo de caixa para a avaliação de 2024 dos empréstimos à Timor Gap E.P.	22
Tabela 13 – Valor justo dos empréstimos à Timor Gap E.P.	23
Tabela 14 – Contabilização dos empréstimos a Timor Gap (\$m)	23
Tabela 15 – Valor justo do ativo do Fundo Petrolífero vs. Passivo da Timor Gap (\$m)	24
Tabela 16 – Desempenho de investimento do Fundo Petrolífero em 2024 (%).....	25
Tabela 17 – Desempenho dos mandatos de rendimento fixo da carteira de liquidez em 2024 (%)	26
Tabela 18 – Desempenho dos mandatos de rendimento fixo da carteira de crescimento em 2024 (%).....	26
Tabela 19 – Desempenho dos mandatos de ações da carteira de crescimento em 2024 (%)	27
Tabela 20 – Rendimento Anual do Fundo Petrolífero por Ano Fiscal	86
Tabela 21 – Retorno nominal e real do Fundo Petrolífero	87
Tabela 22 – Retorno Mensal do Fundo Petrolífero (jan – dez 2024)	88

Lista de Caixas:

Caixa I: A Evolução dos Investimentos do Fundo Petrolífero 14

LISTA DE ACRÓNIMOS

ACDP	Área Conjunta de Desenvolvimento Petrolífero
AEA	Alocação Estratégica de Ativos (Strategic Asset Allocation – SAA)
AETL	Área Exclusiva de Timor-Leste
AGO	Acodo de Gestão Operacional (Operational Management Agreement)
AMMT	Acordos Marítimos no Mar de Timor (Certain Maritime Arrangement in the Timor Sea)
ANP	Autoridade Nacional do Petróleo
ASG	Ambiental, Social e Governança (ESG)
BCE	Banco Central de Europa (ECB: European Central Bank)
BCTL	Central Bank of Timor-Leste
BdE	Banco de Inglaterra
BdJ	Banco do Japão
BIS	Bank for International Settlements
BOE	Barrels of Oil Equivalent (Barris de óleo equivalente)
C	Carteira de Crescimento
CAI	Comité de Assessoria para o Investimento
CCFP	Conselho Consultivo do Fundo Petrolífero
CPP	Contrato de Partilha de Produção (Production Sharing Contract)
DPI	Declaração de Política de Investimento
DXY	US Dollar Index (Índice dos US Dólar)
E.P.	Empresa Pública
EITI	Transparência Internacional Indústrias Extrativas
EUA	Estados Unidos da América
EUR	Euro
Ex	Excluindo
EY	Ernst & Young
Fed	Federal Reserve
FP	Fundo Petrolífero
FT	Franklin Templeton
FTP	First Tranche Petroleum
GBP	Great Britain Pound Sterling (Libra Esterlina do Reino Unido)
GNL	Gás Natural Liquefeito
GPGFP	Gabinete de Política e Gestão Fundo Petrolífero
GPL	Gas Natural Liquefeito (Liquified Natural Gas)
GSA	Gas Sales Agreement (Acordo de Venda de Gas)
IFRS	International Financial Reporting Standards (Normas Internacionais de Relato Financeiro)
IFSWF	International Forum of Sovereign Wealth Fund (Fórum Internacional dos Fundos Soberanos)
IMF	Investimento no Mercado Financeiro
IPC	Índice Preço Consumidor (CPI – Consumer Price Index)
JKM	Platts Japan-Korea-Marker
JPY	Japanese Yen (Ienese Japonesa)
L	Carteira de Liquidez
LFP	Lei Fundo Petrolífero
MD	Mercado Desenvolvido
MdF	Ministério das Finanças
Mm	Mil Milhões
MMBtu	One Million British Thermal Unit
MSCI	Morgan Stanley Capital International
PWC	Power and Water Corporation, Australia.
RSE	Rendimento Sustentável Estimado
RU	Reino Unido (United Kingdom)
SSgA	State Street Global Advisors
TF/FT	Total do Fundo (Fundo Total)
TIPS	Treasury Inflation-Protected Securities (Títulos do Tesouro dos EUA Protegidos contra Inflação)
TL	Timor-Leste
US/USA	United States/United States of America (Estados Unidos/Estados Unidos da América)
USD	US Dollar (Dólar Americano)
WTI	West Texas Intermediate
ZE	Zona de Europa (European Zone)

A MENSAGEM DA MINISTRA DAS FINANÇAS



Com prazer, apresento o Relatório Anual de 2024 do Fundo Petrolífero de Timor-Leste.

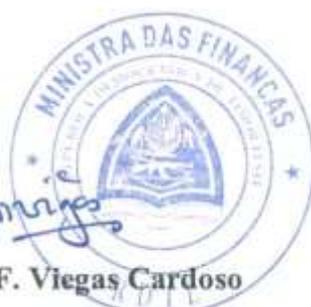
No encerramento de ano fiscal de 2024, o saldo do Fundo permaneceu praticamente inalterado, totalizando 18,3 mil milhões de dólares americanos. O rendimento de investimento para o ano foi de 1,200 milhões de dólares americanos após despesas, impulsionado por um retorno total de 6,80% dos ativos do Fundo. Este resultado segue-se a um forte retorno de 9,99% em 2023 e reflete o benefício de uma abordagem de longo prazo na gestão de investimentos.

A carteira de liquidez de baixo risco do Fundo obteve um retorno sólido de 5,2%, apoiado pelas taxas de juro de curto prazo mais elevadas nos Estados Unidos. Na carteira de crescimento, as ações voltaram a apresentar um desempenho robusto, com um retorno de 17,8%, enquanto os títulos de rendimento fixo retornaram 2,2%. O Fundo financiou levantamentos no valor de 1,300 milhões de dólares americanos, ligeiramente abaixo do montante aprovado de 1,377.5 milhões de dólares americanos.

A receita petrolífera diminuiu acentuadamente em 2024, atingindo apenas 85 milhões de dólares americanos, à medida que o campo de Bayu-Undan se aproximava do fim da produção. A ANP confirmou, entretanto, que a produção em Bayu-Undan cessou em junho de 2025. Com novas entradas de petróleo ainda a vários anos de distância, este cenário representa uma transição significativa para o Fundo e um desafio para Timor-Leste. No próximo ano, a nossa prioridade será fortalecer a integração da *financial modelling* do Fundo, incluindo as projeções de entradas de petróleo, com o planeamento da política fiscal para apoiar a tomada de decisões informadas.

Convido-o(a) a explorar os detalhes do desempenho do Fundo nas páginas que se seguem.

O Fundo Petrolífero continua a ser uma das conquistas nacionais mais significativas de Timor-Leste. Queria expressar o meu sincero agradecimento aos membros do Conselho Consultivo de Investimento, ao Banco Central de Timor-Leste como gestor operacional, e aos dedicados funcionários do Ministério das Finanças pela sua perícia e compromisso. Os seus esforços contínuos são o pilar do sucesso do Fundo.



Santina
Santina J.R.F. Viegas Cardoso
Minister of Finance

UM RESUMO SOBRE O FUNDO PETROLÍFERO

Valor de Mercado do Fundo Petrolífero

\$18.274.056.404

Em 31 de dezembro de 2024

\$18.288.404.975

Em 31 de dezembro de 2023

Receitas de Petróleo e Gás

\$85,4 milhões

Em 2024

\$25,450 mil milhões

Desde o início, incluindo a transferência inicial de US\$204,6 milhões

Transferências para o Orçamento do Estado

\$1,300 mil milhões

Em 2024

\$17,413 mil milhões

Desde o início

Total do Retorno do Investimento

\$1,200 mil milhões

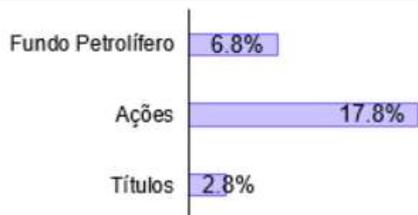
Em 2024

\$10,236 mil milhões

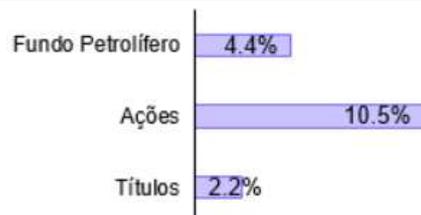
Desde o início

DESTAQUES DE INVESTIMENTO DO FUNDO PETROLÍFERO

Retorno do investimento em 2024

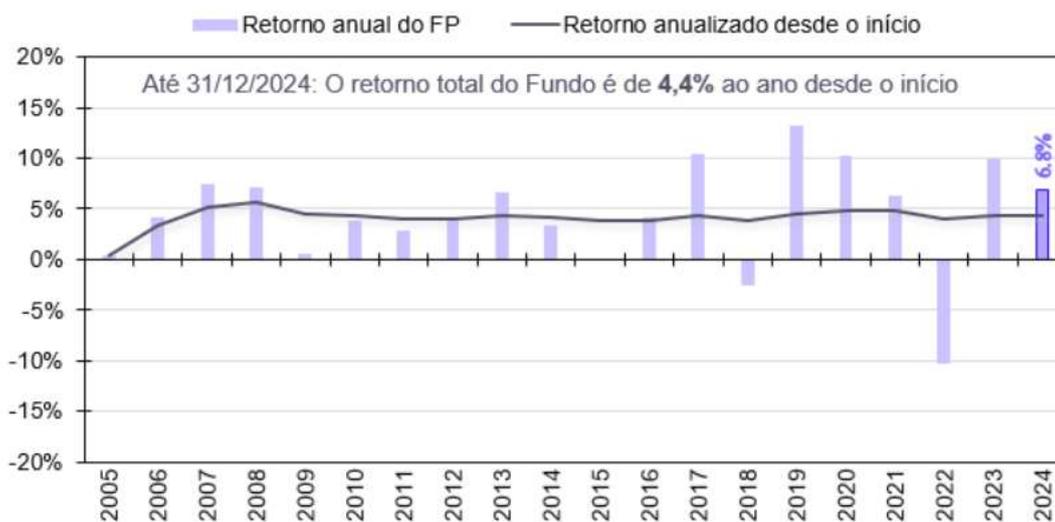


Retorno do investimento desde o início (anualizado)

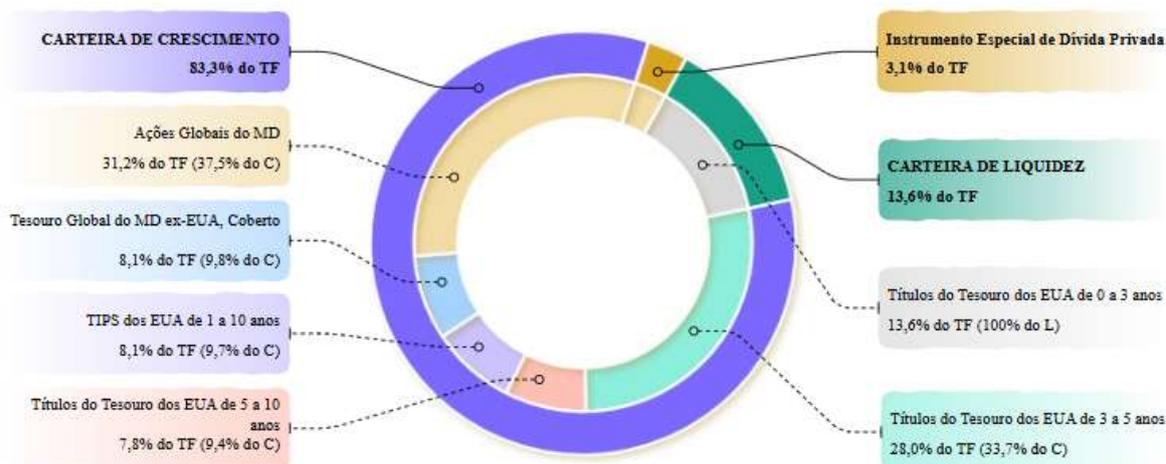


Nota: Títulos de rendimento fixo incluem a carteira de liquidez e a carteira de crescimento.

Retorno anual do investimento do Fundo desde 2005



As alocações efetivas de total ativos do Fundo em 31 de dezembro de 2024

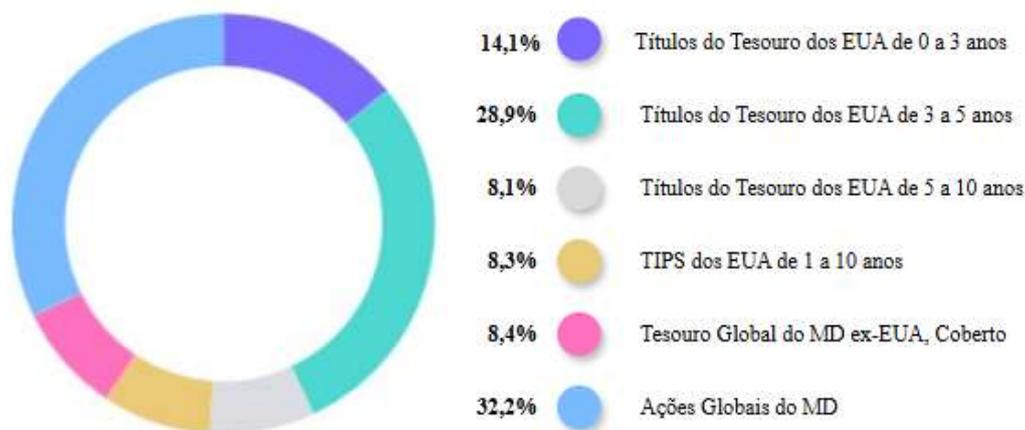


FT - Fundo Total; C - Carteira de Crescimento; L - Carteira de Liquidez; MD - Mercados Desenvolvidos. Note que o anel interno mostra os mandatos. Carteira de Crescimento e Carteira de Liquidez compõem os Investimentos no Mercado Financeiro. As percentagens podem não somar exatamente devido ao arredondamento.

ALOCAÇÕES DE ATIVOS DO FUNDO PETROLÍFERO

Investimentos no Mercado Financeiro por classe de ativos

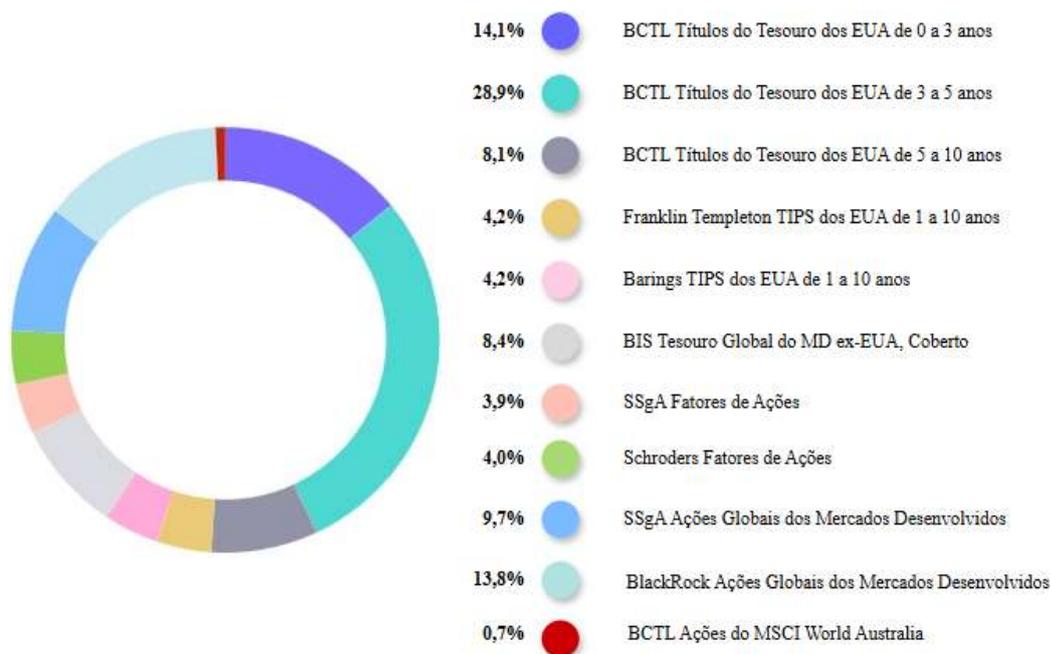
Carteiras de liquidez e crescimento



Nota: O instrumento de dívida privada é separado dos Investimentos no Mercado Financeiro e limitado a 5% do total valor do Fundo nos termos da Lei do Fundo Petrolífero.

Investimentos no Mercado Financeiro por gestores

Carteiras de liquidez e crescimento



Nota: O instrumento de dívida privada é separado dos Investimentos do Mercado Financeiro e é gerido pelo BCTL. Está limitado a 5% do total valor do Fundo de acordo com a Lei do Fundo Petrolífero.

A. SOBRE O FUNDO PETROLÍFERO

O enquadramento do Fundo Petrolífero

De acordo com a Constituição de Timor-Leste, os recursos naturais do país pertencem ao Estado e devem ser utilizados de forma justa e equitativa. A Constituição exige a criação de um fundo para gerir as receitas do petróleo em benefício das gerações presentes e futuras, e o Fundo Petrolífero foi estabelecido em 2005 para receber as receitas do petróleo do Mar de Timor.¹

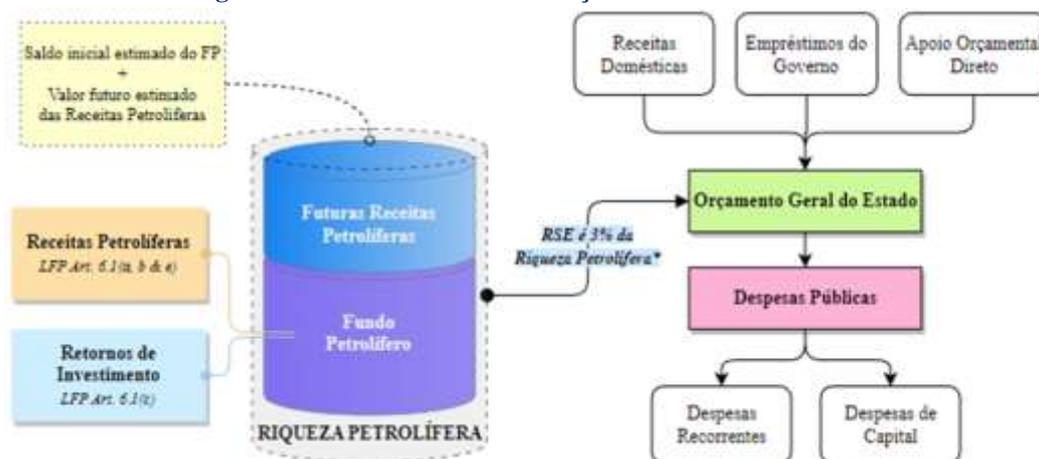
Toda a receita petrolífera de Timor-Leste flui para o Fundo, enquanto as saídas são limitadas a transferências para o Orçamento do Estado, aprovadas pelo Parlamento. O Fundo apoia uma política fiscal sólida, suavizando os gastos ao longo do tempo. A Lei do Fundo Petrolífero estabelece um limite de levantamento sustentável, conhecido como Rendimento Sustentável Estimado (RSE). O RSE é igual a 3% da total da Riqueza Petrolífera, que compreende o saldo do Fundo e o valor presente líquido das receitas petrolíferas esperadas de reservas comprovadas com planos de desenvolvimento aprovados (ver Figura 1). No âmbito de enquadramento de rendimento permanente, os levantamentos são limitados ao retorno real esperado dos investimentos do Fundo, de modo a preservar o valor real do fundo em perpetuidade. Pode-se dizer que isto beneficia igualmente as gerações atuais e futuras, ao proporcionar o mesmo valor real de levantamentos anualmente. Para apoiar uma meta de retorno real de 3%, foi permitido ao Fundo investir até 50% em ações a partir de 2011. Uma alocação de

40% em ações foi adotada em 2012 que, na altura, se esperava que gerasse um retorno real de 3% a longo prazo.

A Lei do Fundo Petrolífero exige também que o Fundo invista apenas em ativos financeiros internacionais, avaliados puramente com base em critérios financeiros. Os investimentos domésticos devem ser feitos através do Orçamento do Estado, que é aprovado pelo Parlamento. A regra de gastos e o requerimento de investimentos internacionais foram modeladas no fundo soberano da Noruega, com o objetivo de preservar o valor real do Fundo e assegurar a equidade intergeracional.

As características-chave do enquadramento original não têm sido seguidas na prática. Os levantamentos têm excedido o RSE desde 2009, sendo justificados pelos sucessivos governos como necessários para o desenvolvimento nacional nos interesses de longo prazo de Timor-Leste. Em 2021, a estratégia de investimento do Fundo foi alterada para melhor se alinhar com a política fiscal, segmentando os investimentos numa carteira de liquidez de baixo risco, correspondente a três anos de levantamentos, com o restante investido numa carteira de crescimento que inclui ações. O Governo também decidiu em 2019 que o Fundo investiria em operações petrolíferas, implementado através de alterações à Lei das Atividades Petrolíferas.² Os investimentos são descritos na Secção C.

Figura 1 – Fundo Petrolífero e Orçamento Geral do Estado



* Transferências de RSE num ano financeiro. RSE é calculado como 3% da Riqueza Petrolífera.

¹ Secção 2 do Artigo 139.º da Constituição da República Democrática de Timor-Leste. Lei do Fundo Petrolífero N.º 9/2005, de 3 de agosto de 2005, que foi alterada pela Lei N.º 12/2011, de 28 de setembro de 2011, e pela Lei N.º 2/2022, de 10 de fevereiro. O regime fiscal que rege as receitas petrolíferas de Timor-Leste é descrito numa secção abaixo.

² Lei n.º 13/2005 de 2 de setembro, alterada pela Lei n.º 6/2019, de 4 de dezembro.

As instituições e o enquadramento de governação do Fundo Petrolífero

O Fundo Petrolífero está estruturado como uma conta detida pelo Banco Central de Timor-Leste (BCTL), que é o gestor operacional designado. A estrutura de governação envolve várias instituições com papéis e responsabilidades distintas, conforme ilustrado na Figura 2 e descrito abaixo.

O Parlamento Nacional define o enquadramento legal do Fundo através da Lei do Fundo Petrolífero, incluindo os objetivos do Fundo, os papéis das suas instituições, os investimentos elegíveis, as diretrizes de alocação de ativos e os limites de risco. Em 2019, o Parlamento aprovou uma alteração à Lei das Atividades Petrolíferas para permitir que o Fundo investisse em operações petrolíferas para apoiar o desenvolvimento nacional.

A Ministra das Finanças é a autoridade executiva responsável pela gestão global do Fundo, na qualidade de representante do Governo. Isto inclui a definição da política de investimento, dos parâmetros para novos investimentos e a supervisão da governação. A Ministra é apoiada pelo Gabinete de Política e Gestão do Fundo Petrolífero (GPGFP) dentro do Ministério das Finanças.

O BCTL implementa a estratégia de investimento do Fundo nos termos do Acordo de Gestão Operacional (AGO) com a Ministra das Finanças. O Anexo 1 do

AMO contém os detalhes da política de investimento e os mandatos individuais. O BCTL gere uma parte da carteira internamente, nomeia e monitoriza gestores externos, e relata regularmente ao Ministério das Finanças.

A Ministra das Finanças é obrigada a procurar aconselhamento independente e não vinculativo do Comitê de Assessoria para o Investimento (CAI) sobre questões de investimento e governação. O CAI inclui profissionais com experiências de investimento. O Ministério das Finanças e o BCTL têm representantes sem direito a voto no Comitê e contribuem ativamente para as discussões que precedem o aconselhamento do CAI. O CAI é apoiado por um Secretário do BCTL e membros do secretariado, tanto do BCTL quanto do Ministério das Finanças (GPGFP). O CAI possui orçamento próprio e pode adquirir apoio externo quando necessário. O aconselhamento independente, imparcial e especializado do Comitê representa uma salvaguarda importante na estrutura do Fundo. O parecer do CAI é publicado anualmente no Anexo XII ou mais cedo, a pedido do Parlamento. Os atuais membros do CAI estão listados na Tabela 1 e as suas biografias encontram-se no Anexo IX.

Tabela 1 – Membros do Comitê de Assessoria para o Investimento

Nome	Cargo e mandato
Sr. Olgário de Castro	Presidente. Membro com voto desde 2008
Dr. Torres Trovik	Membro com voto desde 2006
Sr. Gualdino da Silva	Membro com voto desde 2012
Professor Michael Drew	Membro com voto desde 2017
Sr. Venâncio Alves Maria	Representante do BCTL desde 2012
Sr. Filipe Nery Bernardo	Representante do Mdf desde 2022

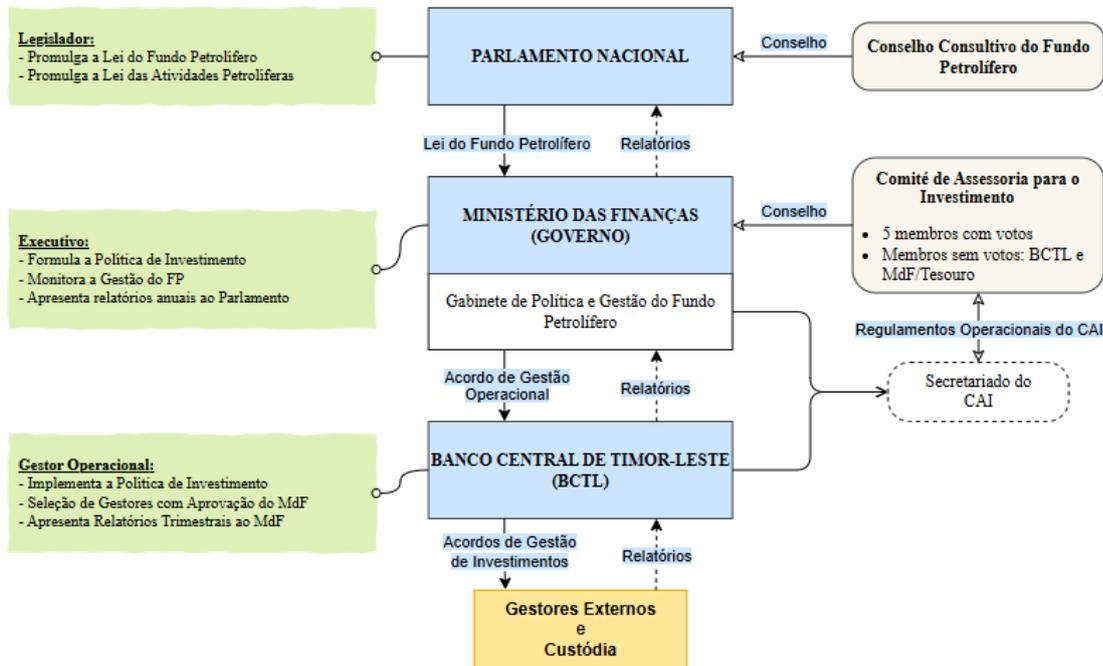
O Conselho Consultivo do Fundo Petrolífero (CCFP) aconselha o Parlamento sobre o desempenho e as operações do Fundo, e se os levantamentos estão a

beneficiar as gerações atuais e futuras. Os membros estão listados na Tabela 2, com as biografias no Anexo IX.

Tabela 2 – Membros do Conselho Consultivo do Fundo Petrolífero

Nome	Cargo e mandato
Sr. Juvinal Dias	Presidente. Nomeado em 2018 como representante da sociedade civil.
Sr. Nuno Eugénio Goulart	Nomeado em 2019 como representante do Parlamento.
Sra. Izilda Imanuela da Luz Pereira Soares	Nomeada em 2018 como representante do Parlamento.
Pe. Mouzinho Pereira Lopes	Nomeado em setembro de 2022 como representante das organizações religiosas.
Sr. Hernâni Agostinho Soares	Nomeado em 2019 como representante do setor privado.
Sra. Martinha da Silva de Jesus Pinto	Nomeada em 2019 como representante da sociedade civil.

Figura 2 – Estrutura de governação do Fundo Petrolífero



A transparência é central para a governação do Fundo e a Lei do Fundo Petrolífero estabelece os requisitos de reporte para cada instituição. Os relatórios estão delineados na Tabela 3.

O Ministério das Finanças publica o Relatório Anual, incluindo as demonstrações financeiras auditadas preparadas pelo BCTL e aprovadas pela Diretora-Geral do Tesouro do Ministério.³ Um auditor internacionalmente acreditado também certifica as receitas do Fundo e os cálculos do Rendimento Sustentável Estimado (RSE), que são incluídos no Orçamento Geral do Estado.

O BCTL publica relatórios de desempenho trimestrais e fornece atualizações ao Ministério das Finanças e ao CAI sobre os mandatos geridos internamente. O Relatório Anual e os relatórios de desempenho trimestrais estão disponíveis publicamente nos sítios do Ministério e do BCTL.⁴

Desde 2009, o Fundo é membro do Fórum Internacional de Fundos Soberanos (IFSWF) e realiza uma autoavaliação anual em relação aos

Princípios de Santiago. A avaliação mais recente encontra-se no Anexo XIII, e as avaliações também são publicadas no website do IFSWF.⁵

O Fundo tem consistentemente pontuado bem nos indicadores de transparência:

- 9/10 no Índice de Transparência Linaburg-Maduell;⁶
- 91/100 no Peterson Institute SWF Transparency Scorecard (2019);⁷
- 88/100 no subcomponente de fundo soberano de riqueza do Índice de Governança de Recursos (2017).⁸

O envolvimento público continua a ser uma prioridade. O BCTL realizou quatro conferências de imprensa sobre os resultados trimestrais em 2024 com representantes do Ministério das Finanças para apresentar os resultados trimestrais, que contaram com a presença de meios de comunicação locais. ONGs e estudantes. Em anos anteriores, foram realizados seminários públicos, coordenados pelo CCFP, a nível nacional para aumentar a consciencialização sobre a gestão e o desempenho do Fundo.

³ A responsabilidade da Diretora-Geral do Tesouro de manter as contas do Fundo Petrolífero, prevista no Artigo 21.º da Lei do Fundo Petrolífero, é delegada pela Ministra das Finanças ao BCTL ao abrigo do Acordo de Gestão Operacional de 2009.

⁴ O sítio do Ministério das Finanças é: <https://www.mof.gov.tl/> O sítio do Banco Central de Timor-Leste é: <https://www.bancocentral.tl/en>

⁵ <https://www.ifswf.org/assessment/tpf-2022>

⁶ <https://www.swfinstitute.org/research/linaburg-maduell-transparency-index>

⁷ <https://www.piie.com/publications/policy-briefs/sovereign-wealth-funds-are-growing-more-slowly-and-governance-issues>

⁸ O Índice de Governança de Recursos mede a qualidade da governação nos setores de petróleo, gás e mineral de 58 países. A pontuação composta de Timor-Leste foi de 49/100. <https://resourcegovernanceindex.org/country-profiles/TLS/oil-gas?years=2017>

Tabela 3 – Relatórios do Fundo Petrolífero

Relatório	Instituição Responsável	
Relatório Anual	Publicado pelo Ministério das Finanças juntamente com as demonstrações financeiras auditadas	Contribuições do BCTL sobre o desempenho dos investimentos e participações em ativos
Demonstrações Financeiras Anuais Auditadas	As contas compiladas pelo BCTL	As entidades de custódia do Fundo prestam serviços de contabilidade ao BCTL
	Auditor externo nomeado pelo Ministério das Finanças	Atualmente Ernst & Young (EY)
	Aprovado como verdadeiro e justo pela Diretora-Geral do Tesouro. Ministério das Finanças	O Tesouro é assistido pela GPGFP
Cálculos do RSE certificados no Orçamento do Estado	Ministério das Finanças	
	Auditor externo nomeado pelo Ministério das Finanças	Atualmente Ernst & Young (EY)
Relatórios trimestrais de desempenho - desempenho dos investimentos e finanças	Compilados e publicados pelo BCTL	
Relatórios mensais - desempenho dos investimentos e finanças	Compilados e publicados pelo BCTL	
Atualização trimestral do mercado e o desempenho do Fundo	Preparado pelo GPGFP para a Ministra das Finanças	Informações do BCTL sobre o desempenho e as posições de investimento

Avaliação independente

Avaliações periódicas fazem parte da boa governação. Em 2022, o Ministério das Finanças e o CAI encomendaram uma avaliação independente da governação, operações e recursos do Fundo. A avaliação foi realizada pela consultora de investimentos Mercer, cujo relatório final foi submetido ao Ministro das Finanças em setembro de 2023. O relatório concluiu que os modelos de governação, investimento, operação e pessoas do Fundo eram robustos, ao mesmo tempo que identificou algumas oportunidades de melhoria. O Ministério das Finanças trabalhou nas principais recomendações do relatório em 2024, incluindo:

- A Política de Governança do Fundo e a atualização do AGO.
- Desenvolver uma Declaração de Política de Investimento (DPI) detalhada que expanda o Anexo 1 do AMO.
- Empoderar e dotar de melhores recursos o GPGFP.
- Estabelecer um ciclo de revisão trienal para a Alocação Estratégica de Ativos (AEA).
- Rever as crenças de investimento do CAI.

Estes projetos deverão ser concluídos em 2025 e têm melhorado ainda mais a eficácia, a transparência e a responsabilização do Fundo.

Regime fiscal do petróleo em Timor-Leste

Ao abrigo do enquadramento legal de Timor-Leste, todas as receitas petrolíferas devem fluir para o Fundo Petrolífero. Historicamente, estas receitas provieram de campos no Mar de Timor sob a jurisdição de Timor-Leste. Em 2024, Bayu-Undan era o único campo em produção. No entanto, a produção continuou a diminuir e, conforme confirmado pela Autoridade Nacional do Petróleo (ANP), a produção cessou em 4 de junho de 2025.

O desenvolvimento do campo Greater Sunrise permanece em negociação e é discutido mais detalhadamente abaixo. Embora a atividade de exploração continue, nenhuma outra reserva comprovada foi identificada até à data.

Enquadramento legal e fiscal

Os direitos de Timor-Leste sobre as receitas petrolíferas são regidos por tratados internacionais e contratos de partilha de produção (CPP). Os tratados definem os direitos soberanos e a propriedade, enquanto os CPP são acordos entre os estados e as empresas contratadas de petróleo sobre como partilhar as receitas.

O Tratado de Fronteiras Marítimas entre Timor-Leste e a Austrália entrou em vigor em 30 de agosto de 2019, substituindo o Tratado do Mar de Timor. O novo tratado melhorou significativamente a propriedade de Timor-Leste, transferindo quase toda a antiga Área Conjunta de Desenvolvimento Petrolífero (ACDP), incluindo Bayu-Undan, para a

jurisdição exclusiva de Timor-Leste (ver Figura 3). Como resultado, Timor-Leste tem recebido 100% das receitas de Bayu-Undan desde setembro de 2019, em comparação com os 90% anteriores.

Para o Greater Sunrise, o Tratado de Fronteiras Marítimas aumenta a participação de Timor-Leste de 50% nas receitas *upstream*, ao abrigo dos Acordos Marítimos no Mar de Timor (AMMT) de 2006, para:

- 70% se o gasoduto for para uma fábrica de GNL em Timor-Leste.
- 80% se o gasoduto for para uma fábrica na Austrália.

As negociações entre Timor-Leste, a Austrália e os participantes da *joint venture* estão em curso. A Tabela 4 mostra a estrutura de propriedade desde 2019, quando a Timor Gap E.P. adquiriu uma participação de 56,56%, que foi financiada pelo investimento do Fundo Petrolífero em operações petrolíferas.

Tabela 4 – Propriedade do campo Greater Sunrise

Empresa	Participação
Timor Gap E.P.	56,56%
Woodside Energy Group	33,44%
Osaka Gas	10,00%

Termos fiscais e componentes da receita

Bayu-Undan e Greater Sunrise são regidos pelo Anexo F do Tratado do Mar de Timor, que preservou o regime fiscal que antecedia a independência de Timor-Leste. Após a ratificação do Tratado de Fronteiras Marítimas, todos os contratos de partilha de produção (CPP) e os termos fiscais associados foram transferidos para o regime jurídico de Timor-Leste, com a condição de que os contratados de

petróleo recebessem condições equivalentes às do regime anterior.

As receitas petrolíferas de Timor-Leste consistem nos seguintes componentes:

- **Royalties:** Uma taxa fixa de 5% da produção, paga antes da recuperação de custos. Esta taxa aplica-se a contratos sob o Anexo F, o novo regime de Contratos de Partilha de Produção (PSCs), e a Área Exclusiva de Timor-Leste (AETL).⁹
- **Lucro do Petróleo:** Ao abrigo do Anexo F, Timor-Leste recebe 40% do lucro do petróleo, ou 50% para o condensado, calculado como receita menos *royalties* e custos de exploração e desenvolvimento.
- **Impostos, que incluem:**
 - Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas a 30%.
 - Imposto petrolífero suplementar sobre lucros que excedam um limiar de retorno definido.
 - Imposto sobre o rendimento do trabalho em Timor-Leste.

A Figura 4 descreve os componentes da receita petrolífera recebida dos três campos produtores de Timor-Leste: Kakatua (cuja produção cessou em 2007), Kitan (cuja produção cessou em 2015) e Bayu-Undan. O campo de gás-condensado de Bayu-Undan, operado pela Santos Ltd desde que adquiriu a participação da ConocoPhillips em 2020, tem sido a fonte de receita dominante. *Royalties* e lucro do petróleo são recolhidos pela ANP na qualidade de Autoridade Designada. Os impostos são pagos diretamente no Fundo Petrolífero pelos contratados.

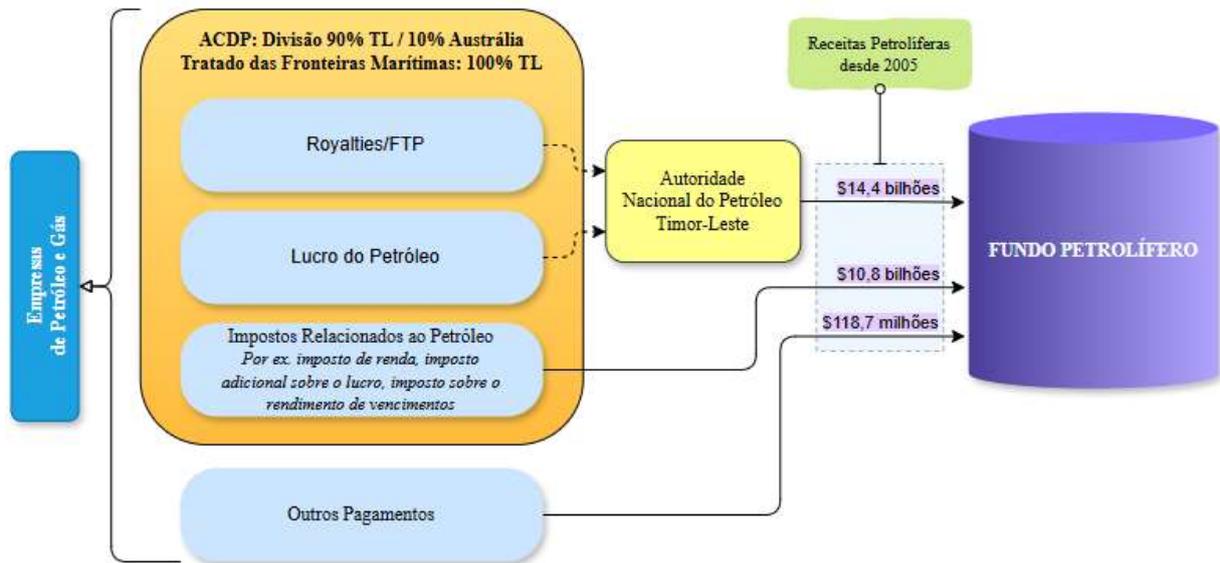
Figura 3 – Mapa do Acordo de Fronteiras Marítimas de Timor-Leste



Fonte: Gabinete de Fronteiras Marítimas de Timor-Leste. <https://www.gfm.tl/library/maps/>

⁹ Para os projetos baseados no Anexo F, "Primeira Tranche de Petróleo" corresponde a 10% da produção, que é igualmente compartilhada entre o Governo e os contratantes.

Figura 4 – Componentes das receitas petrolíferas da antiga ACDP desde 2005

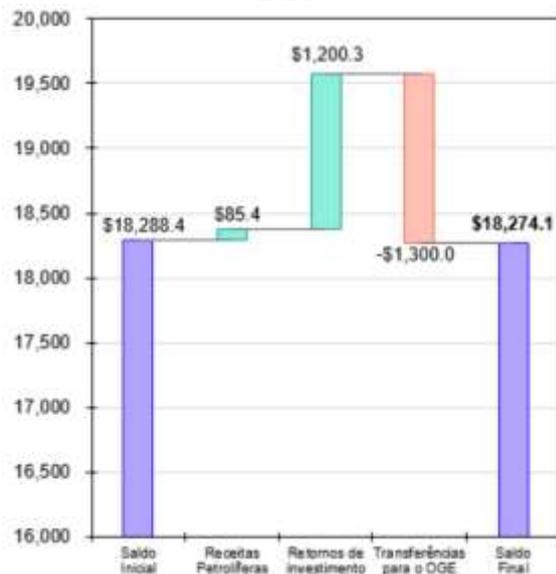


Nota: Ao abrigo do Tratado do Mar de Timor de 2002, as receitas da Área de Desenvolvimento Petrolífero Conjunta eram partilhadas em 90%/10% entre Timor-Leste e a Austrália. Ao abrigo do Tratado de Fronteiras Marítimas, Bayu-Undan está exclusivamente sob a jurisdição de Timor-Leste. As categorias apresentadas não incluem a transferência inicial para o Fundo de \$205 milhões de receitas que foram recolhidas antes da criação do Fundo e são brutas de reembolsos fiscais de \$89,9 milhões.

B. SALDO E FLUXOS

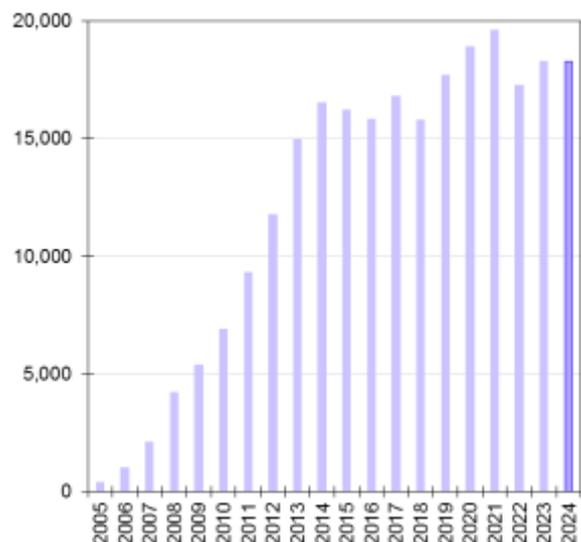
O saldo do Fundo é determinado pelas entradas de receitas petrolíferas, rendimentos de investimentos e saídas de levantamentos do Governo. Como ilustrado na Figura 5, as receitas petrolíferas contribuíram com \$85,4 milhões para o Fundo. Enquanto o rendimento anual do investimento foi de \$1.200,3 milhões. Um total de \$1,300 milhões foi levantado para financiar os gastos do Governo.

Figura 5 – Movimento dos ativos líquido durante 2024



O saldo do Fundo diminuiu ligeiramente em \$14,3 milhões em 2024, terminando o ano em \$18.274,1 milhões (Figura 6). As secções seguintes fornecem mais detalhes sobre cada componente.

Figura 6 – O saldo do Fundo Petrolífero (\$m)

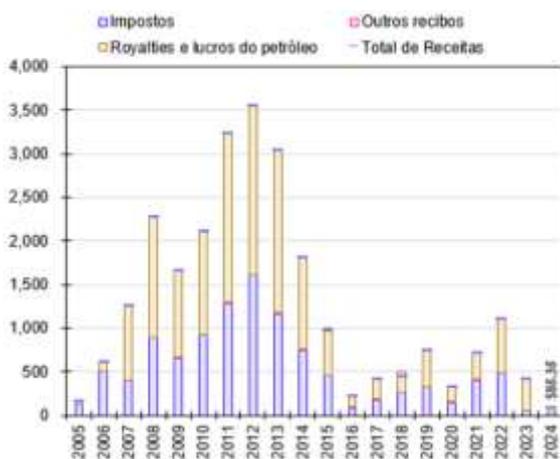


Receitas petrolíferas

As receitas totais de petróleo recebidas em 2024 foram de apenas \$85,4 milhões. Essas receitas foram compostas por \$33,2 milhões em impostos sobre petróleo, \$42,0 milhões em *royalties* e lucros de petróleo e gás, e \$10,1 milhões em outros pagamentos (Figura 7).¹⁰ Estas cobranças foram feitas de acordo com os Artigos 6.1 (a), (b) e (e) da Lei do Fundo Petrolífero, respectivamente.

A receita do petróleo depende da produção e dos preços do petróleo. Bayu-Undan foi o único campo em operação em 2024. A sua produção atingiu o pico em 2012. Perfurações complementares em 2018 e 2021 permitiram estender a produção, mas tem havido uma redução acentuada na produção desde 2022, como mostra a Figura 8.

Figura 7 – Receitas anuais do petróleo (\$m)

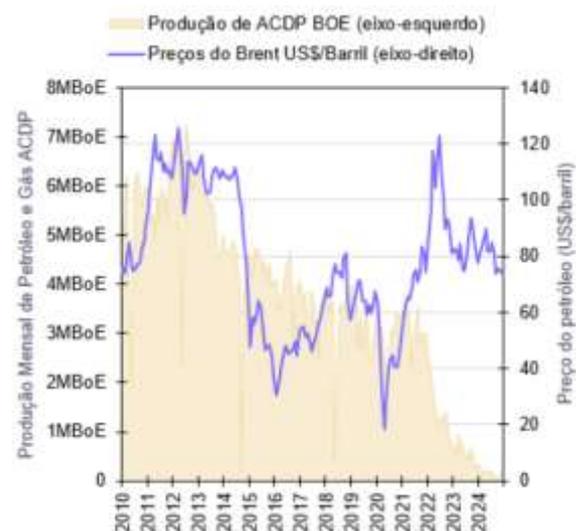


Em 2024, a produção foi de 1,9 milhões de barris de óleo equivalente (BOE), em comparação com 7,0 milhões de BOE em 2023. A produção mensal diminuiu ao longo do ano. Houve apenas um carregamento de condensado e nenhuma venda de GPL e GNL em 2024, o que representou uma redução significativa em relação a 2023.

A queda da procura e o excesso de oferta resultaram em preços de petróleo ligeiramente mais baixos em 2024. Historicamente, os preços recebidos pelos produtos petrolíferos de Timor-Leste têm demonstrado uma relação mais estável com o Brent do que com o WTI. O preço médio anual do petróleo bruto Brent em 2024 foi de \$80,53/barril, cerca de \$2/barril abaixo da média do ano anterior (\$82,47/barril) (Figura 8).

O fornecimento de gás para a Darwin LNG cessou em meados de novembro de 2023. Desde então, o gás produzido em Bayu-Undan tem sido vendido e entregue à Power and Water Corporation (PWC) em Darwin, de acordo com os termos e condições do Acordo de Venda de Gás aprovado. Os preços do gás negociados no âmbito do GSA em meados de 2023 e início de 2024 estavam alinhados com os preços de referência do GNL, nomeadamente o Platts Japan-Korea-Marker ("JKM"). Os preços futuros do JKM tiveram uma média de \$12,14/MMBtu em 2024, um valor inferior ao registado em 2023.

Figura 8 – Produção e Preços do Petróleo na ACDP



A Santos é a operadora da *Joint Venture* Bayu-Undan. Em setembro de 2024, foi anunciado que a Timor Gap E.P., adquiriu uma participação de 16% no projeto *upstream* de Bayu-Undan, e o Contrato de Partilha de Produção (CPP) foi prorrogado até junho de 2026. Contudo, em junho de 2025, a Santos notificou Timor-Leste sobre a sua intenção de encerrar o projeto Bayu-Undan. Consequentemente, os CPPs foram terminados.

Incluindo os campos menores, Kakatua e Kitan, a produção total de petróleo desde 2004 foi de 956 milhões de BOE, e as receitas de petróleo totalizaram US\$25,450 bilhões, incluindo a transferência inicial de \$204,6 milhões, que incluem a transferência inicial de \$204,6 milhões e, líquido do reembolso de impostos, de \$89,9 milhões.

¹⁰ Anexo II – Nota 16 das Demonstrações Financeiras Auditadas e Anexo XI – Receitas do Fundo Petrolífero apresentam os detalhes das receitas petrolíferas.

Levantamentos

O Orçamento Geral do Estado é largamente financiado por levantamentos do Fundo Petrolífero. Os levantamentos aprovados do Fundo Petrolífero no Orçamento do Estado de 2024 totalizaram US\$ 1.377,5 milhões. Este valor foi US\$ 169,3 milhões superior ao orçamento de retificação do ano anterior e representou cerca de 8% da Riqueza Petrolífera.

Para 2024, o Rendimento Sustentável Estimado (RSE) foi de US\$ 522,1 milhões. O RSE é fixado em 3% da Riqueza Petrolífera, que foi estimada em US\$ 17.403,1 milhões no Livro de Orçamento de 2024. A Riqueza Petrolífera é composta pelo saldo projetado do Fundo Petrolífero no início do ano orçamental (avaliado em US\$ 17.351,3 milhões) e pelo valor presente líquido previsto das futuras receitas petrolíferas (US\$ 51,8 milhões). Importa notar que as receitas petrolíferas futuras incluem apenas estimativas de campos com planos de desenvolvimento já aprovados. Assim, neste cálculo, foi considerado apenas Bayu-Undan, excluindo Greater Sunrise e outras potenciais fontes de receita.

Os levantamentos efetivos do Fundo totalizaram US\$ 1.300,0 milhões durante 2024, um valor ligeiramente inferior ao montante aprovado. Os levantamentos em 2024 foram US\$ 210 milhões superiores às realizadas em 2023.

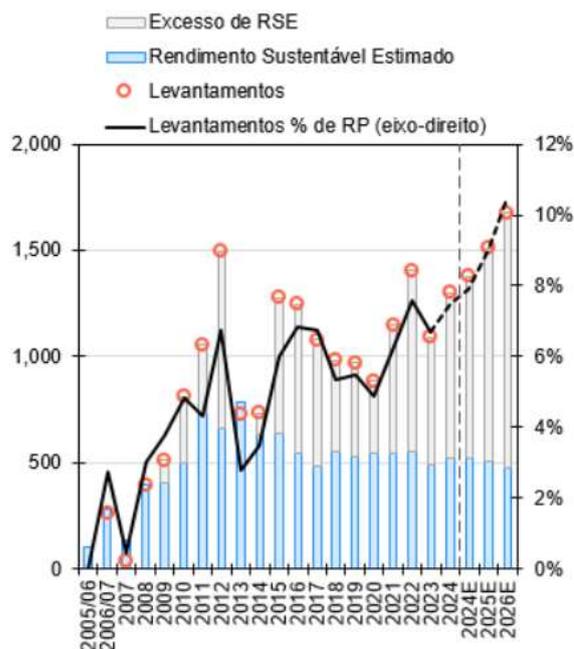
Rendimentos e despesas de investimento

A receita anual de investimentos do Fundo Petrolífero para 2024 foi de US\$1.200,3 milhões após despesas.

O rendimento total de investimento, antes de despesas, foi de US\$1.221,5 milhões em 2024. O rendimento de investimento pode ser dividido em recebimentos de caixa, como cupões e dividendos, e alterações no valor de mercado. Juros, dividendos e rendimentos de *trusts* somaram US\$537,0 milhões. Além disso, o ganho nas valorizações de mercado e no câmbio de divisas foi de US\$684,3 milhões em 2024, o que reflete os retornos positivos tanto de investimentos de rendimento fixo quanto de ações. No entanto, houve uma perda pelo justo valor no investimento na Timor Gap E.P. (Tabela 14), e a apreciação do Dólar Americano ao longo do ano também teve um impacto negativo no rendimento. A Secção D descreve os detalhes.

Os levantamentos que excedem o Rendimento Sustentável Estimado (RSE) refletem a política do Governo de antecipar a despesa para impulsionar o desenvolvimento económico. Desde 2009, os levantamentos anuais têm sido, em média, cerca de 5,6% da Riqueza Petrolífera estimada, em comparação com os 3% do RSE (ver Figura 9). Nos últimos quatro anos, os levantamentos reais representaram, em média, 7% da Riqueza Petrolífera e prevê-se que continuem a aumentar.

Figura 9 – Transferências para o Orçamento Geral do Estado (\$m)



A Tabela 5 detalha que as despesas totais incorridas na gestão do Fundo Petrolífero ascenderam a US\$15,4 milhões em 2024. Esse valor representa um ligeiro aumento em comparação com os US\$15,3 milhões gastos no ano anterior. O BCTL relatou custos operacionais de US\$7,4 milhões, o que correspondeu a 4,1 pontos-base do saldo do Fundo no início do ano. As restantes despesas englobaram taxas de custódia e de gestores externos, totalizando US\$7,7 milhões, além de US\$271 mil em despesas do Comité de Assessoria para o Investimento (CAI). As despesas do CAI foram substancialmente menores do que em 2023, ano em que incluíram o custo de uma avaliação independente. As despesas totais em 2024 representaram 8,4 pontos-base do valor médio do Fundo em 2024, um pouco menos do que em 2023.

Tabela 5 – Despesas de gestão (\$m)

Categoria	2021	2022	2023	2024
Taxas de gestores externos e custódia	8,139	6,820	5,856	7,663
Despesas operacionais do BCTL	7,712	6,211	7,188	7,446
Despesas do CAI	0,140	0,287	0,677	0,271
Outras despesas	0,967	0,008	1,581	0,000
Total de despesas	16,957	13,326	15,302	15,380
Total de despesas relativas ao valor médio do Fundo	8,8pb	7,2pb	8,6pb	8,4pb

Fluxos desde a criação do Fundo

A Figura 10 ilustra as contribuições para o valor do Fundo desde a sua criação. As receitas de petróleo totalizam US\$25,450 milhões, incluindo a transferência inicial de US\$204,6 milhões de receitas arrecadadas em 2005, antes mesmo da constituição do Fundo. Os retornos de investimento adicionaram US\$10,236 milhões ao saldo do Fundo. Desde o início do Fundo em 2005, os levantamentos do Governo totalizaram US\$17,413 milhões, valor que excede o Rendimento Sustentável Estimado (RSE) acumulado durante o mesmo período em US\$7,642 milhões.

Figura 10 – Fluxos acumulados para o Fundo (\$m)



C. ESTRATÉGIA DE INVESTIMENTO

Investimentos no mercado financeiro

A Lei do Fundo Petrolífero estabelece as seguintes regras para os investimentos:

- O Fundo investe apenas em ativos financeiros no exterior (Artigo 15.º n.º 1).
- Um mínimo de 50% do Fundo Petrolífero é investido em títulos de rendimento fixo, ou seja, em dinheiro e títulos de grau de investimento (Artigo 15.º n.º 2).
- Um máximo de 50% do Fundo Petrolífero é investido em ações listadas (Artigo 15.º n.º 3).
- Um máximo de 5% do Fundo Petrolífero pode ser investido em outros investimentos elegíveis (Artigo 15.º n.º 4).
- Um máximo de 3% do Fundo Petrolífero pode ser investido em qualquer emissor ou empresa, exceto emissores soberanos (Artigo 15.º n.º 5).

Conforme referido, no âmbito do enquadramento original da Lei do Fundo Petrolífero, o Fundo apenas pode investir em ativos financeiros no exterior. As decisões de investimento nacional por parte do governo devem ser realizadas através do Orçamento

do Estado, que é avaliado e aprovado pelo Parlamento, e não diretamente pelo Fundo. Os investimentos do Fundo Petrolífero estão sujeitos a uma rigorosa diligência por parte das instituições do Fundo, incluindo o aconselhamento independente do CAI, e são avaliados exclusivamente com base em critérios financeiros, sem considerar objetivos de desenvolvimento. Isto segue os Princípios de Santiago, que procuram separar os investimentos de um fundo soberano da influência política.

A Lei do Fundo Petrolífero também estabelece diretrizes para a estratégia de investimento. Os investimentos devem ser diversificados com o objetivo de maximizar os retornos financeiros ajustados ao risco, após considerar os propósitos do Fundo, suas restrições operacionais e a capacidade de suportar riscos (Artigo 14.1). Além disso, deve haver liquidez suficiente para financiar os levantamentos do Governo (Artigo 14.2). Os investimentos são avaliados puramente com base nesses fundamentos financeiros e precisam estar em conformidade com as boas práticas de gestão de carteiras.

Investimento em operações petrolíferas

Desde 2019, o Fundo tem, na prática, sido dividido entre investimentos em mercados financeiros e o investimento em operações petrolíferas.

O investimento em operações petrolíferas foi concretizado em abril de 2019 através de empréstimos concedidos às subsidiárias da Timor Gap E.P. Este investimento constitui uma exceção ao enquadramento do Fundo Petrolífero e às regras estabelecidas na Lei do Fundo Petrolífero, tendo sido viabilizado pela alteração da Lei das Atividades Petrolíferas. Uma visão geral deste investimento é apresentada abaixo. Detalhes adicionais podem ser consultados no Relatório Anual do Fundo Petrolífero de 2019.

O Governo timorense concordou com a aquisição das participações da ConocoPhillips e da Shell na *joint venture* do Greater Sunrise, em setembro e novembro de 2018. O objetivo era facilitar o processamento em terra (onshore) em Timor-Leste, permitindo uma participação plena nos potenciais ganhos do desenvolvimento. A aquisição de uma participação agregada de 56,56% custou a Timor-Leste US\$650 milhões de dólares, valor que necessitava de financiamento. A orientação do Ministério das Finanças era seguir o enquadramento da Lei do Fundo Petrolífero e incluir os investimentos do governo orientados para o mercado doméstico no Orçamento do Estado. No entanto, o Orçamento resultante de US\$2,1 mil milhões de dólares para 2019 não foi promulgado devido a preocupações de sustentabilidade. O Governo optou por financiar a

aquisição através de uma alteração à Lei das Atividades Petrolíferas. Essa alteração permitiu que a alocação de 5% para ativos alternativos, prevista no Artigo 15.4 da Lei do Fundo Petrolífero, fosse aplicada a investimentos em operações petrolíferas em território nacional ou no estrangeiro.

O investimento de US\$650 milhões do Fundo Petrolífero foi estruturado como um empréstimo à empresa petrolífera nacional, a Timor Gap E.P., que utilizaria os recursos para adquirir as participações na *joint venture* do Greater Sunrise.¹¹ Este empréstimo foi concedido a quatro subsidiárias da Timor Gap E.P. que detinham os Contratos de Partilha de Produção e as Concessões de Retenção relacionados (ver Figura 11). A taxa de juro acordada foi de 4,5% ao ano, com um período de carência de oito anos para os reembolsos, a fim de permitir o tempo necessário para o desenvolvimento e o início da produção. Os juros acumulariam durante esse período de carência, e o empréstimo seria então reembolsado ao longo dos 10 anos seguintes, altura em que se esperava um fluxo de receitas petrolíferas.¹²

Além disso, uma vez que o campo de Greater Sunrise comece a produzir, o Fundo Petrolífero receberá a quota habitual do Estado sobre as receitas de petróleo – nomeadamente, *royalties*, lucro de petróleo e impostos relacionados com o petróleo. O Fundo Petrolífero também receberá quaisquer dividendos pagos pela proprietária, Timor Gap E.P., resultantes da sua participação na *joint venture*.

Figura 11 – Investimento do Fundo Petrolífero na Timor Gap E.P.



11 O Relatório Anual de 2019 do Fundo Petrolífero explica por que o investimento foi estruturado como um empréstimo em vez de participação acionária.

12 O investimento em operações petrolíferas é discutido em detalhe na Secção D, sob o título "Desenvolvimentos no instrumento de dívida privada", bem como nas Notas 13 e 24 das Demonstrações Financeiras anexas.

O investimento do Fundo Petrolífero na Timor Gap E.P., é excepcional em dois aspectos:

- Foi uma decisão de investimento do Governo, aprovada pelo Conselho de Ministros. O aconselhamento do Comité de Assessoria para o Investimento do Fundo Petrolífero limitou-se à forma de implementar a decisão de investimento do governo, em vez de realizar a devida diligência sobre o investimento, dado que o Comité não dispunha da análise de suporte necessária.
- Foi um investimento em Timor-Leste motivado por objetivos de desenvolvimento nacional, e não por critérios puramente financeiros.

O investimento em operações petrolíferas tem apresentado desafios. O processo de contabilidade e avaliação demorou algum tempo a ser estabelecido, o que resultou em atrasos nas demonstrações financeiras de 2020 e 2021. Essa situação foi resolvida em 2022 e nos relatórios subsequentes.

Um problema ainda não resolvido é a possibilidade de que os limites de exposição da Lei do Fundo Petrolífero sejam violados no futuro. A Lei do Fundo Petrolífero restringe o investimento a 5% do saldo do Fundo. Este limite será excedido se o Fundo diminuir conforme projetado, dependendo da avaliação dos empréstimos. Além disso, o Artigo 15.5 da Lei do Fundo Petrolífero impõe um limite de investimento de 3% para qualquer empresa ou emitente individual.

Segmentação à carteira de Liquidez e carteira de Crescimento

O enquadramento de fundo permanente, delineado na Secção A, não tem sido aplicado na prática. Em vez de seguir a diretriz do Rendimento Sustentável Estimado (RSE), os governos têm optado por antecipar os levantamentos. Prevê-se que o Fundo se esgote, a menos que haja entradas significativas de novas receitas petrolíferas ou uma alteração substancial na política fiscal. Esta projeção de esgotamento do Fundo representa um desafio para o período de detenção mais longo que seria necessário para garantir retornos mais elevados de investimentos em ações.

Consequentemente, decidiu-se alinhar os levantamentos de curto prazo com investimentos de baixo risco, segmentando os investimentos do Fundo em mercados financeiros em duas carteiras. A carteira de Liquidez cobre três anos de levantamentos projetados numa base contínua e investe em ativos de baixo risco, especificamente caixa e títulos de curto prazo. A carteira de Crescimento visa retornos mais elevados a longo prazo, investindo 35% em ações e 65% em renda fixa (Figure 12).

O Tratado das Fronteiras Marítimas exige a consolidação dos Contratos de Partilha de Produção (PSCs) existentes em um único contrato, e as participações de Timor-Leste também serão consolidadas em uma única entidade. Se os empréstimos forem transferidos para essa entidade, é provável que o limite de exposição de 3% seja excedido.

O momento dos fluxos de entrada de receitas de Greater Sunrise apresenta agora um desafio. Quando o empréstimo foi contraído em 2019, esperava-se que o período de carência de 8 anos para os reembolsos fosse suficiente para que Greater Sunrise iniciasse a produção. No entanto, o primeiro pagamento de juros é devido em abril de 2028, e o plano de desenvolvimento ainda não foi acordado. Consequentemente, é provável que haja um hiato entre a data de vencimento dos reembolsos do empréstimo contratado pela Timor Gap E.P. e a data em que esta começará a receber receitas de Greater Sunrise.

A Ministra das Finanças já abordou estas questões com o Ministro do Petróleo e Recursos Minerais, bem como com as partes envolvidas no empréstimo – a Timor Gap e o BCTL. O Ministério das Finanças pretende que os termos do empréstimo sejam alterados em 2025 para refletir o tempo esperado de Greater Sunrise.

A segmentação foi implementada para:

- 1) Reduzir o risco na carteira total, considerando os levantamentos;
- 2) Definir objetivos de investimento claros para cada carteira;
- 3) Transmitir confiança aos *stakeholders* de que os levantamentos de curto prazo estão cobertos por ativos relativamente seguros;
- 4) Reconectar a estratégia de investimento do Fundo com a política fiscal, incentivando projeções fiscais plurianuais e a consideração da sustentabilidade fiscal.

Essa estrutura ajusta os investimentos do Fundo a novas informações sobre os levantamentos.

A carteira de liquidez financia os levantamentos e, por isso, diminui ao longo do ano, dependendo das entradas de petróleo. No início do ano seguinte, investimentos da carteira de crescimento são vendidos para compensar a diferença entre o saldo da

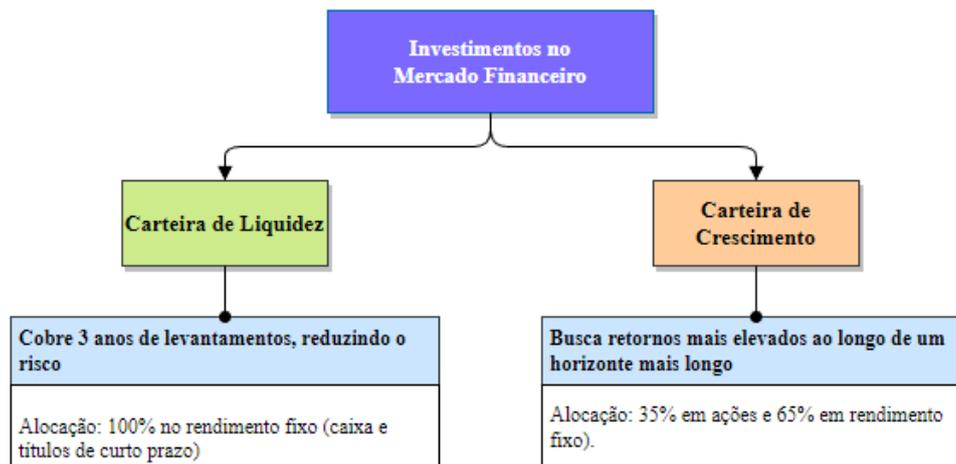
carteira de liquidez e os levantamentos previstos para os próximos três anos. Uma regra contracíclica é aplicada. Se a carteira de crescimento tiver perdas no ano anterior, apenas 50% da diferença é transferida. Se a carteira de crescimento apresentar um retorno "normal" (entre 0% e 6%), 100% da diferença é transferida. Se o retorno da carteira de crescimento for superior a 6%, 150% é transferido. Esta regra tem como objetivo limitar a venda de investimentos após uma perda e vender mais após um retorno forte. A carteira de crescimento é reequilibrada para os seus pesos-alvo (35% em ações e 65% em rendimento fixo) como parte da transferência para a carteira de liquidez.

Aplicando este cenário a 2024, as projeções de levantamentos para os próximos três anos totalizavam US\$3.377,5 milhões. Este valor incluía o levantamento aprovado de US\$1.377,5 milhões para 2024 no Orçamento do Estado de 2024, juntamente com estimativas de US\$1 bilhão para cada um dos anos de 2025 e 2026. No final de 2023, o saldo da carteira de liquidez era de US\$3.012,6 milhões, já incluindo as entradas de petróleo, o que resultava num défice de US\$364,97 milhões no fecho do ano.

Dado que o retorno anual da carteira de crescimento em 2023 foi de 11,4%, superando os 6%, foi transferido 150% do défice, ou seja, US\$ 547 milhões, da carteira de crescimento para a carteira de liquidez, através da venda de ações e obrigações.

A carteira de liquidez, introduzida em julho de 2021, foi inicialmente estruturada em dois mandatos: Caixa e Notas do Tesouro Americano de curto prazo. O mandato de Caixa destinava-se a financiar os levantamentos do orçamento do ano corrente, incluindo instrumentos com maturidade inferior a 12 meses e tendo como o índice de referência as Notas do Tesouro Americano a 3 meses. O resto no mandato de Notas do Tesouro Americano de curto prazo deveria corresponder aos levantamentos projetados para o segundo e terceiro anos, e o seu índice de referência era um índice correspondente às Notas do Tesouro Americano de 1 a 3 anos. Após consulta ao BCTL como gestor interno e apresentações ao CAI sobre as alocações e o desempenho dos dois mandatos, a carteira de liquidez foi reestruturada em abril de 2024 para um único mandato com o índice de referência de títulos do Tesouro dos EUA com maturidade de 0 a 3 anos.

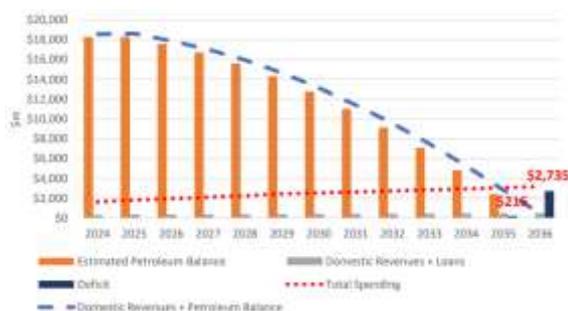
Figura 12 – A segmentação do Fundo Petrolífero em duas carteiras



A análise de sustentabilidade fiscal presente no Livro de Orçamento de 2025 projeta que o Fundo será esgotado até 2035, caso se mantenha a trajetória de gastos necessária para atingir a meta de crescimento de 5% do governo para o período de 2026-2029 (Figura 13). No entanto, a implementação de cortes de despesas e novos impostos poderá estender a vida útil do Fundo para além de 2040.

A análise de sustentabilidade fiscal apresentada não inclui as potenciais receitas do projeto Greater Sunrise. O Ministério das Finanças revisa regularmente a estrutura fiscal e a estratégia de investimento, e já consultou o Ministério do Petróleo e Recursos Minerais sobre o valor e o *timing* das entradas de fundos esperados do Greater Sunrise.

Figura 13 – Previsões do Fundo Petrolífero no OGE para 2025 – trajetória atual das despesas



Fontes: Livro I do Orçamento para 2025, Direção Nacional de Política Económica, Ministério das Finanças, 2024.

Carteiras e participações

A alocação de ativos do Fundo Petrolífero tem evoluído ao longo do tempo, como se pode ver na Caixa I.

A alocação atual dos investimentos do Fundo é ilustrada na Figura 14. Como mencionado anteriormente, o Investimento em Operações Petrolíferas é separado dos Investimentos do Fundo no Mercado Financeiro. Por sua vez, os Investimentos no Mercado Financeiro são segmentados nas carteiras de Liquidez e Crescimento.

A estratégia de investimento do Fundo reflete a "Declaração de Crenças e Princípios de Investimento" do CAI, publicada no sítio do Ministério das Finanças.¹³ A carteira evita complexidades desnecessárias e visa prémios de retorno sistemáticos, investindo em caixa, títulos de dívida soberana e ações cotadas em bolsa. A diversificação é utilizada para eliminar riscos não recompensados; a carteira de ações é diversificada por empresas, países e setores, enquanto a carteira de títulos soberanos ajuda a mitigar o risco de ações.

A gestão passiva é o principal estilo de investimento. Um gestor passivo investe de forma que os pesos dos títulos individuais na carteira reflitam os do índice de referência.

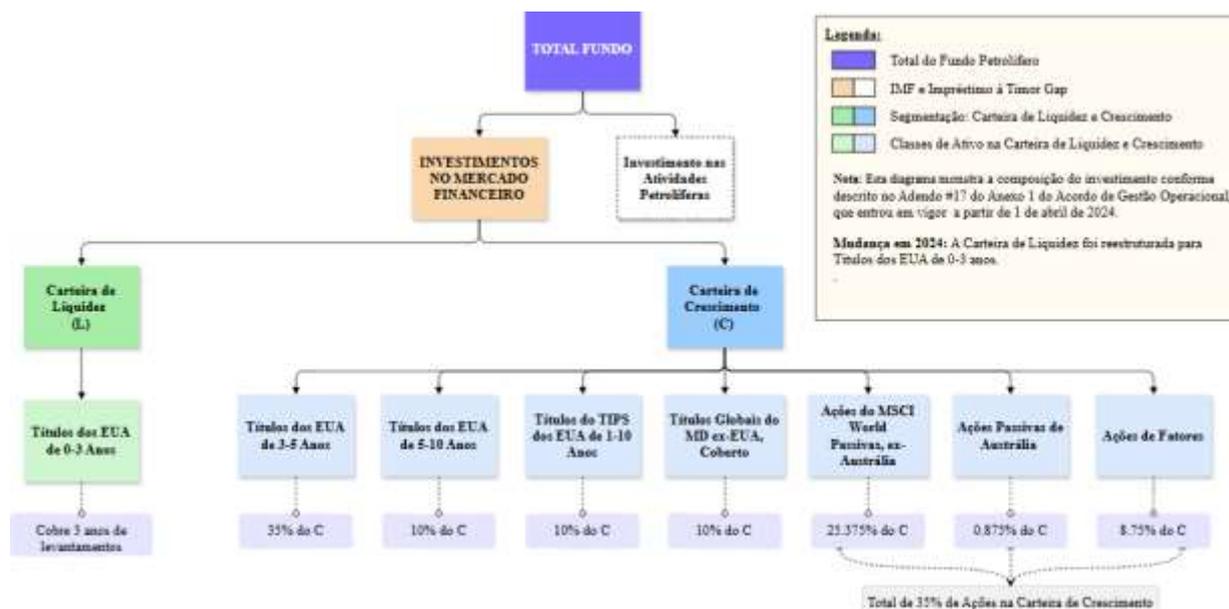
Consequentemente, o desempenho do investimento do mandato corresponderá ao desempenho do índice de referência. A gestão passiva é geralmente preferida pelo Fundo Petrolífero porque os mercados financeiros são vistos como geralmente eficientes, e a maior parte dos retornos provém de fatores de risco sistemáticos. A gestão passiva oferece uma exposição diversificada e eficaz em termos de custos.

Conforme mencionado, a carteira de liquidez financia os levantamentos esperados do Fundo nos próximos três anos. Em abril de 2024, a carteira foi reestruturada para um único mandato de Notas do Tesouro Americano de 0 a 3 anos. É gerida internamente pelo BCTL e espera-se que o seu desempenho seja, de modo geral, consistente com o seu índice de referência.

A carteira de crescimento segue a alocação de 65% em rendimento fixo e 35% em ações, adotada antes da segmentação. Os investimentos de rendimento fixo são restritos a títulos públicos com grau de investimento. Os mandatos internos de Títulos do Tesouro dos EUA, geridos passivamente, constituem a maior parte das participações em rendimento fixo. A carteira de Títulos do Tesouro dos EUA de 3-5 anos tem um peso de 35% na carteira de crescimento, enquanto a carteira de Títulos do Tesouro dos EUA de 5-10 anos tem um peso de 10%. O mandato de Títulos do Tesouro Protegidos contra a Inflação ou seja TIPS dos EUA foi introduzido em abril de 2023, com um peso de 10%. Os TIPS dos EUA são geridos externamente pela Barings e pela Franklin Templeton de forma passiva melhorada. O mandato de Tesouro Global ex-EUA é gerido externamente pelo Bank for International Settlements (BIS) numa base de gestão passiva melhorada, que procura obter um excesso de retorno moderado em relação ao seu índice de referência. A exposição cambial no mandato Global Treasury ex-EUA tem sido protegida (hedged) desde que o BIS foi nomeado em abril de 2020.

¹³ <https://www.mof.gov.tl/pagedetails/petroleum-fund-of-timor-leste>

Figura 14 – Panorama geral dos investimentos do Fundo Petrolífero



Três quartos da alocação em ações também são geridos de forma passiva. Os mandatos passivos da SSgA e da BlackRock são referenciados ao MSCI World excluindo a Austrália, um índice ponderado pela capitalização de mercado. O BCTL gere internamente a alocação em ações australianas, também numa base passiva.

O mandato de fator de ações foi introduzido em agosto de 2019 e corresponde a um quarto da alocação total em ações. A alocação para fatores de ações difere do índice de capitalização de mercado ao focar em empresas com maior exposição a valor.

qualidade, baixa volatilidade e, em menor grau, tamanho.

As características desses fatores estão resumidas na Tabela 6. Essa alocação conta com dois gestores: a Schroders, que antes da alocação por fatores era um mandato passivo melhorado e foi reclassificada, e um novo mandato de fator para a SSgA. A longo prazo, espera-se que o mandato de fator de ações melhore o retorno ajustado ao risco em comparação com uma carteira investida em um índice de capitalização de mercado.

Tabela 6 – Características dos fatores de ações

Fator de Ações	Características das Empresas
Valor	Baixos rácios de avaliação, por exemplo, Valor Contabilístico de Mercado
Qualidade	Lucro mais alto
Baixa volatilidade	Menos retornos variáveis
Tamanho	Menor capitalização de mercado

A carteira de liquidez encerrou 2024 com US\$2.493 milhões, o que representa 14% do total dos investimentos em mercados financeiros. Essa carteira financiou os US\$1.300 milhões em levantamentos do governo, recebeu US\$85,4 milhões em entradas de petróleo e gerou rendimentos de investimento. A carteira de crescimento foi reequilibrada para os seus pesos da AEA no primeiro trimestre de 2024. Sob reequilíbrio anual, os pesos de rendimento fixo e

ações subsequentemente se desviarão de acordo com seu desempenho relativo durante o ano. Conforme descrito na Seção D, os retornos de ações (17,8%) excederam os de rendimento fixo (2,2%), o que resultou em ações terminando o ano 2,5% acima do peso da AEA de 35%, com rendimento fixo correspondentemente abaixo de sua alocação de 65% (Tabela 7).

Caixa I: A evolução dos investimentos do Fundo Petrolífero

A alocação de ativos do Fundo Petrolífero tem evoluído ao longo do tempo. No âmbito da Lei original do Fundo Petrolífero, de 2005, os investimentos do Fundo estavam limitados principalmente a ativos de baixo risco. O Fundo estava totalmente investido em Títulos do Tesouro dos EUA antes de uma alocação para obrigações globais ser introduzida em 2009.

As ações foram introduzidas pela primeira vez em 2010, altura em que o limite superior da Lei de 2005 era efetivamente de 10% quando combinado com dívida não denominada em USD.

Figura 15 – Alocações de ativos desde 2005



As alterações à Lei do Fundo Petrolífero em 2011 aumentaram a alocação máxima em ações para 50% do Fundo. Essa medida foi concebida para cumprir o objetivo de retorno real de 3% implícito na regra de levantamento do Rendimento Sustentável Estimado (RSE). Em 2012, decidiu-se por uma alocação de 40% em ações, que, na altura, se esperava que atingisse o objetivo de retorno real de 3% com uma probabilidade razoável. O horizonte de investimento de longo prazo, que resulta da aplicação do modelo de fundo permanente, permitiria ao Fundo suportar a volatilidade de curto prazo inerente em ações. A alocação em ações foi inicialmente aumentada para 20% em 2012 e, posteriormente, incrementada mensalmente para atingir 40% em junho de 2014. Durante este período, em 2013, foi introduzida uma alocação de 10% em Títulos do Tesouro Globais (excluindo os EUA) sem cobertura de risco cambial.

As implicações de uma balança do Fundo em declínio para a estratégia de investimento têm sido consideradas há algum tempo. Em junho de 2016, uma carteira de caixa de US\$800 milhões foi introduzida para corresponder aos levantamentos líquidos esperados para o resto desse ano. Em 2017, o mandato de caixa foi definido para ser igual ao défice de caixa líquido esperado para 12 meses, numa base trimestral contínua. Essa alocação de caixa foi tratada como fora da Alocação Estratégica de Ativos (AEA) e não é mostrada na Figura 15. Para simplificar a gestão operacional, uma alocação de caixa de 5% foi adicionada à AEA em 2019.

O Fundo investiu em operações petrolíferas através de Timor Gap, E.P., em abril de 2019. Os reembolsos de juros da Timor Gap E.P. devem ser financiados pelas receitas provenientes do projeto de desenvolvimento petrolífero Greater Sunrise, o que significa que o risco do investimento do Fundo é mais comparável à alocação de ações do que a obrigações. Consequentemente, a alocação foi financiada pela redução da alocação de ações de 40% para 35%.

Em julho de 2021, o Fundo Petrolífero foi segmentado em carteira de liquidez e carteira de crescimento. A Figura 15 mostra que, para o Fundo total, isso implicou um aumento significativo na alocação defensiva para caixa e títulos do Tesouro dos EUA de curto prazo, enquanto a alocação em ações diminuiu.

Em abril de 2023, 10% de total da carteira de crescimento foi alocada para Títulos do Tesouro Americano Protegidos contra a Inflação (TIPS), sendo financiada pelo mandato de Títulos do Tesouro dos EUA de 3-5 anos, cujo peso diminuiu para 35%. Este mandato visa proteger o Fundo contra a inflação crescente e os seus impactos na carteira.

Em abril de 2024, o mandato da carteira de Liquidez foi alterado de um mandato composto de Caixa e Notas do Tesouro Americano de 1 a 3 anos para um mandato único de Notas do Tesouro Americano de 0 a 3 anos.

Tabela 7 – Mandatos dos Investimentos no Mercado Financeiro do Fundo em 31 de dezembro de 2024

Carteira/Mandato	Gestor	Estilo	Alocações no final do ano			
			US\$ m	Peso de AEA	% de C	% de IMF
Investimentos no Mercado Financeiro			17.713,0			100,0%
Carteira de Liquidez			2.492,5			14,1%
Carteira de Crescimento			15.220,5			85,9%
Carteira de Liquidez			2.492,5			14,1%
Títulos do Tesouro dos EUA de 0 a 3 anos	BCTL	Passivo	2.492,5			14,1%
Carteira de Crescimento			15.220,5	100,0%	100,0%	85,9%
Total de Juros Fixos			9.514,2	65,00%	62,5%	53,7%
Títulos do Tesouro dos EUA de 3 a 5 anos	BCTL	Passivo	5.123,6	35,00%	33,7%	28,9%
Títulos do Tesouro dos EUA de 5 a 10 anos	BCTL	Passivo	1.428,3	10,00%	9,4%	8,1%
Tesouros Globais MD ex-EUA (com coberto)	BIS	Passivo melhorado	1.486,3	10,00%	9,8%	8,4%
TIPS dos EUA de 1 a 10 anos	FT; Barings	Passivo melhorado	1.476,1	10,00%	9,7%	8,3%
Total Equities			5.706,3	35,00%	37,5%	32,2%
Índice de Ações do MSCI World ex-Austrália	SSgA; Blackrock	Passivo	4.175,7	25,375%	27,4%	23,6%
Índice de Ações do MSCI Austrália	BCTL	Passivo	130,8	0,875%	0,9%	0,7%
Índice de Ações do MSCI World ex-Austrália	SSgA; Schroders	Fatores de Ações	1.399,7	8,75%	9,2%	7,9%

Nota: AEA (Alocação Estratégica de Ativos); MD (Mercado Desenvolvido); C (Carteira de Crescimento); IMF (Investimentos no Mercado Financeiro); Ex-EUA (Excluindo Estados Unidos da América); BIS (Bank for International Settlement); FT (Franklin Templeton); SSgA (State Street Global Advisors); BCTL (Banco Central de Timor-Leste).

A Tabela 8 apresenta as alocações do Fundo por país. O termo Caixa aqui é definido de acordo com nossa política contábil, ou seja, instrumentos com maturidade inferior de 90 dias. É composto principalmente pelo mandato de Caixa em USD, que inclui acordos de recompra *overnight* com o Federal Reserve Bank of New York. Além disso, o caixa inclui a garantia de 10% exigida para o mandato de tesouraria global com *hedge*, bem como pequenos saldos de caixa mantidos pelos gestores em seus mandatos de títulos e ações para operações, o que inclui moedas não-USD.

A composição das participações em ações do Fundo Petrolífero alinha-se amplamente com o índice de referência. O MSCI World Index é composto por empresas de grande e média capitalização listadas em mercados desenvolvidos. No final de 2024, o Fundo Petrolífero detinha ações de 1.436 empresas, e essas participações estão detalhadas na Nota 24 do Anexo II. A Tabela 8 revela que mais de 73% da carteira de ações está investida em empresas listadas nos EUA. Os países da Zona Euro representam a segunda maior alocação, com 7,7% da carteira de ações, seguidos pelo Japão (5,5%) e pelo Reino Unido (3,3%). A alocação em ações australianas é gerida internamente pelo BCTL e corresponde a 2,3% do total de ações detidas pelo Fundo.

A alocação nos EUA representa 88,8% das participações em títulos do Fundo. Ela é composta por Títulos do Tesouro dos EUA mantidos na carteira de liquidez, juntamente com os mandatos de Tesouro de 3-5 anos. Tesouro de 5-10 anos e TIPS de 1-10 anos na carteira de crescimento. A alocação em títulos governamentais fora dos EUA tem como índice de referência é um índice personalizado de mercados desenvolvidos, concebido para facilitar a diversificação, limitando a alocação na Zona Euro a 30% do índice e os pesos de cada país a 10%. As alocações na Tabela 8 estão em linha com os pesos do índice de referência. A Zona Euro representa 3,4% do total das participações em rendimento fixo, enquanto os pesos para a Austrália, Canadá, Japão e Reino Unido são consistentes com o peso máximo por país.

Em relação à exposição do Fundo a moedas estrangeiras, o caixa está quase inteiramente em dólares americanos (USD). As participações em rendimento fixo também estão totalmente em USD. Existem alocações significativas em mandatos de títulos do tesouro dos EUA, enquanto o mandato de títulos de dívida soberana de mercados desenvolvidos globais está coberto em relação ao dólar americano.

Tabela 8 – Alocação do Fundo Petrolífero por países

País	Caixa	Títulos	Ações	IMF
Austrália	0,2%	1,1%	2,3%	1,4%
Canadá	0,2%	1,1%	3,0%	1,7%
Dinamarca	0,0%	0,6%	0,7%	0,6%
Zona euro	0,5%	3,4%	7,7%	4,7%
Hong Kong	0,2%	0,1%	0,4%	0,2%
Israel	0,1%	0,0%	0,1%	0,0%
Japão	0,5%	1,2%	5,5%	2,5%
Nova Zelândia	0,4%	0,5%	0,1%	0,4%
Noruega	0,1%	0,3%	0,1%	0,2%
Singapura	0,2%	0,9%	0,3%	0,7%
Suécia	0,1%	0,4%	0,7%	0,5%
Suíça	0,1%	0,7%	2,2%	1,2%
Reino Unido	0,2%	1,1%	3,3%	1,8%
Estados Unidos da América	97,3%	88,8%	73,6%	84,2%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Nota: Apenas os Investimentos no Mercado Financeiro. Caixa inclui dinheiro em bancos e acordos de recompra em dólares americanos. Títulos/obrigações inclui investimentos na carteira de liquidez e nos mandatos de rendimento fixo na carteira de crescimento.

Adicionalmente, o mandato de títulos soberanos de mercados desenvolvidos globais tem seu risco cambial coberto para o dólar americano (hedged). As participações em ações não têm cobertura cambial (unhedged), o que significa que os pesos por país para as ações na Tabela 8 refletem as exposições cambiais resultantes.

No agregado dos investimentos em mercados financeiros, 84% do Fundo está investido em títulos dos EUA. A Zona Euro é a segunda maior alocação,

representando quase 5%. O USD domina a exposição cambial em mais de 91%, após considerar a cobertura do risco cambial das participações em rendimento fixo não-EUA. Há pequenas exposições a outras moedas importantes – nomeadamente, o Euro, o Iene japonês, a Libra esterlina, o Dólar canadiano e o Dólar australiano, bem como outras pequenas moedas não-USD – através da alocação em ações sem cobertura cambial.

D. DESEMPENHO DO INVESTIMENTO EM 2024

Em 2024, o retorno total do Fundo Petrolífero foi de +6,80%, seguindo o retorno de 9,99% em 2023. Os investimentos em mercados financeiros, que excluem o empréstimo à Timor Gap E.P., renderam 7,26%. A carteira de liquidez apresentou um robusto retorno de 5,16%, reflexo das taxas de juro de curto prazo elevadas. A carteira de crescimento registou um retorno de 7,78%, composto por um retorno de rendimento fixo de 2,17% e um retorno de ações de 17,79%.

O empréstimo do Fundo Petrolífero à Timor Gap E.P. resultou num retorno negativo de -5,99%, após a mais recente avaliação independente, que será detalhada a seguir.

Figura 16 – Retornos anuais de investimento do Fundo Petrolífero



Os fortes retornos anuais nos últimos dois anos mais do que compensaram a queda de 2022. O retorno anualizado do Fundo, desde a sua criação, subiu para 4,40%, comparado com os 4,27% no final de 2023. A alocação ao rendimento fixo, incluindo mandatos tanto na carteira de liquidez quanto na de crescimento, rendeu 2,15% ao ano desde 2005. A alocação em ações teve um retorno anualizado de 10,51% ao ano desde o primeiro investimento em 2010. O retorno correspondente de rendimento fixo, desde que as ações foram introduzidas em outubro de 2010, é de 1,50% ao ano.

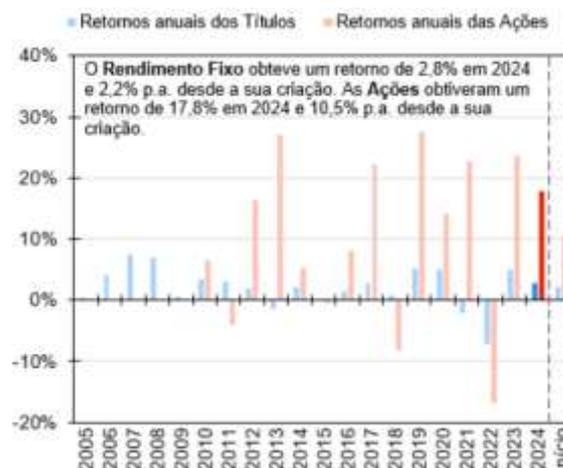
O retorno real anualizado do Fundo desde a sua criação é de 1,88% ao ano após a dedução da inflação dos EUA. Este valor está abaixo da meta implícita de um retorno real anual de 3% sob o modelo de fundo permanente para cobrir o levantamento do RSE. Conforme já referido, o modelo de fundo permanente deixou de ser seguido, uma vez que os elevados levantamentos exigiram a redução do risco de investimento através da segmentação do fundo.

Desenvolvimentos nos mercados financeiros em 2024

A atividade económica nos mercados desenvolvidos apresentou um panorama misto em 2024. A economia dos EUA manteve-se resiliente, impulsionada por um forte consumo e um mercado de trabalho robusto. A Zona Euro registou um crescimento modesto, embora desigual entre os estados-membros. A economia do Reino Unido estagnou na segunda metade de 2024, após uma recuperação inicial de uma recessão ligeira em 2023. A economia do Japão cresceu moderadamente, depois de ter contraído no primeiro trimestre. A inflação nos mercados desenvolvidos, de modo geral, abrandou ao longo do ano, mas terminou 2024 ainda acima das metas dos bancos centrais (Tabela 9).

As projeções para a política do banco central evoluíram com as condições económicas. No início do ano, os principais bancos centrais esperavam reduzir as taxas de juro à medida que a inflação diminuía. Em dezembro de 2023, a Reserva Federal (Fed) tinha mudado a sua projeção, antecipando cortes nas taxas de juros para 2024. Contudo, a Fed manteve as taxas de juro inalteradas no primeiro semestre do ano devido às pressões inflacionistas e à persistente força económica. Outros bancos centrais também mantiveram cautelosamente as taxas de juros, procurando maior confiança de que a inflação estava a caminhar de forma sustentável para a meta.

Figura 17 – Retornos anuais de títulos e ações



Nota: O Rendimento Fixo a partir de julho de 2021 inclui mandatos de caixa e títulos tanto nas carteiras de liquidez como nas de crescimento.

O Banco Central Europeu (BCE) foi o primeiro a flexibilizar a sua política monetária, cortando as taxas em junho em 25 pontos base para estimular o crescimento estagnado. A inflação continuou a diminuir, e seguiram-se mais três cortes de 25 pontos base, levando a taxa de depósito para 3,00% no final do ano. O BCE sinalizou o seu compromisso com cortes graduais nas taxas de juros, enquanto tenta fazer a inflação regressar à meta de 2%.

O Fed cortou as taxas em 50 pontos-base em setembro, após a moderação da inflação. A decisão também seguiu preocupações sobre uma possível recessão nos EUA, que surgiram de dados decepcionantes sobre empregos em agosto. Este foi o primeiro corte desde o estímulo da COVID em março de 2020. Dois cortes adicionais de 25 pontos-base seguiram-se em novembro e dezembro, levando a taxa de juros do Fed para 4,25%-4,50%. Em dezembro, o Fed reduziu as projeções para futuros cortes de taxas de juros devido a leituras de inflação persistentes e projeções para 2025.

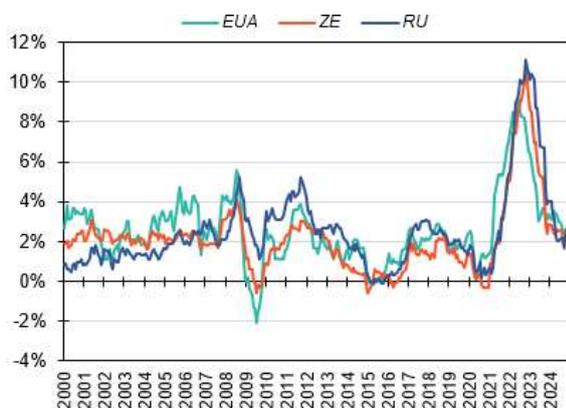
O Banco de Inglaterra (BdE) manteve a sua taxa de juros em 5,25% na primeira metade de 2024, uma vez que a inflação, especialmente no setor dos serviços, permaneceu elevada. Posteriormente, as pressões inflacionistas moderaram, permitindo cortes nas taxas em agosto e novembro. A taxa de juro foi então mantida em 4,75% em resposta a leituras de inflação mais elevadas.

Tabela 9 – Políticas dos bancos centrais e inflação

	Taxa de política monetária em dez 2024	Mudanças de taxas em 2024	Mudanças de taxas em 2023	Inflação em dez 2024	Inflação em dez 2023	Crescimento do PIB Real (a.a.)
Estados Unidos	4,25% - 4,50%	-1,00%	1,00%	2,9%	3,4%	2,8%
BCE ¹	3,00%	1,00%	2,00%	2,4%	2,9%	0,9%
Reino Unido	4,75%	-0.50%	1,75%	2,5%	4,0%	1,1%
Japão	0,25%	-0.35%	0,00%	3,6%	2,6%	0,2%
Canadá	3.25%	-1.75%	0,75%	1,8%	3,4%	1,6%
Austrália	4,35%	-	1,25%	2,4%	4,1%	1,1%

Nota: 1) BCE = taxa de facilidade de depósito. Fontes: Bloomberg, cálculos do GPGFP.

Figura 18 – Taxa de inflação



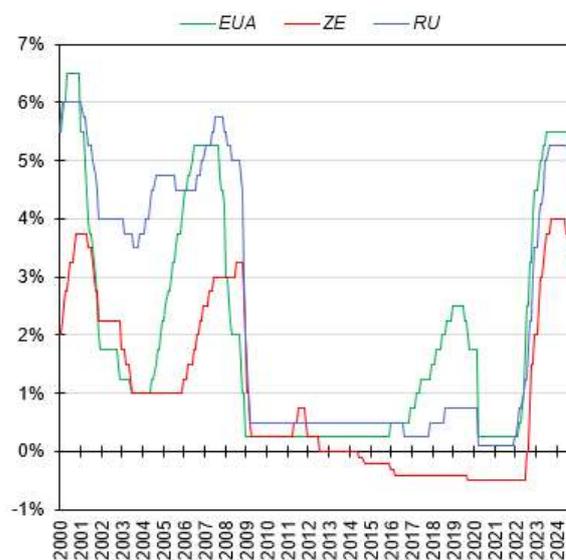
Nota: Inflação global numa base anual.
Fontes: Bloomberg

Ao contrário de outras grandes economias que tinham apertado a política monetária em 2022 e 2023 em resposta à inflação, o Banco do Japão (BdJ) manteve uma política monetária altamente acomodatória para garantir que o país emergisse da deflação. Com a inflação consistentemente acima da meta de 2% e um crescimento robusto dos salários, o BdJ abandonou as suas políticas de taxas de juro negativas e controlo da curva de rendimentos em março. A política de taxa de juros subiu para 0,0%-0,1%, a primeira definição positiva desde janeiro de 2016. A taxa de juros foi posteriormente aumentada para 0,25% no segundo trimestre e mantida inalterada na segunda metade do ano.

As taxas dos títulos acompanharam, de forma geral, as expectativas do mercado em relação às taxas de política monetária ao longo do ano. No início de ano, o mercado projetava seis a sete cortes de taxa de juros nos EUA, amplificando a mudança de postura do Fed no final do ano anterior, que apontava para taxa de juros mais baixas.

Contudo, a inflação persistente e dados mais fortes do que o esperado levaram a uma revisão em baixa dessas projeções nos primeiros quatro meses de 2024, resultando na subida das taxas dos títulos e retornos negativos para os Títulos do Tesouro dos EUA.

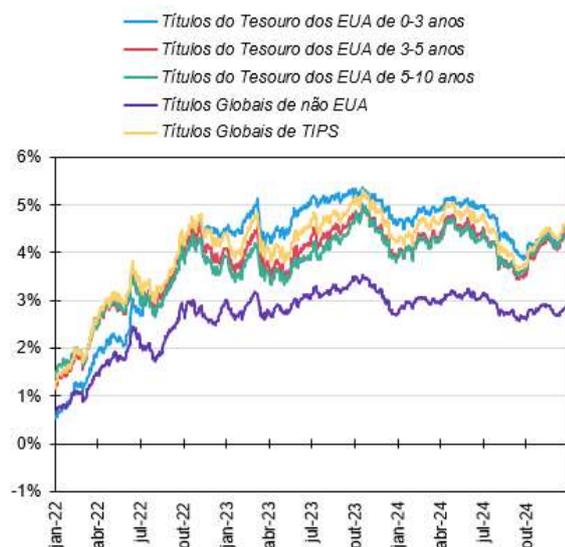
Figura 19 – Taxas de políticas monetárias dos bancos centrais



Fontes: Bloomberg

Os rendimentos dos títulos do Tesouro dos EUA diminuíram em maio e junho, impulsionados por relatórios de inflação encorajadores, e continuaram a cair no terceiro trimestre, à medida que a Fed cortava as taxas de juros e os investidores antecipavam novos cortes. No entanto, os rendimentos aumentaram no quarto trimestre, apesar dos cortes de política de taxa de juros em novembro e dezembro. O mercado reduziu as suas expectativas para cortes de taxas, devido ao ressurgimento das pressões inflacionistas.

Figura 20 – Índice do rendimento dos títulos



Fontes: Bloomberg

Tabela 10 – Índice do rendimento dos títulos e retorno anual (%)

Índice	Rendimento dos títulos no final do ano (%)	Mudança nos rendimentos dos títulos (%)					Retornos em 2024 (%)
		T1	T2	T3	T4	2024	
Títulos do Tesouro dos EUA de 0-3 anos	4,26	0,29	0,08	-1,04	0,34	-0,33	4,46
Títulos do Tesouro dos EUA de 3-5 anos	4,35	0,39	0,11	-0,86	0,78	0,43	2,40
Títulos do Tesouro dos EUA de 5-10 anos	4,49	0,33	0,14	-0,69	0,82	0,60	0,43
Títulos do TIPS dos EUA de 1-10 anos (rendimentos nominais)	4,53	0,38	0,16	-0,99	0,77	0,31	3,09
Títulos globais do MD, excluindo Tesouros dos EUA	2,83	0,22	0,16	-0,45	0,19	0,12	3,37

Fontes: Bloomberg, cálculos do GPGFP.

Ao longo do ano, os rendimentos do índice de referência da carteira de liquidez, o índice de Títulos do Tesouro Americano de 0 a 3 anos, diminuíram 33 pontos-base, enquanto os rendimentos dos outros índices de referências subiram. Para os Títulos do Tesouro Americano, o rendimento do índice de referência de 5 a 10 anos foi o que mais aumentou, subindo 60 pontos-base, e o rendimento dos Títulos do Tesouro Americano de 3 a 5 anos ficou 43 pontos-base mais alto. O rendimento do índice de referência de títulos do governo não-EUA aumentou 12 pontos-base. O desempenho relativo dos índices de títulos ao longo do ano refletiu as mudanças nos rendimentos e durações. O mandato de Títulos do Tesouro Americano de 0 a 3 anos superou o desempenho, enquanto o mandato de Títulos do Tesouro Americano de 5 a 10 anos ficou abaixo do desempenho esperado. Os TIPS dos EUA e os títulos do Tesouro não-EUA coberto (com *hedge*) retornaram 3,1% e 3,4%, respectivamente.

No final do ano, o rendimento do Tesouro dos EUA a 2 anos pouco mudou, ficando em 4,24%, enquanto o rendimento do Tesouro dos EUA a 10 anos aumentou 69 pontos base, para 4,57%. A curva de rendimentos do Tesouro dos EUA de 2 a 10 anos normalizou-se no terceiro trimestre, encerrando um longo período de inversão. Uma curva invertida geralmente precede uma recessão, mas o Fed aparentemente conseguiu uma *soft landing*.

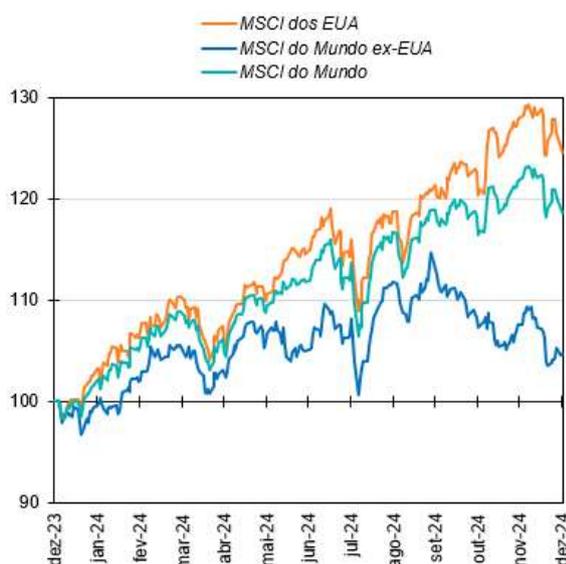
Os rendimentos dos títulos na Zona Euro e no Reino Unido seguiram, em grande parte, um padrão semelhante ao dos EUA. No entanto, os rendimentos de títulos na Zona Euro não subiram tanto em 2024 quanto os dos EUA, devido às perspectivas de crescimento mais fracas. Enquanto, os rendimentos dos títulos no Reino Unido subiram mais, refletindo a inflação persistente e a pressão fiscal.

Tabela 11 – Os retornos totais do Índice do MSCI em USD (%)

Índice	T1	T2	T3	T4	2024
MSCI do Mundo	8,88	2,63	6,36	-0,16	18,67
MSCI dos EUA	10,30	3,94	5,82	2,69	24,58
MSCI de Euro ex-RU	5,86	-0,35	6,18	-10,59	0,15
MSCI do Reino Unido	3,10	3,69	7,94	-6,82	7,54
MSCI do Japão	11,01	-4,27	5,72	-3,60	8,31
MSCI da Austrália	0,80	1,62	11,52	-11,39	1,23
MSCI do ME	2,37	5,00	8,72	-8,01	7,50

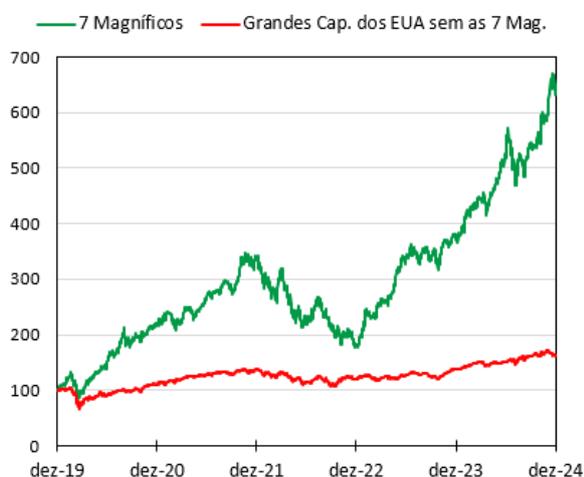
Fontes: Bloomberg, cálculos do GPGFP.

Figura 21 – Total de retorno de ações em dólares americanos (31/12/2023 = 100)



Fontes: Bloomberg, cálculos do GPGFP.

Figura 22 – Ações dos 7 Magníficos vs. Grandes Empresas dos EUA, excluindo 7 Magníficos (31/12/2019 = 100)



Fontes: Bloomberg, cálculos do GPGFP.

As ações dos EUA superaram o desempenho esperado, registrando um retorno de 24,6% em 2024, com ganhos em todos os quatro trimestres. Esse desempenho superior foi novamente impulsionado

pelos ações de tecnologia de mega capitalização fortemente envolvidas em Inteligência Artificial (IA). Os 7 *Magníficos* - NVIDIA, Meta (Facebook), Alphabet (Google), Microsoft, Amazon, Apple e Tesla — mais uma vez superaram o resto do mercado. As as empresas de megas capitalizações também contribuíram para que as ações de crescimento superassem as ações de valor.

As ações japonesas foram as que melhor desempenho registraram no primeiro semestre do ano em termos de moeda local. A política monetária altamente acomodatória do Banco do Japão (BdJ) ajudou a apoiar a atividade local, enquanto a consequente fraqueza do Iene contribuiu para o aumento das exportações e do rendimento das empresas. A procura de ações japonesas por parte de investidores estrangeiros foi também impulsionada por sinais de mudanças positivas na macroeconomia, incluindo a superação da deflação e reformas na governação corporativa. No entanto, o índice Nikkei 225 caiu mais de 12% a 5 de agosto, a maior queda diária desde 1987. Embora outros mercados acionistas também tenham caído devido a preocupações com uma *hard landing* nos EUA, a acentuada venda massiva no Japão foi atribuída ao desmonte do *carry trade* do Iene. O segundo aumento da taxa de juro do BdJ, a 31 de julho, ocorreu mais cedo do que o esperado pelo mercado, e os comentários oficiais sugeriram um maior aperto. O aumento das taxas de juros japonesas, os iminentes cortes de taxas de juros nos EUA e a consequente valorização do Iene ameaçaram a rentabilidade do *carry trade*.

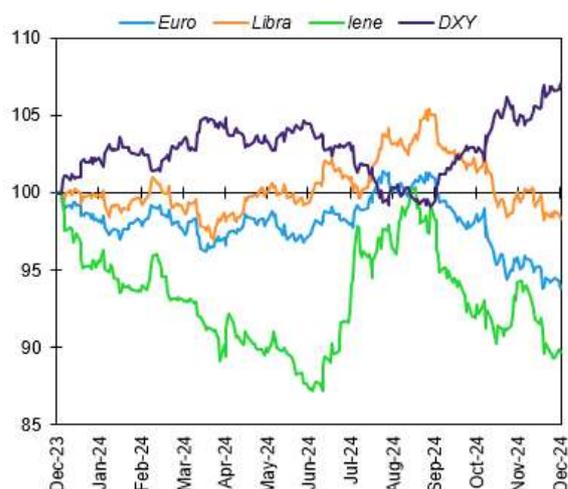
Uma parte significativa da queda nas ações foi recuperada durante o restante de agosto, e as ações japonesas tiveram um retorno de 20,7% em termos de Iene ao longo do ano. No entanto, o retorno anual cai para 8,3% quando expresso em dólares americanos.

O dólar americano flutuou de acordo com as expectativas das taxas de juro ao longo do ano. O Índice Dólar Americano, que mede o valor do dólar em relação às moedas dos principais parceiros comerciais dos Estados Unidos, terminou o ano com uma alta de 7,1% (Figura 23, série DXY). Este aumento ocorreu no último trimestre, à medida que

os mercados precificaram a expectativa de que o Fed precisará manter taxas de juro mais elevadas. As principais moedas depreciaram-se em relação ao dólar americano em 2024: a Libra Esterlina desvalorizou -1,7%, o Euro -6,2% e o Iene japonês -10,3%.

O Iene tinha recuperado no terceiro trimestre, após o BdJ ter subido as taxas de juros em julho, mas voltou a cair no quarto trimestre. A fraqueza do Iene refletiu o amplo diferencial de taxas de juro com os EUA e a expectativa de que o BdJ manteria as taxas de política monetária baixas.

Figura 23 – Dólar Americano em relação a outras moedas (31/12/2023 = 100)



Fontes: Bloomberg, cálculos do GPGFP.

Evoluções no instrumento de dívida privada

Os investimentos do Fundo Petrolífero devem ser reportados ao justo valor. Ao contrário dos investimentos em mercados financeiros, como ações cotadas e títulos públicos, não existe um preço de mercado publicamente disponível para os empréstimos à Timor Gap E.P. Em vez disso, o justo valor é determinado por uma avaliação independente anual.¹⁴ Como gestor operacional, o BCTL contrata um perito independente para determinar o valor do empréstimo anualmente. A empresa de avaliação determina uma taxa de desconto que incorpora o rendimento no final do ano de um título do Tesouro dos EUA com uma maturidade correspondente à do empréstimo, e que também ajusta o valor ao risco do investimento do Fundo. Esta taxa de desconto é então aplicada aos fluxos de caixa do empréstimo para calcular o justo valor.

Antes de 2024, os fluxos de caixa descontados eram equivalentes aos pagamentos contratados, com início em 2028. Contudo, para a avaliação de 2024, a empresa de avaliação exigiu um ajuste para considerar a lacuna de liquidez. Esta lacuna refere-se ao período entre a data do primeiro pagamento de juros do empréstimo em abril de 2018 e a data esperada de início das entradas de receitas do projeto do Greater Sunrise. As receitas do Greater Sunrise é que financiarão o reembolso do empréstimo pela Timor Gap E.P.

Tabela 12 – Pressupostos de fluxo de caixa para a avaliação de 2024 dos empréstimos à Timor Gap E.P.

<ul style="list-style-type: none"> • O período de carência foi estendido de 8 anos no contrato original para 11 anos.
<ul style="list-style-type: none"> • O primeiro pagamento de juros foi estendido de abril de 2028 para abril de 2031. Esta alteração baseou-se nos relatórios da ERCE de 2023, que indicavam que as primeiras vendas de gás ocorreriam no quarto trimestre de 2030.
<ul style="list-style-type: none"> • A data de término do empréstimo foi mantida em abril de 2037, conforme o contrato original. Como resultado, o número de pagamentos anuais de juros foi reduzido de 10 para 7. Consequentemente, o valor do pagamento anual aumentou.

A Tabela 12 apresenta os pressupostos de fluxo de caixa para a avaliação de 2024. A empresa de avaliação assumiu que o primeiro reembolso será feito em abril de 2031, mantendo a data de término em abril de 2037. Esses pressupostos foram baseadas nos relatórios anteriores da ERCE e outras informações publicamente disponíveis, incluindo os relatórios da Timor Gap, além de considerar a contribuição do BCTL e do Ministério das Finanças. A avaliação foi realizada com base na expectativa de que a Timor Gap E.P., o BCTL e as partes interessadas relevantes concordarão em alterar o empréstimo para que a data do primeiro pagamento se alinhe com o início dos fluxos de caixa esperados

¹⁴ Se o empréstimo fosse avaliado pelo custo amortizado, uma empresa de avaliação também precisaria ser contratada para determinar a perda de crédito esperada. De acordo com as normas contábeis, a avaliação resultante deveria, em teoria, ser semelhante ao justo valor.

do projeto do Greater Sunrise. Isso reflete a correspondência entre o Ministério das Finanças e o Ministério do Petróleo e Recursos Minerais, juntamente com as partes do empréstimo, o BCTL e a Timor Gap E.P.

O empréstimo foi avaliado em US\$561,044 milhões no final de 2024. Este valor é inferior à avaliação de 2023, que foi de US\$569,795 milhões, resultando num retorno anual de -5,99%.

A perda anual reflete as alterações nos fluxos de caixa assumidos e o aumento na taxa de desconto.

A Tabela 13 mostra que a taxa de desconto subiu em 2024 porque a taxa fixa, que é o rendimento do título do governo, aumentou 0,74%. A empresa de avaliação também aumentou ligeiramente o prêmio de risco em 0,35%.

O retorno negativo em 2024 segue-se a um retorno positivo de +6,4% registado em 2023. O retorno anualizado desde a sua criação é de -2,53%.

O processo de avaliação em 2024 foi muito oportuno, o que permitiu que a avaliação independente fosse incorporada no relatório do quarto trimestre do Fundo Petrolífero, publicado pelo BCTL em fevereiro de 2025.

Tabela 13 – Valor justo dos empréstimos à Timor Gap E.P.

	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Taxa Fixa			1,91%	3,99%	4,05%	4,79%
Prémio de Risco do País			1,46%	1,46%	1,60%	1,95%
Prémio de Liquidez			1,50%	2,50%	2,50%	2,50%
Taxa de Desconto para o Empréstimo	4,50% ³	5,62% ³	4,87%	7,95%	8,15%	9,24%
Valor Justo dos Ativos do Fundo Petrolífero (\$m)	671,314 ¹	615,700	701,353	560,758	596,795	561,044
Retorno do Investimento	3,3% ²	-8,3%	13,9%	-20,0%	6,4%	-6,0%

Notas: 1) O ativo foi relatado ao custo amortizado em 2019 e a política de avaliação mudou para valor justo nas demonstrações financeiras de 2020. O auditor externo avaliou que o valor de 2019 não diferia materialmente do valor justo.

2) O investimento foi feito em abril de 2019. Em uma base anualizada, o retorno para 2019 é de 4,5%, consistente com a taxa de juros acordada.

3) A metodologia de "build-up" para determinar a taxa de desconto foi introduzida em 2021. A empresa de avaliação usou uma abordagem diferente em 2020, o que significa que os componentes não são comparáveis de 2021 a 2024.

É importante que outros detalhes técnicos do empréstimo sejam compreendidos.

Em primeiro lugar, para fins de contabilidade, os juros continuam a acumular sobre o empréstimo com base na taxa anual contratada de 4,5%. O juro é calculado sobre o valor cumulativo do empréstimo no início do ano, e não sobre o justo valor. A Nota 13

das demonstrações financeiras em Anexo II detalha a contabilização do empréstimo e está extraída na Tabela 14. A diferença entre a avaliação independente do final do ano e o valor contabilístico do final do ano (que é o valor inicial mais os juros acumulados) é registada como um ganho/perda pelo justo valor.

Tabela 14 – Contabilização dos empréstimos a Timor Gap (\$m)

	2022	2023	2024
Balanço no início do ano	701,353	560,758	596,795
Receita de juros ¹	32,985	34,470	36,019
Ganho/perda de valor justo	-173,581	1,568	-71,770
Valor justo no final do ano	560,758	596,795	561,044

Nota: 1) A receita de juros é calculada como 4,5% do valor acumulado do empréstimo no início do ano.

Em segundo lugar, o justo valor do ativo do Fundo Petrolífero difere do valor do passivo da Timor Gap E.P. A Timor Gap E.P. é obrigada a reportar o valor do seu passivo para com o Fundo Petrolífero ao custo amortizado. O valor do passivo da Timor Gap em dezembro de 2024 é estimado em US\$ 836,455 milhões. Isso reflete o principal de US\$ 650 milhões e os juros acumulados a 4,5% de abril de 2019 até dezembro de 2024. A Tabela 15 mostra que o valor

contratado devido pela Timor Gap é consideravelmente superior ao justo valor estimado do ativo do Fundo Petrolífero. A estimativa do justo valor varia com as alterações nos rendimentos dos títulos do governo e no prêmio de risco estimado, conforme mostrado na Tabela 13. Esta taxa de desconto é agora muito mais elevada do que a taxa acordada de 4,5%. Além disso, a avaliação do justo

valor de 2024 faz ajustes aos fluxos de caixa assumidos para ter em conta a lacuna de liquidez.

Em terceiro lugar, o valor do empréstimo do Fundo à Timor Gap está intimamente ligado ao projeto Greater Sunrise, mas é diferente do valor da participação da Timor Gap no próprio Sunrise. A conexão reside no facto de o empréstimo ter financiado a compra pela Timor Gap das participações no Sunrise. Além disso, a quota da Timor Gap nos fluxos de entrada do Sunrise irá financiar os reembolsos do empréstimo. Contudo, o valor do empréstimo do Fundo — que é o valor presente dos fluxos de caixa para reembolsar os US\$ 650 milhões emprestados — é diferente do valor da participação da Timor Gap E.P. no projeto — que representa o valor presente da quota da Timor Gap dos fluxos de caixa líquidos esperados do Sunrise.

A Timor Gap avaliou a sua participação no projeto Greater Sunrise em zero, começando nas suas demonstrações financeiras anuais de 2020. Para tal, a Timor Gap contratou uma empresa independente, ERCE, para avaliar o valor do seu investimento no projeto em 2020, 2021 e 2022.

Essa avaliação independente reportou um valor negativo das participações dos proprietários no Sunrise, após considerar a incerteza sobre o regime fiscal e o acordo de desenvolvimento. A Timor Gap adotou esta avaliação nas suas demonstrações financeiras anuais de 2023.

A viabilidade do projeto Greater Sunrise é crucial para a avaliação do investimento do Fundo Petrolífero na Timor Gap. A avaliação independente do empréstimo do Fundo Petrolífero em 2024, e em anos anteriores, considerou as informações contidas nos relatórios da Timor Gap e em relatórios anteriores da ERCE. Este facto contribuiu para um aumento no prémio de risco.

Por último, existe um intervalo entre o momento em que a Timor Gap E.P. espera receber fluxos de entrada do projeto Greater Sunrise e a data em que, por contrato, deveria começar a pagar juros ao Fundo Petrolífero sobre os empréstimos, nomeadamente US\$ 117 milhões em abril de 2028. Esta "lacuna de liquidez" foi abordada pela empresa de avaliação em 2024, que assumiu que o primeiro reembolso ocorreria em abril de 2031. Para que isso se concretize, os termos do empréstimo precisam ser formalmente alterados para refletir a data de início esperada dos fluxos de entrada do Sunrise. O Ministério das Finanças já levantou esta questão junto ao Ministério do Petróleo e Recursos Minerais, bem como às partes envolvidas no empréstimo: o BCTL e a Timor Gap. O Ministério das Finanças prevê que os termos do empréstimo serão alterados em 2025, de modo a refletir as informações mais recentes e disponíveis.

Tabela 15 – Valor justo do ativo do Fundo Petrolífero vs. Passivo da Timor Gap (\$m)

	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Valor justo do ativo do Fundo do Petróleo (\$m)	671,314	615,700	701,353	560,758	596,795	561,044
Valor do passivo da Timor Gap (\$m)	671,314	701,350	732,974	765,958	800,426	836,455

Desempenho dos investimentos em relação ao índice de referência

A maioria dos mandatos de investimento do Fundo é gerida passivamente, o que significa que o desempenho deverá, de modo geral, acompanhar o dos seus índices de referência.

O Fundo Total teve um desempenho abaixo do retorno anual do índice de referência agregado de +6,80% em 67 pontos-base em 2024 (Tabela 16). Isso inclui o desempenho do empréstimo à Timor Gap, que, após a avaliação mais recente, registrou uma perda de 5,99% em relação à taxa de juros acordada de 4,5%.

Os Investimentos no Mercado Financeiro, que englobam as carteiras de liquidez e crescimento, tiveram um desempenho inferior ao seu índice de

referência em 32 pontos-base ao longo do ano. A carteira de liquidez, por sua vez, superou o seu índice de referência em 12 pontos-base, enquanto a carteira de crescimento teve um desempenho inferior ao seu índice de referência em 13 pontos-base.

Na carteira de crescimento, a carteira de juros fixos agregado teve um desempenho inferior ao seu índice de referência em 8 pontos-base em 2024. Os portfólios de Títulos do Tesouro dos EUA geridos internamente tiveram um desempenho abaixo do esperado (3-5 Anos com -27 pontos-base, 5-10 Anos com -28 pontos-base), tal como o mandato de US TIPS gerido externamente (-7 pontos-base). O mandato de títulos do governo não-EUA com coberto (hedge), gerido externamente, superou o seu índice

de referência em 11 pontos-base. A carteira de ações teve um desempenho inferior ao seu índice de referência em 88 pontos-base em 2024. A alocação a fatores de ações representa o principal desvio das ponderações por capitalização de mercado.

O mandato de fatores de ações inclina-se para empresas com maior exposição aos fatores Valor, Qualidade e Baixa Volatilidade, com o objetivo de melhorar o retorno ajustado ao risco a longo prazo em relação a uma carteira investida de acordo com as ponderações por capitalização de mercado.

Tabela 16 – Desempenho de investimento do Fundo Petrolífero em 2024 (%)

Classe de Ativo	T1	T2	T3	T4	2024	2023	2022	5 anos	Desde início
A. Total Fundo¹	2,52	1,21	4,31	-1,34	6,80	9,99	-10,36	4,27	4,40
Referência	2,62	1,31	4,42	-0,97	7,47	9,90	-9,90	4,31	4,38
<i>Excesso</i>	<i>-0,10</i>	<i>-0,11</i>	<i>-0,12</i>	<i>-0,37</i>	<i>-0,67</i>	<i>0,10</i>	<i>-0,46</i>	<i>-0,03</i>	<i>0,03</i>
B. Total do FMI²	2,57	1,21	4,40	-1,03	7,26	10,11	-9,98	4,56	4,48
Referência	2,67	1,32	4,54	-1,04	7,58	10,06	-10,61	4,22	4,36
<i>Excesso</i>	<i>-0,10</i>	<i>-0,11</i>	<i>-0,13</i>	<i>0,01</i>	<i>-0,32</i>	<i>0,05</i>	<i>0,62</i>	<i>0,34</i>	<i>0,13</i>
B.1 Liquidez³	1,16	1,24	2,01	0,70	5,16	4,25	-0,65	n.a	2,39
Referência	1,09	1,32	2,46	0,30	5,04	4,81	-0,50	n.a	2,54
<i>Excesso</i>	<i>0,07</i>	<i>-0,08</i>	<i>-0,45</i>	<i>0,40</i>	<i>0,12</i>	<i>-0,56</i>	<i>-0,15</i>	<i>n.a</i>	<i>-0,15</i>
B.2 Crescimento³	2,90	1,19	4,91	-1,34	7,78	11,37	-11,81	n.a	2,30
Referência	2,77	1,29	5,01	-1,27	7,92	11,26	-11,94	n.a	2,24
<i>Excesso</i>	<i>0,13</i>	<i>-0,10</i>	<i>-0,10</i>	<i>-0,07</i>	<i>-0,13</i>	<i>0,11</i>	<i>0,13</i>	<i>n.a</i>	<i>0,06</i>
B.2.1 Rendimento Fixo Internacional⁴	-0,40	0,38	4,15	-1,88	2,17	4,91	-9,05	0,02	1,99
Referência	-0,51	0,47	4,26	-1,88	2,25	4,79	-9,14	0,05	2,00
<i>Excesso</i>	<i>0,11</i>	<i>-0,08</i>	<i>-0,11</i>	<i>0,00</i>	<i>-0,08</i>	<i>0,13</i>	<i>0,09</i>	<i>-0,03</i>	<i>-0,01</i>
B.2.2 Ações Internacionais⁴	8,51	2,63	6,23	-0,43	17,79	23,67	-16,84	11,13	10,51
Referência	8,88	2,63	6,36	-0,16	18,67	23,79	-18,14	11,17	10,19
<i>Excesso</i>	<i>-0,37</i>	<i>0,00</i>	<i>-0,14</i>	<i>-0,27</i>	<i>-0,88</i>	<i>-0,12</i>	<i>1,30</i>	<i>-0,03</i>	<i>0,33</i>
C. Instrumento de Dívida Privada⁵	1,12	1,11	1,47	-10,06	-5,99	6,43	-20,05	-3,52	-2,53
Referência	1,12	1,10	1,11	1,11	4,50	4,50	4,50	4,50	4,50
<i>Excesso</i>	<i>0,00</i>	<i>0,01</i>	<i>0,36</i>	<i>-11,17</i>	<i>-10,49</i>	<i>1,93</i>	<i>-24,55</i>	<i>-8,02</i>	<i>-7,03</i>

Fontes: BCTL.

Notas: 1) A referência para o Total do Fundo após a introdução da segmentação em julho de 2021, utiliza pesos mensais fluante para o FMI e o investimento em dívida privada. 2) A carteira de Investimento do Mercado Financeiro foi introduzida em novembro de 2020 e separada da dívida privada. 3) A carteira de Investimento do Mercado Financeiro foi segmentada nas carteiras de Liquidez e Crescimento em julho de 2021. 4) O Rendimento Fixo Internacional e as Ações Internacionais incluem o desempenho anterior à segmentação. 5) Os Instrumentos de Dívida Privada - os empréstimos para Timor Gap E.P. - foram emitidos em abril de 2019. Desde 2020, um avaliador independente foi contratado pelo BCTL para determinar o valor justo dos instrumentos no final do ano. O retorno da referência mostrada é a taxa de juros acordada de 4,5% ao ano.

O conjunto dos gestores de fatores de ações registou um retorno de 2,88% abaixo do índice de referência de capitalização de mercado em 2024. Os dois gestores adotam abordagens bastante diferentes, o que se reflete no seu desempenho: o excesso de retorno da SSGA foi de -7,34%, enquanto o da Schroders foi de +1,61%. Desde que a alocação a fatores de ações foi introduzida em 2019, o agregado teve um desempenho ligeiramente inferior ao mercado, em 19 pontos-base por ano. Os fatores podem experimentar longos ciclos, e os fatores de valor e baixa volatilidade tiveram um desempenho abaixo do índice de referência de capitalização de mercado durante o período, principalmente como

resultado da superação das grandes empresas de tecnologia.

Os gestores de fundos externos dos mandatos de ações passivas, SSGA e BlackRock, tiveram um desempenho misto: a SSGA teve um desempenho inferior ao índice de referência em 27 pontos-base, enquanto a BlackRock registou um excesso de retorno positivo de 2 pontos-base em 2024. O mandato de ações australianas gerido internamente pelo BCTL registou um pequeno excesso de retorno negativo de 4 pontos-base em relação ao índice de referência.

Tabela 17 – Desempenho dos mandatos de rendimento fixo da carteira de liquidez em 2024 (%)

Mandato da Carteira de Liquidez	T1	T2	T3	T4	2024	2023	2022	5 anos	Desde início
Carteira de Liquidez¹	1,16	1,24	2,01	0,70	5,16	4,25	-0,65	n.a	2,39
Referência	1,09	1,32	2,46	0,30	5,04	4,81	-0,50	n.a	2,54
<i>Excesso</i>	<i>0,07</i>	<i>-0,08</i>	<i>-0,45</i>	<i>0,40</i>	<i>0,12</i>	<i>-0,56</i>	<i>-0,15</i>	<i>n.a</i>	<i>-0,15</i>
Caixa²	1,52	1,24	2,01	0,70	5,58	4,05	0,52	2,07	1,89
Referência	1,29	1,32	2,46	0,30	5,30	5,01	1,44	2,47	2,09
<i>Excesso</i>	<i>0,23</i>	<i>-0,08</i>	<i>-0,45</i>	<i>0,40</i>	<i>0,28</i>	<i>-0,97</i>	<i>-0,92</i>	<i>-0,40</i>	<i>-0,20</i>
Títulos do Tesouro dos EUA de 1 a 3 anos³	0,08	n.a	n.a	n.a	n.a	4,05	-3,08	n.a	n.a
Referência	0,30	n.a	n.a	n.a	n.a	5,01	-3,35	n.a	n.a
<i>Excesso</i>	<i>-0,21</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>0,21</i>	<i>0,77</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>

Fontes: BCTL.

Notas: 1) A carteira de Liquidez era um agregado de dois mandatos, o mandato de Caixa e o mandato de Títulos do Tesouro dos EUA de 1 a 3 anos, quando a segmentação foi implementada em julho de 2021. Em abril de 2024, foi reestruturado para se tornar um único mandato com índice de referência de Títulos do Tesouro dos EUA de 0 a 3 anos.

2) O mandato de Caixa começou em agosto de 2018 como parte do rendimento fixo. Em julho de 2021, o mandato de Caixa foi classificado como parte da carteira de Liquidez. Em abril de 2024, o mandato de Caixa tornou-se o único mandato na carteira de liquidez e foi referenciado a Títulos do Tesouro dos EUA de 0 a 3 anos.

3) O mandato de Títulos do Tesouro dos EUA de 1 a 3 anos teve início em julho de 2021 e cessou em abril de 2024.

Tabela 18 – Desempenho dos mandatos de rendimento fixo da carteira de crescimento em 2024 (%)

Mandato da Carteira de Crescimento ¹	T1	T2	T3	T4	2024	2023	2022	5 anos	Início
Rendimento Fixo Internacional Agregado²	-0,40	0,38	4,15	-1,88	2,17	4,91	-9,05	0,02	1,99
Referência	-0,51	0,47	4,26	-1,88	2,25	4,79	-9,14	0,05	2,00
<i>Excesso</i>	<i>0,11</i>	<i>-0,08</i>	<i>-0,11</i>	<i>0,00</i>	<i>-0,08</i>	<i>0,13</i>	<i>0,09</i>	<i>-0,03</i>	<i>-0,01</i>
Títulos do Tesouro dos EUA de 3-5 anos³	-0,48	0,44	4,06	-1,81	2,13	4,67	-7,74	0,46	1,19
Referência	-0,49	0,64	4,14	-1,82	2,40	4,35	-7,85	0,47	1,19
<i>Excesso</i>	<i>0,01</i>	<i>-0,20</i>	<i>-0,08</i>	<i>0,01</i>	<i>-0,27</i>	<i>0,32</i>	<i>0,11</i>	<i>-0,01</i>	<i>0,00</i>
Títulos do Tesouro dos EUA de 5-10 anos⁴	-1,18	0,05	5,39	-3,89	0,14	4,46	-12,69	n.a	-2,79
Referência	-1,03	0,18	5,34	-3,85	0,42	3,93	-13,30	n.a	-2,87
<i>Excesso</i>	<i>-0,16</i>	<i>-0,12</i>	<i>0,05</i>	<i>-0,04</i>	<i>-0,28</i>	<i>0,53</i>	<i>0,60</i>	<i>n.a</i>	<i>0,09</i>
TIPS dos EUA de 1 a 10 anos⁵	0,23	1,03	3,61	-1,81	3,02	n.a	n.a	n.a	2,54
Referência	0,26	1,12	3,50	-1,75	3,09	n.a	n.a	n.a	2,57
<i>Excesso</i>	<i>-0,03</i>	<i>-0,09</i>	<i>0,11</i>	<i>-0,06</i>	<i>-0,07</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>-0,03</i>
Tesouro Global ex-EUA, Coberto⁶	0,00	-0,10	3,76	-0,17	3,49	7,64	-11,52	n.a	-0,63
Referência	-0,11	-0,04	3,69	-0,16	3,38	7,51	-12,23	n.a	0,84
<i>Excesso</i>	<i>0,11</i>	<i>-0,06</i>	<i>0,07</i>	<i>-0,01</i>	<i>0,11</i>	<i>0,13</i>	<i>0,71</i>	<i>n.a</i>	<i>0,21</i>

Fontes: BCTL.

Notas: 1) O desempenho do agregado do rendimento fixo inclui o desempenho antes da segmentação em julho de 2021.

2) O agregado de Rendimento Fixo Internacional faz parte da carteira de Crescimento desde julho de 2021.

3) O mandato de Títulos do Tesouro dos EUA de 3 a 5 anos teve início em janeiro de 2012.

4) O desempenho dos Títulos do Tesouro dos EUA de 5 a 10 anos refere-se à gestão do BCTL, a partir de maio de 2020. O desempenho do BIS, o gestor anterior, de dezembro de 2011 até abril de 2020 não está incluído.

5) O TIPS dos EUA de 1 a 10 anos foi implementado em abril de 2023. Este mandato é um composto de dois gestores, Barings e Franklin Templeton.

6) A exposição cambial da carteira de Títulos do Tesouro Globais de Mercados Desenvolvidos (excluindo os EUA) começou a ser protegida (hedged) em maio de 2020 e é gerida pelo BIS. De julho de 2014 até abril de 2020, a carteira era gerida numa base não protegida (unhedged). O desempenho da gestão não protegida não é apresentado.

Tabela 19 – Desempenho dos mandatos de ações da carteira de crescimento em 2024 (%)

Mandatos da Carteira de Crescimento ¹	T1	T2	T3	T4	2024	2023	2022	5 anos	Desde início
Ações Internacionais Agregados	8,51	2,63	6,23	-0,43	17,79	23,67	-16,84	11,13	10,51
Referência	8,88	2,63	6,36	-0,16	18,67	23,79	-18,14	11,17	10,19
<i>Excesso</i>	-0,37	0,00	-0,14	-0,27	-0,88	-0,12	1,30	-0,03	0,33
Ações Internacionais da SSgA²	8,65	2,72	6,30	0,10	18,76	24,27	-17,92	11,22	11,20
Referência	9,05	2,65	6,27	0,06	19,03	24,00	-18,40	11,28	10,97
<i>Excesso</i>	-0,40	0,07	0,03	0,04	-0,27	0,28	0,48	-0,06	0,22
Ações Internacionais da BlackRock³	8,83	2,75	6,32	0,14	19,05	24,30	-17,88	11,40	10,84
Referência	9,05	2,65	6,27	0,06	19,03	24,00	-18,40	11,28	10,58
<i>Excesso</i>	-0,22	0,10	0,05	0,08	0,02	0,31	0,52	0,12	0,26
Ações Internacionais de Multi-Fatores⁴	8,52	2,41	5,47	-0,91	16,15	22,81	-14,80	11,14	12,04
Referência	9,05	2,65	6,27	0,06	19,03	24,00	-18,40	11,28	12,23
<i>Excesso</i>	-0,53	-0,24	-0,80	-0,97	-2,88	-1,19	3,61	-0,14	-0,19
Ações Australianas do BCTL⁵	0,71	1,67	11,44	-11,33	1,19	14,68	-5,19	5,21	7,04
Referência	0,80	1,62	11,52	-11,39	1,23	14,79	-5,25	5,54	7,23
<i>Excesso</i>	-0,08	0,05	-0,08	0,06	-0,04	-0,11	0,07	-0,34	-0,19

Fontes: BCTL.

Notas: 1) O desempenho do agregado de ações internacionais e os mandatos inclui o desempenho antes da segmentação em julho de 2021.

2) O mandato passivo de mercados desenvolvidos da SSgA teve início em fevereiro de 2012.

3) O mandato passivo de mercados desenvolvidos da BlackRock teve início em fevereiro de 2013.

4) O mandato de ações de mercados desenvolvidos de Multi-Fatores foi iniciado em agosto de 2019. Este mandato é gerido por um conjunto de dois gestores: Schroders e SSgA.

5) O mandato de ações australianas do BCTL teve início em julho de 2016.

E. O ACONSELHAMENTO DO CAI E O FUTURO DO FUNDO

Comité de Assessoria para o Investimento (CAI) aconselha a Ministra das Finanças em assuntos relacionados com a estratégia de investimento e gestão do Fundo Petrolífero, conforme estabelecido pelo Artigo 16 da Lei do Fundo Petrolífero. O parecer do CAI deve ser publicado de acordo com o Artigo 24 da mesma Lei. Os pareceres do CAI à Ministra das Finanças em 2024 estão incluídos na íntegra no Anexo XII e são resumidos abaixo, juntamente com as atividades do CAI durante o ano.

Assessoria do CAI

Reestruturação do mandato de liquidez

Em 21 de fevereiro de 2024, o CAI enviou uma carta à Ministra das Finanças, aconselhando a reestruturação do mandato de Liquidez. O Comité concordou com a recomendação do GPGFP de aprovar uma proposta do BCTL para alterar a estrutura da carteira de liquidez. A mudança consistiu em passar de dois mandatos — Caixa (títulos de 0-12 meses) e Títulos do Governo dos EUA de Curto Prazo (com índice de referência em Títulos do Governo dos EUA de 1-3 anos) — para um mandato único com índice de referência em Títulos do Governo dos EUA de 0-3 anos. O BCTL acredita que essa alteração oferece maior flexibilidade e ajuda a

preservar o capital. Adicionalmente, o CAI aconselhou a Ministra sobre a necessidade de o BCTL fornecer relatórios específicos ao Ministério das Finanças, além de relatórios trimestrais já existentes. O objetivo é permitir que o Ministério monitore e compreenda adequadamente as posições e o desempenho do mandato.

A Ministra concordou com o parecer do CAI e instruiu o BCTL a implementar o mandato reestruturado através de uma alteração ao Anexo I do Acordo de Gestão Operacional. O novo mandato foi implementado em abril de 2024.

Imposto retido na fonte sobre os investimentos do Fundo

Em 10 de setembro de 2024, o CAI escreveu à Ministra sobre a questão do imposto retido na fonte incidente sobre os investimentos do Fundo Petrolífero. O rendimento de investimentos do Fundo pode estar sujeita a imposto retido na fonte nas jurisdições estrangeiras onde o Fundo investe. No entanto, alguns países oferecem isenções para investidores soberanos estrangeiros.

A carta do CAI destacou que o BCTL informou o Comité sobre os impostos retidos na fonte pagos pelo Fundo Petrolífero, evidenciando os montantes

significativos envolvidos. O BCTL concordou em colaborar com o custodiante do Fundo para compilar um sumário detalhado da situação fiscal do Fundo por país. Este sumário incluirá o potencial para futuras isenções, os métodos para conseguir essas isenções e os montantes envolvidos. O BCTL partilhará estes dados com o Ministério das Finanças para que este possa avaliar a possibilidade de garantir isenções adicionais. A carta do CAI explicou ainda que a obtenção de isenções pode exigir a negociação de acordos de dupla tributação com os países onde o Fundo investe. Por isso, é fundamental que as instituições do Fundo tenham recursos suficientes para gerir este projeto de forma eficaz, incluindo o apoio de outros Ministérios.

A Ministra, em 26 de setembro de 2024, escreveu ao Governador, partilhando a carta do CAI e solicitando os dados específicos mencionados.

Trabalho do CAI em 2024

O CAI realizou 11 reuniões em 2024, além de duas sessões de trabalho em junho e outubro. O CAI geralmente realiza uma reunião mensal na primeira quarta-feira de cada mês, começando em fevereiro. Durante a reunião de fevereiro, o Sr. Olgario de Castro foi reeleito como Presidente.

No início de cada ano, o Comité colabora na definição das prioridades para o Fundo Petrolífero, incluindo áreas para pesquisa pelo seu Secretariado. Para 2024, as prioridades incluíram recomendações da avaliação independente, como a formalização da política de governança, a atualização do Acordo de Gestão Operacional (AGO) e a criação de uma Declaração de Política de Investimento (DPI). Outros projetos importantes abrangeram o apoio do CAI à *modelling* do Fundo Petrolífero, a avaliação do imposto retido na fonte, a avaliação dos fatores de ações e a avaliação da alocação estratégica de ativos (AEA).

As reuniões regulares do CAI permitem que o Comité monitore os investimentos e a gestão do Fundo, além de facilitar o planeamento e a cooperação entre as instituições do Fundo. A cada trimestre, o BCTL apresenta o desempenho de investimento do Fundo ao Comité. As reuniões e as sessões de trabalho também abordaram as prioridades do Fundo para 2024, conforme estabelecido anteriormente, conforme detalhado abaixo.

Em junho de 2024, o GPGFP discutiu o esboço da política de governança na sessão de trabalho. Subsequentemente, o BCTL e o GPGFP trabalharam em diversas questões levantadas pelo BCTL.

A política de governança será concluída em 2025. Além disso, o GPGFP partilhou o seu esboço da Declaração de Política de Investimento (DPI) com o CAI durante a sessão de trabalho no meio do ano. A conclusão da DPI foi suspensa devido à sobreposição com questões da política de governança levantadas pelo BCTL. A DPI está a ser priorizada para 2025.

As reuniões e as sessões de trabalho do CAI em 2024 também abordaram os dois tópicos principais sobre os quais o CAI prestou aconselhamento. Em fevereiro de 2024, o CAI foi informado pelo GPGFP sobre a reestruturação do mandato de liquidez. Já em relação ao imposto retido na fonte, o BCTL apresentou informações durante a reunião de maio e na sessão de trabalho em outubro.

Os fatores de ações também foram abordados nas reuniões e sessões de trabalho. Na sessão de trabalho em junho, a Schrodgers apresentou uma informação geral de sua estratégia QEP e desempenho. O BCTL também apresentou uma avaliação do mandato de fatores de ações, incluindo as propostas de mudanças para o mandato da SSGA. Na sessão de trabalho em outubro, a SSGA apresentou ao CAI seu desempenho e comparou o mandato atual do Fundo com sua nova estratégia principal.

A sessão de trabalho do CAI em Baucau, realizado de 7 a 9 de outubro de 2024, contou com diversas apresentações importantes. O Professor Michael Drew, membro do Comité, apresentou sobre crenças de investimento. O Professor Robert Bianchi, da Griffith University, ofereceu uma informação geral sobre a implementação de critérios ambientais, sociais e de governança (ASG). Por sua vez, o GPGFP apresentou a possibilidade de excluir empresas de petróleo e gás das participações em ações do Fundo Petrolífero. Após o seminário, o Dr. Torres Trovik, membro do Comité, deu uma formação aos membros do Secretariado sobre fatores de ações e *modelling* no programa R.

O Comité foi também regularmente atualizado sobre outros assuntos relacionados com o Fundo, incluindo as demonstrações financeiras auditadas de 2023 e o relatório anual. Adicionalmente, o GPGFP informou o Comité sobre os desenvolvimentos fiscais, incluindo uma apresentação sobre o Orçamento Geral do Estado para 2025.

Como membro do Fórum Internacional de Fundos Soberanos (IFSWF), dois representantes do CAI participaram na 16ª reunião anual do IFSWF em novembro.

Olhando para o futuro

As instituições do Fundo Petrolífero continuarão a trabalhar nas recomendações da recente avaliação independente. Isso inclui finalizar a política de governança do Fundo, acordar a Declaração de Política de Investimento (DPI) e rever as crenças de investimento do Fundo. O objetivo é garantir que essas crenças reflitam a evolução dos investimentos, da governança e do horizonte de investimento do Fundo. Além disso, uma avaliação dos arranjos de retenção de impostos na fonte e das potenciais isenções está em andamento.

A principal prioridade para 2025 é o desenvolvimento de projeções robustas para o Fundo Petrolífero. Essas projeções são uma ferramenta essencial para informar a política fiscal de longo prazo, buscando equilibrar os objetivos de apoio ao desenvolvimento nacional e a preservação de poupanças para as futuras gerações. A estratégia de investimento do Fundo deve estar, portanto, alinhada de perto com o caminho fiscal esperado.

As projeções para o Fundo Petrolífero baseiam-se em três componentes-chave: receita de petróleo, levantamentos do governo e rendimento de investimentos. A produção de Bayu-Undan cessou em junho de 2025, e novas entradas de receita de petróleo não são esperadas por vários anos. Paralelamente, os levantamentos estão projetados para exceder o rendimento de investimentos por uma margem ampla, resultando numa depleção constante do Fundo. Com base na tendência fiscal atual, projeta-se que o Fundo Petrolífero estará totalmente

esgotado em cerca de dez anos. O desempenho dos investimentos poderá, potencialmente, ajustar esse horizonte em alguns anos para mais ou para menos. Mesmo com reformas na receita doméstica, cortes drásticos nas despesas do governo serão necessários quando o Fundo se esgotar.

É essencial que quaisquer reservas comprovadas, incluindo as do campo de Sunrise, sejam incorporadas no planejamento fiscal. O Ministério das Finanças irá priorizar este trabalho em 2025, incluindo a reflexão dessas projeções na vida útil esperada do Fundo. Planejar agora é crucial. Se novas entradas de petróleo começarem apenas após o Fundo já ter sido significativamente esgotado — daqui a oito anos — há um risco muito alto de o Fundo ainda assim zerar pouco depois. Nesse caso, as receitas de petróleo seriam usadas para financiar as despesas anuais do governo, resultando em gastos voláteis e cíclicos. Um planejamento fiscal prudente hoje pode ajudar a estender a vida útil do Fundo ou, no mínimo, preservar um saldo de estabilização para quando as entradas de petróleo forem esperadas.

Uma estratégia fiscal de longo prazo clara e sustentável também irá orientar a forma como gerimos os ativos do Fundo. Como parte do trabalho de modelling, avaliaremos a alocação apropriada entre as carteiras de liquidez e crescimento, bem como a composição dos ativos dentro da carteira de crescimento. O objetivo é garantir que os investimentos do Fundo permaneçam alinhados com as futuras necessidades de fluxo de caixa e com o horizonte de investimento geral.

ANEXOS

Anexo I: Declaração da Diretora-Geral do Tesouro

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Declaração da Diretora-Geral do Tesouro
31 de dezembro de 2024

Ministra das Finanças	Santina J.R.F Viegas Cardoso
Diretora-Geral do Tesouro	Regina de Jesus de Sousa
Membros do Comité de Assessoria para o Investimento	Olgario de Castro Gualdino da Silva Dr Torres Trovik Prof. Michael Drew
Ex Oficio (sem direito a voto)	Venancio Alves Maria Regina de Jesus de Sousa (alternate, Filipe Nery Bernardo)
Governador do Banco Central de Timor-Leste	Helder Lopes
Diretor Executivo do Fundo Petrolífero	Venancio Alves Maria (until 31 January 2024) Tobias Ferreira (from 1 February 2024)
Gestor Operacional	Banco Central de Timor-Leste Avenida Xavier do Amaral. no. 9 Dili Timor-Leste
Gestores de Investimento	Banco Central de Timor-Leste Bank for International Settlements (BIS) Barings LLC Franklin Resources Inc (Franklin Templeton) Schroders Investment Management Limited State Street Global Advisors BlackRock Investment Management Australia Limited
Membros do Conselho Consultivo do Fundo Petrolífero	Juvinial Dias Nuno Eugénio Goulart Izilda Imanuela da Luz Pereira Soares Pe. Mouzinho Pereira Lopes Hernani Agostinho Soares Martinha da Silva de Jesus Pinto
Custódia	J P Morgan Chase Bank N.A.
Auditor Independente	Ernst & Young

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Declaração da Diretora-Geral do Tesouro
31 de dezembro de 2024

ANTECEDENTES

A Lei do Fundo Petrolífero n.º 9/2005, promulgada em 3 de agosto de 2005, conforme alterada pela Lei n.º 12/2011, de 28 de setembro de 2011, e pela Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro de 2022, estabeleceu o Fundo Petrolífero de Timor-Leste ("Fundo Petrolífero"). O Ministério das Finanças é responsável pela gestão global do Fundo Petrolífero e o Banco Central de Timor-Leste ("BCTL") é responsável pela gestão operacional. De acordo com o Acordo de Gestão Operacional de 12 de outubro de 2005, alterado em 25 de junho de 2009, celebrado entre o Ministério das Finanças e o BCTL, o BCTL é igualmente responsável pela manutenção dos livros contabilísticos do Fundo Petrolífero por conta da Diretora-Geral do Tesouro.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

De acordo com o artigo 21.º da Lei do Fundo Petrolífero, as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS). As demonstrações são:

- Demonstração de lucros ou perdas e outros rendimentos abrangentes.
- Demonstração da posição financeira.
- Demonstração das alterações de capital.
- Demonstração dos fluxos de caixa, e
- Notas às demonstrações financeiras.

Estas demonstrações financeiras abrangem o ano financeiro terminado em 31 de dezembro de 2024.

As demonstrações financeiras do Fundo Petrolífero são complexas. Para otimizar a legibilidade das notas para um público em geral, as notas são estruturadas para fornecer ao leitor:

- uma introdução geral ao objeto da nota.
- as tabelas financeiras que elaborem os dados nas demonstrações primárias.
- uma descrição dos riscos, apreciações importantes ou pressupostos-chaves que foram feitos no registo e apresentação dos dados, e
- as políticas contabilísticas relevantes.

As demonstrações financeiras foram auditadas de forma independente pela Ernst & Young, cujo parecer de auditoria está anexado às demonstrações financeiras.

CAPITAL DO FUNDO PETROLÍFERO

O Fundo Petrolífero tinha um capital de US\$18,3 mil milhões de US dólares em 1 de janeiro de 2024 (2023: US\$17,3 mil milhões de US dólares). Durante o ano, o capital adicional recebido de impostos e outras receitas de petróleo, nos termos do artigo 6.º do Fundo Petrolífero, foi de US\$85,4 milhões de US dólares (2023: 426,7 milhões de US dólares). Capital adicional ou fundos recebidos de impostos e outras receitas de petróleo não estão sujeitos a impostos, e o próprio Fundo não paga impostos (além de imposto de retenção na fonte) sobre as receitas de petróleo. O Fundo Petrolífero registou um lucro de US\$1,2 mil milhões de US dólares (2023: Lucro de 1,7 mil milhões de US dólares) durante o período. Um resumo das transações relativas aos rendimentos é apresentado na "Demonstração de lucros ou perdas e outros rendimentos abrangentes".

Foram transferidos \$1,3 mil milhões de US dólares a partir do Fundo Petrolífero para o Fundo Consolidado durante o ano (2023: \$1,1 mil milhões de US dólares). O capital do Fundo Petrolífero em 31 de dezembro de 2024 era de \$18,3 mil milhões de US dólares (2023: 18,3 mil milhões de US dólares). Um resumo das transações é apresentado na "Demonstração das alterações no capital".

PARÂMETROS DE REFERÊNCIA E DESEMPENHO

O Comité de Assessoria para o Investimento (CAI) revê regularmente a estratégia de investimento e a alocação estratégica de ativos do Fundo Petrolífero, tendo em conta os retornos e riscos esperados dos investimentos, juntamente com os fluxos de caixa projetados para o Fundo, incluindo os levantamentos do Governo. Em julho de 2021, os investimentos do Fundo Petrolífero no mercado financeiro foram segmentados numa carteira de liquidez e numa carteira de crescimento, de forma a contabilizar os levantamentos esperados do Governo a partir do Fundo. A carteira de liquidez destina-se a financiar os levantamentos do Governo nos próximos três anos e é investida em caixa (cash), títulos do Tesouro dos EUA de curto prazo e outros instrumentos líquidos de curto prazo. O restante do Fundo é mantido na carteira de crescimento, com uma alocação de ativos de 65% em títulos de juros fixos e 35% em ações globais. A alocação à dívida privada – o Investimento em Operações Petrolíferas – é tratada separadamente dos investimentos no mercado financeiro e está limitada a 5% do valor total do Fundo nos termos da Lei do Fundo Petrolífero. O CAI considera que este é um nível de risco adequado, tendo em conta o horizonte de investimento do Fundo Petrolífero.

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Declaração da Diretora-Geral do Tesouro
31 de dezembro de 2024

No que diz respeito às alterações na afetação de ativos durante o período de referência, em abril de 2024, a composição da carteira de liquidez do Fundo foi reestruturada de Caixa (cash) e títulos do Tesouro dos EUA de 1 a 3 anos, para títulos do Tesouro dos EUA de 0 a 3 anos. Além disso, no primeiro trimestre de 2024, foram realizadas transferências anuais da carteira de crescimento para reforçar a carteira de liquidez e a carteira de crescimento também foi rebalanceado para o seu alvo estratégico.

Resumo dos Índices de Referência

Total do Fundo:	Como em 31 de dezembro de 2024	Como em 31 de dezembro de 2023
1. Investimento em Operações Petrolíferas	3,07%	3,26%
2. Investimentos no Mercado Financeiro	96,93%	96,74%
Total do Fundo	100,00%	100,00%

Instrumentos do Mercado Financeiro:

1. Carteira de liquidez	14,07%	17,03%
2. Carteira de crescimento	85,93%	82,97%
Total para Investimentos no Mercado Financeiro	100,00%	100,00%

As alocações atuais no final de dezembro de 2024 e 2023 são apresentadas. As alocações de referência para a carteira de Investimento no Mercado Financeiro baseiam-se nos valores atuais de mercado no final do mês anterior.

1. Carteira de liquidez

ICE BOA Merrill Lynch do Governo dos EUA 0-3 Anos	100,00%	-
Títulos do Tesouro do Governo dos EUA a 3 Meses	n.a	84,87%
ICE BOA Merrill Lynch do Governo dos EUA 1-3 Anos	n.a	15,13%
Total para Carteira de Liquidez	100,00%	100,00%

As alocações atuais no final de dezembro de 2024 e 2023 são apresentadas. As alocações de referência para a carteira de Liquidez baseiam-se nos valores atuais de mercado no final do mês anterior.

2. Carteira de crescimento

Juros fixos

ICE BOA Merrill Lynch do Governo dos EUA 3-5 Anos	35,00%	35,00%
ICE BOA Merrill Lynch do Governo dos EUA 5-10 Anos	10,00%	10,00%
US TIPS 1-10 anos	10,00%	10,00%
Títulos Soberanos do Mercado Desenvolvido - Personalizados	10,00%	10,00%
<i>Total dos juros fixos</i>	<i>65,00%</i>	<i>65,00%</i>

Ações globais

MSCI World	35,00%	35,00%
<i>Total de ações globais</i>	<i>35,00%</i>	<i>35,00%</i>

Total para Carteira de Crescimento	100,00%	100,00%
---	----------------	----------------

As alocações da referência para a carteira de crescimento são alocações fixas.

Desempenho

Em conformidade com a alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º da Lei do Fundo Petrolífero e as cláusulas do Contrato de Gestão Operacional, os ativos do Fundo Petrolífero foram investidos em instrumentos mandatados durante o ano. A lista de instrumentos investidos e detidos em 31 de dezembro de 2024 é dada na Nota 24. A exposição de crédito por notação de crédito é dada na Nota 14 (b) (iii). O desempenho do Fundo Petrolífero durante o período esteve em conformidade com o mandato dos Contratos de Gestão Operacional.

O lucro líquido dos ativos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados foi significativo, atingindo 685,2 milhões de dólar em 2024, o que reflete os ganhos obtidos durante o ano com investimentos em juros fixos e em ações durante o ano. Isto não inclui rendimentos de juros e dividendos de ativos financeiros, os quais são apresentadas separadamente.

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Declaração da Diretora-Geral do Tesouro
31 de dezembro de 2024

Durante o período, o Ministério das Finanças, em conjunto com o BCTL, conseguiu cumprir o dever de gestão e fiduciário para o Fundo Petrolífero.

MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS NA ATUALIDADE

Não houve mudanças significativas na atualidade do Fundo Petrolífero durante o ano.

APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na opinião do Ministério das Finanças, existem motivos razoáveis para acreditar que o Fundo Petrolífero será capaz de pagar as suas dívidas à medida que estas forem exigíveis e pagáveis, e as demonstrações financeiras e as notas anexadas estão de acordo com a Lei n.º 9/2005, de 3 de agosto, alterada pela Lei n.º 12/2011, de 28 de setembro, e pela Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro, incluindo o cumprimento das normas contabilísticas, e fornecem uma imagem verdadeira e justa da posição financeira e do desempenho do Fundo Petrolífero. As demonstrações financeiras para o ano terminado em 31 de dezembro de 2024 foram aprovados em nome do Ministério das Finanças por:



Regina de Jesus de Sousa
Diretora-Geral do Tesouro
Ministério das Finanças Governo de Timor-Leste
5 de junho de 2025

Anexo II: Demonstrações Financeiras Auditadas



Shape the future
with confidence

Ernst & Young
9 The Esplanade
Perth WA 6000, Australia
PO Box M939 Perth WA 6843

Tel: +61 8 9429 2222
Fax: +61 8 9429 2436
ey.com/au

Relatório do Auditor Independente para o Ministério das Finanças, República Democrática de Timor-Leste, relativo ao Relatório Financeiro do Fundo Petrolífero de Timor-Leste para o ano findo em 31 de dezembro de 2024

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras do Fundo Petrolífero de Timor-Leste (o "Fundo Petrolífero"), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2024, a demonstração dos resultados e de outro rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa para o ano findo naquela data, e as notas 1 a 23 às demonstrações financeiras, incluindo informações relevantes sobre a política contábil.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam adequadamente, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Fundo Petrolífero em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRSs).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção abaixo *Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras* do nosso relatório. Somos independentes do Fundo Petrolífero nos termos dos requisitos éticos do *International Ethics Standards Board for Accountants' Code of Ethics for Professional Accountants* (Código IESBA) que são relevantes para a nossa auditoria das demonstrações financeiras na Austrália. Também cumprimos com as restantes responsabilidades éticas de acordo com o Código.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outra informação que não seja o relatório financeiro e o relatório do auditor

O órgão de gestão é responsável pela outra informações. As outras informações obtidas à data deste relatório são Anexo I - Declaração do Diretora-Geral do Tesouro, Anexo III - Declaração do Tesouro sobre Políticas Contabilísticas e Anexo VIII - Declaração do Tesouro sobre Empréstimos do Governo de Timor-Leste e PARTE VII: Detalhe dos Ativos Financeiros: 24. Detalhe dos ativos financeiros avaliados a valor de mercado.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a outra informação e, por conseguinte, não expressamos qualquer forma de conclusão de segurança sobre a mesma.

Como parte da nossa auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade consiste na leitura da outra informação e, ao fazê-lo, considerar se esta apresenta inconsistências materiais face às demonstrações financeiras ou às informações obtidas na auditoria, ou se de outra forma apresenta distorções materiais.



**Shape the future
with confidence**

Se, com base nos procedimentos efetuados, concluirmos que existe uma distorção material desta outra informação, é nos requerido reportar esse facto. Não temos nada a reportar a este respeito.

Responsabilidades do órgão de gestão e órgão da governança pelas demonstrações financeiras

O Banco Central de Timor-Leste, o gestor operacional ("Gestão") é responsável pela preparação e apresentação de forma adequada das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRSs) e por um sistema de controlo interno que o órgão de gestão determine como necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais, seja por fraude ou erro.

Na preparação das demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável pela avaliação da capacidade do Fundo Petrolífero de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relacionadas com a continuidade das operações e a utilização do princípio da continuidade, exceto se o órgão de gestão pretender liquidar o Fundo Petrolífero ou cessar as suas operações, ou não apresenta qualquer alternativa realista senão fazê-lo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Os nossos objetivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório de auditoria onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos usuários tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria. Além disso:

- ▶ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou o ato de burlar os controles internos.
- ▶ Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Fundo Petrolífero.
- ▶ Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão.



**Shape the future
with confidence**

- ▶ Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo Petrolífero para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões estão fundamentadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo Petrolífero descontinue as suas atividades.
- ▶ Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos com o órgão de gestão e com o órgão de governança, entre outros assuntos, o alcance e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

Ernst & Young

Ernst & Young
Perth
5 de junho de 2025

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Demonstração de lucros ou perdas e outros rendimentos abrangentes
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2024

	Nota	Ano terminado em 31/12/2024 USD	Ano terminado em 31/12/2023 USD
Rendimentos			
Rendimento de juros	4	434.289.428	368.052.608
Rendimento de dividendos	5	99.083.506	104.735.279
Rendimentos fiduciários (<i>trusts</i>)	5	3.655.459	3.976.789
Outros rendimentos de investimento		167.126	4.207
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros a valor justo através de lucros ou perdas	6	685.196.072	1.222.698.767
Ganhos (perdas) cambiais líquidos	7	(934.988)	611.114
Total de rendimentos		1.221.456.603	1.700.078.764
Despesas			
Taxas de gestão externa e custódia	20	(7.662.957)	(5.855.910)
Despesas do Comité de Assessoria para o Investimento	20	(270.738)	(677.455)
Taxas de gestão operacional do BCTL	20	(7.445.935)	(7.188.017)
Outras despesas		-	(1.580.593)
Despesas com impostos retidos na fonte	9	(5.778.961)	(6.072.628)
Total de despesas		(21.158.591)	(21.374.603)
Lucros do ano		1.200.298.012	1.678.704.161
Outros rendimentos abrangentes		-	-
Total de rendimentos abrangentes para o ano		1.200.298.012	1.678.704.161

As demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as políticas e notas que as acompanham.

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Demonstração da posição financeira
em 31 de dezembro de 2024

	Nota	As Ano terminado Em 31/12/2024 USD	Ano terminado Em 31/12/2023 USD
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	11	523.085.897	2.065.968.190
Outros recebíveis	12	12.849.560	43.011.253
Ativos financeiros ao valor justo através de lucros ou perdas	14	17.752.115.019	16.220.795.477
Total de ativos		18.288.050.476	18.329.774.920
Passivos			
Passivos financeiros ao valor justo através de lucros ou perdas	14. 15	2.390.191	32.963.125
Contas a pagar para títulos comprados		9.770.223	8.177.581
Contas a pagar		1.833.658	229.239
Total de passivos		13.994.072	41.369.945
Ativos líquidos		18.274.056.404	18.288.404.975

As demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as políticas e notas que as acompanham.

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Demonstração das alterações de capital
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2024

	Nota	Ano terminado Em 31/12/2024 USD	Ano terminado Em 31/12/2023 USD
Capital no início do ano		18.288.404.975	17.273.001.722
Receitas brutas do Fundo Petrolífero (nos termos do artigo 6.º da Lei do Fundo Petrolífero)	16	85.353.417	426.699.092
		18.373.758.392	17.699.700.814
Transferências para o Fundo Consolidado de Timor-Leste (nos termos do artigo 7.º da Lei do Fundo Petrolífero)	16	(1.300.000.000)	(1.090.000.000)
Transferências para reembolso de impostos (nos termos do artigo 10.º da Lei do Fundo Petrolífero)	16	-	-
Rendimento global total do ano		1.200.298.012	1.678.704.161
Capital no final do ano		18.274.056.404	18.288.404.975

As demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as políticas e notas que as acompanham.

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Demonstração dos fluxos de caixa
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2024

	Nota	Ano terminado Em 31/12/2024 USD	Ano terminado Em 31/12/2023 USD
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Produto da venda e vencimentos de ativos financeiros ao valor justo através de lucros ou perdas	14	14.204.727.564	13.948.433.913
Compras de ativos financeiros ao valor justo através de lucros ou perdas	14	(15.050.849.937)	(12.946.352.314)
Juros recebidos		434.171.120	368.245.017
Dividendos recebidos		93.148.933	95.898.439
Distribuições fiduciárias recebidos		3.756.517	3.969.866
Taxas de gestão e custódia externas pagas		(13.775.337)	(15.235.568)
Outras receitas operacionais		–	4.207
Outros pagamentos operacionais		(478.759)	(1.580.593)
Caixa líquido das atividades operacionais	17	(329.299.899)	1.453.382.967
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Receitas brutas do Fundo Petrolífero	16	85.353.417	427.017.209
Pagamentos de transferência para o Fundo Consolidado de Timor-Leste	16	(1.300.000.000)	(1.090.000.000)
Caixa líquido utilizado em atividades de financiamento		(1.214.646.583)	(662.982.791)
Aumento (diminuição) líquido em caixa e equivalentes de caixa		(1.543.946.482)	790.400.176
Caixa e equivalentes de caixa no início do ano		2.065.968.190	1.275.184.933
Efeitos das alterações da taxa de câmbio de moeda estrangeira sobre caixa e equivalentes de caixa		1.064.189	383.081
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	11	523.085.897	2.065.968.190

As demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as políticas e notas que as acompanham

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2024

Índice

	Página
PARTE I: INTRODUÇÃO	45
1. Informações sobre o Fundo	45
2. Declaração de conformidade com as IFRS	45
3. Base de preparação	45
PARTE II: NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PERDAS E OUTROS RENDIMENTOS ABRANGENTES	46
4. Rendimento de juros	46
5. Dividendos e rendimentos fiduciários	46
6. Ganhos ou perdas de ativos e passivos financeiros a valor justo através de lucros ou perdas	47
7. Ganhos ou perdas cambiais estrangeiros	47
8. Despesas	47
9. Tributação	48
PARTE III: NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	48
10. Gestão dos riscos	48
10.1. Risco financeiro	49
10.2. Risco de mercado	49
10.3. Risco de crédito	49
10.4. Risco de liquidez	49
11. Caixa e equivalentes a caixa	49
12. Outras contas a receber	50
13. Investimento em instrumentos de dívida privada	51
14. Ativos e passivos financeiros a valor justo através de lucros ou perdas	51
15. Passivos financeiros	62
PARTE IV: NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DE CAPITAL	63
16. Receitas e pagamentos de capital	63
PARTE V: NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	65
17. Reconciliação dos fluxos de caixa líquidos	65
PARTE VI: DIVULGAÇÕES NÃO FINANCEIRAS	66
18. Pessoal	66
19. Ativos e passivos contingentes e compromissos	66
20. Partes relacionadas	66
21. Encargos sobre o Fundo Petrolífero	67
22. Aplicação das IFRS novas e revistas	68
22.1. IFRS novas e revistas aplicadas sem efeito material nas demonstrações financeiras	68
22.2. Adoção das IFRS que ainda não são eficazes	68
23. Eventos subsequentes	68
PARTE VII: LISTA DOS ATIVOS FINANCEIROS	69
24. Lista de aplicações financeiras avaliados através dos resultados	69

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2024

PARTE I: INTRODUÇÃO

1. Informações sobre o Fundo

O Fundo Petrolífero de Timor-Leste (“Fundo Petrolífero”) foi estabelecido pela Lei n.º 9/2005, de 3 de agosto, alterada pela Lei n.º 12/2011 em 28 de setembro, e pela Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro.

A estratégia de investimento e os índices de referência do Fundo Petrolífero são determinados pelo Ministério das Finanças com base em conselhos do Comité de Assessoria para o Investimento (CAI).

O Banco Central de Timor-Leste (BCTL), com sede na Avenida Xavier do Amaral n.º 9, Dli. Timor-Leste, é responsável pela gestão operacional do Fundo Petrolífero e é o titular registrado de todos os ativos do Fundo Petrolífero. A gestão do Fundo Petrolífero é realizada de acordo com um Acordo de Gestão entre o Ministério das Finanças e o BCTL.

O objetivo do Fundo Petrolífero é atingir retornos de referência sobre o seu capital dentro do limite de risco fornecido nos mandatos e dentro dos limites estabelecidos nos artigos 14.º e 15.º da Lei do Fundo Petrolífero relativos à Política de Investimento e Regras de Investimento.

A carteira de investimentos do Fundo Petrolífero em ativos a valor justo através de lucros ou perdas, ativos a custo amortizado e caixa e equivalentes de caixa cumpriu os requisitos legislativos e contratuais ao longo do período.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Diretora-Geral do Tesouro em 5 de junho de 2025.

2. Declaração de conformidade com as IFRS

De acordo com o artigo 21.º da Lei do Fundo Petrolífero, as demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

O Fundo Petrolífero adotou todas as normas e emendas IFRS que foram aplicáveis durante o ano.

Informações sobre o impacto das novas e futuras IFRS nestas demonstrações financeiras são fornecidas na Nota 22.

3. Base de preparação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do Fundo Petrolífero são mensurados e apresentados em US dólares, sendo a moeda funcional e oficial da República Democrática de Timor-Leste.

As demonstrações financeiras são preparadas com base no custo histórico, exceto para certos investimentos financeiros que são mensurados a valor justo através de lucros ou perdas, conforme explicado nas políticas contabilísticas aqui descritas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente pelo Fundo Petrolífero.

Estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas e os valores relatados de ativos, passivos, receita e despesa. As estimativas e as premissas associadas são baseadas na experiência histórica e em outros fatores que são considerados razoáveis nas circunstâncias, cujos resultados formam a base para fazer julgamentos sobre os valores contabilísticos de ativos e passivos que não são facilmente aparentes de outras fontes. As estimativas utilizam dados observáveis na medida do possível. No entanto, áreas como potenciais mudanças de mercado, risco de crédito, volatilidades e correlações exigem que a administração faça estimativas que poderiam afetar o valor justo relatado dos instrumentos financeiros. Portanto, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. Este processo envolve um alto grau de julgamento ou complexidade.

Revisões de estimativas contabilísticas são reconhecidas no período em que a estimativa é revista, se a revisão afetar apenas aquele período, ou no período da revisão e em períodos futuros, se a revisão afetar tanto o período atual quanto futuros.

Assunções e estimativas que são significativas para as demonstrações financeiras são divulgadas nas notas relevantes, assim como os julgamentos feitos pela administração que têm um efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2024

PARTE II: NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PERDAS E OUTROS RENDIMENTOS ABRANGENTES

A demonstração de lucros ou perdas e outros rendimentos abrangentes é um relatório de receitas, despesas e o resultado do lucro ou prejuízo obtido pelo Fundo Petrolífero durante o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

O conceito de receita abrange tanto receitas quanto ganhos. As receitas surgem no curso das atividades normais do Fundo Petrolífero e são referidas por uma variedade de nomes, incluindo juros e dividendos. Ganhos representam aumentos nos benefícios económicos e incluem tanto ganhos realizados quanto não realizados, incluindo a reavaliação de títulos negociáveis e câmbio.

O conceito de despesas abrange perdas, bem como aquelas despesas que surgem no curso das atividades ordinárias do Fundo Petrolífero. Outras receitas abrangentes incluem itens de receita ou despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos no lucro ou prejuízo, conforme exigido ou permitido pelas IFRS.

4. Rendimento de juros

O rendimento de juros é derivado dos investimentos do Fundo Petrolífero em títulos de rendimento fixo, saldos de caixa e investimentos de caixa de curto prazo.

	Ano terminado Em 31/12/2024	Ano terminado Em 31/12/2023
	USD	USD
Juros de títulos de juro fixo ao justo valor através de lucros ou perdas	425.088.834	358.610.939
Juros de caixa e equivalentes de caixa	9.200.594	9.441.669
	434.289.428	368.052.608

Política contabilística

Os rendimentos de juros de títulos de juro fixo ao justo valor através de lucros ou perdas são acumulados com base nas taxas de cupão contratuais. É reconhecido na demonstração de lucros ou perdas e outros rendimentos abrangentes e mostrado separadamente de outros movimentos do justo valor.

5. Dividendos e rendimentos fiduciários

Os dividendos recebidos são distribuições de ações do Fundo Petrolífero e representam a parte do Fundo Petrolífero nos lucros pagos aos accionistas. Os rendimentos fiduciários são semelhantes aos dividendos, mas são derivados dos investimentos do Fundo Petrolífero em entidades imobiliárias que são constituídas como Sociedades de Investimento e Gestão Imobiliária (SIGI) ou *Real Estate Investment Trusts* (REITs).

	Ano terminado Em 31/12/2024	Ano terminado Em 31/12/2023
	USD	USD
Rendimento de dividendos	99.083.506	104.735.279
Rendimentos fiduciários	3.655.459	3.976.789
	102.738.965	108.712.068

Política contabilística

Os rendimentos de dividendos e os rendimentos fiduciários são reconhecidos quando o direito do accionista a receber o pagamento tiver sido estabelecido. Os rendimentos de dividendos e os rendimentos fiduciários são apresentados brutos de quaisquer impostos não recuperáveis retidos na fonte e são divulgados separadamente na demonstração de lucros ou perdas e outros rendimentos abrangentes.

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2024

6. Ganhos ou perdas de ativos e passivos financeiros ao valor justo através de lucros ou perdas

Este item inclui alterações no valor justo dos ativos e passivos financeiros detidos para negociação ou designados no reconhecimento inicial como "ao justo valor através de lucros ou perdas" e exclui receitas e despesas com juros e dividendos. Estas alterações resultam de alterações no valor de mercado dos investimentos financeiros (ou passivos) detidos pelo Fundo Petrolífero.

	Ano terminado Em 31/12/2024	Ano terminado Em 31/12/2023
	USD	USD
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas	685.196.072	1.222.698.767

Política contabilística, estimativas, pressupostos, juízos de valor e riscos

- detalhes das políticas contabilísticas relativas aos ativos e passivos financeiros designados como "ao justo valor através dos lucros ou perdas.
- os julgamentos e estimativas significativos que foram feitos e que podem ser materiais na determinação do ganho ou perda relatado em ativos e passivos financeiros.
- os riscos associados à detenção de ativos e passivos financeiros que podem ter impacto nos lucros ou perdas relatados, e
- uma análise da sensibilidade a alterações nas condições de mercado futuras que possam dar origem a ganhos ou perdas de ativos e passivos financeiros.

7. Ganhos ou perdas cambiais estrangeiros

Ganhos ou perdas cambiais surgem quando o Fundo Petrolífero investe em ativos (exceto os que resultam de instrumentos financeiros medidos ao justo valor através de lucros ou perdas de acordo com a IFRS 9) denominados numa moeda diferente do US dólar (a moeda funcional do Fundo Petrolífero). Quando o US dólar se fortalece relativamente a outra moeda na qual o Fundo Petrolífero detém ativos, o Fundo Petrolífero reportará uma perda cambial. Inversamente, se o Fundo Petrolífero detiver um ativo denominado numa moeda que não seja o US dólar, e essa moeda se fortalecer, o Fundo Petrolífero reportará um ganho cambial.

Política contabilística

Os ganhos e perdas cambiais dos instrumentos financeiros mensurados ao justo valor através dos resultados, nomeadamente os investimentos do Fundo em ações e em juros fixos, estão incluídos nos ganhos ou perdas desses instrumentos apresentados na Nota 6. Outros ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação de transações e da conversão à taxa de câmbio do final do ano de ativos e passivos monetários e outros ativos e passivos financeiros denominados em moeda estrangeira são divulgados separadamente na demonstração de resultados abaixo.

	Ano terminado Em 31/12/2024	Ano terminado Em 31/12/2023
	USD	USD
Ganhos (perdas) cambiais líquidos	(934.988)	611.114

8. Despesas

De acordo com o estabelecido da Lei do Fundo Petrolífero, todas as despesas do Fundo Petrolífero, com exceção da taxa de auditoria externa (que é paga a partir do Orçamento Geral do Estado), não relacionadas com a compra ou venda de títulos e reconhecidas no preço de venda ou compra, são pagas pelo BCTL e cobertas por uma taxa de gestão. Esta taxa de gestão é legalmente uma dedução das receitas brutas do Fundo Petrolífero (n.º 3 do artigo 6.º da Lei do Fundo Petrolífero), embora seja reconhecida como uma despesa na demonstração de resultados e de outros rendimentos integrais.

As despesas que são incidentais à aquisição de um investimento ao custo amortizado são incluídas no custo desse investimento enquanto que os custos de transação de um investimento ao justo valor através de lucros ou perdas que são directamente atribuíveis à aquisição do activo ou passivo financeiro são deduzidos das despesas.

As despesas que sejam inerentes à alienação de um investimento são deduzidas dos proventos da alienação do investimento.

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2024

9. Tributação

O Fundo Petrolífero está isento de todas as formas de tributação em Timor-Leste ao abrigo da legislação de Timor-Leste. Assim sendo, o Fundo Petrolífero tem uma taxa de imposto estatutária de 0%.

Os rendimentos de investimento e os ganhos de capital estão sujeitos a imposto de retenção em certas jurisdições estrangeiras e são os únicos itens sujeitos a tributação.

No ano corrente foram retidos impostos sobre dividendos estrangeiros, rendimentos de fundos de investimento e juros recebidos de acordo com as leis aplicáveis. Nalgumas destas jurisdições é possível obter isenção da retenção na fonte mediante pedido.

Política contabilística

Os rendimentos do Fundo Petrolífero obtidos em jurisdições estrangeiras sujeitos a impostos de retenção cobrados nessas jurisdições são registados brutos de impostos de retenção na demonstração de lucros ou perdas e outros rendimentos abrangentes. Os impostos retidos na fonte, na medida em que não sejam recuperáveis, são apresentados como um item de linha separado na demonstração de resultados e outros rendimentos abrangentes.

Estimativas contabilísticas críticas, pressupostos e juízos de valor

Existem incertezas no que respeita à interpretação de regulamentos fiscais complexos e a alterações na legislação fiscal sobre rendimentos obtidos em jurisdições estrangeiras e à recuperabilidade de montantes retidos. Dada a vasta gama de investimentos internacionais, as diferenças que surgem entre o rendimento real do investimento e os pressupostos feitos, ou alterações futuras a esses pressupostos, podem necessitar de ajustes futuros a despesas fiscais já registadas. O Fundo Petrolífero estabelece provisões, com base em estimativas razoáveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais dos respetivos países em que investe. Os montantes destas provisões baseiam-se em vários fatores, tais como a experiência de auditorias fiscais anteriores e diferentes interpretações de regulamentos fiscais por parte da entidade tributável e da autoridade fiscal responsável. Estas diferenças de interpretação podem surgir numa grande variedade de questões, dependendo das condições prevalecentes no domicílio do respetivo investimento. Dado que o Fundo Petrolífero considera remota a probabilidade de litígio e subsequente saída de dinheiro relativamente a impostos, não foi reconhecida qualquer obrigação contingente.

PARTE III: NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

A demonstração da posição financeira, também conhecida como folha de balanço, apresenta a posição financeira do Fundo Petrolífero no final do seu ano financeiro, a 31 de dezembro. A demonstração da posição financeira inclui três componentes principais: ativos, passivos e capital.

Um ativo é algo que o Fundo Petrolífero possui ou controla de modo a obter benefícios económicos do seu uso. Os principais ativos do Fundo Petrolífero são caixa, títulos e ações.

Um passivo é uma obrigação que o Fundo Petrolífero deve a outra parte e que em circunstâncias normais é liquidada em dinheiro ou através de outros recursos financeiros.

O capital é a riqueza líquida do Fundo Petrolífero que pertence ao seu proprietário final, a República Democrática de Timor-Leste.

A declaração de posição financeira apresenta ativos e passivos por ordem decrescente de liquidez e não distingue entre itens correntes e não correntes.

10. Gestão dos riscos

O programa global de gestão de risco do Fundo Petrolífero procura maximizar os retornos derivados do nível de risco a que o Fundo Petrolífero está exposto e procura minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho do Fundo Petrolífero. Os riscos específicos são geridos da seguinte forma:

10.1 Risco financeiro

As atividades do Fundo Petrolífero expõem-no a uma variedade de riscos financeiros, sendo eles o risco de mercado (incluindo risco de preço de ações, risco de taxa de juro e risco cambial), risco de crédito e risco de liquidez.

Os riscos financeiros associados ao Fundo Petrolífero são monitorizados pela Divisão de Gestão de Risco do Departamento de Gestão do Fundo Petrolífero no BCTL, que prepara relatórios de gestão diários para a direção e relatórios trimestrais para o Ministério das Finanças. O Fundo Petrolífero está sujeito a auditorias periódicas por parte do Gabinete de Auditoria Interna do BCTL, que tem independência operacional relativamente à gestão do Fundo Petrolífero. O Gabinete de Auditoria Interna apresenta relatórios mensais formais ao Governador e relatórios semestrais ao Conselho Diretivo do BCTL.

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2024

10.2 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que movimentos em fatores de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juro, *spreads* de crédito e preços de ações, reduzam os rendimentos do Fundo Petrolífero ou o valor das suas carteiras.

O objetivo da gestão deste risco é gerir e controlar as exposições de mercado, incluindo por exemplo o uso de índices de referência conservadores e de erros de seguimento nos mandatos dos gestores, de modo a otimizar o retorno sobre o risco ao mesmo tempo que se assegura a liquidez.

10.3 Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de o emissor de um instrumento de dívida não ser capaz de reembolsar o principal e/ou os juros nas datas de vencimento.

O Fundo Petrolífero gere o risco de crédito associado a instrumentos de dívida privada exigindo que os emissores cumpram determinados requisitos, incluindo, entre outras coisas, que o emissor forneça declarações financeiras e de fluxo de caixa regulares, e que mantenha projeções de fluxo de caixa acumuladas muito para além dos reembolsos pendentes de principal e juros.

10.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de o Fundo Petrolífero não conseguir gerar recursos monetários suficientes para liquidar na totalidade as suas obrigações, que consistem essencialmente em financiar a conta do Orçamento Geral do Estado, ou só o conseguir fazer em termos materialmente desvantajosos.

A Carteira de Liquidez, constituída por investimentos de baixo risco e elevada liquidez, foi concebida para financiar os próximos três anos de levantamentos do Estado. Consequentemente, o risco de liquidez é limitado. Além disso, para gerir este risco, o Ministério das Finanças concordou no Acordo de Gestão em fornecer ao Banco Central uma previsão das futuras necessidades de dinheiro do Governo, incluindo os prazos projetados e os montantes a serem transferidos do Fundo Petrolífero.

Os passivos do Fundo Petrolífero no final do ano eram de 14,0 milhões de US dólares (2023: 41,4 milhões de US dólares) e consistem em passivos derivados, contas a pagar por títulos comprados mas não liquidados no final do ano e taxas de gestão a pagar. Espera-se que estes sejam liquidados no prazo de 30 dias após o final do ano, mas não se considera que criem um risco de liquidez para o Fundo Petrolífero devido ao dinheiro disponível que é suficiente para cobrir estes passivos. O Banco Central monitoriza a posição de liquidez do Fundo Petrolífero numa base diária. Sempre que houver potenciais défices, serão vendidos ativos financeiros para cobrir o défice previsto. O Fundo Petrolífero investe sobretudo em títulos negociáveis e outros instrumentos financeiros que, em condições normais de mercado, são prontamente convertíveis em dinheiro.

11. Caixa e equivalentes de caixas

O Fundo Petrolífero tem uma série de contas bancárias nas quais detém caixa. O excesso de caixa é investido em mercados *overnight* com bancos ou através de acordos de recompra invertida, que podem ser considerados como depósitos *overnight* garantidos.

	Ano terminado	Ano terminado
	Em 31/12/2024	Em 31/12/2023
	USD	USD
Dinheiro no banco	203.385.897	159.768.190
Acordos de recompra nocturna inversa	319.700.000	1.906.200.000
	523.085.897	2.065.968.190

Política contabilística

A caixa inclui depósitos correntes em bancos com maturidades inferiores a 90 dias. Os equivalentes de caixa são investimentos de curto prazo de elevada liquidez, facilmente convertíveis em quantias conhecidas de dinheiro, sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor e detidos com o objetivo de satisfazer compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

Os títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda (acordos de compra com acordo de revenda) com um período de maturidade superior a um dia financeiro são registados não como compras de títulos, mas como valores a receber e são inscritos na demonstração da posição financeira ao custo amortizado.

Os juros vencidos sobre acordos de revenda são reconhecidos como juros e proveitos equiparados ao longo da vida de cada acordo, utilizando o método do juro efetivo.

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2024

Riscos

A caixa e os equivalentes de caixa não estão sujeitos a um risco significativo de taxa de juro. O risco de crédito é gerido através da detenção de numerário em instituições financeiras com elevada reputação - o Federal Reserve Bank of New York, com uma notação de AA+ da Standard & Poor's (capacidade muito forte para cumprir os seus compromissos financeiros), o JPMorgan Chase Bank N.V., com uma notação de emitente a curto prazo de A-1 da Standard & Poor's (forte capacidade para cumprir os seus compromissos financeiros, mas algo suscetível às condições económicas e a alterações das circunstâncias) e o Banco de Pagamentos Internacionais (BIS - Bank for International Settlements).

12. Outras contas a receber

	Ano terminado Em 31/12/2024	Ano terminado Em 31/12/2023
	USD	USD
Dividendos a receber	3.274.407	4.561.509
Imposto retido na fonte a receber	8.400.692	7.812.324
Distribuições fiduciárias a receber	341.548	451.672
Contas a receber de corretores	–	30.036.450
Juros a receber	187.020	149.289
Outras contas a receber	645.893	9
	12.849.560	43.011.253

Política contabilística

Os empréstimos e contas a receber (que não os classificados como detidos para negociação) são mensurados inicialmente pelo seu justo valor acrescido de quaisquer custos incrementais diretamente atribuíveis de aquisição ou emissão e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado.

Imparidade de aplicações financeiras

O Fundo Petrolífero monitoriza todos os ativos financeiros que estão sujeitos aos requisitos de imparidade das IFRS para avaliar se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Se tiver havido um aumento significativo no risco de crédito o Fundo Petrolífero medirá a provisão para perdas com base na ECL ao longo da vida em vez de 12 meses. A política contabilística do Fundo Petrolífero é não usar o expediente prático de que aplicações financeiras com risco de crédito 'baixo' à data de reporte são consideradas como não tendo tido um aumento significativo no risco de crédito. Como resultado, o Fundo Petrolífero monitoriza todos os ativos financeiros que estão sujeitos a imparidade para detetar um aumento significativo no risco de crédito.

Ao avaliar se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, o Fundo Petrolífero compara o risco de incumprimento do instrumento financeiro na data de reporte com base na maturidade restante do instrumento com o risco de incumprimento previsto para a maturidade restante na data de reporte atual quando o instrumento financeiro foi reconhecido pela primeira vez. Ao fazer esta avaliação, o Fundo Petrolífero considera tanto informação quantitativa como qualitativa que seja razoável e suportável, incluindo experiência histórica e informação prospetiva que esteja disponível sem custos ou esforços indevidos.

Política contabilística

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, todas as outras contas a receber, os montantes devidos por corretores, o numerário e os depósitos a curto prazo são detidos junto de contrapartes com uma notação de crédito de AA/Aa ou superior e devem ser liquidados no prazo de uma semana. Os decisores do gestor operacional consideram que a probabilidade de incumprimento é próxima de zero, uma vez que as contrapartes têm uma forte capacidade para cumprir as suas obrigações contratuais a curto prazo. Consequentemente, não foi reconhecida qualquer provisão para perdas com base nas perdas de crédito esperadas a 12 meses, uma vez que uma tal imparidade seria totalmente insignificante para o Fundo.

Riscos

As contas a receber, com exceção dos impostos retidos na fonte recuperáveis, estão sujeitas a um risco mínimo e são geralmente pagas num curto espaço de tempo no decurso normal da atividade.

A recuperação de impostos retidos na fonte a receber depende do processamento e aprovação pelas autoridades fiscais competentes.

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2024

13. Investimento em instrumentos de dívida privada

Em 2019, o Fundo Petrolífero comprou certos instrumentos de dívida privada emitidos por subsidiárias da Timor Gap. Lda., em relação à compra, em abril de 2019, de interesses e direitos de participação no campo de petróleo e gás Greater Sunrise pela República Democrática de Timor-Leste.

Os instrumentos de dívida têm uma taxa de cupão de 4,5% e são reembolsáveis durante um período de 18 anos com um período de carência de reembolso de 8 anos.

Em 31 de dezembro de 2024, o Fundo Petrolífero, em consulta com um avaliador terceiro, estimou o valor justo do investimento nos instrumentos de dívida privada em 561.044.064 US dólares (2023: 596.795.136 US dólares), usando um modelo de fluxo de caixa descontado com base nos fluxos de caixa contratuais sob os instrumentos de dívida e uma taxa de juro de mercado implícita de 9,24% (2023: 8,15%). A taxa de juro implícita foi estimada utilizando curvas comparáveis, ajustadas em função das diferenças nos termos do instrumento. Se a taxa de desconto aumentasse/diminuísse em 1%, o justo valor do investimento diminuiria e aumentaria em 43,71 milhões de US dólares e 48,06 milhões de US dólares, respetivamente.

O movimento no valor justo para o ano findo em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 está resumido na tabela abaixo. A diminuição significativa no justo valor é atribuída ao aumento da taxa de desconto e também aos atrasos esperados nos recebimentos de petróleo do projeto Greater Sunrise.

	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
	USD	USD
Saldo no início do ano	596.795.136	560.757.917
Rendimento de juros	36.019.167	34.469.646
Ganho (perda) do valor justo	(71.770.239)	1.567.573
	561.044.064	596.795.136

Riscos

Os instrumentos de dívida privada detidos pelo Fundo Petrolífero foram emitidos por subsidiárias da Timor Gap. Lda., no pressuposto de que os fluxos financeiros dos seus investimentos no campo de petróleo e gás do Greater Sunrise irão exceder o custo dos direitos adquiridos e os custos de desenvolvimento subsequentes. Existem riscos de que:

- os fluxos de caixa da parte da Timor Gap das receitas de petróleo e gás podem não ser suficientemente grandes para cumprir os reembolsos contratuais; ou
- de capital e/ou juros; ou os fluxos de caixa previstos das receitas do petróleo e do gás podem não se materializar dentro do período de tempo assumido pelo período de carência; ou
- possam ocorrer outros eventos que afetem a capacidade dos emissores para efetuar os reembolsos acordados nos prazos acordados.

O Fundo Petrolífero estabeleceu procedimentos para revisões regulares das previsões financeiras dos emissores, acordos e outras informações que coletivamente fornecem um "sistema de aviso prévio" de que a probabilidade de um ou mais destes riscos se materializarem pode ter aumentado.

Os instrumentos de dívida privada do Timor Gap são denominados em US dólares. Como resultado, não há exposição a risco de moeda estrangeira.

14. Ativos e passivos financeiros ao valor justo através de lucros ou perdas

O Fundo Petrolífero investe numa série de instrumentos financeiros com o objetivo de gerar rendimentos. Os investimentos incluem títulos (ações) e juros fixos (obrigações) e um número limitado de instrumentos derivados.

Tipicamente, os contratos derivados servem como componentes da estratégia de investimento do Fundo Petrolífero e são utilizados sobretudo para estruturar e cobrir investimentos, para melhorar o desempenho e reduzir o risco para o Fundo Petrolífero (o Fundo Petrolífero não designa qualquer derivado como um instrumento de cobertura para efeitos de contabilidade de cobertura).

O Fundo Petrolífero usa instrumentos financeiros derivados para cobrir economicamente os seus riscos associados a flutuações de moeda estrangeira. Adicionalmente, os instrumentos financeiros derivados também podem ser usados para fins de negociação quando

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2024

o gestor de investimentos acredita que isso seria mais eficiente do que investir diretamente nos instrumentos financeiros subjacentes. Os instrumentos derivados refletem muitas vezes, no seu início, apenas uma troca mútua de promessas com pouca ou nenhuma transferência de contrapartidas tangíveis. No entanto, estes instrumentos envolvem frequentemente um elevado grau de alavancagem e são muito voláteis. Um movimento relativamente pequeno no subjacente de um contrato derivado pode ter um impacto significativo nos lucros ou perdas do Fundo Petrolífero. Os derivados do mercado de balcão ("OTC") podem expor o Fundo Petrolífero aos riscos associados à ausência de um mercado de câmbio no qual se possa fechar uma posição aberta. Os gestores de investimento são instruídos a monitorizar de perto a exposição do Fundo Petrolífero a contratos de derivados como parte da gestão global do risco de mercado do Fundo Petrolífero.

A Ministra das Finanças aprovou a utilização de futuros sobre índices de ações, futuros sobre obrigações e taxas de juro, contratos a prazo sobre obrigações e divisas, e *swaps* sobre o IPC dos EUA ao abrigo do Anexo 1 do Acordo de Gestão entre o Ministério das Finanças e o BCTL. No período abrangido pelo relatório, aplicaram-se as alterações 16 (a partir de 1 de abril de 2023) e 17 (a partir de 1 de abril de 2024) do Acordo de Gestão.

Um resumo dos ativos financeiros detidos à data da posição financeira é o seguinte:

	Em 31/12/2024		Em 31/12/2023	
	USD		USD	
Ativos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas	Valor justo	% do investimento/alocação de ativos	Valor justo	% do investimento/alocação de ativos
Títulos a juro fixo				
Notas do Tesouro dos Estados Unidos	10.193.826.555	57	8.744.300.187	54
Títulos do Governo Australiano	112.167.805	1	131.675.682	1
Títulos do Governo Japonês	133.569.541	1	119.377.215	1
Títulos do Governo do Reino Unido	121.158.184	1	128.796.599	1
Títulos de Estados Europeus	385.773.419	2	356.318.218	2
Investimento em instrumentos de dívida privada (nota 13)	561.044.064	3	596.795.136	4
Outros títulos do Estado	478.012.895	3	522.600.976	3
Total de títulos de juros fixos	11.985.552.463	68	10.599.864.013	66
Títulos de ações				
Ações dos Estados Unidos	4.176.754.268	24	3.866.368.460	24
Ações australianas	130.025.947	1	129.161.365	1
Ações japonesas	310.723.039	2	352.058.244	2
Ações do Reino Unido	185.611.703	1	216.609.151	1
Ações europeias	436.931.309	2	500.839.074	3
Ações de outros países	434.779.535	2	500.079.033	3
Total de ações	5.674.825.801	32	5.565.115.327	34

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2024

14. Ativos e passivos financeiros ao valor justo através de lucros ou perdas (continuação)

	Em 31/12/2024		Em 31/12/2023	
	Valor justo	% do investimento/alocação de ativos	Valor justo	% do investimento/alocação de ativos
Ativos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas				
Títulos do mercado monetário				
Bilhetes do tesouro Australiano	9.437.756	–	–	–
Bilhetes do tesouro europeus	6.787.052	–	21.148.191	–
Bilhetes do tesouro japoneses	-	–	22.707.033	–
Bilhetes do tesouro do Reino Unido	3.994.687	–	–	–
Bilhetes do tesouro de outros países	31.948.744	–	8.717.488	–
Total de títulos do mercado monetário	52.168.239	–	52.572.712	–
Derivados				
Futuros sobre ações dos Estados Unidos	–	–	31.920	–
Contratos a prazo em moeda estrangeira	39.568.516	–	3.211.505	–
Total dos derivados	39.568.516	–	3.243.425	–
Total dos ativos financeiros ao valor justo através dos lucros ou perdas	17.752.115.019	100	16.220.795.477	100
Passivos financeiros ao valor justo através de lucros ou perdas				
Derivados				
Contratos a prazo em moeda estrangeira	2.390.191	100	32.963.125	100
Total de Derivados	2.390.191	100	32.963.125	100
Total de passivos financeiros ao valor justo através de lucros ou perdas	2.390.191	100	32.963.125	100

As transações em ativos financeiros resultantes do investimento de novos fundos, do reequilíbrio periódico da carteira de investimento ou das vendas para gerar dinheiro para transferências orçamentais são resumidas da seguinte forma:

	Em 31/12/2024	Em 31/12/2023
	USD	USD
Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas		
Justo valor inicial	16.220.795.477	16.016.472.342
Compras a custo	15.050.849.937	12.946.352.314
Produto das vendas	(14.204.727.564)	(13.948.433.913)
Ganhos não realizados líquidos em ativos financeiros/passivos financeiros ao valor justo através de lucros ou perdas	685.197.169	1.206.404.734
Valor justo final	17.752.115.019	16.220.795.477

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2024

14. Ativos e passivos financeiros ao valor justo através de lucros ou perdas (continuação)

A tabela seguinte fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados após o reconhecimento inicial ao valor justo, agrupados em níveis 1 a 3 (ver políticas contabilísticas abaixo para definições dos níveis) com base no grau em que o valor justo é observável.

	Em 31/12/2024			
	USD			
	Preço de mercado cotado	Técnica de avaliação: entradas observáveis no mercado	Técnica de avaliação: entradas não observáveis no mercado	Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros				
Instrumentos financeiros designados ao valor justo através de lucros ou perdas				
Títulos de ações	5.674.186.669		639.132	5.674.825.801
Títulos do mercado monetário	52.168.239	–	–	52.168.239
Títulos de juros fixos	11.424.508.399	–	561.044.064	11.985.552.463
Derivados	–	39.568.516	–	39.568.516
Total	17.150.863.307	39.568.516	561.683.196	17.752.115.019
Passivos financeiros				
Instrumentos financeiros designados ao valor justo através de lucros ou perdas				
Derivados	–	(2.390.191)	–	(2.390.191)
Total	–	(2.390.191)	–	(2.390.191)
Em 31/12/2023				
USD				
	Preço de mercado cotado	Técnica de avaliação: entradas observáveis no mercado	Técnica de avaliação: entradas não observáveis no mercado	Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros				
Instrumentos financeiros designados ao valor justo através de lucros ou perdas				
Títulos de ações	5.565.115.327	–	–	5.565.115.327
Títulos do mercado monetário	52.572.712	–	–	52.572.712
Títulos de juros fixos	10.003.068.877	–	596.795.136	10.599.864.013
Derivados	31.920	3.211.505	–	3.243.425
Total	15.620.788.836	3.211.505	596.795.136	16.220.795.477
Passivos financeiros				
Instrumentos financeiros designados ao valor justo através de lucros ou perdas				
Derivados	–	(32.963.125)	–	(32.963.125)
Total	–	(32.963.125)	–	(32.963.125)
Ativos financeiros	–	(32.963.125)	–	(32.963.125)

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2024

14. Ativos e passivos financeiros ao valor justo através de lucros ou perdas (continuação)

A tabela seguinte apresenta as transferências entre níveis durante o ano findo em 31 de dezembro de 2024 (Dezembro 2023: Nulo).

Em 31 de dezembro de 2024	Nível 1	Nível 2	Nível 3
	\$	\$	\$
Transferências entre níveis 1 e 3:	-	-	-
Instrumentos de ações	(639.132)	-	639.132
Total	(639.132)	-	639.132

Uma detalha de lista dos ativos financeiros mensurados ao valor justo através de lucros ou perdas é apresentada no Nota 24.

A tabela seguinte apresenta os valores justos e montantes nocionais dos ativos e passivos derivados detidos pelo Fundo Petrolífero na data do relatório.

Instrumentos financeiros derivados	Em 31/12/2024		Em 31/12/2023	
	Valor justo	Valor nocional	Valor justo	Valor nocional
	USD	USD	USD	USD
Futuros de ações	-	-	31.920	964.000
Contratos a prazo em moeda estrangeira	37.178.325	3.894.551.551	(29.751.620)	3.924.201.531
Total	37.178.325	3.894.551.551	(29.719.700)	3.925.165.531

Política contabilística

Reconhecimento

O Fundo Petrolífero reconhece um ativo financeiro ou um passivo financeiro quando, e somente quando, se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Como os ativos financeiros publicamente negociados do Fundo Petrolífero são mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo não é manter ativos financeiros para coletar fluxos de caixa contratuais, ou é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda dos ativos financeiros, todos os ativos financeiros publicamente negociados são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de resultado (*Fair value through profit or loss - FVTPL*).

Compras ou vendas de ativos financeiros que exigem entrega de ativos dentro do prazo geralmente estabelecido por regulamentação ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que o Fundo Petrolífero se compromete a comprar ou vender o ativo.

Ativos e passivos financeiros (medição inicial)

Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio de resultado são registrados no balanço patrimonial ao valor justo. Todos os custos de transação para tais instrumentos são reconhecidos diretamente no resultado. Derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados como derivativos separados e registrados ao valor justo se suas características económicas e riscos não estiverem intimamente relacionados com os do contrato principal e o contrato principal não for classificado como mantido para negociação ou designado ao valor justo por meio de resultado. Derivados embutidos separados do contrato principal são contabilizados ao valor justo, com mudanças no valor justo reconhecidas no resultado.

Medição subsequente

Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio de resultado são registrados no balanço patrimonial ao valor justo. Valor justo é o preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. O valor justo de instrumentos financeiros avaliados de acordo com o Nível 1 é baseado nos seus preços de mercado cotados na data do balanço patrimonial, sem qualquer dedução para custos futuros estimados de venda. Ativos financeiros mantidos ou um passivo a ser emitido são precificados a preços de oferta atuais, enquanto passivos financeiros mantidos e ativos a serem adquiridos são precificados a preços de procura atuais.

Todas as mudanças no valor justo, exceto receita de juros ou dividendos, são reconhecidas no resultado como parte do ganho líquido de ativos ou passivos financeiros ao valor justo por meio de resultado. A receita de juros e dividendos é apresentada separadamente das outras variações de valor justo na demonstração do resultado.

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2024

14. Ativos e passivos financeiros ao valor justo através de lucros ou perdas (continuação)

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo ou de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Ou os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram, ou o Fundo Petrolífero transferiu os seus direitos de recebê-los ou assumiu uma obrigação de pagar os fluxos recebidos de caixa na íntegra sem atraso substancial a uma terceira parte sob um arranjo de “passagem (*pass through*)”, e
- Ou (a) o Fundo Petrolífero transferiu substancialmente todos os riscos e recompensas do ativo ou (b) o Fundo não transferiu nem manteve substancialmente todos os risco e benefícios do ativos, mas transferiu o controlo sobre o ativo.

Quando o Fundo Petrolífero tiver transferido os seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo (ou tiver entrado em um acordo de passagem) e não tiver transferido nem retido substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo nem transferido o controlo do ativo, o ativo é reconhecido na medida do envolvimento contínuo do Fundo Petrolífero no ativo. Nesse caso, o Fundo Petrolífero também reconhece uma responsabilidade associada. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados numa base que reflete os direitos e obrigações que o Fundo Petrolífero manteve.

O Fundo Petrolífero desreconhece um passivo financeiro quando a obrigação sob o passivo é cumprida, cancelada ou expirada.

Compensação

O Fundo Petrolífero compensa ativos financeiros e passivos financeiros se o Fundo Petrolífero tiver um direito legalmente exigível de compensar os valores reconhecidos e os interesses e pretender liquidar numa base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Receitas e despesas são apresentadas de forma líquida apenas quando permitido de acordo com as IFRS.

Estimativas contabilísticas críticas

A maneira como os ativos são avaliados pode ter um efeito material sobre a posição financeira e o lucro do Fundo Petrolífero. Para avaliar a confiabilidade e a objetividade do processo de avaliação, o Fundo Petrolífero categoriza o método de avaliação em três níveis, conforme segue: Nível 1 (Preço de mercado cotado) as medições de valor justo são aquelas derivadas de preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. O Fundo Petrolífero não ajusta os preços cotados para esses instrumentos.

Nível 2 (Técnica de avaliação: entradas observáveis no mercado) as medições de valor justo são aquelas derivadas de entradas diferentes dos preços cotados incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados de preços). Como os investimentos de nível 2 incluem posições que não são negociadas em mercados ativos e/ou estão sujeitas a restrições de transferência, as avaliações podem ser ajustadas para refletir a iliquidez e/ou a não transferibilidade, geralmente com base nas informações de mercado disponíveis. Instrumentos financeiros que negociam em mercados que não são considerados ativos, mas são avaliados com base em preços de mercado cotados, cotações de revendedores ou fontes alternativas de preços suportadas por entradas observáveis são classificados no nível 2. Os instrumentos de nível 2 incluem derivativos de balcão.

Nível 3 (Técnica de avaliação: entradas não observáveis no mercado) as medições de valor justo são aquelas derivadas de técnicas de avaliação que incluem entradas para o ativo ou passivo que não são baseadas em dados observáveis no mercado (entradas não observáveis).

Riscos

(a) Risco de Mercado

O risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, como taxas de juros, preços de ações, taxas de câmbio e spreads de crédito (não relacionados a mudanças na condição de crédito do devedor/emissor) afetem o rendimento do Fundo Petrolífero ou o valor justo das suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo da gestão do risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno. O risco máximo resultante dos instrumentos financeiros é igual ao seu valor justo. A estratégia do Fundo Petrolífero para a gestão dos riscos de mercado é impulsionada pelos objetivos de investimento do Fundo Petrolífero, incluindo a diversificação de sua carteira de investimentos, especificando *benchmarks* em mandatos de investimento individuais com limites de risco definidos por erros máximos ou alvo de rastreamento.

O risco de mercado do Fundo Petrolífero é, portanto, gerenciado regularmente pelos gestores de investimentos de acordo com esses mandatos de investimento.

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2024

14. Ativos e passivos financeiros ao valor justo através de lucros ou perdas (continuação)

(i) Risco do preço de ações

O risco do preço das ações é o risco de alterações desfavoráveis nos valores justos das ações ou derivados ligados a ações como resultado de alterações nos níveis dos índices de ações e no valor das ações individuais. A exposição ao risco do preço de ações resulta dos investimentos do Fundo Petrolífero em títulos de capital e de derivados ligados a ações. O Fundo Petrolífero gere este risco investindo numa variedade de bolsas de valores e limitando a exposição a qualquer empresa ou entidade emitente, excluindo Estados soberanos, a 3% dos ativos líquidos (de acordo com a alínea a) do n.º 5 do artigo 15.º da Lei do Fundo Petrolífero). A Lei do Fundo Petrolífero limita os investimentos de capital a não mais de 5% do capital social de um determinado emissor (de acordo com a alínea b) do n.º 3 do artigo 15.º da Lei do Fundo Petrolífero).

A melhor estimativa do risco de gestão nos lucros ou prejuízos de um ano devido a uma alteração razoavelmente possível dos índices de ações, com todas as outras variáveis mantidas constantes, é indicada no quadro abaixo. Não há efeito sobre "outros rendimentos compreensivos", uma vez que o Fundo Petrolífero não tem ativos classificados como "Ativos financeiros ao valor justo através de outros rendimentos compreensivos" ou instrumentos de cobertura designados. Na prática, os resultados reais de negociação podem diferir da análise de sensibilidade abaixo e a diferença pode ser material. Uma diminuição equivalente em cada um dos índices mostrados abaixo teria resultado num impacto equivalente.

O Fundo Petrolífero gere a sua exposição ao risco do preço de ações através da análise mensal da carteira por sector industrial e país e da avaliação comparativa do desempenho de cada sector/país ao Índice Mundial MSCI, considerando o desempenho do Fundo Petrolífero atribuível à atribuição de ações, à seleção de títulos e ao efeito de interação.

O quadro seguinte resume a sensibilidade do lucro operacional e dos ativos líquidos do Fundo Petrolífero ao risco do preço. A análise baseia-se em movimentos razoavelmente possíveis na referência com todas as outras variáveis mantidas constantes e o valor justo da carteira do Fundo Petrolífero movendo-se de acordo com o movimento na referência. Os movimentos razoavelmente possíveis nas variáveis de risco foram determinados com base nas melhores estimativas dos gestores de investimento, tendo em conta uma série de fatores, incluindo níveis históricos de alterações no índice de mercado, preços de títulos e/ou rendimentos da benchmark e taxas de juro. Contudo, os movimentos reais nas variáveis de risco podem ser maiores ou menores do que o previsto devido a uma série de fatores, incluindo choques de mercado excepcionalmente grandes resultantes de alterações no desempenho das economias, mercados e títulos aos quais a variável está exposta. Como resultado, as variações históricas das variáveis de risco não são um indicador definitivo de variações futuras das variáveis de risco. O quadro abaixo mostra o impacto no lucro operacional/ativos líquidos resultante de uma variação de 10% no preço das ações.

Instrumentos de ações	Risco de preço	
	Impacto nos lucros (perdas) do ano/Ativos líquido	
	(-10,00%)	(+10,00%)
31 de dezembro de 2024	(567.418.667)	567.418.667
31 de dezembro de 2023	(556.511.533)	556.511.533

O Fundo Petrolífero determinou que uma flutuação nos preços das ações de 10% é razoavelmente possível dentro de um período de um ano com base em movimentos históricos nos mercados de ações globais.

(ii) Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro surge da possibilidade de que o valor justo de um investimento ou os fluxos de caixa futuros associados mudem devido a uma alteração no nível absoluto das taxas de juro, no diferencial entre duas taxas, na forma da curva de rendimento ou em qualquer outra relação de taxa de juro.

A maior parte da exposição às taxas de juro surge em investimentos em títulos de juro fixo nos Estados Unidos da América e, em menor medida, no resto do mundo desenvolvido. A maior parte dos investimentos do Fundo Petrolífero em títulos de juro fixo têm taxas de juro fixas e amadurecem dentro de dez anos.

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2024

14. Ativos e passivos financeiros ao valor justo através de lucros ou perdas (continuação)

O Fundo Petrolífero gere este risco através de investimentos de acordo com padrões de referência com objetivos de duração especificados e limites de erro de rastreio. Os ativos e o Fundo Petrolífero irão reapreciar ou amadurecer dentro dos períodos seguintes:

	Em 31/12/2024							
	USD							
	Demonstração da posição financeira	Não sensível aos interesses	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	5 a 10 anos	Mais de 10 anos
ATIVOS FINANCEIROS								
Caixa e equivalentes de caixa	523.085.897	-	523.085.897	-	-	-	-	-
Outros a receber	12.849.560	12.849.560	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros ao valor justo através de lucros ou perdas	17.752.115.019	5.714.394.317	483.477.582	410.434.519	1.010.144.375	6.614.703.374	2.532.881.083	986.079.769
Total de Ativos	18.288.050.476	5.727.243.877	1.006.563.479	410.434.519	1.010.144.375	6.614.703.374	2.532.881.083	986.079.769
PASSIVOS FINANCEIROS								
Contas a pagar	1.833.658	1.833.658	-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros ao valor justo através de lucros ou perdas	2.390.191	2.390.191	-	-	-	-	-	-
Total de Passivos	4.223.849	4.223.849	-	-	-	-	-	-
	Em 31/12/2023							
	USD							
	Demonstração da posição financeira	Não sensível aos interesses	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	5 a 10 anos	Mais de 10 anos
ATIVOS FINANCEIROS								
Caixa e equivalentes e caixa	2.065.968.190	-	2.065.968.190	-	-	-	-	-
Outros a receber	43.011.253	43.011.253	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros ao valor justo através de lucros ou perdas	16.220.795.477	5.568.358.752	482.745.152	345.701.673	484.231.180	5.855.942.614	2.443.250.794	1.040.565.312
Total de Ativos	18.329.774.920	5.611.370.005	2.548.713.342	345.701.673	484.231.180	5.855.942.614	2.443.250.794	1.040.565.312
PASSIVOS FINANCEIROS								
Contas a pagar	8.406.820	8.406.820	-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros ao valor justo através de lucros ou perdas	32.963.125	32.963.125	-	-	-	-	-	-
Total de Passivos	41.369.945	41.369.945	-	-	-	-	-	-

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2024

14. Ativos e passivos financeiros ao valor justo através de lucros ou perdas (continuação)

A tabela seguinte resume a sensibilidade do lucro operacional e dos ativos líquidos do Fundo Petrolífero atribuíveis ao risco de taxa de juro. A análise baseia-se em movimentos razoavelmente possíveis na referência com todas as outras variáveis mantidas constantes e o valor justo da carteira do Fundo Petrolífero movendo-se de acordo com o movimento na referência. Os movimentos razoavelmente possíveis nas variáveis de risco foram determinados com base nas melhores estimativas dos gestores de investimento, tendo em conta uma série de factores, incluindo níveis históricos de taxas de juro. Contudo, os movimentos reais nas variáveis de risco podem ser maiores ou menores do que o previsto devido a uma série de factores, incluindo choques de mercado excepcionalmente grandes resultantes de alterações no desempenho das economias, mercados e títulos aos quais a variável está exposta. Como resultado, as variações históricas das variáveis de risco não são um indicador definitivo de variações futuras das variáveis de risco.

	Risco de taxa de juro	
	Impacto nos lucros/(perdas) do ano / Ativos líquidos	
	(-1%)	(+1%)
31 de dezembro de 2024	419.567.273	(419.567.273)
31 de dezembro de 2023	498.998.290	(498.998.290)

O Fundo Petrolífero determinou que uma flutuação nas taxas de juro de +1% / 1% é razoavelmente possível num determinado período de um ano, dado o ambiente económico em que o Fundo Petrolífero opera.

Ao determinar o impacto de um aumento/diminuição dos ativos líquidos resultantes do risco de mercado, a gestão do Fundo Petrolífero considerou períodos anteriores e esperou movimentos futuros da carteira com base em informações de mercado.

(iii) Risco cambial

O risco cambial é o risco de que o valor de um instrumento financeiro flutue devido a alterações nas taxas de câmbio estrangeiras.

O Fundo Petrolífero investe em títulos de rendimento fixo e de capital que são denominados em moedas que não o US dólar. Consequentemente, os ativos do Fundo Petrolífero podem ser afectados favoravelmente ou desfavoravelmente por flutuações nas taxas de câmbio. Por conseguinte, o Fundo Petrolífero está necessariamente sujeito a riscos cambiais. Os ativos do Fundo Petrolífero são de 92% (2023: 90%) em US dólares, pelo que a exposição aos movimentos cambiais é limitada.

Os ativos do Fundo Petrolífero a que o Fundo Petrolífero tinha uma exposição cambial significativa à data da posição financeira, reportados em equivalentes em US dólares, são apresentados na tabela seguinte:

	Em 31/12/2024						Total
	USD	EUR	AUD	GBP	JPY	Outras moedas	
Caixa e equivalentes de caixa	508.960.737	2.498.174	863.901	1.041.403	2.634.425	7.087.257	523.085.897
Títulos de ações	4.176.754.268	436.931.309	130.025.947	185.611.703	310.723.039	434.779.535	5.674.825.801
Títulos do mercado monetário	-	-	9.437.755	3.994.687	-	38.735.797	52.168.239
Títulos a juro fixo no FVTPL	10.754.870.619	385.773.419	112.167.805	121.158.184	133.569.541	478.012.895	11.985.552.463
Contas a receber	-	4.540.778	986.692	1.647.967	548.323	5.125.800	12.849.560
Contas a pagar	(1.833.658)	-	-	(9.770.223)	-	-	(11.603.881)
Total de exposição física	15.438.751.966	829.743.680	253.482.100	303.683.721	447.475.328	963.741.284	18.236.878.079
Contratos de câmbio a prazo							-
- comprar moeda estrangeira	(1.289.167.655)	(777.444.343)	(244.755.549)	(234.918.260)	(268.148.034)	(1.042.939.385)	(3.857.373.226)
- vender moeda estrangeira	2.607.682.899	389.865.750	122.220.210	119.103.240	133.685.454	521.993.998	3.894.551.551
Total de exposição a derivados	1.318.515.244	(387.578.593)	(122.535.339)	(115.815.020)	(134.462.580)	(520.945.387)	37.178.325
Total de exposição líquida	16.757.267.210	442.165.087	130.946.761	187.868.701	313.012.748	442.795.897	18.274.056.404
Exposição (% do património líquido)	91,70%	2,42%	0,72%	1,03%	1,71%	2,42%	100%

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2024

14. Financial assets and financial liabilities at fair value through profit or loss (continued)

	Em 31/12/2023						Total
	USD	EUR	AUD	GBP	JPY	Outros Moedas	
Caixa e equivalentes de caixa	2.042.894.243	2.107.479	2.528.439	4.206.189	2.934.246	11.297.594	2.065.968.190
Títulos de ações	3.866.368.460	500.839.074	129.161.365	216.609.151	352.058.244	500.079.033	5.565.115.327
Títulos do mercado monetário	-	21.148.191	-	-	22.707.033	8.717.488	52.572.712
Títulos a juro fixo no FVTPL	9.341.095.323	356.318.218	131.675.682	128.796.599	119.377.215	522.600.976	10.599.864.013
Contas a receber	4.269.571	30.404.647	191.226	485.040	490.925	7.169.844	43.011.253
Contas a pagar	(8.403.227)	-	-	-	-	(3.593)	(8.406.820)
Total de exposição física	15.246.224.370	910.817.609	263.556.712	350.096.979	497.567.663	1.049.861.342	18.318.124.675
Futuras	31.920	-	-	-	-	-	31.920
Contratos de câmbio a prazo							-
- comprar moeda estrangeira	(1.314.558.224)	(793.871.415)	(260.797.321)	(250.010.820)	(284.380.179)	(1.050.335.190)	(3.953.953.149)
- vender moeda estrangeira	2.607.791.700	396.348.420	130.328.850	125.057.880	141.575.374	523.099.305	3.924.201.529
Total de exposição a derivados	1.293.265.396	(397.522.995)	(130.468.471)	(124.952.940)	(142.804.805)	(527.235.885)	(29.719.700)
Exposição total líquida	16.539.489.766	513.294.614	133.088.241	225.144.039	354.762.858	522.625.457	18.288.404.975
Exposição (% do património líquido)	90,44%	2,81%	0,73%	1,23%	1,94%	2,85%	100%

O Fundo Petrolífero está principalmente exposto ao euro, ao dólar australiano, à libra esterlina e ao iene japonês.

O quadro seguinte detalha a sensibilidade do Fundo Petrolífero a um aumento e diminuição de 10% do US dólar em relação às moedas estrangeiras relevantes, 10% é a taxa de sensibilidade utilizada na comunicação interna do risco cambial ao pessoal chave da gestão e representa a avaliação da gestão sobre a variação razoavelmente possível das taxas de câmbio estrangeiras. A análise de sensibilidade inclui apenas itens monetários denominados em moeda estrangeira pendentes e ajusta a sua conversão no final do período para uma variação de 10% nas taxas de câmbio estrangeiras. A análise de sensibilidade inclui caixa e equivalentes de caixa, juros a receber e instrumentos de qualificação. Um número negativo abaixo indica uma diminuição no lucro onde o US dólar se fortalece 10% em relação à moeda relevante.

	Em 31/12/2024	Em 31/12/2023
	USD	USD
Impacto do EUR	(44.216.509)	(51.329.461)
Impacto do AUD	(13.094.675)	(13.308.824)
Impacto da libra esterlina	(18.786.870)	(22.514.404)
Impacto do JPY	(31.301.275)	(35.476.286)
Impacto de outras moedas	(44.279.590)	(52.262.545)
Impacto total das moedas	(151.678.919)	(174.891.520)

Isto é principalmente atribuível à exposição pendente em todas as moedas estrangeiras relevantes relacionadas com caixa e equivalentes de caixa, juros a receber e instrumentos de qualificação no Fundo Petrolífero no final do período abrangido pelo relatório.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de perda que resulta de uma contraparte não cumprir integral e atempadamente os seus compromissos contratuais ou de perdas resultantes da alteração do valor de um instrumento financeiro negociado em resultado de alterações do risco de crédito sobre esse instrumento. Surge principalmente de títulos de juro fixo detidos e também de instrumentos financeiros derivados, caixa e equivalentes de caixa, saldos devidos por corretores e contas a receber de acordos de recompra invertidos. Para efeitos de relatórios de gestão de risco o Fundo Petrolífero considera e consolida todos os elementos de exposição ao risco de crédito reflectindo o facto de a principal concentração a que o Fundo Petrolífero está exposto resultar dos investimentos do Fundo Petrolífero em títulos de Juros Fixos.

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2024

14. Ativos e passivos financeiros ao valor justo através de lucros ou perdas (continuação)

(i) Gestão do risco de crédito

O Artigo 15.º da Lei do Fundo Petrolífero prevê amplas restrições quanto à extensão do risco de crédito que pode ser assumido pelo Fundo Petrolífero. Para se qualificar como um investimento elegível, a dívida deve ter uma qualidade de crédito pelo menos igual ao grau de investimento, enquanto que os depósitos só são detidos em instituições financeiras com uma classificação de crédito de pelo menos grau de investimento. A classificação de grau de investimento reflecte a avaliação das agências de classificação de crédito sobre a capacidade de pagamento por parte do emitente. Notações mais elevadas reflectem um menor risco de crédito associado às obrigações. O risco de crédito é também gerido limitando a exposição a qualquer empresa ou emitente (excepto para um Estado soberano) a 3% do valor total do Fundo Petrolífero. Os limites reflectem-se nos mandatos de investimento subjacentes com os gestores e são monitorizados pelo BCTL. A exposição máxima do Fundo Petrolífero ao risco de crédito na data do relatório em relação a cada classe de activo financeiro é o montante transportado desses ativos, tal como indicado na demonstração de posição financeira. O Fundo Petrolífero é segmentado em uma carteira de liquidez e uma carteira de crescimento. A carteira de liquidez é composta por dinheiro e equivalentes de caixa em dólares americanos, títulos do mercado monetário, títulos do Tesouro dos EUA de curto vencimento e outros instrumentos líquidos de curto prazo. Os pesos da alocação de ativos para os investimentos no mercado financeiro eram de 60% de títulos de juro fixo, 35% de acções globais e 5% em dinheiro no final de Dezembro. As afectações foram ajustadas para separar o investimento do Fundo em dívida privada, que é limitada a 5% do valor total do Fundo ao abrigo da Lei do Fundo Petrolífero. O CAI monitoriza e analisa regularmente a alocação estratégica de ativos entre classes de ativos, tendo em consideração o perfil de risco desejado do Fundo Petrolífero. A actual alocação estratégica de ativos é continuamente monitorizada e discutida nas reuniões do CAI e o CAI considera que este é um nível apropriado dado o actual horizonte de investimento do Fundo Petrolífero.

O mandato no Acordo de Gestão Operacional prescreve que o desempenho do Fundo Petrolífero deve ser medido em relação a índices de referência para uma série de mandatos, restringe o universo de investimento admissível a instrumentos financeiros altamente qualificados e estabelece limites de erro de rastreio que restringem o desvio admissível dos investimentos da carteira em relação ao índice de referência para cada mandato. A perda máxima que o Fundo Petrolífero sofreria com o incumprimento de um único emissor é o montante divulgado abaixo no que respeita a investimentos em títulos do tesouro emitidos pelo Governo dos Estados Unidos e pelos outros governos e o investimento na Timor Gap. E.P.

(ii) Concentração da exposição de crédito

As concentrações de risco de crédito surgem quando vários instrumentos financeiros ou contratos são celebrados com a mesma contraparte, ou quando várias contrapartes estão envolvidas em actividades comerciais ou actividades semelhantes nas mesmas regiões geográficas, ou têm características económicas semelhantes que fariam com que a sua capacidade de cumprir obrigações contratuais fosse afectada de forma semelhante por alterações nas condições económicas, políticas ou outras.

A atribuição a cada emissor soberano é constantemente monitorizada e quaisquer alterações reais ou previstas ao perfil de risco de crédito de cada país emissor serão consideradas na atribuição. Os títulos emitidos pelo Tesouro dos EUA foram 57% (2023: 54%) dos Investimentos do Fundo Petrolífero medidos ao valor justo através de lucros ou perdas. A diversificação dentro do mandato de obrigações soberanas não americanas é conseguida através da limitação de cada país a um peso máximo de 10% do índice e o peso da zona Euro a 30%.

As concentrações significativas de fim de ano do Fundo Petrolífero de exposição ao crédito por parte da indústria ou país do emissor foram as seguintes:

	Em 31/12/2024	Em 31/12/2023
	USD	USD
Títulos a juro fixo e títulos do mercado monetário FVTPL - Sovereign		
Ativos financeiros na FVTPL - Emissores soberanos:		
Governo dos Estados Unidos	10.193.826.555	8.744.300.187
Governo da Austrália	121.605.561	131.675.682
Governo do Japão	133.569.541	142.084.248
Governo do Reino Unido	125.152.871	128.796.599
Governos europeus	385.773.419	377.466.409
Governo de Timor-Leste (nota 13)	561.044.064	596.795.136
Governos de outros países	516.748.691	531.318.464
	12.037.720.702	10.652.436.725

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2024

14. Ativos e passivos financeiros ao valor justo através de lucros ou perdas (continuação)

(iii) Exposição de crédito por notação de crédito

A tabela seguinte apresenta uma análise dos títulos de dívida do Fundo Petrolífero classificados de acordo com a classificação de crédito do emitente em cada final de período. São avaliadas as classificações de crédito da Standard & Poor's, Moody's Investors Service e Fitch Ratings, sendo aplicada a mais baixa dentre as duas classificações mais altas. Se uma classificação estiver disponível apenas de uma das três agências, essa classificação única se aplica. AAA/Aaa é a classificação mais elevada possível e indica que a entidade tem uma capacidade extremamente forte para pagar juros e capital. AA/Aa2 é uma classificação elevada, indicando uma capacidade muito forte, e A/A2 é uma classificação média superior, indicando uma forte capacidade para pagar juros e capital. BBB/Baa2 é a classificação de investimento mais baixa, indicando uma capacidade média de pagamento de juros e de capital. Classificações inferiores a AAA podem ser modificadas por sinais + ou - para indicar a posição relativa dentro das categorias principais. Os títulos do Governo dos Estados Unidos são classificados como AA+/Aa+. Em 31 de dezembro de 2024, a classificação de crédito da S&P era AA+, a classificação de crédito da Moody's era Aaa e a classificação de crédito da Fitch era AA+ (2023: AA+/Aaa).

	Em 31/12/2024 USD	Em 31/12/2024 USD
Títulos internacionais de juro fixo e títulos do mercado monetário		
Classificação de crédito Standard & Poor's / Moody's		
AAA/Aaa	449.718.180	716.703.363
AA/Aa2	10.507.296.850	8.861.651.408
A/A2	157.299.889	144.197.953
BBB/Baa2	167.548.074	158.869.823
Não classificado	755.857.709	771.014.178
Total	12.037.720.702	10.652.436.725

(iv) Exposição de crédito por contraparte como uma percentagem do capital do Fundo Petrolífero

Não mais de 1% (2023: 1%) dos ativos do Fundo Petrolífero está exposto a um único emissor soberano, para além do Governo dos Estados Unidos, todos eles nações desenvolvidas. Os ativos expostos ao Governo dos Estados Unidos ascendiam a 56% (2023: 48%) do capital do Fundo Petrolífero. Uma alteração nas notações de crédito das contrapartes do Fundo Petrolífero pode ter um impacto no desempenho financeiro futuro do Fundo Petrolífero.

(c) Instrumentos financeiros derivados

A Lei do Fundo Petrolífero estabelece limites à utilização de instrumentos financeiros derivados, em que os derivados só podem ser utilizados para reduzir o risco para o Fundo Petrolífero ou para facilitar eficazmente a exposição desejada a um activo e em que o risco decorrente da utilização dos derivados não pode ser superior ao que resultaria da exposição direta aos ativos subjacentes. Como tal, o objectivo da utilização de instrumentos derivados é reduzir os riscos financeiros e os custos associados à implementação da estratégia de investimento. O Fundo Petrolífero não adquire ou negocia instrumentos financeiros, incluindo instrumentos financeiros derivados, para fins especulativos. Os mandatos de investimento individuais estabelecidos pelo IAB incluem regras para a utilização de derivados dentro destes requisitos estatutários.

Os contratos a prazo e futuros são acordos contratuais para comprar ou vender um instrumento financeiro específico a um preço e data específicos no futuro. Os contratos a prazo são contratos personalizados transaccionados no mercado OTC. Os contratos de futuros são transaccionados em montantes padronizados em bolsas regulamentadas e estão sujeitos a requisitos diários de margem de caixa. As principais diferenças no risco associado aos contratos a prazo e de futuros são o risco de crédito e o risco de liquidez. O Fundo Petrolífero tem exposição de crédito às contrapartes dos contratos a prazo. O risco de crédito relacionado com contratos de futuros é considerado mínimo porque a bolsa assegura que estes contratos são sempre honrados. Os contratos a prazo são liquidados brutos e, portanto, considerados como suportando um risco de liquidez mais elevado do que os contratos de futuros que são liquidados numa base líquida. Ambos os tipos de contratos resultam em exposição ao risco de mercado.

15. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são montantes devidos pelo Fundo Petrolífero a terceiros. Um tipo de responsabilidade financeira é o montante a pagar por títulos adquiridos. Outro tipo de responsabilidades financeiras surge quando os contratos derivados são "sem dinheiro", ou seja, um montante deve ser pago na data de vencimento do contrato derivado.

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2024

Como um derivado é frequentemente utilizado pelo Fundo Petrolífero para cobertura, um derivado "sem dinheiro" pode ser indicativo de um activo correspondente ter subido de valor.

Em 31 de dezembro de 2024, existiam passivos de instrumentos financeiros designados pelo valor justo através de lucros ou perdas de \$2.390.191 (2023: \$32.963.125).

Política contabilística

Classificação

As responsabilidades financeiras do Fundo Petrolífero são categorizadas pelo valor justo através de lucros ou perdas, salvo indicação em contrário.

Os passivos financeiros que não estão ao justo valor através de lucros ou perdas incluem saldos a pagar a intermediários financeiros para a compra de títulos e outras contas a pagar a curto prazo.

PARTE IV: NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DE CAPITAL

A demonstração das alterações de capital detalha a mudança na riqueza líquida do Fundo Petrolífero ao longo do ano. Normalmente, isto inclui contribuições para o Fundo Petrolífero por participantes no sector petrolífero, levantamentos pelo Governo, reembolsos de impostos e o lucro ou perda líquida dos investimentos do Fundo Petrolífero.

16. Receitas e pagamentos de capital

As receitas e pagamentos de capital reflectem o dinheiro recebido pelo Fundo Petrolífero nos termos da Lei do Fundo Petrolífero e os montantes transferidos para o Orçamento Geral do Estado de acordo com uma dotação aprovada pelo Parlamento Nacional.

As receitas de capital são classificadas na Lei do Fundo Petrolífero da seguinte forma:

- As receitas da alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º são as receitas brutas, incluindo receitas fiscais, de Timor-Leste provenientes de quaisquer operações petrolíferas.
- As receitas da alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º são montantes recebidos pela Autoridade Nacional do Petróleo nos termos do Tratado do Mar de Timor.
- As receitas da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º são montantes recebidos do investimento do capital do Fundo Petrolífero.
- A alínea e) do n.º 1 do artigo 6.º inclui quaisquer outras -receitas relacionadas com o petróleo.

A tabela seguinte mostra as receitas e pagamentos de capital do Fundo Petrolífero.

	Ano terminado em 31/12/2024				
	USD				
	Receitas do artigo 6.º. n.º 1. a)	Receitas do artigo 6.º. n.º 1. b)	Receitas do artigo 6.º. n.º 1. e)	Ao Fundo Consolidado	Total
Mês					
Janeiro	12.239.796	–	1.021.695	–	13.261.491
Fevereiro	1.189.637	–	81.250	(300.000.000)	(298.729.113)
Março	5.816.748	–	110.370	–	5.927.118
Abril	1.693.127	–	6.673.400	(200.000.000)	(191.633.473)
Mai	1.540.340	–	111.340	–	1.651.680
Junho	1.657.335	–	120.967	–	1.778.302
Julho	1.242.505	37.012.821	–	(150.000.000)	(111.744.674)
Agosto	1.492.391	–	–	–	1.492.391
Setembro	1.531.821	–	–	(200.000.000)	(198.468.179)
Outubro	1.366.600	–	1.914.100	–	3.280.700
Novembro	2.172.924	–	111.340	(200.000.000)	(197.715.736)
Dezembro	1.277.102	4.975.808	–	(250.000.000)	(243.747.090)
Totais	33.220.326	41.988.629	10.144.462	(1.300.000.000)	(1.214.646.583)
Total de receitas do artigo 6.º. n.º 1			85.353.417		

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2024

16. Receitas e pagamentos de capital (continuação)

	Ano terminado em 31/12/2023				Total
	USD				
Mês	Receitas do artigo 6.º n.º 1. a)	Receitas do artigo 6.º n.º 1. b)	Receitas do artigo 6.º n.º 1. e)	Ao Fundo Consolidado	
Janeiro	15.042.718	–	–	–	15.042.718
Fevereiro	1.884.252	–	–	(300.000.000)	(298.115.748)
Março	4.235.487	–	–	–	4.235.487
Abril	1.798.334	308.297.276	–	–	310.095.610
Maio	4.494.688	–	5.333.600	(190.000.000)	(180.171.712)
Junho	2.303.321	9.986.667	–	–	12.289.988
Julho	5.444.934	36.357.759	–	(300.000.000)	(258.197.307)
Agosto	1.629.594	12.145.998	–	–	13.775.592
Setembro	1.407.107	–	–	–	1.407.107
Outubro	1.831.225	–	–	–	1.831.225
Novembro	2.872.656	–	–	(200.000.000)	(197.127.344)
Dezembro	11.633.476	–	–	(100.000.000)	(88.366.524)
Totais	54.577.792	366.787.700	5.333.600	(1.090.000.000)	(663.300.908)
Total de receitas do artigo 6.º n.º 1			426.699.092		

Políticas contabilísticas, estimativas, pressupostos, julgamentos e riscos

Capital

Foram proferidos julgamentos sobre se determinadas transacções devem ser reconhecidas como capital ou receita.

Receitas brutas do Fundo Petrolífero

A Lei do Fundo Petrolífero exige que certas partes depositem impostos e outros pagamentos relacionados com o petróleo a pagar ao Governo de Timor-Leste directamente no Fundo Petrolífero. O Fundo Petrolífero reconhece estas e outras transacções como se segue:

- Os pagamentos efectuados como receitas do Fundo Petrolífero em conformidade com a alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º são reconhecidos como aumentos na declaração das alterações de capital do Fundo Petrolífero.
- Os pagamentos efectuados pela Autoridade Designada em conformidade com a alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º são reconhecidos como aumentos na declaração das alterações de capital do Fundo Petrolífero.
- Os rendimentos obtidos pelo Fundo Petrolífero a partir do investimento dos seus ativos são reconhecidos na declaração de lucros ou perdas e outros rendimentos abrangentes, de acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º.
- Note-se que a principal fonte de receitas de capital está actualmente relacionada com as receitas petrolíferas geradas a partir do Campo Bayu Undan, um campo maduro com um perfil de produção em declínio. O Contrato de Partilha de Produção (CPP) da Joint Venture de Bayu-Undan foi prorrogado até meados de 2026, embora as receitas esperadas sejam pequenas em relação aos anos anteriores
- Em 6 de março de 2018, os governos de Timor-Leste e da Austrália assinaram um novo Tratado de Fronteiras Marítimas, e no mesmo ano, as negociações entre os governos de Timor-Leste, da Austrália e da Joint Venture Sunrise sobre o novo Contrato de Partilha de Produção (CPP) de Greater Sunrise tiveram início.
- Espera-se que a data de início da produção do Greater Sunrise se torne mais clara assim que o Contrato de Partilha de Produção e o plano de desenvolvimento forem acordados. Os pagamentos recebidos por Timor-Leste relacionados directamente com recursos do Fundo Petrolífero não abrangidos pelas alíneas a) a d) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei do Fundo Petrolífero são reconhecidos como aumentos na declaração das alterações de capital do Fundo Petrolífero de acordo com a alínea e) do n.º 1 do artigo 6.º.
- As taxas de gestão pagas a partir das receitas brutas do Fundo Petrolífero nos termos do n.º 2 do artigo 6.º são reconhecidas na declaração de lucros ou perdas e outros rendimentos abrangentes.

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2024

16. Receitas e pagamentos de capital (continuação)

- Os contratantes pagam tanto o Imposto sobre o Rendimento como o Imposto sobre o Petróleo Suplementar antecipadamente com base em informações financeiras previstas. Quando o montante do imposto baseado na informação financeira real for inferior ao montante pago com base na previsão, poderá ocorrer um pagamento excessivo do imposto. A fim de verificar e validar o pagamento excessivo de impostos reclamados pelos contratantes, a Autoridade Tributária realiza um exercício de auditoria para verificar o montante do pagamento excessivo reclamado por um contratante. O montante do pagamento excessivo de impostos a reembolsar é determinado após a conclusão da inspeção de auditoria. É possível que futuros reembolsos de impostos possam ser pagas nos próximos anos a partir do Fundo Petrolífero. Os reembolsos de impostos efectuados nos termos do artigo 10.º são reconhecidos como reduções na declaração das alterações de capital do Fundo Petrolífero.

Transferências para o Fundo Consolidado

O Governo da República Democrática de Timor-Leste ("o Fundo Consolidado") compreende:

- Ministérios, e
- Serviços e entidades da administração indireta.

O Fundo Consolidado é a Conta do Orçamento Geral do Estado no BCTL. As transferências para o Fundo Consolidado são dotações aprovadas pelo Parlamento Nacional de Timor-Leste. Todas as transferências para o Fundo Consolidado são autorizadas e reconhecidas no momento do pagamento ao Fundo Consolidado.

Objectivos da gestão do capital

O Fundo Petrolífero é uma reserva financeira obrigatória estabelecida com o objectivo de atribuir a riqueza financeira obtida a partir de recursos naturais de forma justa e equitativa entre as gerações actuais e futuras de cidadãos timorenses. A estrutura de capital do Fundo Petrolífero consiste unicamente em capital pago, proveniente de receitas petrolíferas e outras fontes, tal como descrito na Nota 16. A Lei do Fundo Petrolífero exige que o Governo calcule anualmente o Rendimento Sustentável Estimado (RSE) que é definido como o montante máximo que pode ser apropriado do Fundo Petrolífero num ano fiscal e deixa recursos suficientes no Fundo Petrolífero para um montante de igual valor real a ser apropriado em todos os anos fiscais posteriores. O cálculo do ESI é apresentado com o orçamento anual ao Parlamento, que deve ter em consideração o RSE ao determinar o montante de capital a ser apropriado a partir do Fundo Petrolífero. São permitidas transferências para além do RSE, desde que sejam satisfeitas determinadas disposições da Lei do Fundo Petrolífero.

Não houve qualquer alteração durante o ano nestes objectivos e políticas de gestão de capital e o Fundo Petrolífero cumpriu todos os requisitos legislativos relacionados com a gestão do capital do Fundo Petrolífero.

PARTE V: NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A demonstração dos fluxos de caixa apresenta o movimento de fluxos de caixa durante o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro como classificado em actividades operacionais e de financiamento.

Fluxo de caixa geralmente significa movimentos de caixa nas contas bancárias do Fundo Petrolífero e movimentos a curto prazo de investimentos que são altamente líquidos e envolvem um risco muito baixo de mudança de valor.

O fluxo de caixa proveniente de actividades operacionais apresenta o movimento em caixa durante o ano relacionado com as actividades geradoras de receitas do Fundo Petrolífero, nomeadamente o investimento em títulos.

O fluxo de caixa das actividades de financiamento inclui o movimento de caixa resultante das receitas para o Fundo Petrolífero depositadas pelos participantes na exploração dos recursos petrolíferos e transferências do Fundo Petrolífero para o Fundo Consolidado ou para reembolso de impostos.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos com um prazo de vencimento original inferior a 90 dias.

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2024

17. Reconciliação dos fluxos de caixa líquidos

	Ano terminado Em 31/12/2024	Ano terminado Em 31/12/2023
	USD	USD
Lucro do ano	1.200.298.012	1.678.704.161
Diminuição dos ativos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas	(1.569.761.698)	(198.757.551)
Aumento (diminuição) aumento das contas a receber	36.966.727	(33.226.287)
Aumento (diminuição) aumento das contas a pagar	1.604.419	(1.514.187)
Aumento nas contas a pagar por títulos adquiridos	1.592.641	8.176.831
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(329.299.899)	1.453.382.967

Política contabilística

Os influxos de dinheiro provenientes de investimentos são apresentados líquidos de impostos retidos na fonte, quando aplicável.

PARTE VI: DIVULGAÇÕES NÃO FINANCEIRAS

18. Pessoal

O Fundo Petrolífero não empregou qualquer pessoal durante o ano (2023: nulo). O BCTL como gestor operacional do Fundo Petrolífero emprega pessoal, tal como o Ministério das Finanças, o executivo do Fundo Petrolífero.

19. Ativos e passivos contingentes e compromissos

Não havia ativos contingentes, passivos contingentes ou compromissos em 31 de dezembro de 2024 (2023: nulo).

20. Partes relacionadas

A gestão do fundo alarga o processo de tomada de decisão por vários intervenientes para assegurar uma gestão prudente com controlos e equilíbrios.

O Governo, representado pelo Ministro das Finanças, é responsável pela gestão global e estratégia de investimento do Fundo Petrolífero. O Ministro das Finanças é considerado o pessoal chave de gestão do Fundo. Nenhuma remuneração foi paga ao Ministério das Finanças pelo Fundo Petrolífero.

O Banco Central de Timor-Leste (BCTL) é o gestor operacional responsável pela gestão operacional do Fundo Petrolífero através da implementação da política de investimento determinada pelo Ministro das Finanças. Ao fazê-lo, o Banco Central assegura que a gestão do Fundo Petrolífero está de acordo com o quadro legal. A administração do BCTL é, em última instância, responsável pelas operações diárias, no entanto, não é remunerada pelo Fundo.

O Conselho Consultivo de Investimento é responsável pelo desenvolvimento de indicadores de desempenho para o Ministro das Finanças e aconselha o Ministro sobre a política de investimento e a gestão do Fundo prestando aconselhamento ao Ministro das Finanças (artigo 16º da Lei do Fundo Petrolífero). Nos termos do n.º 4 do artigo 17.º, o despacho que nomeia os Membros do CAI determina a sua remuneração, em conformidade com a legislação aplicável. As despesas do CAI são apresentadas na tabela sobre o BCTL.

As seguintes partes são consideradas partes relacionadas do Fundo Petrolífero:

O Governo

A parte que exerce o controlo final do Fundo Petrolífero é a República Democrática de Timor-Leste ("o Governo"). O Governo, conforme estipulado no n.º 1 do artigo 11.º da Lei do Fundo Petrolífero, é responsável pela gestão global do Fundo Petrolífero.

O Fundo Petrolífero recebe receitas em nome do Governo, conforme divulgado na Nota 16. O Governo, através do Orçamento Geral do Estado, assume as despesas do Fundo Petrolífero, incluindo a taxa de auditoria, não cobertas de outra forma pela taxa de gestão.

O Fundo Petrolífero faz transferências para o Fundo Consolidado de Timor-Leste (de acordo com o artigo 7.º da Lei do Fundo Petrolífero) conforme divulgado na declaração das alterações de capital.

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2024

20. Partes relacionadas (continuação)

Banco Central de Timor-Leste (BCTL)

O BCTL é o gestor operacional do Fundo Petrolífero, em conformidade com o n.º 3 do artigo 11.º da Lei do Fundo Petrolífero.

O gestor operacional é, em particular, responsável pela supervisão dos gestores de investimentos e prestadores de serviços, pela cobrança de dividendos, juros e receitas de títulos vencidos, pelo exercício de opções e, em geral, por qualquer outra operação relativa à administração corrente dos títulos e outros ativos e passivos do Fundo Petrolífero.

Além disso, o BCTL também gere internamente cinco (5) carteiras, compostas por quatro (3) carteiras de renda fixa, uma (1) de ações do mercado australiano e uma (1) de dívida privada.

A taxa de gestão cobre a gestão operacional do Fundo Petrolífero que é efectuada pela BCTL em conformidade com as disposições do n.º 3 do artigo 11.º da Lei do Fundo Petrolífero. A taxa de auditoria e as despesas incorridas no Ministério das Finanças relacionadas com a gestão global do Fundo Petrolífero são cobertas directamente pelo Orçamento Geral do Estado. A taxa de gestão paga ao BCTL para o período foi composta da seguinte forma:

	Ano terminado Em 31/12/2024	Ano terminado Em 31/12/2023
	USD	USD
Custódia e serviços de gestão externa	7.662.957	5.855.910
Despesas do CAI	270.738	677.455
Despesas de funcionamento do BCTL	7.445.935	7.188.017
Total das despesas de gestão	15.379.630	13.721.382
Outras despesas	–	1.580.593
Total	15.379.630	15.301.975

O BCTL tinha direito a receber uma taxa de gestão pelos seus respetivos serviços dentro dos parâmetros do Anexo 2 do Acordo de Gestão Operacional atualizado à data de 20 de abril de 2015. No ano corrente, estas taxas ascendem a um agregado de 0,08% (2023: 0,08%) por ano dos ativos líquidos do Fundo Petrolífero a 31 de dezembro de 2024. As despesas de gestão são pagas mensalmente em atraso. O total das despesas de gestão para o ano ascendeu a US\$15.379.630 (2023: US\$13.721.382).

A despesa de gestão a pagar em 31 de dezembro de 2024 é de US\$1.833.659 (2023: US\$229.240).

Autoridade Nacional do Petróleo e Minerais

A Autoridade Nacional do Petróleo e Minerais gere as receitas dos contratos de partilha de produção entre Timor-Leste e a Austrália e transfere a parte de Timor-Leste para o Fundo Petrolífero como receitas da alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º, conforme divulgado na Nota 16.

Timor Gap E.P.

Timor Gap E.P., é a empresa petrolífera nacional e tem o mandato de conduzir negócios de petróleo e gás em nome do Governo de Timor-Leste. A Timor Gap está a construir uma empresa petrolífera e de gás integrada para cobrir as actividades de *upstream* e *downstream*, bem como os serviços ao sector.

Durante o ano financeiro de 2019, algumas subsidiárias da Timor Gap E.P., emitiram instrumentos de dívida com um valor nominal de US\$650.000.000 que foram comprados pelo Fundo Petrolífero. Mais detalhes sobre estas transacções são apresentados na Nota 13.

21. Encargos sobre o Fundo Petrolífero

Encargos sobre os ativos do Fundo Petrolífero

Nos termos do artigo 20.º da Lei do Fundo Petrolífero, ónus ou encargos, em qualquer das suas formas, podem ser colocados por contrato ou acordo sobre os ativos do Fundo Petrolífero, até um limite de 10% do valor total do Fundo Petrolífero no momento em que o ónus ou encargo é colocado, desde que tal esteja em conformidade com os princípios das regras gerais de criação, emissão e gestão da dívida pública.

Durante o ano financeiro de 2024 e à data da posição financeira, não havia quaisquer ónus ou encargos sobre os ativos do Fundo Petrolífero.

22. Aplicação das IFRS novas e revistas

Esta nota fornece informações sobre as novas IFRS que foram adoptadas e normas futuras que ainda não são eficazes.

22.1 IFRS novas e revistas aplicadas sem efeito material nas demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras adoptaram todas as IFRS novas e revistas que são relevantes sem impacto material.

22.2 Adopção das IFRS que ainda não são eficazes

Foram publicadas algumas novas normas e interpretações contabilísticas que não são obrigatórias para os períodos de relatório de 31 de dezembro de 2024 e que não foram adoptadas antecipadamente pelo Fundo Petrolífero. Não se espera que estas normas tenham um impacto material na entidade nos períodos de reporte actuais ou futuros e nas transacções futuras previsíveis.

IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu a IFRS 18, que substitui a IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 introduz novos requisitos para a apresentação na demonstração de resultados, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas na demonstração de resultados em uma de cinco categorias: operacionais, de investimento, de financiamento, impostos sobre o rendimento e operações descontinuadas, sendo as três primeiras novas.

A IFRS 18 também exige a divulgação de novas medidas de desempenho definidas pela gestão, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nos 'papéis' identificados das demonstrações financeiras primárias (DFP) e das notas.

Além disso, foram feitas emendas de escopo limitado à IAS 7 Demonstração de Fluxos de Caixa, as quais incluem a alteração do ponto de partida para a determinação dos fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de 'lucro ou prejuízo' para 'lucro ou prejuízo operacional', e a remoção da opcionalidade em torno da classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Adicionalmente, existem emendas consequenciais a diversas outras normas.

A IFRS 18, e as emendas às outras normas, é efetiva para períodos de relato iniciados em ou após 1 de janeiro de 2027, mas a aplicação antecipada é permitida e deve ser divulgada. A IFRS 18 será aplicada retroativamente.

O Fundo está atualmente a trabalhar para identificar todos os impactos que as emendas terão nas demonstrações financeiras primárias e nas notas às demonstrações financeiras.

23. Eventos subsequentes

Não ocorreram acontecimentos subsequentes após a data do relatório mas antes da emissão das demonstrações financeiras que tenham um efeito material nas demonstrações financeiras e que, por conseguinte, exijam ajustamentos ou divulgação nas demonstrações financeiras.

Petroleum Fund of Timor-Leste
Notes to the financial statements
for the year ended 31 December 2024

PARTE VII: LISTA DOS ATIVOS FINANCEIROS

24. Lista de aplicações financeiras avaliadas através dos resultados

(a) Títulos de juros fixos – emitidos por Estados soberanos e supranacionais

Títulos	Nominal	Valor Justo	Títulos	Nominal	Valor Justo
EUA 0,0% 01/25	169.690.000	169.054.070	EUA 1,375% 07/33	56.100.000	54.925.591
EUA 3,0% 07/25	364.900.000	367.602.290	EUA 1,125% 01/33	98.650.000	96.709.847
EUA 1,5% 02/25	194.100.000	194.519.869	EUA 3,875% 08/34	79.700.000	76.545.299
EUA 0,0% 07/25	5.946.000	5.994.029	EUA 4,0 % 02/34	113.300.000	110.200.991
EUA 0,75% 04/26	233.300.000	223.128.520	EUA 1,75% 01/34	50.300.000	49.947.934
EUA 3,875% 01/26	452.300.000	458.880.629	EUA 1,875% 07/34	64.500.000	63.451.707
EUA 4,5% 07/26	148.600.000	152.217.330	Estados Unidos da América		10.193.826.555
EUA 0,125% 07/26	36.160.000	46.529.712	Austrália 3,7% 06/25	12.500.000	7.725.403
EUA 0,125% 10/26	67.400.000	75.710.095	Austrália 3,3% 07/28	15.000.000	9.113.534
EUA 0,125% 04/26	20.000.000	23.500.798	Austrália 3,45% 07/28	10.000.000	6.114.106
EUA 4,625% 06/26	3.000.000	3.016.321	Austrália 2,75% 11/29	8.497.000	4.999.632
EUA 4,5% 04/27	174.600.000	177.143.003	Austrália 3,25% 04/29	23.594.000	14.328.603
EUA 4% 01/27	293.500.000	297.455.870	Austrália 1,0% 12/30	14.000.000	7.274.809
EUA 4,125% 11/27	133.100.000	133.209.730	Austrália 1,25% 05/32	11.000.000	5.546.019
EUA 0,375% 01/27	54.440.000	69.096.464	Austrália 1,75% 11/32	37.500.000	18.723.936
EUA 0,125% 04/27	140.100.000	150.160.359	Austrália 4,5% 04/33	12.640.000	8.010.134
EUA 2,375% 01/27	7.000.000	11.180.549	Austrália 3,75% 05/34	4.900.000	2.907.528
EUA 0,375% 07/27	29.000.000	36.175.997	Austrália 4,5% 08/35	10.000.000	5.948.244
EUA 1,625% 10/27	4.100.000	4.357.632	Austrália 4,75% 09/36	11.000.000	6.549.198
EUA 3,5% 04/28	1.592.700.000	1.561.869.973	Austrália 2,75% 05/41	10.000.000	4.851.131
EUA 4,875% 10/28	1.259.900.000	1.292.910.650	Austrália 3,0% 03/47	19.272.000	9.075.832
EUA 0,5% 01/28	47.900.000	58.736.109	Austrália 1,75% 06/51	3.000.000	999.696
EUA 0,75% 07/28	22.500.000	27.272.704	Austrália		112.167.805
EUA 1,25% 04/28	96.450.000	99.159.646	Japão 0.5% 11/26	3.000.000.000	19.075.763
EUA 2,375% 10/28	42.600.000	44.804.708	Japão 0.1% 12/26	314.500.000	1.982.821
EUA 1,75% 01/28	25.200.000	37.996.237	Japão 2.1% 03/27	99.100.000	655.479
EUA 3,625% 04/28	5.500.000	11.347.225	Japão 0.4% 09/28	2.000.000.000	12.618.845
EUA 4,625% 04/29	1.315.100.000	1.337.949.062	Japão 0.1% 12/29	1.500.000.000	9.250.378
EUA 4,125% 10/29	935.100.000	930.821.260	Japão 0.1% 09/30	990.000.000	6.070.410
EUA 0,875% 01/29	16.500.000	20.422.321	Japão 0.1% 12/30	700.000.000	4.282.145
EUA 0,25% 07/29	19.100.000	21.856.602	Japão 0.1% 09/31	1.000.000.000	6.069.052
EUA 2,125% 04/29	45.100.000	46.291.311	Japão 0.2% 03/32	890.000.000	5.407.470
EUA 1,625% 10/29	13.500.000	13.363.001	Japão 1.7% 06/33	714.500.000	4.824.007
EUA 2,5% 01/29	6.650.000	10.061.111	Japão 0.5% 03/33	2.200.000.000	13.541.995
EUA 3,875% 04/29	6.500.000	13.489.304	Japão 1.6% 03/33	501.650.000	3.374.215
EUA 1,5% 02/30	294.900.000	257.703.933	Japão 0.9% 09/34	1.000.000.000	6.270.995
EUA 0,625% 08/30	243.400.000	198.213.502	Japão 0.5% 09/36	550.000.000	3.210.903
EUA 0,125% 01/30	71.300.000	79.499.892	Japão 0.2% 06/36	453.350.000	2.562.730
EUA 0,125% 07/30	74.000.000	82.171.869	Japão 2.3% 03/39	438.900.000	3.098.637
EUA 1,25% 08/31	196.200.000	161.028.617	Japão 0.4% 06/40	1.600.000.000	8.517.094
EUA 1,125% 02/31	278.800.000	231.238.274	Japão 2.0% 09/40	43.550.000	293.370
EUA 0,125% 01/31	20.000.000	21.539.206	Japão 2.3% 03/40	38.750.000	272.236
EUA 0,125% 07/31	51.300.000	53.222.813	Japão 2.2% 03/41	1.163.050.000	8.021.376
EUA 1,875% 02/32	123.600.000	104.829.720	Japão 1.9% 09/42	164.350.000	1.074.060
EUA 2,75% 08/32	106.200.000	95.285.101	Japão 1.6% 03/44	660.000.000	4.052.747
EUA 0,625% 07/32	72.700.000	70.825.619	Japão 0.3% 06/46	656.000.000	2.966.520
EUA 0,125% 01/32	62.100.000	61.345.088	Japão 0.8% 09/47	72.850.000	363.080
EUA 3,375% 04/32	2.400.000	4.650.832	Japão 0.4% 03/50	160.000.000	683.053
EUA 3,5% 02/33	96.700.000	91.243.381			
EUA 3,875% 08/33	105.500.000	101.962.848			

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
Para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2024

24. Lista de aplicações financeiras avaliadas através dos resultados (continuação)

Títulos	Nominal	Valor Justo	Títulos	Nominal	Valor Justo
Japão 0.7% 12/51	400.000.000	1.784.119	Finlândia 0,50% 09/29	2.290.000	2.173.836
Japão 0.7% 06/51	150.000.000	675.812	Finlândia 0,13% 09/31	7.000.000	6.163.181
Japão 1.3% 06/52	250.000.000	1.299.484	Finlândia 2,63% 07/42	250.000	248.368
Japão 2.0% 03/52	91.750.000	565.436	Finlândia		8.585.385
Japão 0.4% 03/56	189.300.000	705.309			
Japão		133.569.541	França 0,0% 05/32	7.000.000	5.842.798
RU 0.625% 06/25	10.000.000	12.324.218	França 5,75% 10/32	1.126.000	1.401.315
RU 0.25% 01/25	5.000.000	6.245.749	França 3,5% 11/33	12.000.000	12.827.583
RU 1.25% 07/27	6.400.000	7.495.341	França 1,25% 05/34	3.200.000	2.834.349
RU 4.00% 10/31	8.000.000	9.764.111	França 1,25% 05/36	809.000	684.667
RU 4.25% 06/32	734.000	914.317	França 4,0% 10/38	798.124	887.915
RU 3.25% 01/33	3.500.000	4.075.301	França 1,75% 06/39	8.970.000	7.660.077
RU 4.50% 09/34	5.000.000	6.323.439	França 0,5% 05/40	1.800.000	1.217.308
RU 4.25% 03/36	1.407.120	1.722.109	França 3,25% 05/45	8.000.000	8.099.913
RU 1.75% 09/37	9.800.000	8.878.194	França 2,0% 05/48	165.000	130.335
RU 4.75% 12/38	700.000	873.132	França 0,75% 05/52	6.000.000	3.181.374
RU 1.13% 01/39	10.000.000	7.911.994	França 4,0% 04/55	7.214.000	8.059.614
RU 4.25% 09/39	2.106.000	2.498.837	França 1,75% 05/66	626.000	401.390
RU 4.25% 12/40	2.372.300	2.753.916	França		53.228.638
RU 4.50% 12/42	4.000.000	4.725.467			
RU 3.50% 01/45	6.091.000	6.242.523	Alemanha 1,3% 10/27	2.000.000	2.038.522
RU 4.25% 12/46	3.881.000	4.328.872	Alemanha 0% 04/27	5.000.000	4.946.170
RU 1.50% 07/47	8.961.000	5.971.613	Alemanha 0% 08/30	5.100.000	4.701.402
RU 3.75% 07/52	12.766.500	13.028.390	Alemanha 1,7% 08/32	5.400.000	5.426.320
RU 1.63% 10/54	1.000.000	599.851	Alemanha 4,75% 07/34	100	127
RU 4.38% 07/54	11.000.000	12.442.278	Alemanha 0% 05/35	500.000	404.270
RU 2.50% 07/65	1.024.000	743.139	Alemanha 1% 05/38	4.000.000	3.447.257
RU 3.50% 07/68	1.900	1.786	Alemanha 2,5% 07/44	4.080.039	4.218.362
RU 1.63% 10/71	2.500.000	1.293.607	Alemanha 2,5% 08/46	4.224.000	4.355.846
Reino Unido		121.158.184	Alemanha 0% 08/52	6.500.000	3.357.635
Áustria 2,10% 09/17	124.000	98.125	Alemanha		32.895.911
Áustria 4,85% 03/26	2.438.000	2.696.846			
Áustria 0,50% 04/27	60.000	59.903	Irlanda 1% 05/26	2.210.000	2.268.954
Áustria 6,25% 07/27	195.000	227.264	Irlanda 1,1% 05/29	1.265.000	1.257.998
Áustria 0,50% 02/29	2.764.000	2.661.588	Irlanda 0,4% 05/35	1.885.000	1.559.195
Áustria 2,40% 05/34	1.255.000	1.279.547	Irlanda 1,7% 05/37	610.000	568.325
Áustria 4,15% 03/37	1.624.000	1.944.995	Irlanda 1,5% 05/50	298.000	236.576
Áustria 0,00% 10/40	1.800.000	1.168.693	Irlanda		5.891.048
Áustria 3,80% 01/62	153.000	190.145			
Áustria		10.327.106	Itália 0,35% 02/25	5.698.000	5.897.654
Bélgica 4,5% 03/26	1.034.000	1.136.584	Itália 5% 03/25	18.500.000	19.546.606
Bélgica 0,8% 06/27	2.640.000	2.651.818	Itália 2,5% 11/25	7.665.000	7.977.951
Bélgica 5,5% 03/28	559.000	659.327	Itália 0,85% 01/27	800.000	807.215
Bélgica 0,9% 06/29	770.000	749.318	Itália 2,95% 02/27	12.000.000	12.692.689
Bélgica 3,0% 06/34	5.100.000	5.403.111	Itália 2,2% 06/27	11.410.000	11.783.670
Bélgica 4,3% 03/41	3.622.400	4.312.430	Itália 2,05% 08/27	1.269.000	1.312.661
Bélgica 3,8% 06/45	892.000	990.002	Itália 0,95% 09/27	7.000.000	6.984.469
Bélgica		15.902.590	Itália 6,5% 11/27	872.000	1.010.320
Estónia 3,25% 01/34	7.000.000	7.549.481	Itália 0,25% 03/28	3.000.000	2.890.150
Estónia		7.549.481	Itália 4,75% 09/28	840.000	947.867
			Itália 1,35% 04/30	9.150.000	8.803.932
			Itália 6% 05/31	1.557.000	1.906.289
			Itália 3,45% 07/31	3.500.000	3.750.618
			Itália 4,4% 05/33	5.000.000	5.631.358
			Itália 2,45% 09/33	1.202.000	1.176.559

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
Para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2024

24. Lista de aplicações financeiras avaliadas através dos resultados (continuação)

Títulos	Nominal	Valor Justo	Títulos	Nominal	Valor Justo
Itália 4,35% 11/33	7.000.000	7.847.010	Dinamarca 1.75% 11/25	109.158.000	15.167.824
Itália 3,85% 07/34	14.000.000	15.254.903	Dinamarca 0.5% 11/27	81.174.000	10.878.873
Itália 3,35% 03/35	7.430.000	7.712.230	Dinamarca 0.5% 11/29	70.000.000	9.098.359
Itália 3,1% 03/40	1.855.000	1.782.930	Dinamarca 0% 11/31	51.500.000	6.263.280
Itália 5% 09/40	1.610.000	1.917.296	Dinamarca 2.25% 11/33	23.600.000	3.327.088
Itália 1,8% 03/41	18.000.000	14.208.441	Dinamarca 4.5% 11/39	144.817.200	25.707.821
Itália 3,85% 09/49	339.000	347.488	Dinamarca 0.25% 11/52	30.000.000	2.432.861
Itália 2,45% 09/50	4.260.000	3.384.679	Dinamarca		72.876.106
Itália 2,8% 03/67	1.500.000	1.205.068	Hong Kong 1.25% 06/27	47.000.000	5.751.112
Itália		146.780.053	Hong Kong 2.49% 08/28	10.350.000	1.305.161
Luxemburgo 0% 03/31	12.000.000	10.602.686	Hong Kong		7.056.273
Luxemburgo		10.602.686	NZ 4.5% 05/30	22.000.000	12.743.982
Holanda 5,5% 01/28	2.444.000	2.909.710	NZ 1.5% 05/31	21.935.000	10.543.020
Holanda 0,25% 07/29	645.000	611.283	NZ 2% 05/32	20.000.000	9.657.440
Holanda 2,5% 01/33	3.327.000	3.532.558	NZ 3.5% 04/33	12.019.000	6.389.161
Holanda 0,5% 01/40	2.871.000	2.181.555	NZ 4.5% 05/35	15.000.000	8.438.815
Holanda 2,75% 01/47	205.000	219.358	NZ 2.75% 04/37	21.984.000	10.159.590
Holanda		9.454.464	NZ 2.75% 05/51	5.000.000	1.861.740
Eslováquia 3,625% 06/33	10.000.000	10.854.009	Nova Zelândia		59.793.748
Eslováquia		10.854.009	Noruega 1.75% 03/25	51.060.000	4.535.806
Slovênia 3,125% 08/45	245.000	245.169	Noruega 1.75% 09/29	34.390.000	2.780.412
Slovênia		245.169	Noruega 1.375% 08/30	34.474.000	2.678.993
Espanha 1,25% 10/30	21.609.000	20.768.021	Noruega 2.125% 05/32	240.000.000	19.096.158
Espanha 3,45% 10/34	9.000.000	9.656.434	Noruega		29.091.369
Espanha 3,25% 04/34	11.500.000	12.372.745	Singapura 3.5% 03/27	24.701.000	18.607.460
Espanha 4,0% 10/54	3.400.000	3.730.397	Singapura 2.875% 09/30	18.137.000	13.456.896
Espanha 3,45% 07/66	710.000	702.900	Singapura 1.625% 07/31	23.500.000	16.113.133
Espanha 2,9% 10/46	703.000	664.520	Singapura 3.375% 09/33	9.020.000	6.941.334
Espanha 4,9% 07/40	860.000	1.069.204	Singapura 2.25% 08/36	15.000.000	10.433.532
Espanha 4,7% 07/41	2.164.000	2.645.063	Singapura 2.75% 04/42	7.924.000	5.784.185
Espanha		51.609.284	Singapura 2.75% 03/46	13.582.000	9.906.317
IFD 3,625% 02/30	20.000.000	21.847.595	Singapura 1.875% 10/51	10.000.000	6.078.717
IFD		21.847.595	Singapura 3% 08/72	3.000.000	2.332.171
Canadá 0,625% 09/25	20.000.000	13.692.424	Singapura		89.653.745
Canadá 0,875% 08/27	10.000.000	6.588.128	Suécia 2.5% 05/25	124.610.000	11.459.968
Canadá 1,5% 12/31	4.000.000	2.508.841	Suécia 0.75% 05/28	65.000.000	5.653.095
Canadá 5,75% 06/33	6.447.000	5.340.240	Suécia 0.75% 11/29	81.790.000	6.924.870
Canadá 4,15% 06/34	11.500.000	8.243.193	Suécia 2.25% 06/32	19.175.000	1.752.048
Canadá 4,45% 09/34	30.000.000	22.168.209	Suécia 2.25% 05/35	25.000.000	2.259.756
Canadá 5% 06/37	21.600.000	17.727.357	Suécia 3.5% 03/39	58.910.000	6.057.463
Canadá 4% 06/41	19.655.000	14.913.272	Suécia 0.5% 11/45	75.000.000	4.475.965
Canadá 3,5% 12/45	3.331.000	2.383.031	Suécia		38.583.165
Canadá 2,75% 12/48	2.825.000	1.781.085	Suíça 0.0% 06/29	14.575.000	16.033.385
Canadá 2% 12/51	12.000.000	6.385.053	Suíça 0.0% 06/34	17.000.000	18.302.186
Canadá 2,75% 12/64	2.545.000	1.586.220	Suíça 0% 07/39	21.000.000	21.870.124
Canadá		103.317.053	Suíça 0.5% 06/45	17.000.000	19.119.107
			Suíça 0.5% 05/58	2.000.000	2.316.634
			Suíça		77.641.436

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
Para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2024

24. Lista de aplicações financeiras avaliadas através dos resultados (continuação)

Títulos	Nominal	Valor Justo	Títulos	Nominal	Valor Justo
Inst. Dívidas TL 1 4,5% 4/37	143.000.000	123.429.694	Timor-Leste		561.044.064
Inst. Dívidas TL 2 4,5% 4/37	279.650.000	241.378.419			
Inst. Dívidas TL 3 4,5% 4/37	226.600.000	195.588.592	Total de títulos de		rendimento fixo
Inst. Dívidas TL 4 4,5% 4/37	750.000	647.359			11.985.552.463

(b) Títulos de ações

Títulos	Unidade	Valor Justo	Títulos	Unidade	Valor Justo
Estados Unidos da América			Arthur J Gallagher & Co.	15.771	4.476.441
3M Co.	41.139	5.311.045	Aspen Technology	2.056	513.219
A O Smith	10.169	693.322	Assurant	7.745	1.651.466
Abbott Laboratories	147.280	16.663.259	Assured Guaranty Ltd.	2.713	244.116
Abbvie	138.510	24.625.693	At&T	586.336	13.356.734
Abiomed	1.900	66.500	Ati,	12.361	680.473
Accenture Plc	54.011	19.016.733	Atlassian	9.808	2.385.600
Acuity Brands	1.196	349.543	Atmos Energy	22.326	3.109.565
Adobe	36.090	16.047.779	Autodesk	15.445	4.565.079
Advanced Micro Devices	115.743	3.979.440	Automatic Data Processing	34.637	10.135.825
Aecom	8.565	914.828	Autozone	1.449	4.641.799
Aercap Holdings Nv	19.675	1.883.291	AvalonBay Communities	9.325	2.051.220
Aes	59.225	762.226	Avantor	38.554	812.718
Aflac	43.492	4.500.117	Avery Dennison	4.583	857.204
Agilent Technologies	25.018	3.361.919	Axon Enterprise	6.890	4.092.453
Air Products And Chemicals	15.038	4.361.622	Baker Hughes Co.	60.916	2.498.774
Airbnb	26.849	3.527.959	Ball	22.397	1.234.523
Akamai Technologies	9.562	914.605	Bank Of America	584.115	25.683.537
Albemarle	11.401	980.942	Bank of NY Mellon	72.659	5.585.297
Albertsons Cos.	28.831	565.953	Baxter International	37.314	1.088.449
Alexandria RE Equities	11.003	1.072.572	Becton Dickinson & Co.	19.677	4.462.350
Align Technology	5.549	1.156.578	Bentley Systems	11.795	550.827
Allegion Plc	5.921	773.993	Berkshire Hathaway	126.063	57.184.698
Alliant Energy	16.045	949.062	Best Buy Co.	14.321	1.229.601
Allstate	17.880	3.447.085	Biogen	8.240	1.259.731
Ally Financial	25.557	920.308	Biomarin Pharmaceutical	11.776	773.565
Alnylam Pharmaceuticals	7.435	1.749.381	Bio-Rad Laboratories	1.876	616.285
Alphabet	1.010.444	191.821.441	Bio-Techne	12.860	926.306
Altria Group	130.824	6.844.712	Blackrock	13.742	14.101.766
Amazon.Com	670.730	147.117.918	Blackstone	50.150	8.640.344
Amcpr Plc	107.590	1.011.346	Block	48.400	4.117.388
Ameren	17.794	1.586.691	Boeing Co.	44.084	7.802.427
American Electric Power Co.	35.474	3.271.767	Booking Hold.,	2.510	12.477.034
American Express Co.	48.556	14.411.906	Booz Allen Hamilton Hold.	8.156	1.049.433
American Financial Group	4.807	658.463	Boston Scientific	149.192	13.327.321
American Homes 4 Rent	21.076	788.242	Bristol-Myers Squibb Co.	158.143	8.949.312
American Inter. Group	55.680	4.053.504	Broadcom	315.619	73.154.172
American Tower	33.274	6.098.791	Broadridge Fin. Solutions	8.631	1.952.073
American Water Works Co.	13.869	1.726.274	Brown & Brown	18.286	1.865.172
Ameriprise Financial	9.553	5.088.405	Brown-Forman	20.848	792.016
Ametek	16.462	2.968.099	Builders Firstsource	10.432	1.491.046
Amgen	42.183	10.994.155	Bunge Global Sa	12.124	942.156
Amphenol	113.481	7.885.795	Burlington Stores	3.663	1.043.589
Analog Devices	43.090	9.154.901	BXP	13.068	972.521
Annaly Capital Mgmt.	36.102	659.945	Cadence Design Systems	22.405	6.731.806
Ansys	5.392	1.818.506	Camden Property Trust	7.311	848.295
Aon Plc	15.131	5.431.121	Canadian Pacific Kansas City	20.864	1.510.345
Apa	29.248	675.044	Capital One Financial	26.548	4.735.632
Apollo Global Mgmt.	23.747	3.923.954	Cardinal Health	17.055	2.017.436
Apple	1.210.171	303.014.718	Carlisle Cos.	5.683	2.095.095
Applied Materials	73.486	11.951.028	Carlyle Group	16.807	848.585
Applovin	14.782	4.787.594	Carmax	13.874	1.133.783
Aptiv Plc	17.409	1.052.374	Carnival	61.465	1.531.708
Arch Capital Group Ltd.	33.983	3.137.990	Carrier Global	57.109	3.900.545
Archer-Daniels-Midland Co.	41.671	2.104.802	Carvana Co.	6.752	1.371.399
Ares Mgmt.	11.381	2.013.527	Caterpillar	41.250	14.970.863
Arista Networks	102.252	11.307.026	Cboe Global Markets	7.652	1.495.048
Armstrong World Industries	5.283	746.646	Cbre Group	38.664	5.075.423

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
Para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2024

24. Lista de aplicações financeiras avaliadas através dos resultados (continuação)

Títulos	Unidade	Valor Justo	Títulos	Unidade	Valor Justo
Cdw	8.911	1.550.781	Dollar Tree	12.186	913.219
Celanese	10.766	745.007	Dominion Energy	54.819	2.950.907
Celsius Hold.	14.923	393.072	Domino'S Pizza	2.377	996.914
Cencora	19.820	4.453.158	Doordash	18.956	3.178.163
Centene	37.977	2.300.647	Dover	10.951	2.056.050
Centerpoint Energy	53.017	1.681.699	Dow,	48.878	1.960.985
Cf Industries Hold.	13.795	1.177.541	Dr Horton	24.498	3.424.330
Ch Robinson Worldwide	7.963	822.817	Draftkings	26.175	973.187
Charles River Lab Int.	5.002	922.619	Dte Energy Co.	12.257	1.480.155
Charles Schwab	105.843	7.831.324	Duke Energy	52.455	5.650.453
Charter Communications	6.988	2.395.486	Dupont De Nemours	35.314	2.693.046
Check Point Sware Tech Ltd.	5.184	967.853	Dynatrace	17.081	929.036
Cheniere Energy	13.944	2.996.984	Eastman Chemical Co.	8.612	786.103
Chevron	156.381	22.656.480	Eaton Plc	34.242	11.368.002
Chipotle Mexican Grill	90.901	5.482.239	Ebay	32.303	2.001.494
Chubb Ltd.	31.046	8.580.492	Ecolab	24.779	5.808.198
Church & Dwight Co.	31.072	3.254.171	Edison International	48.934	3.905.423
Cigna Group	23.181	6.404.447	Edwards Lifesciences	42.064	3.115.260
Cincinnati Financial	11.161	1.603.947	Electronic Arts	21.003	3.072.739
Cintas	35.841	6.543.850	Elevance Health	19.058	7.028.400
Cisco Systems	349.905	20.703.879	Eli Lilly & Co.	65.981	50.975.601
Citigroup	155.068	10.918.338	Emcor Group	2.961	1.343.850
Citizens Financial Group	51.859	2.269.868	Emerson Electric Co.	53.961	6.690.085
Clorox Co.	9.511	1.545.538	Enphase Energy	8.562	588.038
Cloudflare	28.400	3.060.668	Entegris	8.706	861.981
Cme Group	25.157	5.842.210	Entergy	29.066	2.204.365
Cms Energy	18.802	1.253.153	Eog Resources	40.899	5.014.217
Coca-Cola Co.	367.016	22.857.756	Epam Systems	4.223	986.619
Coca-Cola Europac Partners Plc	17.028	1.307.750	Eq	41.812	1.928.369
Cognizant Tech. Solutions	29.784	2.289.794	Equifax	7.546	1.923.249
Coinbase Global	15.869	3.936.940	Equinix	8.700	8.200.882
Colgate-Palmolive Co.	67.582	6.145.231	Equitable Hold.	20.864	984.364
Comcast	333.410	12.512.877	Equity LifeStyle Properties	10.247	681.938
Conagra Brands	34.179	948.467	Equity Residential	21.968	1.576.863
Conocophillips	105.461	10.457.513	Erie Indemnity Co.	1.846	760.792
Consolidated Edison	40.077	3.575.269	Essential Utilities	16.650	604.728
Constellation Brands	11.241	2.484.261	Essex Property Trust	4.327	1.235.791
Constellation Energy	28.458	6.366.339	Estee Lauder Cos.	17.009	1.274.825
Cooper Cos.	16.708	1.535.966	Evercore,	1.658	459.399
Copart,	81.399	4.671.489	Everest Group Ltd.	2.686	973.245
Corebridge Financial	15.844	474.211	Everygy	12.990	799.535
Corning	52.868	2.512.287	Eversource Energy	27.910	1.602.592
Corpay	4.991	1.690.003	Exact Sciences	11.552	648.876
Corteva	47.753	2.718.578	Exelixis	19.894	662.470
Costar Group	29.350	2.099.699	Exelon	110.487	4.159.836
Costco Wholesale	37.570	34.425.390	Expand Energy	10.289	1.023.653
Coterra Energy	51.407	1.312.935	Expedia Group	8.580	1.598.711
Crh Plc	68.170	6.308.452	Expeditors Int. of Washington	7.790	862.665
CrowdStrike Hold.	21.238	7.264.033	Extra Space Storage	14.360	2.148.256
Crown Castle	29.838	2.707.799	Exxon Mobil	353.233	38.018.468
Crown Hold.	9.546	788.977	F5	5.238	1.316.728
Csx	148.829	4.802.712	Fabrinet	1.493	328.072
Cummins	15.019	5.235.623	Factset Research Systems	2.979	1.431.231
Cvs Health	90.161	4.047.327	Fair Isaac	2.108	4.194.035
Cyberark Software Ltd.	2.558	852.198	Fastenal Co.	44.614	3.208.639
Danaher	55.778	12.807.187	Fedex	16.593	4.670.930
Darden Restaurants	6.615	1.234.359	Ferguson Enterprises	12.183	2.113.507
Datadog	26.363	3.764.109	Fidelity Nat. Financial	19.651	1.102.814
Davita	6.455	964.506	Fidelity Nat. Info Services	40.715	3.289.365
Dayforce	9.897	718.522	Fifth Third Bancorp	63.712	2.693.743
Deckers Outdoor	11.088	2.253.082	First Citizens Bancshares	984	2.075.758
Deere & Co.	19.220	8.142.745	First Horizon	17.778	358.049
Dell Technologies	30.824	3.551.233	First Solar	12.592	2.219.214
Delta Air Lines	21.189	1.282.782	Firstenergy	39.291	1.562.996
Devon Energy	43.077	1.410.341	Fiserv	47.365	9.736.823
Dexcom	24.387	1.895.845	Flutter Entertainment Plc	7.082	1.826.235
Diamondback Energy	13.043	2.136.704	Ford Motor Co.	276.726	2.736.820
Dick'S Sporting Goods	5.272	1.207.077	Fortinet	39.158	3.699.648
Digital Realty Trust	34.016	6.031.037	Fortive	25.484	1.911.300
Discover Financial Services	20.867	3.619.381	Fortune Brands Innovations	9.215	629.385
Docusign	12.347	1.109.995	Fox	25.148	1.176.411
Dollar General	14.527	1.101.001	Franklin Resources	26.391	535.209

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
Para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2024

24. Lista de aplicações financeiras avaliadas através dos resultados (continuação)

Títulos	Unidade	Valor Justo	Títulos	Unidade	Valor Justo
Freeport-Memoran	102.331	3.898.811	Jpmorgan Chase & Co.	232.534	55.801.185
Futu Hold. Ltd.	14.462	1.156.815	Juniper Networks	21.124	791.094
Gaming and Leisure Prop.	15.903	765.888	Kellanova	18.598	1.506.624
Garmin Ltd.	10.236	2.112.199	Kenvue	137.079	2.928.007
Gartner	4.643	2.250.276	Keurig Dr Pepper	95.687	3.073.466
Ge Healthcare Tech.	30.759	2.404.123	Keycorp	109.693	1.880.138
Ge Vernova	16.261	5.352.471	Keysight Technologies	11.817	1.899.110
Gen Digital	37.944	1.038.907	Kimberly-Clark	28.522	3.736.382
General Dynamics	19.210	5.059.338	Kimco Realty	85.710	2.008.185
General Electric Co.	65.743	10.966.590	Kinder Morgan	115.891	3.176.572
General Mills	36.929	2.354.224	Kkr & Co.	37.766	5.591.256
General Motors Co.	88.998	4.740.923	Kla	9.591	6.042.426
Genuine Parts Co.	8.871	1.036.310	Knight-Swift Transp. Hold.	11.072	587.259
Gilead Sciences	92.902	8.579.500	Kraft Heinz Co.	63.606	1.953.340
Global Payments	17.880	2.004.169	Kroger Co.	52.689	3.222.986
Global-E Online Ltd.	7.504	408.518	L3Harris Technologies	13.811	2.903.072
Godaddy	8.837	1.743.010	Labcorp Hold.	6.240	1.430.957
Goldman Sachs Group	25.959	14.867.758	Lam Research	92.957	6.711.495
Grab Hold. Ltd.	113.243	533.375	Lamb Weston Hold.	8.784	587.298
Graco	9.674	815.421	Las Vegas Sands	22.056	1.133.678
Halliburton Co.	75.062	2.040.936	Leidos Hold.	9.753	1.404.432
Hartford Fin Services Group	31.213	3.415.326	Lennar	22.034	3.004.556
Hca Healthcare	17.657	5.302.574	Lennox International	4.074	2.482.288
Healthpeak Properties	40.805	827.525	Liberty Media Corp-Lib. F1	14.003	1.297.518
Heico	14.293	3.053.779	Linde Plc	42.326	17.717.240
Henry Schein	10.133	701.102	Live Nation Entertainment	9.787	1.267.025
Hershey Co.	10.094	1.709.419	Lkq	16.794	617.012
Hess	15.965	2.123.345	Lockheed Martin	15.675	7.616.639
Hewlett Packard Enterp. Co.	113.714	2.427.794	Loews	12.448	1.054.470
Hf Sinclair	11.773	412.408	Lowe'S Cos.	42.027	10.380.249
Hilton Worldwide Hold.	21.190	5.238.168	Lpl Financial Hold.	4.725	1.542.713
Hims & Hers Health	34.057	823.498	Lululemon Athletica	8.200	3.135.598
Hologic	16.820	1.212.386	Lyondellbasell Industries Nv	16.482	1.224.613
Home Depot	91.035	35.431.732	M&T Bank	16.435	3.091.259
Honeywell International	46.914	10.597.403	Manhattan Associates	5.181	1.399.440
Hongkong Land Hold. Ltd.	84.100	374.245	Marathon Petroleum	26.436	3.688.351
Hormel Foods	27.093	849.907	Markel Group	953	1.648.061
Host Hotels & Resorts	41.567	727.423	Marketaxess Hold.	2.890	652.707
Howmet Aerospace	54.139	5.921.724	Marriott International	14.928	4.163.718
Hp	82.058	2.675.091	Marsh & McLennan Cos.	41.045	8.719.189
Hubbell	5.383	2.254.777	Martin Marietta Materials	5.243	2.705.912
Hubspot	3.025	2.105.945	Marvell Technology	64.645	7.140.040
Humana	8.283	2.100.155	Masco	26.445	1.919.114
Huntington Bancshares	116.388	1.894.797	Mastercard	67.154	35.401.574
Huntington Ingalls Industries	4.415	833.773	Match Group	17.653	577.606
Hyatt Hotels	3.130	491.160	Mccormick & Co.	20.005	1.525.381
IDEX	4.311	902.767	Mcdonald'S	69.187	20.056.619
Idexx Laboratories	6.269	2.591.981	Mckesson	11.727	6.678.878
Illinois Tool Works	23.107	5.860.628	Medtronic Plc	105.397	8.420.166
Illumina	9.690	1.294.778	Mercadolibre	4.005	6.810.022
Incyte	13.457	929.610	Merck & Co.	201.638	20.060.965
Ingersoll Rand	24.419	2.209.187	Meta Platforms	175.854	102.969.551
Insulet	4.526	1.181.105	Metlife	49.163	4.025.958
Intel	318.926	6.397.656	Mettler-Toledo Inter.	2.039	2.496.511
Intercontinental Exchange	48.599	7.242.223	Mgic Investment	14.812	351.193
IBM	71.661	15.763.987	Mgm Resorts Inter.	15.860	549.390
Int. Flavors & Fragrances	18.234	1.541.867	Microchip Technology	31.793	1.823.011
International Paper Co.	32.714	1.759.686	Micron Technology	78.462	6.603.362
Interpublic Group of Cos.	26.488	742.194	Microsoft	621.712	261.914.831
Intuit	22.266	13.994.181	Microstrategy	11.007	3.188.067
Intuitive Surgical	29.769	15.537.632	Mid-America Apart Com.	7.472	1.154.723
Invitation Homes	44.435	1.420.143	Moderna	23.600	981.052
Iqvia Hold.	10.518	2.067.944	Molina Healthcare	4.422	1.287.510
Iron Mountain	26.343	2.769.176	Molson Coors Beverage Co.	13.818	792.048
J M Smucker Co.	6.428	707.594	Monday.Com Ltd.	2.208	519.498
Jabil	11.106	1.598.153	Mondelez Inter.	104.615	6.248.654
Jack Henry & Associates	4.297	753.135	Mongodb,	4.527	1.053.252
Jacobs Solutions	9.424	1.259.235	Monolithic Power Systems,	5.585	3.304.645
Jardine Matheson Hold. Ltd.	12.200	499.834	Monster Beverage	62.492	3.284.580
Jb Hunt Transport Services	5.970	1.018.661	Moody'S	14.040	6.647.659
Johnson & Johnson	206.587	29.878.678	Morgan Stanley	100.854	12.685.416
Johnson Controls Inter. Plc	42.328	3.341.372	Mosaic Co.	26.708	656.216

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
Para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2024

24. Lista de aplicações financeiras avaliadas através dos resultados (continuação)

Títulos	Unidade	Valor Justo	Títulos	Unidade	Valor Justo
Motorola Solutions	14.466	6.685.028	Realty Income	51.007	2.725.304
Msci	6.981	4.188.321	Regency Centers	11.084	819.218
Mueller Industries	6.064	481.421	Regeneron Pharmaceuticals	8.149	5.804.777
Nasdaq	32.594	2.518.864	Regions Financial	102.253	2.403.968
Netapp	26.180	3.037.142	Reinsurance Group of America	2.934	626.790
Netflix	31.859	28.393.378	Reliance	3.495	941.903
Neurocrine Biosciences	10.487	1.431.580	Republic Services	17.012	3.422.814
Newmont	67.203	2.500.624	Resmed	12.264	2.806.984
News	40.976	1.128.889	Revvity	9.591	1.070.835
Nextera Energy	165.402	11.859.323	Rivian Automotive	45.120	600.547
Nike	94.471	7.150.510	Robinhood Markets	34.536	1.286.466
Nisource,	53.990	1.984.672	Roblox	27.510	1.591.454
Nordson	3.844	804.357	Rockwell Automation	6.660	1.904.427
Norfolk Southern	15.605	3.666.551	Roku	7.581	563.268
Northern Trust	14.779	1.513.517	Rollins	48.564	2.252.398
Northrop Grumman	9.419	4.414.403	Roper Technologies	6.343	3.296.457
Nrg Energy	21.246	1.916.177	Ross Stores	22.430	3.392.986
Nucor	19.212	2.243.962	Royal Caribbean Cruises Ltd.	14.759	3.406.968
Nutanix	31.602	1.933.094	Royalty Pharma Plc	22.368	570.160
Nvidia	1.870.780	251.002.553	Rpm International	14.258	1.754.589
Nvr	285	2.334.275	Rtx	94.919	10.984.976
Nxp Semiconductors Nv	18.667	3.879.936	S&P Global	28.267	14.093.078
Occidental Petroleum	45.602	2.253.195	Salesforce	72.961	24.405.455
Okta	15.692	1.236.530	Samsara	13.606	594.174
Old Dominion Freight Line	16.002	2.822.593	SBA Communications	8.247	1.680.574
Omega Healthcare Investors	16.991	643.279	Schlumberger Nv	86.206	3.306.862
Omnicom Group	19.385	1.667.885	Sea Ltd.	39.009	4.136.124
On Semiconductor	41.437	2.612.603	Seagate Technology Hold.	21.470	1.853.076
Oneok	39.901	4.006.459	Sei Investments Co.	8.723	719.473
Oracle	139.357	23.229.418	Sempra	53.203	4.666.967
O'Reilly Automotive	5.546	6.575.670	ServiceNow	15.172	16.075.948
Otis Worldwide	32.884	3.045.058	Sherwin-Williams Co.	20.549	6.983.783
Ovintiv	23.036	932.497	Simon Property Group	25.022	4.308.288
Owens Corning	12.319	2.099.897	Skyworks Solutions	16.432	1.457.025
Paccar	53.156	5.526.629	Smurfit Westrock Plc	18.214	981.370
Packaging Of America	8.337	1.876.158	Snap	64.882	698.130
Palantir Technologies	151.214	11.437.827	Snap-On	4.536	1.540.017
Palo Alto Networks	47.668	8.674.146	Snowflake	24.531	3.789.794
Parker-Hannifin	11.597	7.368.734	Solventum	10.824	715.033
Paychex	24.051	3.372.912	Southern Co.	81.610	6.718.951
Paycom Software	3.899	798.164	Southwest Airlines Co.	8.066	271.260
Paypal Hold.	81.879	6.987.554	Spotify Technology Sa	12.874	5.755.837
Pentair Plc	29.218	2.940.207	Ss&C Technologies Hold.	13.635	1.033.260
Pepsico	117.761	17.904.382	Stanley Black & Decker	9.565	768.165
Pfizer	431.677	11.456.708	Starbucks	94.726	8.643.748
Pg&E	149.227	3.014.385	State Street	18.551	1.821.708
Philip Morris Inter.	125.783	15.132.953	Steel Dynamics	12.530	1.428.671
Phillips 66	30.354	3.457.321	Steris Plc	8.726	1.792.233
Pinterest	37.138	1.076.631	Stifel Financial	3.215	340.951
Pnc Financial Services Group	33.921	6.547.431	Stryker	30.279	10.903.165
Pool	3.601	1.228.121	Sun Communities	8.519	1.047.070
Popular	3.639	342.248	Super Micro Computer	31.380	956.776
Ppg Industries	16.026	1.913.825	Synchrony Financial	33.301	2.164.898
Ppl	52.688	1.711.306	Synopsys	11.935	5.787.401
Primerica	1.499	407.143	Sysco	37.319	2.853.411
Principal Financial Group	16.266	1.259.151	T Rowe Price Group	17.188	1.943.619
Procter & Gamble Co.	205.374	34.435.058	Take-Two Interactive Software	10.490	1.930.999
Progress Software	5.386	350.898	Targa Resources	11.611	2.071.751
Progressive	50.124	12.019.735	Target	38.952	5.266.700
Prologis	75.528	7.984.065	Te Connectivity Plc	21.375	3.056.839
Prudential Financial	30.802	3.652.193	Teledyne Technologies	3.179	1.474.579
Ptc	6.941	1.276.172	Teleflex	3.336	593.474
Public Service Enterprise	29.938	2.530.659	Teradyne	23.540	2.964.157
Public Storage	10.522	3.148.288	Tesla	206.334	83.282.592
Pultgroup	21.210	2.310.193	Teva Pharmaceutical Ind. Ltd.	77.737	1.712.546
Pure Storage	28.994	1.781.101	Texas Instruments	85.152	15.966.852
Qorvo	6.396	447.272	Texas Pacific Land	1.535	1.698.247
Qualcomm	92.414	14.196.639	Textron	19.268	1.473.039
Quanta Services	13.801	4.365.532	The Campbell'S Co.	16.495	690.811
Quest Diagnostics	7.048	1.063.825	Thermo Fisher Scientific	31.062	16.155.967
Radian Group	10.599	336.094	Tjx Cos.	97.011	11.716.989
Raymond James Financial	14.081	2.186.357	T-Mobile Us	37.944	8.375.379

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
Para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2024

24. Lista de aplicações financeiras avaliadas através dos resultados (continuação)

Títulos	Unidade	Valor Justo	Títulos	Unidade	Valor Justo
Toast	21,315	776,719	Zimmer Biomet Hold.	13.456	1.420.954
Toll Brothers	1,154	145,289	Zoetis	36.733	5.988.948
Toro Co.	6,695	536,270	Zoom Communications	15.522	1.266.285
Tractor Supply Co.	35,165	1,866,207	Zscaler	8.358	1.507.867
Trade Desk	45,900	5,392,332			4.176.754.268
Tradeweb Markets	13,536	1,772,133	Austrália		
Trane Technologies Plc	20,659	7,634,327	ANZ Group Hold. Ltd.	329.798	5.827.709
Transdigm Group	5,190	6,571,526	APA Group	136.731	590.059
Transmedics Group	8.510	530.343	Aristocrat Leisure Ltd.	61.796	2.615.522
Transunion	12.572	1.165.047	ASX Ltd.	20.688	833.608
Travelers Cos.	16.261	3.916.137	BHP Group Ltd.	560.187	13.700.171
Trimble	15.512	1.095.923	BlueScope Steel Ltd.	50.439	583.363
Truist Financial	116.533	5.056.367	Brambles Ltd.	154.132	1.836.089
Twilio	11.079	1.198.194	CAR Group Ltd.	40.264	898.208
Tyler Technologies	2.706	1.561.876	CBA	184.532	17.509.270
Tyson Foods	23.476	1.348.227	Cochlear Ltd.	7.242	1.299.788
Uber Technologies	150.740	9.094.144	Coles Group Ltd.	148.485	1.736.642
UDR	22.092	958.572	Computershare Ltd.	60.295	1.267.409
U-Haul Holding Co.	5.853	375.236	CSL Ltd.	53.753	9.371.312
Ulta Beauty	3.374	1.467.218	Endeavour Group Ltd.	162.463	422.474
Union Pacific	48.662	11.096.882	Fortescue Ltd.	185.780	2.099.219
United Parcel Service	51.628	6.509.258	Goodman Group	191.574	4.220.252
United Rentals	5.127	3.608.690	GPT Group	216.039	584.534
United Therapeutics	6.057	2.134.911	Insurance Australia Group Ltd.	266.060	1.393.625
Unitedhealth Group	79.864	40.446.324	James Hardie Industries plc	47.502	1.455.838
Universal Health Services	4.791	860.176	Lottery Ltd.	246.411	753.673
Unum Group	5.245	383.147	Macquarie Group Ltd.	39.901	5.475.798
Us Bancorp	123.462	5.908.891	Medibank Pvt Ltd.	305.781	717.539
Valero Energy	23.838	2.921.585	Mineral Resources Ltd.	21.365	453.064
Veeva Systems	11.861	2.493.419	Mirvac Group	440.108	510.924
Ventas	25.403	1.495.983	National Australia Bank Ltd.	340.194	7.814.414
Veralto	15.976	1.626.676	Northern Star Resources Ltd.	125.295	1.197.780
Verisign	5.409	1.119.393	Orica Ltd.	56.567	580.689
Verisk Analytics	11.438	3.150.368	Origin Energy Ltd.	184.424	1.243.487
Verizon Communications	361.926	14.484.279	Pro Medicus Ltd.	6.435	996.536
Vertex Pharmaceuticals	21.376	8.608.115	Qantas Airways Ltd.	92.410	513.224
Vertiv Hold. Co.	31.428	3.572.106	QBE Insurance Group Ltd.	167.800	1.994.753
Viatis	101.980	1.269.651	Ramsay Health Care Ltd.	20.597	440.476
VICI Properties	66.213	1.933.420	REA Group Ltd.	5.703	823.821
Visa	142.285	45.006.168	Reece Ltd.	22.342	309.584
Vistra	34.732	4.790.585	Rio Tinto Ltd.	41.127	2.990.976
Vulcan Materials Co.	10.808	2.781.871	Santos Ltd.	352.881	1.459.488
W R Berkley	23.995	1.403.468	Scentre Group	553.013	1.174.425
Walgreens Boots Alliance	52.444	489.303	SEEK Ltd.	38.893	543.499
Walmart	393.680	35.592.610	SGH Ltd.	21.354	609.635
Walt Disney Co.	130.166	14.501.794	Sonic Healthcare Ltd.	49.012	819.640
Warner Bros Discovery	166.462	1.759.503	South32 Ltd.	487.649	1.026.555
Waste Connections	19.662	3.372.033	Stockland	267.299	794.391
Waste Mgmt.	33.842	6.825.593	Suncorp Group Ltd.	142.771	1.680.421
Waters	5.150	1.908.178	Telstra Group Ltd.	430.999	1.070.081
Watsco	3.264	1.547.364	Transurban Group	343.641	2.848.927
Wee Energy Group	17.575	1.652.577	Treasury Wine Estates Ltd.	87.285	612.302
Wells Fargo & Co.	286.965	20.167.900	Vicinity Ltd.	424.739	552.252
Welltower	61.919	7.794.364	Washington HSP & Co. Ltd.	25.713	544.789
West Pharmaceutical Services	5.232	1.714.683	Wesfarmers Ltd.	124.411	5.068.513
Western Digital	19.952	1.189.339	Westpac Banking	380.936	7.622.883
Westinghouse Air Brake Tech	13.123	2.488.514	WiseTech Global Ltd.	20.128	1.408.484
Westlake	2.408	275.981	Woodside Energy Group Ltd.	209.383	3.073.752
Weyerhaeuser Co.	48.395	1.361.351	Woolworths Group Ltd.	133.917	2.396.235
Williams Cos.	71.631	3.876.670	Xero Ltd.	16.002	1.657.845
Williams-Sonoma	11.505	2.130.841			130.025.947
Willis Towers Watson Plc	6.264	1.960.820	Japão		
Wix.Com Ltd.	2.968	636.250	Advantest Corp	82.400	4.822.571
Workday	12.553	3.238.548	Aeon Co Ltd	54.200	1.273.610
WP Carey	12.796	697.126	Agc Inc	14.300	420.374
Ww Grainger	4.186	4.417.151	Aisin Corp	42.600	480.321
Wynn Resorts Ltd.	5.775	497.574	Ajinomoto Co Inc	43.500	1.785.283
Xcel Energy	38.701	2.613.866	Ana Hold. Inc	7.900	143.915
Xylem	15.684	1.819.972	Asahi Group Hold. Ltd	108.600	1.142.940
Yum! Brands	16.476	2.210.256	Asahi Kasei Corp	65.800	456.363
Zebra Technologies	3.495	1.349.840	Asics Corp	83.500	1.652.361
Zillow Group	11.721	867.823	Astellas Pharma Inc	112.700	1.100.037

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
Para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2024

24. Lista de aplicações financeiras avaliadas através dos resultados (continuação)

Títulos	Unidade	Valor Justo	Títulos	Unidade	Valor Justo
Bandai Namco Hold. Inc	33.700	809.906	Marubeni Corp	99.000	1.506.481
Bridgestone Corp	44.300	1.505.230	Matsukiyocokara & Co	26.100	381.967
Brother Industries Ltd	19.600	336.166	Medonald'S Holdings Co	4.500	176.953
Canon Inc	76.500	2.511.221	Meiji Holdings Co Ltd	24.300	494.009
Capcom Co Ltd	49.000	1.082.826	Meitec Group Holdings Inc	15.800	298.085
Central Japan Railway Co	49.700	937.488	Minebea Mitsumi Inc	26.000	424.014
Chiba Bank Ltd/The	43.200	335.902	Mitsubishi Chemical Group	103.300	525.505
Chubu Electric Power Co	39.500	415.961	Mitsubishi Corp	292.000	4.836.320
Chugai Pharmaceutical Co	55.700	2.475.595	Mitsubishi Electric Corp	148.200	2.530.037
Concordia Financial Group	71.400	395.708	Mitsubishi Estate Co Ltd	86.200	1.204.749
Dai Nippon Printing Co	28.000	395.342	Mitsubishi Gas Chemical	7.800	140.282
Daifuku Co Ltd	21.600	452.588	Mitsubishi Hc Capital Inc	38.000	251.947
Dai-Ichi Life Hold.	84.600	2.279.721	Mitsubishi Heavy	270.200	3.821.071
Daiichi Sankyo Co Ltd	147.200	4.064.953	Mitsubishi Uj Financial	924.500	10.853.286
Daikin Industries Ltd	16.800	1.993.637	Mitsui & Co Ltd	218.200	4.592.807
Daito Trust Construction	3.700	412.354	Mitsui Chemicals Inc	12.000	264.647
Daiwa House Industry Co	32.800	1.013.469	Mitsui Fudosan Co Ltd	188.400	1.520.051
Daiwa Securities Group	119.500	796.869	Mitsui Mining & Smelting	10.600	314.641
Denso Corp	132.300	1.862.100	Mitsui Osk Lines Ltd	18.700	655.262
Dentsu Group Inc	18.000	435.912	Mizuho Financial Group	231.690	5.708.219
Dexerials Corp	24.300	382.065	Monotaro Co Ltd	31.900	541.037
Disco Corp	7.800	2.120.234	Ms&Ad Insurance Group	132.300	2.900.902
East Japan Railway Co	54.000	958.984	Murata Manufacturing Co	115.300	1.877.403
Ebara Corp	34.400	538.458	Nec Corp	14.200	1.239.202
Eisai Co Ltd	18.700	514.976	Nexon Co Ltd	17.700	267.313
Eneos Hold. Inc	258.600	1.359.641	Ngk Insulators Ltd	14.100	180.153
Fanuc Corp	64.400	1.710.804	Nidec Corp	63.000	1.144.270
Fast Retailing Co Ltd	14.200	4.861.937	Nintendo Co Ltd	102.400	6.036.101
Fuji Electric Co Ltd	21.100	1.147.907	Nippon Building Fund Inc	575	447.458
Fujifilm Hold. Corp	91.800	1.932.263	Nippon Paint Hold. Co	58.500	379.677
Fujikura Ltd	33.900	1.411.781	Nippon Sanso Hold.	16.600	466.122
Fujitsu Ltd	103.000	1.832.451	Nippon Steel Corp	52.524	1.060.774
Furukawa Electric Co Ltd	8.200	348.589	Nippon Telegraph & Telephone	2.303.300	2.315.611
Hankyu Hanshin Hold.	15.300	399.050	Nippon Yusen Kk	29.100	976.172
Hikari Tsushin Inc	1.500	328.900	Nissan Motor Co Ltd	169.100	515.499
Hitachi Construction	4.500	100.674	Nissin Foods Hold. Co	16.500	400.741
Hitachi Ltd	391.500	9.799.955	Niterra Co Ltd	9.700	313.479
Honda Motor Co Ltd	336.100	3.280.589	Nitori Holdings Co Ltd	5.600	663.833
Hoshizaki Corp	8.800	350.130	Nitto Denko Corp	51.500	877.558
Hoya Corp	33.700	4.238.232	Nomura Holdings Inc	208.200	1.233.488
Hulic Co Ltd	23.300	202.741	Nomura Research Institute	36.921	1.091.702
Idemitsu Kosan Co Ltd	84.430	556.295	Ntt Data Group Corp	33.500	645.657
Inpex Corp	145.700	1.826.349	Obayashi Corp	72.700	967.730
Isuzu Motors Ltd	63.900	877.426	Obic Co Ltd	24.500	729.887
Itochu Corp	105.700	5.266.168	Olympus Corp	76.000	1.145.851
Japan Airlines Co Ltd	10.000	158.565	Omron Corp	12.200	415.387
Japan Exchange Group Inc	97.200	1.094.397	Ono Pharmaceutical Co Ltd	28.300	293.876
Japan Post Bank Co Ltd	85.200	809.931	Oracle Corp Japan	2.900	279.464
Japan Post Hold. Co	120.800	1.145.279	Oriental Land Co	62.500	1.360.079
Japan Post Insurance Co	14.300	264.463	Orix Corp	72.100	1.563.023
Japan Real Estate	525	360.111	Osaka Gas Co Ltd	45.500	1.001.139
Japan Tobacco Inc	99.300	2.577.276	Otsuka Corp	17.800	407.737
Jfe Holdings Inc	41.200	466.371	Otsuka Holdings Co Ltd	32.600	1.781.840
Kajima Corp	40.100	734.843	Pan Pacific Inter.	28.900	793.481
Kansai Electric Power Co	63.600	709.410	Panasonic Holdings Corp	148.600	1.552.093
Kao Corp	30.100	1.222.501	Rakuten Group Inc	131.000	715.932
Kawasaki Kisen Kaisha Ltd	41.200	590.893	Recruit Hold. Co Ltd	124.500	8.828.916
Kddi Corp	146.700	4.705.489	Renesas Electronics Corp	152.700	1.986.480
Keyence Corp	15.560	6.395.877	Resona Hold. Inc	145.300	1.057.669
Kikkoman Corp	68.400	766.867	Resonac Hold. Corp	26.800	683.813
Kirin Holdings Co Ltd	96.500	1.257.214	Ricoh Co Ltd	26.400	304.047
Kobe Bussan Co Ltd	13.300	290.694	Sanrio Co Ltd	11.300	398.189
Kokusai Electric Corp	5.000	68.243	Sanwa Hold. Corp	24.500	682.807
Komatsu Ltd	80.500	2.226.094	Sbi Holdings Inc	20.280	513.839
Konami Group Corp	13.100	1.233.230	Screen Holdings Co Ltd	11.200	676.162
Kubota Corp	59.700	698.197	Sesk Corp	6.100	129.134
Kyocera Corp	78.900	790.707	Secom Co Ltd	24.000	817.613
Kyowa Kirin Co Ltd	22.400	338.366	Seiko Epson Corp	17.900	327.396
Lasertec Corp	7.900	763.308	Sekisui Chemical Co Ltd	25.500	440.522
Ly Corp	140.600	374.939	Sekisui House Ltd	54.000	1.299.491
M3 Inc	25.600	227.396	Seven & I Holdings Co Ltd	172.400	2.727.070
Makita Corp	18.500	569.856	Sg Holdings Co Ltd	24.100	230.097

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
Para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2024

24. Lista de aplicações financeiras avaliadas através dos resultados (continuação)

Títulos	Unidade	Valor Justo	Títulos	Unidade	Valor Justo
Shimadzu Corp	16.600	469.714	Dec Plc	8.054	518.463
Shimano Inc	4.900	665.503	Diageo Plc	153.666	4.882.489
Shin-Etsu Chemical Co Ltd	161.400	5.437.853	Endeavour Mining Plc	11.324	201.954
Shionogi & Co Ltd	57.600	813.092	Entain Plc	36.948	317.900
Shiseido Co Ltd	30.100	533.587	Experian Plc	65.760	2.837.227
Shizuoka Financial Group	25.600	209.234	Flutter Entertainment Plc	1.599	414.936
Smc Corp	4.100	1.619.286	Glencore Plc	682.801	3.022.065
Softbank Corp	2.336.000	2.954.930	Gsk Plc	358.802	6.048.434
Softbank Group Corp	73.500	4.295.606	Haleon Plc	535.544	2.531.280
Sompo Holdings Inc	74.400	1.948.526	Halma Plc	28.965	975.455
Sony Group Corp	503.500	10.790.201	Hargreaves Lansdown Plc	24.574	337.926
Subaru Corp	48.300	865.595	Hikma Pharmaceuticals Plc	16.622	414.891
Sumitomo Corp	99.900	2.177.128	Hsbc Holdings Plc	1.498.349	14.736.408
Sumitomo Electric	82.800	1.500.473	Imi Plc	9.255	211.071
Sumitomo Forestry Co Ltd	10.300	346.960	Imperial Brands Plc	55.799	1.784.105
Sumitomo Metal Mining Co	14.900	342.541	Informa Plc	82.348	822.998
Sumitomo Mitsui Financial	325.800	7.800.874	Int. Hotels Group Plc	21.415	2.669.677
Sumitomo Mitsui Trust	41.800	981.965	Intertek Group Plc	13.768	810.768
Sumitomo Realty &	19.500	611.826	J Sainsbury Plc	206.709	708.302
Suntory Beverage & Food	10.500	334.522	Jd Sports Fashion Plc	164.243	196.976
Suzuki Motor Corp	121.600	1.384.597	Kingfisher Plc	123.713	385.176
Sysmex Corp	41.700	772.655	Land Securities Group plc	66.439	485.936
T&D Holdings Inc	67.600	1.249.543	Legal & General Group Plc	457.086	1.315.500
Taisei Corp	14.900	628.576	Lloyds Banking Group Plc	4.432.665	3.041.095
Takeda Pharmaceutical Co	95.538	2.539.210	London SE Group Plc	32.198	4.550.651
Tdk Corp	139.000	1.833.020	M&G Plc	145.181	359.377
Terumo Corp	103.400	2.014.576	Marks & Spencer Group Plc	73.144	343.979
Tis Inc	8.000	189.056	Melrose Industries Plc	74.259	514.487
Toho Co Ltd/Tokyo	9.900	387.408	Mondi Plc	39.279	586.135
Tokio Marine Holdings Inc	180.000	6.551.285	National Grid Plc	393.778	4.681.147
Tokyo Electric Power Co	106.200	320.843	Natwest Group Plc	451.891	2.275.678
Tokyo Electron Ltd	38.800	5.969.611	Next Plc	14.691	1.747.538
Tokyo Gas Co Ltd	41.400	1.149.590	Nmc Health Plc	6.918	433
Tokyu Corp	25.600	274.879	Pearson Plc	31.341	503.203
Toppan Holdings Inc	15.200	406.017	Persimmon Plc	20.680	309.760
Toray Industries Inc	160.400	1.019.595	Phoenix Group Hold. Plc	59.626	380.099
Toto Ltd	10.000	241.474	Prudential Plc	152.741	1.218.153
Toyota Industries Corp	12.200	998.683	Reckitt Benckiser Group Plc	49.406	2.989.852
Toyota Motor Corp	871.500	17.439.982	Relx Plc	156.541	7.112.765
Toyota Tsusho Corp	48.300	868.976	Rentokil Initial Plc	171.622	858.038
Trend Micro Inc/Japan	8.700	474.027	Rio Tinto Plc	93.260	5.516.408
Unicharm Corp	66.600	551.752	Rolls-Royce Hold. Plc	521.750	3.715.458
West Japan Railway Co	22.600	402.144	Sage Group Plc	59.060	941.227
Yakult Honsha Co Ltd	17.400	330.540	Schroders Plc	64.569	260.874
Yamaha Motor Co Ltd	108.200	966.268	Segro plc	90.515	794.434
Yaskawa Electric Corp	12.200	315.635	Severn Trent Plc	18.550	582.659
Yokogawa Electric Corp	31.300	674.954	Shell Plc	557.690	17.293.646
Zensho Holdings Co Ltd	6.900	393.295	Smith & Nephew Plc	53.908	669.068
Zozo Inc	16.500	512.344	Smiths Group Plc	17.876	383.953
		310.723.039	Smurfit Westrock Plc	26.153	1.413.663
Reino Unido			Spirax Group Plc	5.758	494.336
3I Group Plc	85.465	3.814.776	Sse Plc	89.942	1.806.800
Admiral Group Plc	15.399	509.721	Standard Chartered Plc	141.354	1.750.136
Anglo American Plc	82.101	2.430.743	Taylor Wimpey Plc	258.059	394.619
Antofagasta Plc	29.878	594.591	Tesco Plc	598.860	2.762.295
Ashtead Group Plc	25.519	1.585.216	Unilever Plc	181.142	10.315.426
Associated British Foods Plc	38.353	981.320	United Utilities Group Plc	34.496	454.277
Astrazeneca Plc	126.866	16.625.933	Vodafone Group Plc	1.549.295	1.324.862
Auto Trader Group Plc	70.150	693.534	Whitbread Plc	12.112	446.881
Aviva Plc	176.108	1.033.754	Wise Plc	44.207	588.528
Bae Systems Plc	245.876	3.535.095	Wpp Plc	70.789	733.541
Barclays Plc	1.057.135	3.550.188			185.611.703
Barratt Redrow Plc	106.332	586.082	UE		
Berkeley Group Hold. Plc	6.323	308.838	ABN AMRO Bank NV	34.324	529.228
Bp Plc	1.324.413	6.517.841	Acciona SA	1.673	187.098
British American Tobacco Plc	140.715	5.073.704	Accor SA	9.912	480.349
Bt Group Plc	415.955	750.417	ACS SA	24.292	1.218.477
Bunzl Plc	21.901	904.054	adidas AG	11.324	2.762.646
Centrica Plc	512.518	857.548	Adyen NV	1.584	2.345.860
Coca-Cola Hbc Ag	17.414	595.830	Aegon Ltd.	111.780	661.848
Compass Group Plc	103.558	3.448.618	Aena SME SA	4.670	954.584
Croda Inter. Plc	11.054	468.482	Aeroports de Paris SA	2.332	269.732

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
Para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2024

24. Lista de aplicações financeiras avaliadas através dos resultados (continuação)

Títulos	Unidade	Valor Justo	Títulos	Unidade	Valor Justo
Ageas SA/NV	6.122	296.047	Endesa SA	24.270	520.978
AIB Group plc	110.615	608.217	Enel SpA	558.589	3.982.993
Air Liquide SA	54.532	8.836.095	Engie SA	135.258	2.142.913
Airbus SE	35.797	5.731.422	Eni SpA	243.565	3.297.414
Akzo Nobel NV	8.817	529.175	Erste Group Bank AG	22.592	1.388.201
Allianz SE (Registered)	33.576	10.277.405	EssilorLuxottica SA	21.217	4.561.309
Alstom SA	29.349	654.924	Eurazeo SE	2.870	213.233
Amadeus IT Group SA	25.654	1.779.836	Eurofins Scientific SE	9.870	503.967
Amplifon SpA	9.294	238.770	Euronext NV	3.598	400.888
Amundi SA	3.155	209.742	Evonik Industries AG	13.503	233.995
Anheuser-Busch InBev SA/NV	60.265	3.003.524	EXOR NV	6.583	603.618
ArcelorMittal SA	32.858	759.426	Ferrari NV	12.743	5.439.134
Argenx SE	3.649	2.263.345	Ferrovial SE	29.395	1.219.976
Arkema SA	3.622	273.980	FinecoBank Banca Fineco SpA	31.647	550.216
ASM Inter. NV	4.754	2.750.842	Flutter Entertainment plc	3.037	572.199
ASML Holding NV	32.832	23.050.329	Fortum OYJ	31.917	447.663
ASR Nederland NV	19.689	930.914	Fresenius Medical Care AG	15.022	685.210
AXA SA	155.942	5.535.464	Fresenius SE & Co. KGaA	28.168	976.543
Banco Bilbao Viz. Arg. SA	522.175	5.110.812	Galp Energia SGPS SA	64.921	1.070.905
Banco BPM SpA	115.028	930.499	Gaztransport Et Technigaz SA	7.926	1.055.468
Banco de Sabadell SA	333.848	643.001	GEA Group AG	9.430	467.732
Banco Santander SA	1.123.902	5.155.636	Gecina SA	2.339	219.073
Bank of Ireland Group plc	75.980	687.167	Generali	92.747	2.618.037
BASF SE	63.345	2.788.062	Getlink SE	19.738	314.858
Bayer AG (Registered)	63.944	1.277.930	Grifols SA	27.417	259.715
Bayerische Motoren Werke AG	26.924	2.173.188	Groupe Bruxelles Lambert NV	6.552	446.087
BE Semiconductor Industries NV	4.836	662.516	Hannover Rueck SE	4.612	1.152.383
Bechtle AG	6.318	203.858	Heidelberg Materials AG	11.989	1.479.201
Beiersdorf AG	6.925	885.957	Heineken Holding NV	6.394	382.031
BioMerieux	2.693	287.505	Heineken NV	17.248	1.223.074
BNP Paribas SA	85.842	5.261.363	Henkel AG & Co. KGaA	37.917	3.234.472
Bollore SE	35.844	219.358	Hermes Inter. SCA	2.680	6.441.100
Bouygues SA	10.535	311.343	HOCHTIEF AG	6.888	920.809
BPER Banca SpA	35.436	224.714	Iberdrola SA	633.168	8.720.085
Brenntag SE	10.914	656.162	IMCD NV	5.406	795.184
Bureau Veritas SA	48.060	1.451.180	Industria de Diseno Textil SA	112.249	5.769.848
CaixaBank SA	364.017	1.964.609	Infineon Technologies AG	108.310	3.546.341
Capgemini SE	10.573	1.721.627	Infrastrut. Wireless Italiane SpA	26.813	271.540
Carl Zeiss Meditec AG	3.099	147.037	ING Groep NV	252.668	3.958.579
Carrefour SA	39.641	561.130	InPost SA	27.899	470.320
Cellnex Telecom SA	34.609	1.093.406	Intesa Sanpaolo SpA	1.090.400	4.361.184
Cie de Saint-Gobain SA	45.596	4.046.296	Ipsen SA	3.319	380.456
Cie GE Michelin SCA	53.163	1.750.599	JDE Peet's NV	3.695	63.247
CNH Industrial NV	70.108	778.964	Jeronimo Martins SGPS SA	37.542	713.740
Commerzbank AG	75.839	1.230.193	KBC Group NV	23.091	1.781.828
Continental AG	7.657	513.471	Kering SA	4.868	1.199.714
Covestro AG	11.817	703.599	Kerry Group plc	17.681	1.699.045
Covivio SA	5.158	260.432	Kesko OYJ	19.677	371.752
Credit Agricole SA	74.049	1.019.047	Kingspan Group plc	12.890	939.671
CTS Eventim AG & Co. KGaA	3.978	337.158	Klepierre SA	21.730	625.539
Daimler Truck Holding AG	40.773	1.554.557	Knorr-Bremse AG	6.845	496.514
Danone SA	49.263	3.302.506	Kone OYJ	20.786	1.010.978
Dassault Aviation SA	1.881	384.101	Koninklijke Ahold Delhaize NV	66.546	2.169.925
Dassault Systemes SE	37.924	1.313.199	Koninklijke KPN NV	682.245	2.476.159
Davide Campari-Milano NV	44.461	276.512	Koninklijke Philips NV	53.564	1.353.359
Delivery Hero SE	11.170	311.602	La Francaise des Jeux SACA	3.742	144.144
Deutsche Bank AG	131.941	2.275.898	LEG Immobilien SE	5.270	445.735
Deutsche Boerse AG	14.626	3.372.841	Legrand SA	30.383	2.948.581
Deutsche Lufthansa AG	52.378	335.621	Leonardo SpA	42.955	1.150.250
Deutsche Post AG	62.080	2.181.794	L'Oreal SA	21.125	7.464.822
Deutsche Telekom AG	341.325	10.182.665	Lotus Bakeries NV	57	633.912
DiaSorin SpA	987	101.734	LVMH SE	21.861	14.385.855
D'ieteren Group	2.521	419.507	Mediobanca B. di Credito Fin. SpA	58.723	855.868
Dr Ing hc F Porsche AG	8.851	533.965	Mercedes-Benz Group AG	55.914	3.102.805
DSM-Firmenich AG	11.734	1.182.006	Merck KGaA	10.347	1.490.362
E.ON SE	170.237	1.986.680	Metso OYJ	30.262	281.964
Edenred SE	14.531	477.738	Moncler SpA	15.454	815.493
EDP Renovaveis SA	18.020	182.865	MTU Aero Engines AG	3.120	1.037.720
EDP SA	272.170	871.143	Muenchener R. Gesellschaft AG	13.217	6.662.444
Eiffage SA	7.277	638.393	Nemetschek SE	5.298	512.948
Elia Group SA/NV	3.178	244.837	Neste OYJ	24.920	311.333
Elisa OYJ	8.188	353.730			

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
Para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2024

24. Lista de aplicações financeiras avaliadas através dos resultados (continuação)

Títulos	Unidade	Valor Justo	Títulos	Unidade	Valor Justo
Nexans SA	3.301	354.466	Canadá		
Nexi SpA	28.689	159.232	Agnico Eagle Mines Ltd.	33.974	2.654.470
NN Group NV	29.690	1.293.400	Air Canada	18.010	278.503
Nokia OYJ	329.789	1.455.970	Alimentation Couche-Tard,	68.551	3.795.519
Nordea Bank Abp	74.360	807.343	AltaGas Ltd.	51.678	1.200.502
OMV AG	17.095	659.218	ARC Resources Ltd.	53.240	962.851
Orange SA	117.537	1.170.116	Bank of Montreal	52.101	5.045.632
Orion OYJ	9.432	417.630	Bank of Nova Scotia	87.011	4.667.570
Pernod Ricard SA	13.994	1.577.322	Barrick Gold	123.813	1.912.034
Porsche Automobil Holding SE	11.508	434.358	BCE,	11.766	272.429
Poste Italiane SpA	30.687	432.794	Brookfield Asset Mgmt Ltd.	36.114	1.952.346
Prosus NV	100.944	4.005.494	Brookfield	105.772	6.051.994
Prysmian SpA	26.641	1.699.896	Brookfield Renewable	13.061	360.535
Publicis Groupe SA	18.137	1.923.160	CAE,	15.289	383.979
Puma SE	7.031	322.312	Cameco	27.328	1.400.793
QIAGEN NV	11.001	488.526	Canadian Apartment Properties	6.140	181.826
Randstad NV	7.700	324.595	Canadian Imp. Bank of		
Rational AG	399	340.034	Commerce	72.476	4.571.199
Recordati Ind. Chimica e Farma	23.510	1.231.837	Canadian National Railway Co.	45.718	4.622.026
Redeia SA	63.345	1.082.297	Canadian Natural Resources Ltd.	155.450	4.788.232
Renault SA	17.088	832.532	Canadian Pacific Kansas City		
Repsol SA	138.123	1.669.118	Ltd.	48.491	3.506.511
Rexel SA	42.505	1.082.743	Canadian Tire Ltd.	4.132	433.397
Rheinmetall AG	2.763	1.762.429	Canadian Utilities Ltd.	5.438	131.356
RWE AG	45.632	1.350.933	CCL Industries,	10.116	518.602
Safran SA	21.232	4.645.586	Celestica,	13.615	1.249.604
Saipem SpA	131.981	342.759	Cenovus Energy,	101.730	1.541.299
Sampo OYJ	25.472	1.036.059	CGI,	13.046	1.424.157
Sanofi SA	93.095	8.999.892	Constellation Software,	1.784	5.500.158
SAP SE	85.302	20.859.182	Descartes Systems Group,	4.592	515.395
Sartorius AG	1.594	352.400	Dollarama,	39.872	3.881.296
Sartorius Stedim Biotech	1.870	362.394	Element Fleet Mgmt.	27.026	544.955
Schneider Electric SE	52.433	13.079.514	Emera,	16.351	609.951
Scout24 SE	5.415	476.615	Empire Co. Ltd.	9.522	289.659
SEB SA	2.118	191.904	Enbridge,	186.853	7.918.711
Shell plc	44.142	1.376.528	Fairfax Financial Hold. Ltd.	2.130	2.957.593
Siemens AG (Registered)	65.820	12.866.605	First Quantum Minerals Ltd.	38.625	496.845
Siemens Energy AG	47.623	2.473.571	FirstService	2.421	420.839
Siemens Healthineers AG	20.272	1.075.193	Fortis,	30.908	1.282.138
Snam SpA	178.596	790.972	Franco-Nevada	12.849	1.491.992
Societe Generale SA	60.287	1.690.216	George Weston Ltd.	8.397	1.301.004
Sodexo SA	5.383	443.419	GFL Environmental,	12.470	546.245
Sofina SA	1.293	291.613	Gildan Activewear,	12.138	565.461
Stellantis NV	161.589	2.111.610	Great-West Lifeco,	35.810	1.182.960
STMicroelectronics NV	58.942	1.481.611	Hydro One Ltd.	68.767	2.111.494
Stora Enso OYJ	40.737	410.442	iA Financial ,	7.162	661.920
Syensqo SA	4.553	329.553	IGM Financial,	7.580	241.282
Symrise AG	10.714	1.133.842	Imperial Oil Ltd.	13.095	806.259
Talanx AG	8.782	743.415	Intact Financial	11.971	2.173.958
Telecom Italia SpA	879.829	224.304	Ivanhoe Mines Ltd.	34.111	402.729
Telefonica SA	311.843	1.271.310	Keyera	18.987	578.112
Teleperformance SE	3.959	340.262	Kinross Gold	83.344	771.317
Tenaris SA	67.658	1.265.982	Loblaw Cos. Ltd.	32.820	4.309.137
Terna - Rete Elettrica Nazionale	313.247	2.471.030	Lundin Mining	57.323	491.841
Thales SA	7.430	1.066.741	Magna Inter.,	23.189	966.128
TotalEnergies SE	177.898	9.827.784	Manulife Financial	171.520	5.261.759
UCB SA	10.414	2.072.627	MEG Energy	36.590	599.657
Unibail-Rodamco-Westfield	11.917	897.369	Metro,	23.492	1.469.924
UniCredit SpA	139.918	5.580.974	National Bank of Canada	34.672	3.153.074
Unilever plc	34.906	1.979.309	Nutrien Ltd.	29.607	1.321.631
Universal Music Group NV	58.526	1.488.426	Onex	7.137	555.844
UPM-Kymmene OYJ	29.762	818.849	Open Text	14.216	401.314
Veolia Environnement SA	62.263	1.747.872	Pan American Silver	20.996	424.387
Verbund AG	7.144	523.011	Parkland	13.890	313.592
Vinci SA	39.107	4.035.761	Pembina Pipeline	35.666	1.317.078
Volkswagen AG	14.169	1.307.569	Power of Canada	48.507	1.509.309
Vonovia SE	51.303	1.562.384	Quebecor,	16.622	362.906
Warehouses De Pauw CVA	11.252	221.261	RB Global,	11.908	1.056.502
Wartsila OYJ Abp	49.921	885.504	Restaurant Brands Int.	21.800	1.417.258
Wolters Kluwer NV	19.361	3.208.733	Rogers Communications,	38.839	1.188.773
Zalando SE	16.776	565.966	Royal Bank of Canada	125.185	15.081.911
		436.931.309	Saputo,	18.479	319.676

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
Para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2024

24. Lista de aplicações financeiras avaliadas através dos resultados (continuação)

Títulos	Unidade	Valor Justo	Títulos	Unidade	Valor Justo
Shopify,	88.266	9.359.314	Nice Ltd.	4.463	760.767
Stantec,	9.554	744.019	Teva Pharma. Industries Ltd.	20.189	448.866
Sun Life Financial,	48.687	2.884.591			5.944.253
Suncor Energy,	92.479	3.292.258	Nova Zelândia		
TC Energy	64.514	2.998.721	Auckland Inter.	107.966	519.591
Teck Resources Ltd.	33.081	1.338.697	Fisher & Paykel	51.318	1.096.847
TELUS	41.467	563.388	Infratil Ltd	32.374	228.533
TFI International,	5.945	799.032	Mercury Nz Ltd	142.191	466.026
Thomson Reuters	9.839	1.560.476	Meridian Energy Ltd	246.553	816.356
TMX Group Ltd.	21.135	649.392			3.127.353
Toromont Industries Ltd.	8.912	701.397	Noruega		
Toronto-Dominion Bank	141.119	7.509.273	Aker Bp Asa	22.766	444.200
Tourmaline Oil	24.122	1.112.175	Dnb Bank Asa	56.587	1.130.509
Waste Connections,	4.656	793.093	Equinor Asa	53.185	1.241.663
West Fraser Timber Co. Ltd.	4.465	375.095	Gjensidige Forsikring Asa	13.034	230.673
Wheaton Precious Metals	32.091	1.800.683	Kongsberg Gruppen Asa	10.278	1.158.355
WSP Global,	7.937	1.393.583	Mowi Asa	47.319	811.402
		170.556.527	Norsk Hydro Asa	96.981	534.032
Dinamarca			Orkla Asa	62.559	541.460
Ap Moller - Maersk A/S	516	838.726	Salmar Asa	10.591	504.029
Carlsberg As	8.511	814.747	Telenor Asa	36.217	404.666
Coloplast A/S	10.565	1.152.209	Yara Inter. Asa	10.739	284.234
Danske Bank A/S	64.767	1.824.765			7.285.223
Demant A/S	11.635	425.876	Singapura		
Dsv A/S	11.439	2.421.511	CapitaLand Investment Ltd.	108.900	209.147
Genmab A/S	4.880	1.010.342	CapitaLand Integrated Com	437.627	619.132
Novo Nordisk A/S	279.512	24.075.385	CapitaLand Ascendas REIT	339.695	637.457
Novonosis (Novozymes) B	27.485	1.551.031	DBS Group Holdings Ltd.	174.123	5.580.309
Orsted As	14.946	671.798	Genting Singapore Ltd.	372.900	209.110
Pandora A/S	7.966	1.459.003	Keppel Ltd.	128.200	640.906
Rockwool A/S	638	225.731	OC Banking	281.867	3.446.373
Tryg A/S	27.161	571.763	Sembcorp Industries Ltd.	135.100	545.669
Vestas Wind Systems A/S	57.033	781.495	Singapore Airlines Ltd.	97.750	461.450
Zealand Pharma A/S	4.047	402.081	Singapore Exchange Ltd.	75.100	699.693
		38.226.463	Singapore Tech. Eng. Ltd.	235.000	801.019
Hong Kong			Singapore Tel Ltd.	534.000	1.205.630
AIA Group Ltd.	905.000	6.559.195	United Overseas Bank Ltd.	99.063	2.637.420
BOC Hong Kong Hold. Ltd.	238.000	762.904	Wilmar Inter. Ltd.	214.800	486.536
CK Asset Hold. Ltd.	96.556	395.897	Yangzijiang S Holdings	488.100	1.066.221
CK Hutchison Hold. Ltd.	150.240	802.652			19.246.072
CK Infrastructure Hold. Ltd.	78.000	579.381	Suécia		
CLP Holdings Ltd.	125.000	1.049.987	AddTech AB	20.358	553.849
Galaxy Entertainment Group Ltd.	142.000	602.334	Alfa Laval AB	19.162	799.309
Hang Seng Bank Ltd.	50.600	622.407	Assa Abloy AB	89.339	2.630.222
Henderson Land Development	83.953	255.060	Atlas Copco AB	357.861	5.199.781
Hong Kong & China Gas Co. Ltd.	1.245.119	995.396	Beijer Ref AB	26.080	382.493
HK Exchanges & Clearing Ltd.	99.475	3.775.157	Boliden AB	22.725	638.194
HSBC Holdings plc	38.000	370.806	Epiroc AB	79.965	1.325.021
HKT Trust & HKT Ltd.	259.040	320.134	EQT AB	19.620	542.650
Link REIT	190.888	807.249	Essity AB	44.190	1.180.613
MTR Ltd.	101.866	354.068	Evolution AB	13.201	1.018.637
Power Assets Holdings Ltd.	128.000	893.106	Fastighets AB Balder	57.683	399.684
Sands China Ltd.	139.600	374.701	Getinge AB	17.722	291.350
Sino Land Co. Ltd.	260.806	263.561	H & M Hennes & Mauritz AB	50.618	679.839
SITC Int. Holdings Co. Ltd.	93.000	247.826	Hexagon AB	152.178	1.450.954
Sun Hung Kai Properties Ltd.	83.500	801.898	Holmen AB	3.681	134.857
Swire Pacific Ltd.	41.000	371.842	Industrivarden AB	23.992	756.791
Techtronic Industries Co. Ltd.	114.000	1.502.790	Indutrade AB	26.041	648.595
WH Group Ltd.	1.089.087	842.618	Investment AB Latour	10.696	266.595
Wharf Holdings Ltd.	43.000	119.568	Investor AB	125.436	3.314.914
Wharf Real Estate	138.000	352.818	L E Lundbergforetagen AB	6.467	292.644
		24.023.355	Lifco AB	22.253	643.669
Israel			Nibe Industrier AB	87.595	344.854
Azrieli Group Ltd.	2.335	192.765	Nordea Bank Abp	127.674	1.390.066
Bank Hapoalim BM	94.528	1.142.020	Saab AB	22.888	481.716
Bank Leumi Le-Israel BM	126.611	1.505.996	Sagax AB	11.987	244.747
Elbit Systems Ltd.	2.462	640.763	Sandvik AB	74.126	1.324.966
ICL Group Ltd.	52.468	258.045	Securitas AB	35.710	440.992
Israel Discount Bank Ltd.	63.935	434.814	Skandinaviska Enskilda Banken AB	150.209	2.057.527
Mizrahi Tefahot Bank Ltd.	12.952	560.217			

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
Para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2024

24. Lista de aplicações financeiras avaliadas através dos resultados (continuação)

Títulos	Unidade	Valor Justo	Títulos	Unidade	Valor Justo
Skanska AB	24.507	514.349	Helvetia Holding AG	1.089	179.407
SKF AB	19.116	357.952	Holcim AG	45.456	4.381.833
Svenska Cellulosa AB SCA	34.044	431.664	Julius Baer Group Ltd.	14.714	952.087
Svenska Handelsbanken AB	91.649	945.583	Kuehne + Nagel Inter. AG	3.394	778.233
Swedbank AB	61.253	1.207.404	Logitech Inter. SA	14.524	1.202.627
Swedish Orphan Biovitrum	15.161	434.965	Lonza Group AG	5.059	2.989.904
Tele2 AB	43.173	425.508	Nestle SA	219.874	18.157.650
Tel. LM Ericsson	208.669	1.692.505	Novartis AG	166.026	16.246.274
Telia Co. AB	213.755	591.397	Partners Group Holding AG	1.962	2.661.825
Trelleborg AB	13.943	476.239	Roche Holding AG	65.049	18.360.649
Volvo AB	129.843	3.146.599	Sandoz Group AG	33.867	1.388.313
Zalando SE	2.614	88.323	Schindler Holding AG	3.724	1.028.132
		39.748.017	Schindler Holding AG	1.229	334.966
Suíça			SGS SA	10.089	1.011.294
ABB Ltd.	167.539	9.069.753	SIG Group AG	22.096	435.459
Adecco Group AG	11.700	288.417	Sika AG	10.725	2.552.698
Alcon AG	35.928	3.047.884	Sonova Holding AG	4.277	1.396.957
Avolta AG	6.591	264.149	Straumann Holding AG	8.653	1.090.397
Bachem Holding AG	2.968	189.624	Swatch Group AG	2.205	401.462
Baloise Holding AG	2.735	495.242	Swiss Life Holding AG	2.251	1.737.710
Banque Cantonale Vaudoise	1.204	110.868	Swiss Prime Site AG	4.525	493.069
Barry Callebaut AG	287	380.978	Swiss Re AG	19.720	2.853.824
BKW AG	1.426	236.342	Swisscom AG	1.448	805.288
Chocoladefabriken Lindt & Spg	121	1.339.178	Swissquote Group Holding	845	324.294
Chocoladefabriken Lindt & Spg	7	764.690	Temenos AG	4.427	312.882
Cie Financiere Richemont SA	37.158	5.654.166	UBS Group AG	276.676	8.462.851
Clariant AG	14.841	165.073	VAT Group AG	2.523	953.798
EMS-Chemie Holding AG	417	281.144	Zurich Insurance Group Ag	13.978	8.307.366
Galderma Group AG	1.689	187.565			126.622.272
Geberit AG	2.338	1.327.081			
Givaudan SA	690	3.018.869	Total de títulos de ações		5.674.825.801

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
Para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2024

24. Lista de aplicações financeiras avaliadas através dos resultados (continuação)

(c) Títulos de dinheiro de mercado

Títulos	Unidade	Valor Justo	Títulos	Unidade	Valor Justo
Títulos de dinheiro de mercado					
			Sell_CHF;Buy_USD 03/01/2025	80.628.263	2.504.125
Títulos de Tesouro Australiano	15.300.000	9.437.756	Venda_NZD;Compra_USD 03/01/2025	64.524.402	3.345.102
Títulos de Tesouro Europeu	76.800.000	6.787.052	Venda_CAD;Compra_USD 3/01/2025	126.338.054	3.406.612
Títulos de Tesouro de Reino Unido	3.200.000	3.994.687	Venda_AUD;Compra_USD 3/01/2025	128.350.309	6.130.099
Títulos de Tesouro de Outras Nações	45.300.000	31.948.744	Venda_JPY;Compra_USD 07/01/2025	140.541.318	6.855.864
		52.168.239	Venda_EUR;Compra_USD 03/01/2025	398.238.432	8.372.682
					39.568.516

(d) Derivados

Títulos	Unidade	Valor Justo	Títulos	Unidade	Valor Justo
Venda_HKD;Compra_USD 04/02/2025	7.599.367	1.712	Compra_EUR;Venda_USD 3/01/2025	376.500.000	.347.870)
Venda_CHF;Compra_USD 04/02/2025	78.537.096	12.053	Compra_DKK;Venda_USD 3/01/2025	531.000.000	(246.958)
Venda_USD;Compra_CAD 03/01/2025	176.800.000	34.557	Compra_JPY;Venda_USD 07/01/2025	21.000.000.000	(163.730)
Venda_GBP;Compra_USD 04/02/2025	77.127	62.108	Compra_NZD;Venda_USD 3/01/2025	109.200.000	(145.564)
Compra_NOK;Compra_USD 04/02/2025	33.608.204	64.032	Compra_SEK;Venda_USD 03/01/2025	464.500.000	(103.208)
Venda_SGD;Compra_USD 04/02/2025	102.473.934	75.097	Compra_AUD;Venda_USD 3/01/2025	197.400.000	(92.778)
Venda_AUD;Compra_USD 04/02/2025	22.626.914	91.575	Compra_SGD;Venda_USD 3/01/2025	139.700.000	(82.639)
Venda_SEK;Compra_USD 04/02/2025	41.304.548	98.647	Compra_NOK;Venda_USD 3/01/2025	386.000.000	(65.001)
Venda_NZD;Compra_USD 04/02/2025	61.446.337	141.998	Compra_GBP;Venda_USD 3/01/2025	95.100.000	(63.717)
Compra_JPY;Compra_USD 04/02/2025	134.613.662	151.082	Compra_USD;Venda_CAD 4/02/2025	123.177.598	(43.742)
Venda_DKK;Compra_USD 04/02/2025	73.388.568	240.470	Compra_CHF;Venda_USD 3/01/2025	70.800.000	(20.108)
Venda_SEK;Compra_USD 03/01/2025	42.24.901	585.848	Compra_USD;Venda_HKD 3/01/2025	7.582.420	(12.892)
Venda_NOK;Compra_USD 03/01/2025	34.869.510	882.708	Compra_HKD;Venda_USD 3/01/2025	59.000.000	(1.985)
Venda_EUR;Compra_USD 04/02/2025	88.898.866	1.320.273			(2.390.192)
Compra_GBP;Compra_USD 03/01/2025	120.710.906	1.607.665			
Venda_DKK;Compra_USD 03/01/2025	75.359.550	1.625.935	Total dos derivados		37.178.324
Sell_SGD;Buy_USD 03/01/2025	104.362.611	1.958.272			

**Anexo III: Declaração sobre as políticas contabilísticas do Fundo
Petrolífero para o ano fiscal de 2024**



REF NO: 477 /IX/DGT-MF/6/2025

5/Junho/2025

Declaração do Tesouro sobre as Políticas Contabilísticas do Fundo Petrolífero para o Ano Fiscal de 2024

A presente declaração sobre as Políticas Contabilísticas do Fundo Petrolífero de acordo com a Lei do Fundo Petrolífero nº 9/2005, de 3 de agosto, conforme alterada pela Lei nº 12/2011, de 28 de setembro, e pela Lei nº 2/2022, de 10 de fevereiro de 2022. Pode ser mantida para os registos do Fundo Petrolífero.

Em conformidade com o Artigo 21 da Lei do Fundo Petrolífero, as Demonstrações Financeiras do Fundo Petrolífero para o Ano Fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2024 foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), que permaneceram em vigor durante o Ano Fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Durante o Ano Fiscal de 2024, o Fundo Petrolífero adotou todas as IFRS novas e revisadas que eram relevantes. A adoção dessas IFRS novas e revisadas não teve um impacto significativo.

As normas contabilísticas anteriormente adotadas continuaram a ser aplicadas.


Regina de Jesus de Sousa
Diretora-Geral do Tesouro

Anexo IV: Comparação dos rendimentos derivados do investimento dos ativos do Fundo Petrolífero com os rendimentos dos três anos fiscais anteriores

(de acordo com o Artigo 24.1 (e) da Lei do Fundo Petrolífero n.º 9/2005, de 3 de agosto, alterada pela Lei n.º 12/2011, de 28 de setembro, e pela Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro),

Por favor, consulte as Demonstrações Financeiras Auditadas para obter detalhes.

Tabela 20 – Rendimento Anual do Fundo Petrolífero por Ano Fiscal

2024	2023	2022	2021
US\$ 1.200.298.012	US\$ 1.678.704.161	US\$ (2.050.438.544)	US\$ 1.144.334.490

Anexo V: Comparação do retorno nominal do investimento dos ativos do Fundo Petrolífero com os retornos reais após ajuste para a inflação

(de acordo com o Artigo 24.1 (f) da Lei do Fundo Petrolífero n.º 9/2005, de 3 de agosto, alterada pela Lei n.º 12/2011, de 28 de setembro, e pela Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro).

Tabela 21 – Retorno nominal e real do Fundo Petrolífero

Retorno	2024	2023	2022	2021
Retorno nominal	6,8%	10,0%	-10,4%	6,3%
Inflação ¹⁵	2,9%	3,4%	6,5%	7,0%
Retorno real	3,8%	6,4%	-15,8%	-0,7%

O retorno nominal do Fundo Petrolífero em 2024 foi de 6,8%. O retorno real do Fundo no ano foi de 3,8%, após o ajuste para a inflação dos EUA de 2,9%.

15 O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) dos EUA foi utilizado no cálculo do retorno real da carteira. Fonte: Departamento de Trabalho dos EUA – Bureau of Labor Statistics (www.bls.gov).

Anexo VI: Comparação do retorno nominal do investimento dos ativos do Fundo Petrolífero com o desempenho do índice de referência

(de acordo com o Artigo 24.1 (g) da Lei do Fundo Petrolífero n.º 9/2005, de 3 de agosto, alterada pela Lei n.º 12/2011, de 28 de setembro, e pela Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro).

Figura 24 – Retorno Mensal do Fundo Petrolífero (jan – dez 2024)

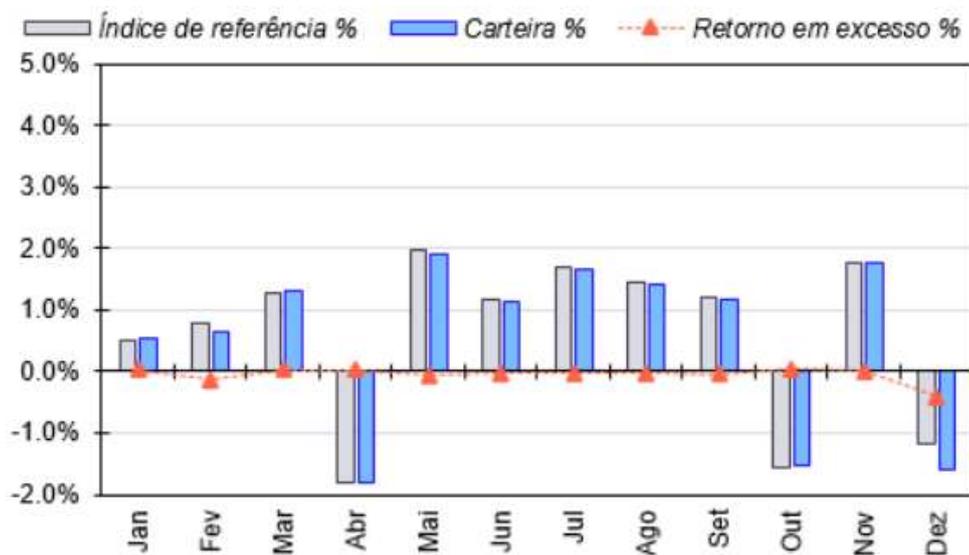


Tabela 22 – Retorno Mensal do Fundo Petrolífero (jan – dez 2024)

Período	Carteira	Índice de referência	Retorno em excesso
Janeiro	0,55%	0,52%	0,03%
Fevereiro	0,66%	0,79%	-0,13%
Março	1,30%	1,29%	0,02%
Abril	-1,79%	-1,82%	0,03%
Maio	1,91%	1,97%	-0,06%
Junho	1,13%	1,16%	-0,03%
Julho	1,65%	1,68%	-0,04%
Agosto	1,43%	1,46%	-0,02%
Setembro	1,16%	1,22%	-0,05%
Outubro	-1,51%	-1,54%	0,04%
Novembro	1,79%	1,78%	0,01%
Dezembro	-1,58%	-1,17%	-0,41%
Ano Fiscal de 2024	6,80%	7,47%	-0,67%

Anexo VII: Comparação do Rendimento Sustentável Estimado para o ano fiscal de 2024 com a soma das transferências do Fundo Petrolífero para o mesmo ano

(de acordo com o Artigo 24.1 (h) da Lei do Fundo Petrolífero n.º 9/2005, de 3 de agosto, alterada pela Lei n.º 12/2011, de 28 de setembro, e pela Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro).

O total de levantamentos do Fundo Petrolífero para o ano fiscal de 2024 foi de US\$ 1.300,0 milhões, o que representou US\$ 777,9 milhões de excesso acima do montante do Rendimento Sustentável Estimado (RSE) de US\$ 522,1 milhões projetado para o ano.

Para mais detalhes, consulte a Demonstração das Alterações no Capital e as Notas às Demonstrações Financeiras do anexo II.

Anexo VIII: Declaração do Tesouro sobre empréstimos contraídos



REF NO: 470 /IX/DGT-MF/6/2025

5/Junho/2025

Declaração do Tesouro sobre os Empréstimos do Governo de Timor-Leste para o Ano Fiscal de 2024

Esta declaração é feita de acordo com o requisito estipulado no Artigo 24.1 (i) da Lei do Fundo Petrolífero n° 9/2005, de 3 de agosto, conforme alterada pela Lei n° 12/2011, de 28 de setembro de 2011, e pela Lei n° 2/2022, de 10 de fevereiro de 2022, para informar se houve empréstimos pelo Governo de Timor-Leste em que os ativos do Fundo Petrolífero estão sendo usados como garantia, conforme detalhado no Artigo 20.2.

O Governo de Timor-Leste periodicamente negocia e celebra acordos com instituições financeiras internacionais, tais como Banco Mundial, Banco Asiático de Desenvolvimento, Agência de Cooperação Internacional do Japão e Facilidade Australiana de Financiamento de Infraestrutura para o Pacífico. Os ativos de Timor-Leste são usados para o pagamento de juros e principais desses empréstimos. De acordo com os termos e condições, esses contratos de empréstimo não possuem requisitos específicos de garantia que onerem os ativos do Fundo Petrolífero.

A Direção Geral da Gestão e Mobilização dos Recursos Externos do Ministério das Finanças confirmou que nenhum novo empréstimo foi assinado durante o ano fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2024. O valor total de todos os empréstimos comprometidos ou assinados até 31 de dezembro de 2024 totaliza aproximadamente \$1.024,57 mil milhões dólares americanos. Os empréstimos foram denominados em dólares americanos (USD), Direitos Especiais de Saque (SDRs) e lenes e variam de acordo com a taxa de câmbio vigente.

Regina de Jesus de Sousa
Diretora-Geral do Tesouro



Anexo IX: Lista de pessoas que exercem cargos relevantes para as operações e desempenho do Fundo Petrolífero

(de acordo com o Artigo 24.1 (j) da Lei do Fundo Petrolífero n.º 9/2005, de 3 de agosto, alterada pela Lei n.º 12/2011, de 28 de setembro, e pela Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro).

A lista das pessoas que exercem cargos relevantes para a operação e desempenho do Fundo Petrolífero é apresentada abaixo:

A. Ministra das Finanças

Sra. Santana J.R.F. Viegas Cardoso

Vice-Ministra das Finanças

Sra. Felícia Claudinanda da Cruz Carvalho

B. Diretora-Geral do Tesouro

Sra. Regina de Jesus de Sousa

C. Membros do Comité de Assessoria para o Investimento (CAI):

Nome	Posição e duração
Sr. Olgario de Castro	Presidente. Membro com voto desde 2008
Dr. Torres Trovik	Membro com voto desde 2006
Sr. Gualdino da Silva	Membro com voto desde 2012
Professor Michael Drew	Membro com voto desde 2017
Sr. Venancio Alves Maria	Representante do BCTL desde 2012
Sr. Filipe Nery Bernardo	Representante do MdF desde 2022

D. Gestor Operacional

- Banco Central de Timor-Leste (BCTL) – desde 12 de outubro de 2005.

E. Gestores Externos de Investimento

- Bank for International Settlements (BIS) – desde 3 de junho de 2009.
- Barings LLC – desde abril de 2023.
- Franklin Resources Inc (Franklin Templeton) – desde abril de 2023.
- Schroders Investment Management Limited – desde 8 de outubro de 2010.
- State Street Global Advisors (SSGA) – desde 14 de setembro de 2011 (a implementação teve início em janeiro de 2012).
- BlackRock Investment Management Australia Limited – desde abril de 2012 (a implementação teve início em fevereiro de 2013).

F. Custódia

- JP Morgan Chase Bank N.A.

G. Auditor Independente

- Ernst & Young (EY)

H. Governador do Banco Central de Timor-Leste

Sr. Helder Lopes

I. Conselho Consultivo do Fundo Petrolífero

O CCFP foi formalmente constituído em 6 de novembro de 2006. Os membros do CCFP para o ano financeiro de 2024 são os seguintes:

O **Sr. Juvinal Dias** é Presidente do CCFP. Ele juntou-se ao CCFP em dezembro de 2017, representando organizações da sociedade civil. Ele é um dos Comissários do Conselho de Governança do Greater Sunrise. Além disso, ele lidera o Core Group Transparency Timor-Leste. Publish What You Pay Timor-Leste e foi um pesquisador no Lao Hamutuk.

O **Sr. Nuno Eugénio Goulart** é Vice-Presidente do CCFP. Ele juntou-se ao CCFP em outubro de 2019, representando o Parlamento Nacional. Ele é Coordenador de Educação na PHD Australia.

A **Sra. Izilda Imanuela da Luz Pereira** é um ex-membro do Parlamento. Ela juntou-se ao CCFP em dezembro de 2017, representando o Parlamento Nacional. Ela ocupa uma posição importante no Conselho Jurídico e de Auditoria da AEMTL.

O **Pe. Mauzinho Pereira Lopes** juntou-se ao CCFP em setembro 2022. Ele é um padre católico e professor na Universidade Católica Timorense (UCT) e no Instituto Filosofia e Teologia (ISFIT).

O **Sr. Hernani Agostinho Soares** é membro do CCFP, representando o setor privado no CCFP desde outubro de 2019. Ele é Vice-Presidente da Câmara de Comércio de Timor-Leste e assessor ao Ministro do Turismo, Indústria e Comércio.

A **Sra. Martinha da Silva Jesus Pinto** juntou-se ao CCFP em outubro de 2019, representando organizações da sociedade civil. Ela é Diretora da ONG Feto Hadomi Família (FFHF).

Membros do Comité de Assessoria para o Investimento



O **Sr. Olgario de Castro** é Presidente do Comité de Assessoria para o Investimento. Ele está com o Fundo Petrolífero desde 2008. Ele é um cidadão timorense e contabilista certificado e sócio da prática De Castro Sullivan Lai em Darwin, Austrália. Suas áreas de especialização incluem impostos, contabilidade financeira e de gestão e auditoria.

Dr. Torres Trovik ajudou a estabelecer o Fundo Petrolífero em 2005 e é um membro do CAI desde o início. Ele é diretor não executivo e preside o comité de gestão de risco da Folketrydfondet, um fundo soberano de riqueza noruegês. Leciona como professor adjunto associado na Escola Norueguesa de Economia e atua como consultor na KLP, um fundo de pensão norueguês. Dr. Trovik também preside o Comité de Administração de Fundos da OCDE, coordenado a gestão de pensões para várias organizações internacionais. Sua ampla experiência abrange NBIM, Norges Bank, FMI e Banco Mundial, com foco na governação de fundos soberanos, estratégia de investimento e gestão.

Gualdino da Silva está com o Fundo Petrolífero como desde 2012. Possui qualificação em engenharia geológica pela RMIT e atualmente ocupa o cargo de Presidente de Autoridade Nacional do Petrolífero (ANP) desde setembro de 2023.

O **Professor Michael Drew** juntou-se com o Fundo Petrolífero em abril de 2017. Ele é Professor Emérito de Finanças na Griffith University e co-fundador da Drew, Walk & Co., uma empresa de economistas financeiros consultores com especialização em governança de investimentos e concepção de planos de pensão. Ele também atua como Vice-Presidente da CareSuper e é o Presidente do Comité de Investimento.

O **Sr. Venancio M. Alves** é o assessor senior no Banco Central de Timor-Leste. Ele foi Vice-Governador e Diretor Executivo do Fundo Petrolífero no Banco Central. Ele é um cidadão timorense com muitas experiências na gestão dos investimentos do Fundo Petrolífero. Ele é um membro sem voto no CAI, representando o Gestor Operacional (BCTL) e nomeado pelo Governador do Banco Central.

O **Sr. Filipe Nery Bernardo** juntou-se com o Fundo Petrolífero em setembro de 2009 como analista e tem vindo a liderar e coordenar os trabalhos no GPGFP (Gabinete de Política e Gestão do Fundo Petrolífero) no Ministério das Finanças desde 2012. Ele é também o representante do Ministério das Finanças no Grupo de Trabalho Multilateral da Iniciativa para a Transparência nas Indústrias Extrativas (EITI) de Timor-Leste. Ele é um membro sem voto no CAI, como suplente nomeado à Diretora-Geral do Tesouro a partir de fevereiro de 2022.

Anexo X: Declaração sobre o total dos levantamentos em comparação com o montante de dotação aprovado

(de acordo com o Artigo 7.2 da Lei do Fundo Petrolífero. Lei n.º 9/2005, de 3 de agosto, alterada pela Lei n.º 12/2011, de 28 de setembro, e pela Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro).

De acordo com o Artigo 7.2 da Lei do Fundo Petrolífero. Lei n.º 9/2005, de 3 de agosto, alterada pela Lei n.º 12/2011, de 28 de setembro, e pela Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro, Lei do Enquadramento do Orçamento Geral do Estado e Gestão das Finanças Públicas, o montante total transferido a partir do Fundo Petrolífero para um ano fiscal não deve exceder o montante de apropriação aprovada pelo Parlamento para o ano fiscal.

De acordo com o Artigo 4.1 da Lei n.º 21/2023, de 27 de dezembro, sobre o Orçamento Geral do Estado para 2024, o montante transferido do Fundo Petrolífero para o Orçamento Geral do Estado para 2024 não deve exceder US\$1.377,5 milhões.

O montante total efetivamente transferido do Fundo Petrolífero para o Fundo Consolidado de Timor-Leste em 2024 foi de US\$1.300,0 milhões.

O montante total transferido do Fundo Petrolífero para 2024 estava em conformidade com o Artigo 7.2 da Lei do Fundo Petrolífero.

Anexo XI: Relatório do Artigo 35 sobre as receitas do Fundo Petrolífero de Ernst & Young



**Shape the future
with confidence**

Ernst & Young
9 The Esplanade
Perth WA 6000 Australia
GPO Box M939 Perth WA 6843

Tel: +61 8 9429 2222
Fax: +61 8 9429 2436
ey.com/au

Relatório de Compilação para o Ministério das Finanças, República Democrática de Timor-Leste relativo à Demonstração dos Recebimentos do Fundo Petrolífero para o ano findo em 31 de dezembro de 2024

Compilamos a Demonstração dos Recebimentos do Fundo Petrolífero que detalha os pagamentos feitos ao Fundo Petrolífero de Timor-Leste ("Fundo Petrolífero") para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, com base na informação que nos foi fornecida pela gestor operacional do Fundo Petrolífero, o Banco Central de Timor-Leste ("gestor operacional").

Realizámos este trabalho de compilação de acordo com a Norma Internacional de Serviços Relacionados 4410 (Revisada) *Trabalhos de Compilação*.

Aplicamos o nosso conhecimento em reporte contabilístico e financeiro para vos assistir na preparação e apresentação da Demonstração dos Recebimentos do Fundo Petrolífero. Cumprimos com os requisitos éticos relevantes, incluindo princípios de integridade, objetividade, competência profissional e de diligência.

A Autoridade Nacional do Petróleo e a Direção Nacional das Receitas Petrolíferas e Minerais do Autoridade Tributária de Timor-Leste são responsáveis por controlar que todos os pagamentos devidos ao abrigo da Lei do Fundo Petrolífero n.º 9/2005, de 3 de agosto de 2005, alterada pela Lei n.º 12/2011, de 28 de setembro de 2011, e pela Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro de 2022, (a "Lei do Fundo Petrolífero"), foram efetuados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A Demonstração dos Recebimentos do Fundo Petrolífero e a exatidão e a plenitude das informações utilizadas para a compilação da informação são da responsabilidade do gestor operacional.

Tendo em consideração que um trabalho de compilação não é um trabalho de segurança, não nos é exigida a verificação da exatidão e da plenitude da informação que nos foi fornecida pela gestão para compilar a Demonstração dos Recebimentos do Fundo Petrolífero. Consequentemente, não expressamos uma opinião de auditoria ou uma conclusão de revisão sobre a mesma.

Tal como indicado na Nota 1, a Demonstração dos Recebimentos do Fundo Petrolífero é preparada e apresentada de acordo com os requisitos previstos na Lei do Fundo Petrolífero. Deste a Demonstração dos Recebimentos do Fundo Petrolífero, destina-se apenas a essa finalidade e pode não ser adaptada para qualquer outro fim.

O nosso relatório de compilação destina-se exclusivamente à utilização pelo Ministério das Finanças, conforme exigido pela Lei do Fundo Petrolífero. Não assumimos qualquer responsabilidade para com qualquer outra parte por qualquer perda ou responsabilidade que a outra parte possa sofrer ou incorrer decorrente ou relacionada com o conteúdo do nosso relatório, a prestação do nosso relatório à outra parte ou a confiança no nosso relatório pela outra parte.

Ernst & Young
Perth
5 de junho de 2025

PETROLEUM FUND OF TIMOR-LESTE
STATEMENT OF PETROLEUM FUND RECEIPTS
FOR THE YEAR ENDED 31 DECEMBER 2024

Article 6.1(a) receipts	US\$
Baker Huges Aust Pty Ltd	354,548
BGP Inc., China National Petroleum Corporation	4,592
BU12 Australia Pty Ltd	2,568,732
BU13 Australia Pty Ltd	5,901,382
Callidus Process Solutions Pty Ltd	18,738
Caltech Unipessoal Lda	1,065,054
Catterpillar of Australia Pty Ltd	11,515
Chandler Macleod Group Limited	60,579
Clough Wood Pty Ltd	2,041,138
Compass Group (Australia) Pty Ltd	1,077,910
Competentia Pty Ltd	5,788
Conocophillips Timor Leste	3,417,491
ENI Australia Ltd	-
ENI JPDA 03-13 LTD	3,220,000
Eni JPDA 06-105 PTY LTD	48,987
ENI JPDA 11-105 Pty Ltd	1,685
ENI JPDA 11-106	39,707
ENI JPDA Pty Ltd	1,685
ENI Timor Leste Spa Branch	82,265
Finder Operation Pty Ltd	-
Haliburton Australia Pty Ltd	157,702
Hertel Modern Pty Ltd	144,953
Inpex Timor Sea Ltd	21,113
Jose Pedro da Costa	2,674
KG Timor Leste 4 Ltd	500
Konnekto Unip Lda	273,688
Konnekto Unip, Lda (CGA Tax)	16,832
Konnekto Unip, Lda (KKT P Tax)	4,508
Konnekto Unip, Lda. (BABCOCK P Tax)	4,716
KONNEKTO UNIPESOOAL LDA	57,231
KONNEKTO UNIPESOOAL LDA KKT PETROTAX	4,803
KONNEKTO UNIPESOOAL LDA(BABCOCK)	11,489
Laloran Marine Service Lda	620,489
Noble Drilling Offshore	172,540
Oceaneering Australia Pty Ltd	13,817
Offshore Service Australia Pty	1,207,148
Qantas Airways Limited	14,416
Santos (JPDA 91-12) Pty Ltd	-
Santos Ltd	4,850,057
Schulumberger Australia Pty Ltd	59,267
SGS Australia Pty Limited	173,284
Sodexo Timor Unipessoal, Lda	562
Solar Tubirnes Int. Co	4,912
Sunda Gas Timor Leste Sahul	85,423
Sundagas Banda Unip Lda	109,146
Taxpayers Adjustment (Audit confirmation)	-
Tidewater Offshore Operations Pte	36,612

**PETROLEUM FUND OF TIMOR-LESTE
STATEMENT OF PETROLEUM FUND RECEIPTS
FOR THE YEAR ENDED 31 DECEMBER 2024**

Timor Gap Chuditch Unip Lda	1,129,109
Timor Gap EP	333,732
TIMOR GAP EP (PSC 11-106)	3,036
TIMOR GAP EP (RAHANA BLK)	1,705
Timor Gap G Sunrise Unip Lda	8,168
Timor Gap Offshore Block Unip	-
Timor Gap Onsh Block Unip.Lda.	8,674
Timor Gap Onshore Block C	2,689
Timor Gap PSC 11-106 Unip Ld	2,025
Timor Gap Pualaca Unip	4,549
Timor Gap Pualaka Unip	9,921
Timor Resources Pty Ltd	159,247
Tokyo Timor Sea Resources Pty Ltd	3,486,935
Valmec Services Pty Ltd	61,170
Woodside Energy Ltd	39,688
Total Article 6.1(a) receipts per the Petroleum Fund for the year	33,220,326

PETROLEUM FUND OF TIMOR-LESTE
 STATEMENT OF PETROLEUM FUND RECEIPTS
 FOR THE YEAR ENDED 31 DECEMBER 2024

Article 6.1(b) receipts	US\$
2024 Article 6.1(b) receipts collected and paid per Autoridade Nacional do Petróleo (ANP)	41,988,629
Total Article 6.1(b) receipts per the Petroleum Fund for the year	41,988,629
Article 6.1(e) receipts	
Department Foreign Affairs & Trade (pipeline fees)	5,197,600
Sunda Gas Timor Leste Sahul	107,145
Santos Ltd	2,149,100
Eni JPDA 06-105 PTY LTD	485,000
Timor Resources Pty Ltd	60,180
Eni Australia Ltd	120,967
Santos JPDA 91-12 Pty Ltd	1,829,100
Finder Operation Pty Ltd	85,000
Timor Gap Offshore Block Unip	110,370
Total Article 6.1(e) receipts per the Petroleum Fund for the year	10,144,462
Summary of Receipts for the year ended 31 December 2024 per the Petroleum Fund	
Article 6.1(a) receipts	33,220,326
Article 6.1(b) receipts	41,988,629
Article 6.1(e) receipts	10,144,462
Total Article 6.1 receipts per the Petroleum Fund for the year	85,353,417

**PETROLEUM FUND OF TIMOR-LESTE
STATEMENT OF PETROLEUM FUND RECEIPTS
FOR THE YEAR ENDED 31 DECEMBER 2024**

Note 1 Basis of Preparation

The Statement of Petroleum Fund Receipts details the payments made to the Petroleum Fund of Timor-Leste ("the Petroleum Fund") for the year ended 31 December 2024 as required under article 35 of the Petroleum Fund Law No. 9/2005 dated 3 August 2005, as amended by Law No. 12/2011 dated 28 September 2011 and Law No. 2/2022 dated 10 February 2022 (the "Petroleum Fund Law").

The National Petroleum Authority and the National Directorate of Petroleum Tax Revenue are responsible for monitoring that all payments that should have been made under the Petroleum Fund Law have been made for the year ended 31 December 2024.

Banco Central de Timor-Leste, the operational manager of the Petroleum Fund of Timor-Leste is responsible for the accuracy and completeness of the information contained in the Statement of Petroleum Fund Receipts.

The petroleum receipts are received in US\$ and the Statement of Petroleum Fund Receipts is presented in US\$.

The petroleum receipts are recorded in the Statement of Petroleum Fund Receipts on a receipt basis. The Statement of Petroleum Fund Receipts include the following types of receipts for the financial year ended 31 December 2024:

- Article 6.1 (a) receipts - the gross revenue, including Tax Revenue, of Timor-Leste from any Petroleum Operations, including prospecting or exploration for, and development, exploitation, transportation, sale or export of petroleum, and other activities relating thereto
- Article 6.1 (b) receipts - any amount received by Timor-Leste from the Designated Authority pursuant to the Treaty
- Article 6.1 (d) - any amount received from direct or indirect participation of Timor-Leste in Petroleum Operations. There is no receipt under this category for the current financial year; and
- Article 6.1 (e) any amount received by Timor-Leste relating directly to petroleum resources not covered in paragraphs above.

Anexo XII: Pareceres prestados pelo Comit  de Assessoria para o Investimento

Comité de Assessoria para o Investimento

21 de fevereiro de 2024

Sua Excelência Sra. Santina J.R.F. Viegas Cardoso

Ministra das Finanças

Dili, Timor-Leste

Assunto: Assessoria do CAI sobre carteira de liquidez

Exma. Sra. Ministra,

Em primeiro lugar, agradecemos a Vossa Excelência pela vossa carta datada de 11 de dezembro de 2023. O CAI tomou nota das prioridades do Ministério das Finanças para o Fundo Petrolífero em 2024 e as incorporou nos nossos objetivos anuais. Discutiremos as prioridades do Fundo na reunião do CAI em 6 de março de 2024, à qual entendemos que Vossa Excelência poderá comparecer virtualmente.

Escrevemos para fornecer aconselhamento sobre uma alteração aos investimentos do Fundo Petrolífero, conforme previsto na Secção 16 da Lei do Fundo Petrolífero. O GPGFP do Ministério das Finanças avaliou uma proposta do BCTL para alterar a carteira de liquidez, que financia os próximos três anos de levantamentos do governo com investimentos de baixo risco. A proposta é alterar a estrutura atual da carteira de dois mandatos, nomeadamente. Cash (títulos do mercado monetário de 0-12 meses) e Títulos de Curto Prazo do Governo dos EUA (referenciados a Títulos do Governo dos EUA de 1-3 anos), para um único mandato que é referenciado a Títulos do Governo dos EUA de 0-3 anos. O gestor operacional acredita que a alteração proporciona mais flexibilidade, o que ajuda a preservar o capital. O GPGFP forneceu uma nota ao CAI sobre a proposta de alteração, a qual analisou os pesos dos dois mandatos desde que a segmentação foi introduzida em julho de 2021, e avaliou o desempenho do BCTL na gestão interna da carteira de liquidez.

Vossa Excelência, concordamos com a recomendação do GPGFP para emendar a carteira. Os requisitos específicos de relatório sobre este mandato, para além dos relatórios trimestrais atuais do BCTL, são exigidos ao Ministério das Finanças para monitorizar e compreender adequadamente as participações e o desempenho do mandato. Os novos parâmetros para o mandato estão incluídos no Anexo a esta carta, o qual foi revisto e acordado pelo BCTL e GPGFP. Notamos que outras secções no Anexo 1 do Acordo de Gestão Operacional também precisarão ser alteradas para refletir a alteração.

Procuramos a decisão de Vossa Excelência sobre este assunto. Excelência, se concordar, queira por favor instruir o BCTL para implementar as alterações associadas ao Anexo 1 do Acordo de Gestão Operacional

Agradecemos a Vossa Excelência por considerar este assunto.

Com os mais elevados cumprimentos,

Olgario de Castro

Presidente, Comité de Assessoria para o Investimento

Comité de Assessoria para o Investimento

Anexo – Parâmetros do Mandato de Liquidez

Carteira de Liquidez: MANDATO

Classe de Ativo	Caixa em Dólares Americanos e Títulos do Tesouro de Curto Prazo do Governo dos EUA
Alocação	O Ministério das Finanças instrui o BCTL sobre o valor do mandato no início de cada ano de acordo com o processo na Secção 1.4. A alocação inicial reflete os levantamentos esperados nos próximos três anos.
Referência	ICE Bank of America Merrill Lynch Índice de Títulos do Tesouro dos EUA de 0-3 Anos (código Bloomberg “G1QA Index”)
Instrumentos Elegíveis	<p>Depósitos ou instrumentos de dívida denominados em Dólar Americano com maturidade inferior de um ano e uma classificação de crédito mínima de grau de investimento ou equivalente. Isso inclui títulos do Tesouro do Governo dos EUA; Obrigações do Tesouro do Governo dos EUA; títulos emitidos por supranacionais; acordos de recompra e depósitos em bancos com uma classificação de emissor de curto prazo da S&P de A-1 ou equivalente; e depósitos no Bank for International Settlements (BIS) e títulos emitidos pelo BIS.</p> <p>Instrumentos de juros fixos do Governo dos EUA com maturidade de 0-3.5 anos. Instrumentos do BIS (FIXBIS e Instrumentos de Médio Prazo) com maturidade de 0-3.5 anos.</p>
Objetivo do Mandato	<p>O objetivo é financiar os levantamentos do Governo conforme são exigidos no ano orçamental corrente, e também considerar os levantamentos esperados no segundo e terceiro ano, através do investimento em aplicações de baixo risco e líquidos.</p> <p>A composição do mandato poderá ter de divergir do índice de referência após considerar o tempo e o volume dos levantamentos esperados ao longo do período de três anos, incluindo projeções da Tesouraria do Ministério das Finanças para os levantamentos no ano corrente. O gestor também tem a discricção de considerar diferenciais de rendimento.</p> <p>O mandato também é utilizado para cobrir as despesas de gestão do Fundo Petrolífero e recebe receitas de petróleo.</p>
Gestor Aprovado	Banco Central de Timor-Leste

Comité de Assessoria para o Investimento

Relatórios Internos

O BCTL fornecerá relatórios trimestrais sobre o desempenho e as participações relativos a este mandato ao Ministério das Finanças.

Comité de Assessoria para o Investimento

10 de setembro de 2024

Sua Excelência Sra. Santina J.R.F. Viegas Cardoso
Ministra das Finanças
Dili, Timor-Leste

Assunto: Imposto Retido na Fonte do Investimentos do Fundo Petrolífero

Exma. Sra. Ministra,

Dirigimo-nos a Vossa Excelência sobre uma questão importante que afeta os investimentos do Fundo Petrolífero: a questão do imposto retido na fonte.

O Banco Central de Timor-Leste (BCTL), na sua qualidade de gestor operacional do Fundo Petrolífero, apresentou ao Comité de Assessoria para o Investimento (CAI) um relatório preliminar sobre o imposto retido na fonte pago pelo Fundo. Os dados partilhados pelo BCTL ilustram os montantes significativos envolvidos. O BCTL comprometeu-se a trabalhar com o custodiante do Fundo para compilar um resumo detalhado da situação fiscal do Fundo por país, o potencial para futuras isenções, os métodos para as obter e os montantes em causa. Estes dados abrangentes serão partilhados com o Ministério das Finanças, o que permitirá ao Ministério avaliar se existe potencial para a obtenção de isenções adicionais.

Como Vossa Excelência sabe, a fiscalidade é uma questão complexa, e gerir as suas complexidades pode ser um desafio. As isenções adicionais poderão exigir a negociação de acordos para evitar a dupla tributação com os países de investimento. É fundamental que as instituições do Fundo tenham recursos suficientes para gerir estas complexidades de forma eficaz, incluindo o apoio de outros Ministérios, como o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Excelência, sugerimos respeitosamente que este assunto seja tratado como uma prioridade para o Fundo. O Comité de Assessoria para o Investimento está pronto para prestar a assistência necessária.

Agradecemos a sua atenção a esta importante questão.

Com os mais elevados cumprimentos,

Olgario de Castro
Presidente, Comité de Assessoria para o Investimento

Annex XIII: Implementação dos Princípios de Santiago pelo FPTL

FUNDO PETROLÍFERO DE TIMOR-LESTE

I IMPLEMENTAÇÃO DOS PRINCÍPIOS E PRÁTICAS GERALMENTE ACEITOS

“PRINCÍPIOS DE SANTIAGO”

O Fundo Petrolífero de Timor-Leste é um membro ativo do Fórum Internacional para os Fundos Soberanos (IFSWF) desde 2010. O alicerce do IFSWF são os "Princípios de Santiago", que consistem em 24 Princípios e Práticas Geralmente Aceitos para fundos soberanos. Os Princípios de Santiago foram concebidos para promover a boa governação, a responsabilização, a transparência e práticas de investimento prudentes, incentivando simultaneamente um diálogo mais aberto e uma compreensão mais profunda das atividades dos fundos soberanos.

Todos os membros do IFSWF subscrevem voluntariamente aos Princípios de Santiago e procuram implementá-los nas suas práticas de governação e investimento. Os membros do IFSWF efetuam regularmente uma autoavaliação da sua adesão aos Princípios de Santiago. O Fundo Petrolífero de Timor-Leste decidiu conduzir uma revisão anual da implementação dos Princípios de Santiago, a qual é publicada no Relatório Anual do Fundo Petrolífero e no sítio web da IFSWF. O Ministério das Finanças, o órgão executivo e responsável pela gestão global do Fundo Petrolífero, completou a décima quarta autoavaliação da adesão do Fundo aos Princípios de Santiago e os seus resultados são apresentados na tabela seguinte. As principais fontes são identificadas para cada princípio. Ao longo do documento é feita referência aos seguintes documentos formativos, que estão disponíveis no sítio do Ministério das Finanças em <https://www.mof.gov.tl/pagedetails/petroleum-fund-of-timor-leste>

A Lei do Fundo Petrolífero: Lei do Fundo Petrolífero n.º 9/2005, de 3 de agosto, conforme alterada pela Lei n.º 12/2011, de 28 de setembro.

O Acordo de Gestão Operacional do Fundo Petrolífero (OMA) assinado em 12 de outubro de 2005 e foi atualizado em 25 de junho de 2009 entre o Ministério das Finanças e o Banco Central de Timor-Leste (BCTL), o gestor operacional designado do Fundo Petrolífero.

A Lei do Fundo Petrolífero foi complementada por alterações à Lei das Atividades Petrolíferas n.º 13/2005, de 2 de setembro, 2ª alteração pela Lei n.º 6/2019, de 4 de dezembro e pela Lei do Enquadramento do Orçamento Geral do Estado e da Gestão Financeira Pública n.º 2/2022, de 10 de fevereiro.

O sítio do BCTL também fornece uma visão geral do Fundo Petrolífero e publica os Relatórios Mensais e Trimestrais do Fundo Petrolífero, contendo demonstrações financeiras auditadas.

<https://www.bancocentral.tl/en/go/about-petroleum-fund>

<https://www.bancocentral.tl/en/go/publications-key-report-petroleum-fund-report>

<https://www.mof.gov.tl/publicationdetails/petroleum-fund-annual-reports>

As informações sobre o Comitê de Assessoria para o Investimento (CAI) do Fundo Petrolífero e seus pareceres são publicadas nos Relatórios Anuais do Fundo Petrolífero, que estão disponíveis nos sítios tanto do Ministério das Finanças quanto do BCTL:

<https://www.mof.gov.tl/pagedetails/petroleum-fund-of-timor-leste>

<https://www.mof.gov.tl/publicationdetails/petroleum-fund-annual-reports>

<https://www.bancocentral.tl/en/go/investment-advisory-board3>

Princípio	Implementação
I. Enquadramento legal, objetivos e coordenação com políticas macroeconômicas	
<p>1. O enquadramento legal do Fundo Soberano deve ser sólido e apoiar a sua operação eficaz e a concretização dos seus objetivos declarados.</p> <p>1.1. O enquadramento legal do Fundo Soberano deve garantir a solidez jurídica do Fundo e das suas transações.</p> <p>1.2. As principais características da base legal e da estrutura do Fundo Soberano, bem como a relação jurídica entre o Fundo Soberano e outros órgãos estatais, devem ser divulgadas publicamente.</p>	<p>O Fundo Petrolífero de Timor-Leste ("o Fundo") foi estabelecido em 2005 com o objetivo de cumprir o requisito constitucional definido pelo Artigo 139.º da Constituição da República, o qual determina uma utilização justa e equitativa dos recursos naturais de acordo com os interesses nacionais e o estabelecimento de uma reserva financeira obrigatória a partir da exploração destes recursos.</p> <p>O Parlamento Nacional de Timor-Leste, através da promulgação da Lei do Fundo Petrolífero, estabeleceu o quadro legal para o Fundo Petrolífero. Este foi complementado por alterações recentes feitas à Lei das Atividades Petrolíferas e Lei de Enquadramento do Orçamento Geral do Estado e Gestão Financeira Pública.</p> <p>O Fundo é formado como uma conta do Ministério das Finanças mantida no Banco Central de Timor-Leste ("BCTL" - Banco Central de Timor-Leste), e não como uma entidade legal separada.</p> <p>A Lei do Fundo Petrolífero:</p> <ul style="list-style-type: none"> – fornece mecanismos que ajudam Timor-Leste a gerir de forma sustentável as suas receitas petrolíferas. – detalha os parâmetros para operar e gerir o Fundo Petrolífero. – define as diretrizes de alocação de ativos e os limites de risco. – rege a recolha e gestão das receitas. – regula as transferências para o Orçamento do Estado. – define as funções e responsabilidades das entidades envolvidas na gestão do Fundo, e – prevê a prestação de contas e a supervisão destas atividades. <p>A Lei do Fundo Petrolífero exige que o Ministério das Finanças celebre um acordo com o Gestor Operacional. O Acordo de Gestão Operacional (AGO) foi assinado entre o Ministério das Finanças e o BCTL, o Gestor Operacional, em 12 de outubro de 2005, com as alterações subsequentes para ter em conta as principais alterações feitas às estratégias de investimento do Fundo. O acordo especifica as principais funções e competências do Ministério das Finanças, a entidade governamental responsável pela gestão global do Fundo, e do BCTL, que é responsável pela gestão operacional do Fundo.</p> <p><i>Fontes: Lei do Fundo Petrolífero</i> https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2002_2005/leis_parlamento_nacional/9_2005.pdf https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2011/serie_1/serie1_no36.pdf http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Law_2005_9_petroleum_fund_law.pdf</p> <p><i>Lei das Atividades Petrolíferas</i> https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2002_2005/leis_parlamento_nacional/13_2005.pdf https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2019/serie_1/SERIE_1_NO_2_A.pdf</p> <p><i>Lei de Enquadramento do Orçamento Geral do Estado e Gestão Financeira Pública</i> https://www.mj.gov.tl/jornal/public/docs/2025/serie_1/SERIE_1_NO_17.pdf</p> <p><i>Acordo de Gestão Operacional</i> https://www.bancocentral.tl/en/go/other-regulatory-instruments</p>
<p>2. O objetivo político do fundo soberano deve ser claramente definido e divulgado publicamente.</p>	<p>O Fundo Petrolífero acumula receitas petrolíferas provenientes da extração de recursos naturais. O preâmbulo da Lei do Fundo Petrolífero decreta que o objetivo da criação do Fundo é contribuir para uma gestão prudente dos recursos petrolíferos em benefício das</p>

Princípio	Implementação
	<p>gerações atuais e futuras. O Fundo Petrolífero é uma ferramenta que contribui para uma política fiscal sólida, onde é dada a devida consideração e peso aos interesses a longo prazo dos cidadãos de Timor-Leste. O Fundo Petrolífero financia as despesas do Governo e atua como um veículo de poupança para as gerações futuras.</p> <p>O Ministério das Finanças fornece informações detalhadas sobre o objetivo da criação do Fundo Petrolífero nos Relatórios Anuais do Fundo e em consultas públicas regulares.</p> <p><i>Fontes: Lei Fundo Petrolífero</i> https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2002_2005/leis_parlamento_nacional/9_2005.pdf https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2011/serie_1/serie1_no36.pdf http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Law_2005_9_petroleum_fund_law_.pdf</p> <p><i>Relatórios Anuais do Fundo Petrolífero</i> https://www.mof.gov.tl/publicationdetails/petroleum-fund-annual-reports https://www.bancocentral.tl/en/go/publications-key-report-petroleum-fund-report</p>
<p>3. Sempre que as atividades do fundo soberano tenham implicações macroeconómicas nacionais diretas significativas, essas atividades devem ser estreitamente coordenadas com as autoridades fiscais e monetárias nacionais, a fim de assegurar a coerência com as políticas macroeconómicas globais.</p>	<p>O Fundo Petrolífero está integrado no Orçamento do Estado. As transferências são efetuadas a partir do Fundo Petrolífero para o Orçamento do Estado para financiar o défice orçamental do Governo. As transferências são orientadas pelo Rendimento Sustentável Estimado (RSE), o montante que pode ser transferido do Fundo Petrolífero. A justificação para a adoção do RSE é suavizar os gastos de rendimentos petrolíferos temporariamente elevados, proteger contra a volatilidade dos influxos petrolíferos e salvaguardar o uso sustentável das finanças públicas.</p> <p>Os ativos do Fundo Petrolífero são investidos principalmente no estrangeiro em instrumentos do mercado financeiro. Na sequência de alterações à Lei das Atividades Petrolíferas em 2019, o Fundo pode também ser investido em operações petrolíferas no território nacional ou no estrangeiro, sujeito a um limite de exposição de 5%.</p> <p>O Ministério das Finanças é responsável pela gestão global do Fundo Petrolífero e coordena também a preparação, discussão e execução do orçamento do Governo.</p> <p><i>Fontes: Lei do Fundo Petrolífero</i> https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2002_2005/leis_parlamento_nacional/9_2005.pdf https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2011/serie_1/serie1_no36.pdf http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Law_2005_9_petroleum_fund_law_.pdf</p> <p><i>Lei das Atividades Petrolíferas</i> https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2002_2005/leis_parlamento_nacional/13_2005.pdf https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2019/serie_1/SERIE_I_NO_2_A.pdf</p> <p><i>Livros orçamentais do Ministério das Finanças</i> https://www.mof.gov.tl/pagedetails/budget-and-spending-documents</p>
<p>4. Devem existir políticas, regras, procedimentos ou acordos claros e divulgados publicamente em relação à abordagem geral do FRS</p>	<p>A Lei do Fundo Petrolífero define claramente os mecanismos de financiamento e levantamentos.</p> <p>A Lei do Fundo Petrolífero também estabelece os requisitos para levantamentos. As únicas transferências permitidas a partir do Fundo Petrolífero, que requerem a aprovação do</p>

Princípio	Implementação
<p>no que respeita às operações de financiamento, retirada e despesas.</p> <p>4.1. A fonte de financiamento do fundo soberano deve ser divulgada publicamente.</p> <p>4.2. A abordagem geral em relação às retiradas do FRS e às despesas em nome do Governo deve ser divulgada publicamente.</p>	<p>Parlamento, são para o Orçamento do Estado. O Orçamento de Estado identifica a contribuição do Fundo para as despesas do Governo. Os levantamentos são orientados pela regra do RSE (ver GAPP 3). O Parlamento Nacional pode aprovar uma transferência em excesso acima do RSE, desde que justifique que é do interesse de Timor-Leste a longo prazo.</p> <p>Informações detalhadas sobre as receitas petrolíferas e as transferências efetuadas para financiar o orçamento do Governo são divulgadas publicamente nos Relatórios Anuais do Fundo Petrolífero, nos Relatórios Orçamentais preparados pelo Ministério das Finanças e nos relatórios trimestrais e mensais do Fundo Petrolífero do BCTL.</p> <p>Uma lista completa de todas as entidades que efetuam pagamentos ao Fundo Petrolífero é compilada e certificada por um auditor externo e publicada anualmente tanto no Relatório Anual do Fundo Petrolífero (Anexo XI - Relatório de Compilação das Receitas Petrolíferas) como nos relatórios da ITIE (Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extrativas) de Timor-Leste. Timor-Leste foi aceite como um país em conformidade com a ITIE a 1 de julho de 2010.</p> <p><i>Fontes: Lei do Fundo Petrolífero</i> https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2002_2005/leis_parlamento_nacional/9_2005.pdf https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2011/serie_1/serie1_no36.pdf http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Law_2005_9_petroleum_fund_law_.pdf <i>Relatórios Anuais e Trimestrais do Fundo Petrolífero</i> https://www.mof.gov.tl/publicationdetails/petroleum-fund-annual-reports https://www.bancocentral.tl/en/go/publications-key-report-petroleum-fund-report <i>Livros orçamentais do Ministério das Finanças</i> https://www.mof.gov.tl/pagedetails/budget-and-spending-documents <i>Relatórios e sítio da TL-EITI - www.eiti.gov.tl</i> https://eiti.org/documents/timor-leste-2020-eiti-report</p>
<p>5. Os dados estatísticos pertinentes relativos aos fundos soberanos devem ser comunicados atempadamente ao seu proprietário, ou conforme exigido, para serem incluídos, se for caso disso, nos conjuntos de dados macroeconómicos.</p>	<p>A transparência é um princípio fundamental da Lei do Fundo Petrolífero. A Lei estabelece os requisitos para que todas as entidades envolvidas na gestão do Fundo forneçam e publiquem os relatórios relativos às atividades do Fundo.</p> <p>O Ministério das Finanças prepara e publica o Relatório Anual do Fundo Petrolífero juntamente com as demonstrações financeiras do Fundo Petrolífero. A Lei exige que um auditor internacional acreditado emita e publique um relatório de auditoria anual sobre as demonstrações financeiras do Fundo. As demonstrações financeiras são submetidas juntamente com a conta nacional do Governo ao Parlamento Nacional. O Ministério das Finanças prepara também o Orçamento de Estado para o Parlamento Nacional. O Orçamento reporta o Rendimento Sustentável Estimado (RSE), os levantamentos que excedem o RSE e outros assuntos relevantes do Fundo Petrolífero.</p> <p>O BCTL, numa base trimestral, fornece relatórios ao Ministério das Finanças sobre o desempenho do Fundo e publica também um relatório mensal sobre o desempenho do Fundo no seu próprio sítio na Internet.</p> <p>Todas as informações estão disponíveis ao público nos sítios do MdF e do BCTL.</p>

Princípio	Implementação
	<p><i>Fontes: Lei do Fundo Petrolífero</i> https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2002_2005/leis_parlamento_nacional/9_2005.pdf</p> <p>https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2011/serie_1/serie1_no36.pdf</p> <p>http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Law_2005_9_petroleum_fund_law_.pdf</p> <p><i>Relatórios Anuais, Trimestrais e Mensais do Fundo Petrolífero</i> https://www.mof.gov.tl/publicationdetails/petroleum-fund-annual-reports</p> <p>https://www.bancocentral.tl/en/go/publications-key-report-petroleum-fund-report</p> <p><i>Livros orçamentais do Ministério das Finanças</i> https://www.mof.gov.tl/pagedetails/budget-and-spending-documents</p>
II. Enquadramento Institucional e Estrutura Governação	
<p>6. O enquadramento de governação do fundo soberano deve ser sólido e estabelecer uma repartição clara e eficaz das funções e das responsabilidades, a fim de facilitar a prestação de contas e a independência operacional na gestão do fundo, tendo em vista a prossecução dos seus objetivos.</p>	<p>O Parlamento Nacional de Timor-Leste estabeleceu a Lei do Fundo Petrolífero, a qual define os papéis e responsabilidades das entidades envolvidas na gestão do Fundo.</p> <p>O Ministro das Finanças é o executivo do Fundo e responsável pela gestão global do Fundo Petrolífero. O Ministério das Finanças define a política de investimento, celebra um acordo de gestão com o Gestor Operacional e monitoriza o desempenho do Fundo. O Comité de Assessoria para o Investimento (CAI) presta aconselhamento independente à Ministra das Finanças sobre a política de investimento e gestão do Fundo, incluindo os mandatos de investimento para o Fundo.</p> <p>O BCTL, na qualidade de Gestor Operacional, é responsável pelas operações do Fundo, incluindo a implementação dos mandatos de investimento definidos pelo Ministério das Finanças. O BCTL gere parte da carteira internamente e também contrata gestores externos para gerir e investir os ativos do Fundo e monitoriza o seu desempenho.</p> <p>O Ministério das Finanças, com o apoio do CAI, decidiu empreender uma avaliação independente da estrutura de governação, recursos e investimentos do Fundo Petrolífero. A revisão de 2023 concluiu que os modelos de governação, investimento, operação e de pessoas do Fundo são robustos, ao mesmo tempo que identificou algumas áreas para melhoria. Um resumo geral da avaliação é fornecida na Caixa 1 do Relatório Anual do Fundo Petrolífero para 2023.</p> <p><i>Fontes: Lei do Fundo Petrolífero. Acordo de Gestão Operacional.</i> https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2002_2005/leis_parlamento_nacional/9_2005.pdf</p> <p>https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2011/serie_1/serie1_no36.pdf</p> <p>http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Law_2005_9_petroleum_fund_law_.pdf</p> <p>https://www.bancocentral.tl/en/go/other-regulatory-instruments</p>
<p>7. O proprietário deve fixar os objetivos do fundo soberano, nomear os membros do (s) seu (s) órgão (s) de governação em conformidade com procedimentos claramente definidos e exercer a supervisão das operações do fundo soberano.</p>	<p>O Parlamento Nacional, em representação do povo de Timor-Leste, define os objetivos do Fundo, tal como se encontram delineados na Lei do Fundo Petrolífero (ver GAPP 1). A Lei define a alocação geral de ativos e os limites de risco. O Conselho Consultivo do Fundo Petrolífero (CCFP), um órgão estatutário com representação alargada, é nomeado para aconselhar o Parlamento em matérias relacionadas com o desempenho e funcionamento do Fundo Petrolífero, bem como com as dotações do mesmo.</p> <p>O Ministério das Finanças é responsável pela gestão global do Fundo, o que inclui a determinação da política de investimento de acordo com as disposições da Lei. O Ministério das Finanças é obrigado a apresentar ao Parlamento Nacional a política de</p>

Princípio	Implementação
	<p>investimento do Fundo e quaisquer alterações à sua principal afetação de ativos que tenham um impacto material no nível global de risco. O Ministério das Finanças define os mandatos de investimento, que refletem o nível de risco aceitável, e também exerce a supervisão da gestão global do Fundo.</p> <p>O Ministro das Finanças recebe pareceres independentes do Comité de Assessoria para o Investimento (CAI) sobre a estratégia de investimento e a gestão do Fundo. O Primeiro-Ministro nomeia os membros do CAI de acordo com o parecer do Ministério das Finanças.</p> <p>O Banco Central de Timor-Leste (BCTL) é o Gestor Operacional do Fundo. As responsabilidades específicas do BCTL estão definidas num Acordo de Gestão Operacional com o Ministro das Finanças. Este inclui requisitos de informação que permitem ao Ministério das Finanças exercer o seu papel de controlo.</p> <p><i>Fontes: Lei do Fundo Petrolífero. Acordo de Gestão Operacional.</i> https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2002_2005/leis_parlamento_nacional/9_2005.pdf https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2011/serie_1/serie1_no36.pdf http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Law_2005_9_petroleum_fund_law_.pdf https://www.bancocentral.tl/en/go/other-regulatory-instruments</p>
<p>8. O (s) órgão (s) diretivo (s) deve (m) agir no melhor interesse do FRS e dispor de um mandato claro e de autoridade e competência adequadas para desempenhar as suas funções.</p>	<p>O Parlamento Nacional, através da lei do Fundo Petrolífero, estabelece o objetivo do Fundo, as orientações gerais de alocação de ativos e os limites de risco. É assistido pelo Conselho Consultivo do Fundo Petrolífero (CCFP). O Conselho Consultivo do Fundo Petrolífero (CCFP) procura salvaguardar a gestão correta do Fundo Petrolífero.</p> <p>O Ministério das Finanças tem a autoridade para determinar a estratégia e as políticas para atingir os objetivos do Fundo Petrolífero. A Ministra das Finanças é apoiada pelo Gabinete de Política e Gestão do Fundo Petrolífero (GGPF) no Ministério das Finanças.</p> <p>No desempenho das suas funções, a Ministra das Finanças é obrigada a pedir aconselhamento ao CAI. A Lei exige que pelo menos três dos membros do CAI tenham conhecimentos e experiência significativos na gestão de investimentos financeiros.</p> <p>Para além da discussão no Princípio 7, o Ministro das Finanças é responsável perante o Parlamento e é obrigado a fornecer relatórios relevantes anualmente e sempre que necessário.</p> <p>Foi delegada no BCTL, através do Acordo de Gestão Operacional, a responsabilidade pela gestão operacional do Fundo. O acordo visa garantir que o BCTL atua no melhor interesse do Fundo e define as responsabilidades do gestor operacional.</p> <p><i>Fontes: Lei do Fundo Petrolífero. Acordo de Gestão Operacional</i> https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2011/serie_1/serie1_no36.pdf http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Law_2005_9_petroleum_fund_law_.pdf https://www.bancocentral.tl/en/go/other-regulatory-instruments</p> <p><i>Relatórios Anuais do Fundo Petrolífero</i> https://www.mof.gov.tl/publicationdetails/petroleum-fund-annual-reports https://www.bancocentral.tl/en/go/publications-key-report-petroleum-fund-report</p>

Princípio	Implementação
<p>9. A gestão operacional do fundo soberano deve implementar as estratégias do fundo de forma independente e em conformidade com responsabilidades claramente definidas.</p>	<p>A Lei do Fundo Petrolífero define as funções e responsabilidades do Gestor Operacional, o BCTL. As responsabilidades específicas do BCTL estão claramente definidas no Acordo de Gestão Operacional (AGO) com a Ministra das Finanças. O BCTL tem autoridade delegada para tomar decisões relacionadas com a gestão operacional do Fundo, tal como estabelecido no OMA. O Gestor Operacional pode deduzir despesas de gestão razoáveis, em conformidade com o AOG.</p> <p><i>Fontes: Lei do Fundo Petrolífero. Acordo de Gestão Operacional.</i> https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2011/serie_1/serie1_no36.pdf</p> <p>http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Law_2005_9_petroleum_fund_law_.pdf</p> <p>https://www.bancocentral.tl/en/go/other-regulatory-instruments</p>
<p>10. O quadro de responsabilização pelas operações do fundo soberano deve ser claramente definido na legislação, nos estatutos, noutros documentos constitutivos ou no acordo de gestão relevantes.</p>	<p>As disposições de responsabilização estão detalhadas na Lei do Fundo Petrolífero e no Acordo de Gestão Operacional.</p> <p>O Ministério das Finanças, em nome do Governo, é responsável perante o Parlamento Nacional e o público em geral. O Ministério das Finanças, em nome do Governo, é responsável perante o Parlamento Nacional e o público em geral, reportando anualmente ao Parlamento sobre o desempenho do Fundo e é obrigado a publicar todos os pareceres recebidos do CAI no Relatório Anual do Fundo Petrolífero (Anexo XII), ou antes, mediante pedido.</p> <p>O Gestor Operacional, o BCTL, é nomeado pelo Ministro das Finanças e é responsável perante o Ministro das Finanças pela gestão operacional do Fundo Petrolífero. O BCTL pode nomear gestores de investimento externos sujeitos ao consentimento da Ministra. O BCTL informa trimestralmente a Ministra sobre o desempenho do Fundo. Estes relatórios são publicados e estão disponíveis no sítio do Banco Central.</p> <p><i>Fontes: Lei do Fundo Petrolífero. Acordo de Gestão Operacional</i> https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2002_2005/leis_parlamento_nacional/9_2005.pdf</p> <p>https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2011/serie_1/serie1_no36.pdf</p> <p>http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Law_2005_9_petroleum_fund_law_.pdf</p> <p><i>Relatórios Anuais e Trimestrais do Fundo Petrolífero</i> https://www.mof.gov.tl/publicationdetails/petroleum-fund-annual-reports</p> <p>https://www.bancocentral.tl/en/go/publications-key-report-petroleum-fund-report</p>
<p>11. Um relatório anual e as demonstrações financeiras que o acompanham sobre as operações e o desempenho do fundo soberano devem ser elaborados atempadamente e de forma coerente, em conformidade com as normas contabilísticas internacionais ou nacionais reconhecidas.</p>	<p>A Lei do Fundo Petrolífero requer que o Governo prepare e submeta ao Parlamento um relatório anual das operações e desempenho do Fundo para o ano fiscal, incluindo demonstrações financeiras preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Reporte Financeiro (IFRS) e auditadas por um auditor internacionalmente reconhecido, ao mesmo tempo que as contas nacionais anuais do Governo desse ano. A Lei identifica as informações mínimas que devem ser divulgadas no Relatório Anual do Fundo Petrolífero.</p> <p>A Lei do Fundo Petrolífero estabelece que a Diretora-Geral do Tesouro do Ministério das Finanças é responsável pela manutenção das contas e registos do Fundo Petrolífero e pela preparação das declarações financeiras, de acordo com as IFRS. A contabilidade e a preparação das declarações financeiras são delegadas ao BCTL enquanto Gestor Operacional do Fundo.</p>

Princípio	Implementação
	<p><i>Fontes: Lei do Fundo Petrolífero. Acordo de Gestão Operacional</i> https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2002_2005/leis_parlamento_nacional/9_2005.pdf</p> <p>https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2011/serie_1/serie1_no36.pdf</p> <p>http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Law_2005_9_petroleum_fund_law_.pdf</p> <p><i>Relatórios Anuais e Demonstrações Financeiras do Fundo Petrolífero</i> https://www.mof.gov.tl/publicationdetails/petroleum-fund-annual-reports</p> <p>https://www.bancocentral.tl/en/go/publications-key-report-petroleum-fund-report</p>
<p>12. As operações e as demonstrações financeiras do fundo soberano devem ser objeto de uma auditoria anual, em conformidade com as normas de auditoria internacionais ou nacionais reconhecidas e de forma coerente.</p>	<p>A Lei do Fundo Petrolífero exige que as declarações financeiras anuais do Fundo sejam auditadas por uma empresa de contabilidade reconhecida internacionalmente. O auditor internacional é nomeado pelo Ministério das Finanças e está sujeito a critérios de qualificação rigorosos e a um processo de seleção transparente. As demonstrações financeiras auditadas são submetidas ao Parlamento juntamente com o Relatório Anual do Fundo Petrolífero e a conta geral do Estado.</p> <p>A Lei do Fundo Petrolífero exige também que as contas, registos e outros documentos relacionados com o Fundo Petrolífero sejam auditados internamente de seis em seis meses. Esta é efetuada pela Auditoria Interna do BCTL, que é independente da área de gestão de investimentos.</p> <p><i>Fontes: Lei do Fundo Petrolífero. Acordo de Gestão Operacional</i> https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2011/serie_1/serie1_no36.pdf</p> <p>http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Law_2005_9_petroleum_fund_law_.pdf</p> <p>https://www.bancocentral.tl/en/go/other-regulatory-instruments</p> <p><i>Relatórios Anuais e Declarações Financeiras do Fundo Petrolífero</i> https://www.mof.gov.tl/publicationdetails/petroleum-fund-annual-reports</p> <p>https://www.bancocentral.tl/en/go/publications-key-report-petroleum-fund-report</p>
<p>13. As normas profissionais e éticas devem ser claramente definidas e dadas a conhecer aos membros do (s) órgão (s) diretivo (s), da direção e do pessoal do FRS.</p>	<p>Cada uma das instituições envolvidas na gestão do Fundo Petrolífero tem os seus próprios padrões profissionais e éticos para garantir a solidez e integridade das operações do Fundo.</p> <p>Os padrões profissionais e éticos para os funcionários do Ministério das Finanças são definidos pela Lei da Função Pública n.º 8/2004, de 16 de junho, emendada pela Lei n.º 5/2009, de 15 de julho.</p> <p>Todos os funcionários do Gestor Operacional estão vinculados ao Código de Conduta do BCTL.</p> <p>A Lei do Fundo Petrolífero também exige que os membros do CAI, antes de tomarem posse, declarem por escrito que a sua nomeação não está em conflito com quaisquer interesses pessoais ou familiares. O CAI estabeleceu o seu próprio Padrão de Conduta no seu Regulamento Operacional, que inclui a divulgação de potenciais conflitos de interesse. Os Regulamentos Operacionais estão publicados no sítio Web do Ministério das Finanças.</p> <p><i>Fontes: Lei do Fundo Petrolífero, BCTL, sítios do MdF e do Ministério da Justiça.</i></p> <p><i>Lei do Fundo Petrolífero</i></p>

Princípio	Implementação
	<p>https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2002_2005/leis_parlamento_nacional/9_2005.pdf</p> <p>https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2011/serie_1/serie1_no36.pdf</p> <p>http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Law_2005_9_petroleum_fund_law_.pdf</p> <p><i>Lei da Função Pública</i> https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2002_2005/leis_parlamento_nacional/8_2004.pdf</p> <p>https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2009/serie_1/serie1_no25.pdf</p> <p><i>Código de Conduta do BCTL</i> https://www.bancocentral.tl/en/go/code-of-conduct</p> <p><i>Regras e procedimentos do IAB</i> https://www.bancocentral.tl/en/go/rules</p>
<p>14. As relações com terceiros para efeitos da gestão operacional do fundo soberano devem basear-se em fundamentos económicos e financeiros e obedecer a regras e procedimentos claros.</p>	<p>As relações do BCTL com terceiros na qualidade de gestor operacional baseiam-se exclusivamente em razões económicas e financeiras e seguem um procedimento claramente estabelecido.</p> <p>O acordo de gestão operacional prevê que o BCTL é responsável pelo concurso e pela seleção dos gestores de investimento externos. A seleção é baseada nos parâmetros para o mandato de investimento definido pelo Ministério das Finanças. A Lei do Fundo Petrolífero também especifica os requisitos mínimos para a contratação de gestores externos. O Ministro das Finanças deve certificar-se de que cada gestor de investimento externo tem capital próprio, garantias e seguros suficientes; um registo sólido de desempenho operacional e financeiro; e tem referências comerciais e uma reputação do mais alto nível. O CAI aconselha o Ministro sobre se os gestores recomendados pelo BCTL são coerentes com os objetivos do mandato.</p> <p>O BCTL é também responsável pela adjudicação de outros serviços, incluindo a custódia do Fundo Petrolífero e a aquisição para o CAI. O procedimento de seleção do BCTL é rigoroso, justo e transparente e está em conformidade com as disposições substantivas das leis de Timor-Leste.</p> <p><i>Fontes: Lei do Fundo Petrolífero. Acordo de Gestão Operacional</i> https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2002_2005/leis_parlamento_nacional/9_2005.pdf</p> <p>https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2011/serie_1/serie1_no36.pdf</p> <p>http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Law_2005_9_petroleum_fund_law_.pdf</p> <p>https://www.bancocentral.tl/en/go/other-regulatory-instruments</p>
<p>15. As operações e atividades dos fundos soberanos nos países de acolhimento devem ser conduzidas em conformidade com todos os requisitos regulamentares e de divulgações aplicáveis dos países em que operam.</p>	<p>A Lei do Fundo Petrolífero exige que a gestão do Fundo Petrolífero seja conduzida em conformidade com todos os requisitos regulamentares e de divulgações aplicáveis dos países em que os investimentos são efetuados.</p> <p><i>Fonte: Lei do Fundo Petrolífero</i> https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2002_2005/leis_parlamento_nacional/9_2005.pdf</p> <p>https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2011/serie_1/serie1_no36.pdf</p> <p>http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Law_2005_9_petroleum_fund_law_.pdf</p>

Princípio	Implementação
	<p><i>Relatórios Anuais e Declarações Financeiras do Fundo Petrolífero</i> https://www.mof.gov.tl/publicationdetails/petroleum-fund-annual-reports</p> <p>https://www.bancocentral.tl/en/go/publications-key-report-petroleum-fund-report</p>
<p>16. O quadro e os objetivos de governação, bem como a forma como a gestão do fundo soberano é operacionalmente independente do proprietário, devem ser divulgados publicamente.</p>	<p>O quadro e os objetivos de governação do Fundo Petrolífero são estabelecidos pelo Parlamento na Lei do Fundo Petrolífero. O Acordo de Gestão Operacional fornece pormenores sobre a divisão de responsabilidades entre o Ministério das Finanças e o BCTL, juntamente com acordos de responsabilização.</p> <p>A Ministra das Finanças é obrigada a pedir o parecer do CAI, um Comité independente composto por peritos em investimento, antes de tomar qualquer decisão relacionada com a estratégia de investimento e gestão do Fundo.</p> <p>A informação sobre o quadro de governação e os objetivos é detalhada na Lei do Fundo Petrolífero e publicada no Relatório Anual do Fundo Petrolífero.</p> <p><i>Fontes: Lei do Fundo Petrolífero, Acordo de Gestão Operacional</i> https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2002_2005/leis_parlamento_nacional/9_2005.pdf</p> <p>https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2011/serie_1/serie1_no36.pdf</p> <p>http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Law_2005_9_petroleum_fund_law_.pdf</p> <p>https://www.bancocentral.tl/en/go/other-regulatory-instruments</p> <p><i>Relatórios Anuais do Fundo Petrolífero</i> https://www.mof.gov.tl/publicationdetails/petroleum-fund-annual-reports</p> <p>https://www.bancocentral.tl/en/go/publications-key-report-petroleum-fund-report</p>
<p>17. As informações financeiras pertinentes relativas aos fundos soberanos devem ser divulgadas publicamente para demonstrar a sua orientação económica e financeira, a fim de contribuir para a estabilidade dos mercados financeiros internacionais e reforçar a confiança nos países beneficiários.</p>	<p>Informações sobre a alocação de ativos do Fundo Petrolífero, os seus mandatos de investimento e índices e o desempenho do investimento são publicados nos relatórios trimestrais de desempenho do BCTL e no Relatório Anual do Fundo Petrolífero e nas demonstrações financeiras auditadas. Uma lista completa das participações do Fundo Petrolífero é fornecida nas declarações financeiras do Fundo Petrolífero, que são anexadas ao Relatório Anual do Fundo Petrolífero (Anexo II - Declarações Financeiras Auditadas). Os relatórios estão disponíveis nos sites do Ministério das Finanças e do BCTL.</p> <p><i>Fontes: Lei do Fundo Petrolífero. Acordo de Gestão Operacional Anexo 1</i> https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2002_2005/leis_parlamento_nacional/9_2005.pdf</p> <p>https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2011/serie_1/serie1_no36.pdf</p> <p>http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Law_2005_9_petroleum_fund_law_.pdf</p> <p>https://www.bancocentral.tl/en/go/other-regulatory-instruments</p> <p><i>Relatórios Anuais e Trimestrais do Fundo Petrolífero. Declarações Financeiras do Fundo Petrolífero</i> https://www.mof.gov.tl/publicationdetails/petroleum-fund-annual-reports</p> <p>https://www.bancocentral.tl/en/go/publications-key-report-petroleum-fund-report</p>
III. III. Enquadramento de gestão dos investimentos e dos riscos	
<p>18. A política de investimento do fundo soberano deve ser clara e</p>	<p>A política de investimento do Fundo é orientada pelas provisões na Lei do Fundo Petrolífero que definem as diretrizes de alocação de ativos, investimentos elegíveis, limites</p>

Princípio	Implementação
<p>coerente com os seus objetivos definidos, a sua tolerância ao risco e a sua estratégia de investimento, tal como estabelecida pelo proprietário ou pelo (s) órgão (s) de direção, e basear-se em princípios sólidos de gestão da carteira.</p> <p>18.1. A política de investimento deve orientar as exposições ao risco financeiro do FRS e a eventual utilização de alavancagem.</p> <p>18.2. A política de investimento deve determinar em que medida são utilizados gestores de investimento internos e/ou externos. o âmbito das suas atividades e autoridade. bem como o processo através do qual são selecionados e o seu desempenho acompanhado.</p> <p>18.3. Deve ser divulgada publicamente uma descrição da política de investimento do fundo soberano.</p>	<p>de concentração e princípios de investimento, os quais incluem a diversificação e a maximização do retorno financeiro ajustado ao risco.</p> <p>O Ministério das Finanças, em nome do Governo, determina a política de investimento, a qual é concebida para cumprir os objetivos de investimento do Fundo após ter em conta a preferência de risco do povo de Timor-Leste e quaisquer restrições sob as quais o Fundo opera. O CAI aconselha a Ministra das Finanças relativamente à estratégia de investimento. O parecer do CAI é orientado pelas suas convicções e princípios de investimento divulgados publicamente.</p> <p>A política de investimento é descrita no Relatório Anual do Fundo Petrolífero. O Anexo 1 do Acordo de Gestão Operacional especifica a alocação estratégica de ativos do Fundo e a carteira de referência, os parâmetros para cada um dos mandatos de investimento e onde os derivados são permitidos.</p> <p>A Ministra das Finanças, com o parecer do CAI, determina se um mandato será gerido a nível interno ou externo. O Ministério das Finanças monitoriza os mandatos geridos internamente. O processo de seleção dos gestores externos de investimentos é realizado pelo BCTL, na qualidade de gestor operacional, e baseia-se em critérios profissionais e comerciais. Os gestores externos recebem mandatos claramente definidos, incluindo o desempenho esperado, o risco e as comissões. O seu desempenho é acompanhado pelo BCTL.</p> <p><i>Fontes: Lei do Fundo Petrolífero. Acordo de Gestão Operacional</i> https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2002_2005/leis_parlamento_nacional/9_2005.pdf https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2011/serie_1/serie1_no36.pdf http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Law_2005_9_petroleum_fund_law_.pdf https://www.bancocentral.tl/en/go/other-regulatory-instruments <i>Relatórios Trimestrais e Anuais do Fundo Petrolífero</i> https://www.mof.gov.tl/publicationdetails/petroleum-fund-annual-reports https://www.bancocentral.tl/en/go/publications-key-report-petroleum-fund-report</p>
<p>19. As decisões de investimento do fundo soberano devem ter por objetivo maximizar os rendimentos financeiros ajustados ao risco, de forma coerente com a sua política de investimento e com base em fundamentos económicos e financeiros.</p> <p>19.1. Se as decisões de investimento estiverem sujeitas a outras considerações para além das económicas e financeiras, estas devem ser claramente definidas na política de investimento e divulgadas publicamente.</p>	<p>A Lei do Fundo Petrolífero estabelece que a política de investimento deve aplicar os princípios de diversificação com o objetivo de maximizar os retornos financeiros ajustados ao risco após ter em conta os objetivos do Fundo, as suas restrições operacionais e a sua capacidade para suportar riscos.</p> <p>Os investimentos do Fundo Petrolífero em instrumentos de mercado financeiro <i>offshore</i> são avaliados puramente com base nestes fundamentos financeiros e obedecem a práticas sólidas de gestão de carteiras. A Lei do Fundo Petrolífero exige que os ativos do Fundo sejam investidos em obrigações com grau de investimento e em ações de mercados desenvolvidos.</p> <p>A Lei das Atividades Petrolíferas permite que o Fundo Petrolífero invista em operações petrolíferas em território nacional ou no estrangeiro, sujeito a um limite de exposição de 5%. O investimento em operações petrolíferas em 2019 é uma exceção à regra geral; para além de considerações financeiras, os objetivos de desenvolvimento económico nacional e os benefícios sociais foram tidos em conta na decisão de investimento. As regras e critérios que regem o investimento são publicados e o Ministro foi obrigado a apresentar a proposta de afetação ao Parlamento Nacional.</p>

Princípio	Implementação
<p>19.2. A gestão dos activos de um fundo soberano deve ser coerente com o que é geralmente aceite como princípios sólidos de gestão de ativos.</p>	<p>Os investimentos do Fundo no mercado financeiro são segmentados em Julho 2021 numa Carteira de Liquidez e numa Carteira de Crescimento para gerir o risco de investimento durante a fase de desacumulação do Fundo. A Carteira de Liquidez destina-se a financiar o Orçamento do Estado durante um período de três anos e é investida em ativos de baixo risco e de elevada liquidez. A Carteira de Crescimento é o segmento de longo prazo do Fundo e procura obter retornos mais elevados através de uma alocação a ações, sendo o restante investido em juros fixos.</p> <p>O Ministério das Finanças é obrigado a apresentar ao Parlamento um resumo da nova política de investimento antes de efetuar alterações à principal afetação de ativos do Fundo.</p> <p><i>Fontes: Lei do Fundo Petrolífero</i> https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2002_2005/leis_parlamento_nacional/9_2005.pdf https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2011/serie_1/serie1_no36.pdf http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Law_2005_9_petroleum_fund_law_.pdf <i>Lei das Atividades Petrolíferas</i> https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2002_2005/leis_parlamento_nacional/13_2005.pdf https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2019/serie_1/SERIE_I_NO_2_A.pdf <i>Relatórios Anuais do Fundo Petrolífero</i> https://www.mof.gov.tl/publicationdetails/petroleum-fund-annual-reports https://www.bancocentral.tl/en/go/publications-key-report-petroleum-fund-report</p>
<p>20. O fundo soberano não deve procurar obter ou tirar partido de informações privilegiadas ou de uma influência inadequada por parte do governo em geral para concorrer com entidades privadas.</p>	<p>A maior parte dos ativos do Fundo é investida em mercados financeiros no exterior que são regulados e transparentes. O Fundo não tem acesso a informação privilegiada nem existe influência exercida pelo Governo na concorrência com entidades privadas.</p> <p>O objetivo do investimento do Fundo Petrolífero em operações petrolíferas em 2019 é facilitar o desenvolvimento de uma indústria petrolífera nacional. Espera-se que a sua contribuição para o desenvolvimento económico nacional venha, por sua vez, a encorajar o investimento privado em Timor-Leste.</p>
<p>21. Os fundos soberanos consideram os direitos de propriedade dos acionistas como um elemento fundamental do valor dos seus investimentos em ações. Se um fundo soberano optar por exercer os seus direitos de propriedade, deve fazê-lo de forma coerente com a sua política de investimento e proteger o valor financeiro dos seus investimentos. O fundo soberano deve divulgar publicamente a sua abordagem geral em matéria de votação de valores mobiliários de entidades cotadas, incluindo os principais fatores que orientam o seu exercício dos direitos de propriedade.</p>	<p>O BCTL, na qualidade de gestor operacional, exerce os direitos de propriedade dos acionistas do Fundo Petrolífero através da contratação do serviço de votação por procuração da Institutional Shareholder Services (ISS).</p>
<p>22. O fundo soberano deve dispor de um quadro que permita</p>	<p>A Lei do Fundo Petrolífero requer que o Ministério das Finanças e o Gestor Operacional desenvolvam e mantenham políticas, sistemas e procedimentos para garantir que os riscos</p>

Princípio	Implementação
<p>identificar, avaliar e gerir os riscos das suas operações.</p> <p>22.1. O quadro de gestão de riscos deve incluir informações fiáveis e sistemas de informação atempados, que devem permitir o acompanhamento e a gestão adequados dos riscos relevantes dentro de parâmetros e níveis aceitáveis, mecanismos de controlo e incentivo, códigos de conduta, planos de continuidade das atividades e uma função de auditoria independente.</p> <p>22.2. A abordagem geral do quadro de gestão de riscos do fundo soberano deve ser divulgada publicamente.</p>	<p>associados à implementação da estratégia de investimento são identificados, monitorizados e geridos.</p> <p>O BCTL desenvolveu um quadro de gestão de risco operacional para o Fundo Petrolífero. Este inclui um registo de riscos que identifica a secção que detém o risco e os controlos internos associados. A área de Auditoria Interna do BCTL, que é independente da sua área de gestão de investimentos, monitoriza e assegura que os procedimentos estão a ser seguidos e que existe um quadro eficaz em vigor. Todos os funcionários do BCTL estão vinculados ao seu Código de Conduta.</p> <p>O risco financeiro na estratégia do Fundo Petrolífero está incorporado na política de investimento do Fundo que é definida pelo Ministério das Finanças, especificamente os parâmetros para o mandato global e os mandatos de investimento incluídos no Anexo 1 do Acordo de Gestão Operacional. O nível adequado de risco financeiro é avaliado durante as revisões regulares da afetação de ativos. O Ministério das Finanças é obrigado a apresentar a política de investimento ao Parlamento numa base anual como parte do Relatório Anual do Fundo Petrolífero ou antes de fazer quaisquer alterações à alocação principal de ativos do Fundo.</p> <p>O BCTL gere o mandato global, que é composto por mandatos individuais com afetações específicas. É efetuado um reequilíbrio periódico da Carteira de Crescimento e transferências da Carteira de Crescimento para a Carteira de Liquidez. O BCTL também monitoriza o cumprimento dos objetivos de risco por parte dos gestores externos. O BCTL informa o Ministério das Finanças sobre o cumprimento dos objetivos no relatório trimestral de desempenho.</p> <p>O Ministério das Finanças monitoriza o desempenho do Fundo, incluindo a sua exposição ao risco, através dos relatórios trimestrais de desempenho do BCTL. O Ministério das Finanças reporta ao Parlamento numa base anual através dos Relatórios Anuais do Fundo Petrolífero.</p> <p><i>Fontes: Lei do Fundo Petrolífero. Acordo de Gestão Operacional</i> https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2002_2005/leis_parlamento_nacional/9_2005.pdf</p> <p>https://www.bancocentral.tl/en/go/other-regulatory-instruments</p> <p>https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2011/serie_1/serie1_no36.pdf</p> <p>http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Law_2005_9_petroleum_fund_law_.pdf</p> <p><i>Relatórios Trimestrais do Fundo Petrolífero</i> https://www.mof.gov.tl/publicationdetails/petroleum-fund-annual-reports</p> <p>https://www.bancocentral.tl/en/go/publications-key-report-petroleum-fund-report</p>
<p>23. Os ativos e os resultados dos investimentos (absolutos e em relação a eventuais parâmetros de referência) do fundo soberano devem ser medidos e comunicados ao proprietário de acordo com princípios ou normas claramente definidos.</p>	<p>A Lei do Fundo Petrolífero requer que o Gestor Operacional, o BCTL, reporte trimestralmente ao Ministério das Finanças o desempenho e as atividades do Fundo Petrolífero relativamente aos índices de referência.</p> <p>O relatório de desempenho é preparado pelo custodiante do Fundo, o JP Morgan, em conformidade com a metodologia Global Investment Performance Standards (GIPS). O relatório trimestral é publicado no prazo de 40 dias após o final de cada trimestre. Tanto o BCTL como o MdF tomam a iniciativa de realizar uma conferência de imprensa presencial com as partes interessadas relevantes para coincidir com a publicação do relatório trimestral do Fundo Petrolífero.</p> <p><i>Fontes: Lei do Fundo Petrolífero</i> https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2002_2005/leis_parlamento_nacional/9_2005.pdf</p> <p>https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2011/serie_1/serie1_no36.pdf</p>

Princípio	Implementação
	<p>http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Law_2005_9_petroleum_fund_law_.pdf</p> <p><i>Relatórios Anuais e Trimestrais do Fundo Petrolífero</i> https://www.mof.gov.tl/publicationdetails/petroleum-fund-annual-reports</p> <p>https://www.bancocentral.tl/en/go/publications-key-report-petroleum-fund-report</p> <p>https://www.mof.gov.tl/eventdetails/petroleum-fund-performance-in-the-first-quarter-2023</p>
<p>24. O fundo soberano deve adotar um processo de análise regular da aplicação do GAPP, ou em seu nome.</p>	<p>O Ministério das Finanças tenciona rever anualmente a implementação dos Princípios de Santiago por parte do Fundo Petrolífero e publicar os resultados da autoavaliação no Relatório Anual do Fundo Petrolífero. Esta é a décima quarta avaliação. O Fundo Petrolífero conduziu a sua primeira revisão em 2010.</p> <p><i>Fonte: Relatórios Anuais do Fundo Petrolífero</i> https://www.mof.gov.tl/publicationdetails/petroleum-fund-annual-reports</p>



Gabinete da Política e Gestão Fundo Petrolífero
Piso 10, Edifício do Ministério das Finanças, Aitarak-Laran, Díli. Timor-Leste
Tel: +670 74002006
Website: www.mof.gov.tl

República Democrática de Timor-Leste
Ministério das Finanças
Gabinete de Política e Gestão do Fundo Petrolífero

Piso 10, Edifício do Ministério das Finanças, Aitarak-Laran, Dili, Timor-Leste
www.mof.gov.tl